

uff Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem

Ivo da Costa do Rosário

Luciana Sanchez Mendes (Orgs.)

LINGUAGEM EM DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

Teoria e Análise Linguística

Ivo da Costa do Rosário
Luciana Sanchez Mendes (Orgs.)

LINGUAGEM EM DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

Teoria e Análise Linguística

Realização: Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem

Universidade Federal Fluminense – Instituto de Letras

Coordenação: Silmara Cristina Dela da Silva

Vice-coordenação: Ivo da Costa do Rosário

Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem
Instituto de Letras - Universidade Federal Fluminense (UFF)
Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n
Sala 518, Bloco C, Campus do Gragoatá
São Domingos - Niterói-RJ
CEP: 24.210-201
Site: www.posling-uff.br

Publicação: Pedro & João Editores

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito
Conselho Científico da Pedro & João Editores: Augusto Ponzio (Bari/Itália);
João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil);
Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa
(UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi Maia
(UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil);
José Kuiava (UNIOESTE/ Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil);
Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil)

Capa, projeto gráfico e Epub: Julia Ahmed | Tikinet

Ficha Catalográfica

Ivo da Costa do Rosário e Luciana Sanchez Mendes (Organizadores)

Linguagem em diálogo com a sociedade: Teoria e Análise linguística.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 308p.

ISBN: 978-65-86101-35-5 [Digital]

Estudos da linguagem. 2. Linguagem e sociedade. 3. Teoria e análise
linguística. 4. Autoras. I. Título.

CDD 410

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida,
transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e
dos autores.



Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 - São Carlos - SP
2020

Índice

Apresentação	9
<i>Ivo da Costa do Rosário (UFF) e Luciana Sanchez Mendes (UFF)</i>	
BLOCO I – Funcionalismo – Construções	
A categorização e os valores semânticos da construção <i>acontece que</i> no português contemporâneo	13
<i>Priscilla Hoelz Pacheco</i>	
A construção “como se não bastasse” [conector discursivo] sob a perspectiva cognitivo-funcional	28
<i>Samara Costa Moura</i>	
A convencionalização da construção marcadora discursiva perceptivo-visual	42
<i>Vania Rosana Mattos Sambrana</i>	
Estudo de contraste: <i>em vez de</i> x <i>ao invés de</i>	57
<i>Leandro Freitas da Horta (UFF/CAPES)</i>	
O papel dos advérbios na expressão do aspecto cursivo: uma abordagem centrada no uso	68
<i>Mara Cristina Machado Ladeira Martins</i>	
Análise das construções proporcionais com base na linguística funcional centrada no uso	81
<i>Tháís Pedretti Lofeudo Marinho Fernandes</i>	

BLOCO 2 – Funcionalismo – Orações

A correlação aditiva nos séculos XVI, XVII e XVIII sob a ótica da linguística funcional centrada no uso 90
Brenda da Silva Souza

Análise funcional das construções justapostas de valor de nominal e adjetival 103
Thaís Alessandra Souza Cardoso e Ivo da Costa do Rosário

Construções correlatas comparativas apositivas em perspectiva funcional: análises iniciais 116
Letícia Martins Monteiro de Barros

A construção subjetiva deôntica na argumentação discursiva 130
Gilson Lauri Pereira de Menezes Junior

A expressão da conformidade no português do Brasil: considerações iniciais 143
Myllena Paiva Pinto de Oliveira

BLOCO 3 – Linguística cognitiva

Conceptualização do tempo presente: a expressão do presente do indicativo em referência a eventos no passado nas variedades do português de Portugal, Brasil, Moçambique e Angola 156
Thalita Amil do Carmo

Construções idiomáticas com o verbo *pagar* no português brasileiro 166
Eduardo Santana Moreira

O pensamento metafórico e o gênero textual meme: processos de interpretação 180
Leandro Leiroz Rodrigues de Azevedo

Uma proposta de análise linguística - cognitiva do sarcasmo
em House M.D. 188
Fabiana Julio Ferreira

BLOCO 4 – Semântica formal

A modificação de grau não canônica em inglês: o caso de very 198
Marcus Vinicius Ramos Vieira

Uma análise semântica do verbo ser 212
Tainã Aparecida Rodrigues Amaro e Luciana Sanchez Mendes

BLOCO 5 – Sociolinguística

Colocação pronominal em gêneros escritos 225
Thaís Leal Rodrigues

Variação regencial dos verbos “assistir e implicar”:
uma interface entre teorias do uso linguístico 238
Débora de Freitas Dias

BLOCO 6 – Ensino de L2, tradução e bilinguismo

A estrutura informativa foco no conto *dia dos namorados* de
Rubem Fonseca e nas suas traduções ao espanhol 251
Keren Betsabe González Rodríguez

Entre a norma e o uso: aspectos do português brasileiro e o
ensino de PLE 262
Patrícia Mariano Marcos

Bilinguismo 274
Carla Mota Regis de Carvalho

BLOCO 7 – PSICOLINGUÍSTICA

Aspecto cognitivo da familiaridade em metáforas

285

Gladiston Alves da Silva

BLOCO 8 – Prosódia

O que é a prosódia? Uma visão diacrônica

298

Helicéa Paiva Nascimento da Silva

Apresentação

Ivo da Costa do Rosário (UFF)

Luciana Sanchez Mendes (UFF)

Anualmente, os discentes do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, em parceria com os alunos do Programa de Pós-graduação em Estudos de Literatura, promovem o SAPPIL/UFF (Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense).

Por meio do SAPPIL, estabelece-se um rico diálogo entre os dois programas de pós-graduação do Instituto de Letras da UFF com toda comunidade acadêmica. Além disso, os mestrandos e doutorandos têm a oportunidade de apresentar seus trabalhos, de modo a divulgar seus resultados e, ao mesmo tempo, receber contribuições para a continuidade das pesquisas.

Em seu formato atual, que inclui espaços para apresentação em sessões coordenadas e sessões de pôsteres em Linguagem e em Literatura, além de pesquisas de iniciação científica e sessões destinadas à exposição de dissertações e teses recém-defendidas, o evento busca estimular a reflexão crítica acerca das pesquisas realizadas nos níveis de graduação, mestrado e doutorado.

Em sua décima edição, realizada entre os dias 2 e 5 de setembro de 2019, o X SAPPIL/UFF mais uma vez deu visibilidade aos trabalhos realizados nas diferentes linhas de pesquisa dos dois programas de pós-graduação. A partir do tema 'Linguagem e Literatura em diálogo com a sociedade', foi possível traçar uma importante reflexão sobre como os estudos linguísticos e literários impactam a sociedade contemporânea e como, ao mesmo tempo, são impactados por ela. Além disso, muitas

potencialidades e diversos desafios das áreas de Linguagem e Literatura foram objeto de discussão.

O presente volume, composto de 24 capítulos, é oriundo de reflexões surgidas a partir de trabalhos orientados pelos docentes da Linha 1 do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem. Essa linha de pesquisa, denominada “Teoria e Análise Linguística”, concentra importantes correntes teóricas em voga nos estudos científicos, como o Funcionalismo, o Cognitivismo, o Formalismo e outras.

Os capítulos deste livro estão aqui organizados em oito blocos. O primeiro bloco, denominado “Funcionalismo – Construções”, conta com 6 trabalhos e propõe a associação da Linguística Funcional à Gramática de Construções. O segundo bloco, intitulado “Funcionalismo – Orações”, conta com 5 trabalhos e, em termos teóricos, aplica o instrumental teórico funcionalista à análise dos processos de integração oracional. O terceiro bloco é dedicado à “Linguística Cognitiva” e conta com quatro trabalhos que analisam desde verbos até memes e um seriado televisivo. O quarto bloco é formado por dois trabalhos da área da “Semântica Formal” e versam sobre modificação de grau e o verbo ‘ser’. O quinto bloco também é composto de dois trabalhos e investigam temas relacionados à “Sociolinguística”, concentrando-se em colocação pronominal e regência. O sexto bloco trata dos seguintes temas: “Ensino de L2, Tradução e Bilinguismo”. Por fim, o bloco sete apresenta um trabalho da área de “Psicolinguística”, e o bloco oito propõe uma investigação no campo da “Prosódia”.

Todos esses trabalhos estão associados a quatro disciplinas oferecidas na Linha 1 do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem. A disciplina “Língua em Uso” investiga as relações entre a língua e a sociedade, considerando os aspectos da estabilidade e da heterogeneidade linguística, com foco na variação linguística. Também considera fatores condicionantes de variação fonológica, morfológica e discursivo-pragmática. Outra vertente dessa perspectiva considera as pesquisas funcionalistas, nas interfaces entre discurso e gramática por um lado e linguagem e cognição por outro.

A disciplina “Linguagem e Cognição” centra-se especialmente nos processos cognitivos de produção e compreensão da linguagem em relação com outros domínios. Discute-se a aquisição da linguagem por

-
- 二 diferentes perspectivas e também prevê discussões relacionadas a questões teóricas e metodológicas nas pesquisas descritivas.

“Estudos em gramática” propõe o estudo da descrição e da análise linguística, com foco nos processos de variação, mudança, gramaticalização, lexicalização, construcionalização e mudanças construcionais. Analisam-se as línguas em perspectivas sincrônica, diacrônica e pancrônica, com atenção para a complexidade da relação entre forma e função. Essa disciplina também propõe reflexões sobre gramática e práticas de ensino-aprendizagem.

Por fim, a disciplina “Aspectos semântico-pragmáticos da linguagem” discute a questão da significação e do uso da linguagem, com foco em funções semânticas e na atualização do discurso. Quantificação, modificação, referência e atos de fala são temas de interesse dessa disciplina que se concentra sobre a semântica e a pragmática do ponto de vista formal, cognitivo e de outras perspectivas.

Este volume apresenta o resultado parcial de pesquisas de mestrado e de doutorado ainda em andamento ou recém-concluídas, trazendo ao leitor um recorte dos trabalhos em desenvolvimento na Linha 1 (“Teoria e Análise Linguística”) do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem.

Para os leitores iniciantes, acreditamos que os textos podem estimular o interesse pelas áreas temáticas. Para os leitores especialistas, acreditamos que os textos trazem um panorama dos trabalhos acadêmicos que se desenvolvem nessa linha de pesquisa. Logo, a leitura deste *ebook* é propícia a todos os interessados em questões linguísticas, em termos de descrição e de análise.

Desejamos a todos uma boa leitura.

BLOCO I

FUNCIONALISMO – CONSTRUÇÕES

A categorização e os valores semânticos da construção *acontece que* no português contemporâneo

Priscilla Hoelz Pacheco¹

Introdução

À luz dos modelos baseados no uso, combinando postulados do funcionalismo e do cognitivismo linguístico, este trabalho tem como finalidade analisar a construção *acontece que* no português brasileiro contemporâneo. Essa análise busca, de modo prioritário, apontar os diferentes tipos de uso da construção, incluindo os novos valores semânticos assumidos por ela, a partir de sua nova função na língua como conector de contraste.

O foco deste artigo é identificar de que forma a construção *acontece que* relaciona enunciados contrastivos. Para essa verificação, identificamos os graus de gramaticalidade da construção na sincronia e as especificações semânticas relativas às relações de contraste que a construção pode assumir.

Nossa hipótese de partida é a de que um novo membro de uma categoria adquire algumas propriedades de seu membro exemplar, que também, de maneira geral, é o membro mais frequente (BYBEE; EDDINGTON, 2006 apud BYBEE, 2016). Tendo em vista que o *acontece que*, já em sua nova função, é um novo membro da categoria dos

1 Mestranda em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal Fluminense, orientada pela Prof.^a Dr.^a Nilza Barrozo Dias. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

conectores de contraste e, esta, por sua vez, tem como membro prototípico a conjunção *mas*, adotamos ao longo deste trabalho a hipótese de que o *acontece que*, ainda que à margem desta categoria, tende a assumir determinadas características do *mas*.

Ademais, assumimos, ainda, a hipótese de que o *acontece que* pode ter adquirido características do *mas* devido à alta frequência com que a construção aparece precedida pela conjunção². Assim, a absorção de significado de *mas* pelo *acontece que* pode ter ocorrido a partir do contexto (BYBEE, 2016), isto é, por meio de processos metonímicos em função do contágio por coocorrência.

Na próxima seção, apresentamos de forma breve alguns conceitos relativos à gramaticalidade de construções e às mudanças linguísticas, bem como alguns pressupostos em relação à noção de desigualdade e de focalização.

Em seguida, na análise de dados, identificaremos os seis valores semânticos contrastivos da construção³. São eles: contraste por oposição, contraste por parcialidade, contraste por eliminação do trecho anterior, contraste por negação de inferência, contraste por direção independente e contraste por marcação compensação. Ressalte-se que todos esses valores foram identificados com base em Neves (2011), que analisa os diversos usos de *mas*.

Por último, retomamos os resultados obtidos, ressaltando a necessidade de ampliação do estudo sobre a construção e sobre a influência da experiência do indivíduo sobre a gramática.

Variações e mudanças linguísticas

A gramática é a representação cognitiva da experiência dos indivíduos com a língua e, por essa razão, interações comunicativas podem afetá-la. Segundo a perspectiva funcional, gramática e uso se

2 Em um total de 151 dados, observamos que o *acontece que* aparece precedido por um conector com leitura contrastiva (*mas, agora, só que e e*) em 36 dados. Desses 36, a sequência *mas acontece que* corresponde a 28 ocorrências.

3 Apesar de não ser o foco deste trabalho, cabe destacar que, além dos seis valores contrastivos, o *acontece que* ainda possui valores relacionados ao seu sentido original, de acontecimento, e também é recurso para focalizar a informação subsequente, sem sentido contrastivo.

influenciam mutuamente, acarretando, assim, mudanças no sistema, o que permite a convivência de padrões regulares e formas emergentes.

Assim, é a criatividade do usuário da língua, com a finalidade de atingir seu propósito comunicativo, que resulta em inovação. É a partir dessa inovação, por meio de micropassos sucessivos, que se estabelece a criação de uma nova construção no sistema linguístico (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Sendo a língua um inventário de construções organizadas em forma de rede e tomando a construção como um pareamento convencional e simbólico de forma e significado (CROFT, 2001), construcionalização é, conforme apontam Traugott e Trousdale (2013), a criação de um novo nó nesse inventário, isto é, a criação de um pareamento de nova forma e novo significado. Mudanças que não acarretam a formação de um novo pareamento, mas atingem forma ou sentido, são chamadas de mudanças construcionais. Elas podem afetar apenas um subcomponente de um dos polos e podem ocorrer antes ou após a construcionalização.

De acordo com Hilpert (2013), mudanças construcionais podem, ainda, ocorrer devido a aumento ou a decréscimo de produtividade, bem como por alterações conforme contextos sociais. Além disso, o autor considera que a mudança linguística pode ser concebida também em perspectiva sincrônica, como nos casos de variação. Seus estudos tomam a construção individualmente e utilizam a frequência, tanto *token*, *type*, relativa e de coocorrência de variantes, como importante meio de análise do inventário construcional.

Tendo em vista que nossa proposta é de estudar o *acontece que* conforme seus usos no português contemporâneo, isto é, em perspectiva sincrônica, parece-nos fundamental, ainda, explicitar alguns conceitos relacionados à gramaticalidade de construções. Conforme apontam Traugott e Trousdale (2010), a noção de gradiência está relacionada à indistinção das fronteiras entre as categorias. A noção de gradualidade, por sua vez, corresponde a um viés diacrônico, uma vez que é compreendida como uma sequência de micropassos que afetam propriedades do uso e da estrutura de uma dada construção.

Assim, a noção de gradiência trava relação com a polissemia e a coexistência de usos, enquanto a gradualidade se refere aos micropassos de mudança que, de modo discreto e gradual, levam a uma possível

consolidação de inovação na comunidade linguística (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2010).

A gradualidade diacrônica, de algum modo, envolve a gradiência sincrônica, dado que na sequência temporal há o recorte da polissemia sincrônica. De acordo com os autores, a gradiência *é o resultado de sucessivos micropassos de mudança e, portanto, pode ser vista como uma hipótese de como as construções surgem ao longo do tempo.*

Conforme a teoria de estratificação de Hopper (1991), devido ao processo de mudança, novas camadas estão sempre emergindo e coexistindo com as antigas, visto que a mudança pode ser abrupta para o indivíduo, mas é gradual em seu processo de consolidação na comunidade linguística. Isso acontece porque o surgimento de um novo nó na rede construcional não pressupõe a eliminação das construções já existentes. Desse modo, a mudança linguística é passível de ser atestada em perspectiva sincrônica, como um reflexo de possíveis mudanças ao longo da história.

O contraste e a focalização

Com a finalidade de demonstrar como a construção *acontece que* realiza operações de contraste entre enunciados, apresentaremos mais à frente, na seção de análise, uma classificação em relação às especificações de valor semântico, com base no que é proposto em Neves (2011) em relação ao protótipo da categoria dos conectores de contraste, o *mas*.

A ideia de contraste se apresenta na literatura, em geral, dividida entre as relações adversativas e as concessivas. É consenso, no entanto, que ambas as noções se apoiam em uma relação de desigualdade entre segmentos. De acordo com Neves (2011), a desigualdade é instrumento na organização da informação e na estruturação da argumentação.

Além da relação de desigualdade, Neves (2011) aponta que ambas as relações partilham do significado básico de quebra de expectativa. Essa quebra envolve não só aquilo que está no nível do *dictum*, mas também a relação entre os interlocutores, o conhecimento de mundo partilhado, entre outras propriedades do nível do discurso.

De acordo com Longhin (2003, p. 118),

[...] a quebra de expectativa pode ser desencadeada, entre outros fatores, pela divergência entre aquilo que se diz e aquilo que é pressuposto ou tido como norma, no mundo dos interlocutores, como também pelo conflito entre o que se esperava e não aconteceu ou, na direção inversa, entre o que aconteceu e o que não se esperava.

Em se tratando de quebra de expectativa, é interessante destacar o uso de ponto de fim de frase para separar o segmento introduzido por *acontece que* da informação a qual esse segmento se contrapõe. Essa mesma estratégia é utilizada com *mas*. De acordo com Neves (1984), a pausa existente entre frases completas em perspectiva de coordenação tem efeito dramático justamente porque o acréscimo do segundo segmento ao primeiro é algo inesperado, já que a pausa é indicadora de um encerramento que não se realiza de fato.

Nesse sentido, a adição de um segmento coordenado após o ponto indicador de final de frase ocorre de forma diferenciada. Essa adição aponta diretamente para o papel do falante na construção do texto em função de seus propósitos comunicativos, uma vez que marca o poder de interferência do usuário da língua no direcionamento da atenção de seu interlocutor.

Tendo em vista o objetivo de atingir seus propósitos comunicativos, como já mencionamos, algumas são as estratégias do usuário da língua para fortalecer sua argumentação e transmitir a mensagem pretendida. Uma dessas estratégias é a de focalização do que se considera importante e principal entre toda a informação que está sendo veiculada. De acordo com Halliday (1967, p. 204), o foco seria “um tipo de ênfase por meio da qual o falante salienta parte (que pode ser o todo) de um bloco de informação como a que ele deseja que seja interpretada como informativa” (tradução nossa)⁴. O ponto de fim de frase seria, assim, um recurso para esse tipo de ênfase.

4 No original: “Information focus is one kind of emphasis, that whereby the speaker marks out a part (which may be the whole) of a message block as that which he wishes to be interpreted as informative”.

Ressalte-se, entretanto, que, de acordo com Dik (1981), foco pode, mas não necessariamente envolve contraste. Na verdade, existe a impressão de que a noção de contraste é exclusivamente intrínseca à categoria de foco, quando, na verdade, ela é uma propriedade comunicativa mais ampla.

Nessa mesma linha, Lambrecht (1994) aponta que a contrastividade seria uma espécie de impressão que temos quando ouvimos certas frases, impressão esta decorrente de inferências particulares com base em determinados contextos de conversação. Para o autor, o contraste seria o resultado de processos cognitivos gerais, como implicaturas conversacionais, enquanto o foco é considerado por ele como uma categoria gramatical.

Metodologia

Nossa análise tem como base a classificação de especificações de valores semânticos proposta em Neves (2011), elaborada a fim de classificar os usos do membro exemplar da categoria dos conectores de contraste, o *mas*. Ressaltamos que a proposta da autora foi adaptada em decorrência do que foi observado na análise das ocorrências de *acontece que*.

Nosso *corpus* é composto por dados retirados do site Memória Roda Viva⁵, que disponibiliza, na íntegra, transcrições de entrevistas realizadas no programa de TV Roda Viva, exibido pela TV Cultura, desde 1986. Das 713 entrevistas disponíveis, verificamos 500 e encontramos um total de 151 de ocorrências.

Como resultado, identificamos um total de oito tipos distintos de função semântica para a construção, incluindo seu significado original. Entretanto, para este trabalho, nos concentramos nos seis valores semânticos que envolvem conexão contrastiva de enunciados, a fim de demonstrar a importância e o papel do *mas* na categorização de *acontece que* como um novo membro da categoria dos conectores de contraste. Vejamos o quadro abaixo:

5 Memória Roda Viva. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/>

Tabela 1 – Tipos semânticos encontrados para “acontece que”.

Especificações de valores semânticos		Qtd
Acontecimento	Uso original (temporal)	2
Sem contraste + Focalização	Focalização de aspecto negativo	16
Com contraste + Focalização	Contraste por oposição	31
	Contraste por parcialidade	28
	Contraste por eliminação do trecho anterior	21
	Contraste por negação de inferência	27
	Contraste por direção independente	20
	Contraste por marcação de compensação	6
Total: 151 ocorrências		

Vale destacar que, das 133 ocorrências em que o *acontece que* realiza conexões contrastivas entre segmentos e introduz focalização, em 35 ocorrências a construção é antecedida por um conector de contraste. Dessas 35 ocorrências, em 27 esse conector é o *mas*. Nas demais 98 ocorrências, é o *acontece que*, sozinho, que exerce plenamente sua função de conector contrastivo.

Tipos de contraste exercidos por *acontece que*

A seguir, apresentamos as seis especificações do valor semântico contrastivo encontradas para a construção *acontece que*. São elas: contraste por oposição, contraste por parcialidade, contraste por eliminação do trecho anterior, contraste por negação de inferência, contraste por direção independente e contraste por marcação de compensação.

Tipo 1: Contraste por oposição

Consideramos como contraste por oposição aquele realizado tanto por oposição de ideias mais abstratas quanto por oposição de elementos no texto. Vejamos o trecho a seguir:

(01) **Luiz Inácio Lula da Silva:** [...] E não é uma questão de dinheiro, é uma questão de vontade política de fazer isso. E nós já demos exemplos disso nas prefeituras de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte. Nós precisamos fazer de uma vez por todas com que a agricultura não produza apenas 70 milhões de toneladas, mas que possa produzir 120 milhões de toneladas. Ou seja, o nosso povo está precisando, Xavier, apenas de um empurrão, de uma chance. **Acontece que** a elite dirigente pensa muito de forma urbana e ela pensa muito acima da média da sociedade. (Entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva e Enéas Carneiro, em 22/07/1994)

No exemplo acima, o contraste por oposição ocorre especificamente entre elementos: povo *versus* elite e agricultura *versus* urbana. No começo do trecho, o político do PT cita a pouca produção da agricultura no Brasil e, em seu ponto de vista, da necessidade que o povo tem de um incentivo. Na sentença introduzida pelo *acontece que*, por sua vez, Lula coloca que a elite dirigente pensa de forma urbana.

Como se pode notar, o falante realiza duas oposições entre itens linguísticos em seu discurso, com o objetivo de mostrar como povo e agricultura estão em polos distintos de elite e urbana. Ao realizar essas oposições, e considerando que o *acontece que* mantém sua característica de apontar para aspecto negativo, Lula emite uma opinião como estratégia de argumentação, colocando-se distante da elite que só pensa nas cidades e, assim, aproximando-se do povo, principalmente daqueles que trabalham no campo.

Tipo 2: Contraste por parcialidade

Tomamos por contraste por parcialidade aquilo que Neves (2011) considera uma contraposição em direção oposta que restringe, por acréscimo de informação, o que acaba de ser enunciado. De acordo com a autora, essa restrição “pode significar uma exclusão parcial, estando expressos, por vezes, indicadores de negação, privação, insuficiência” (2011, p. 761).

(02) **Julio Abramczyk:** Doutor Adib, o senhor falou em equipamentos e há um paradoxo dentro da medicina, que quanto mais

ela avança tecnologicamente mais cara ela fica. Mas é o único lugar onde o avanço tecnológico encarece o custo final do produto. Por exemplo, os computadores, melhoraram, baixaram de preço, o equipamento de TV melhorou e baixou o preço, os próprios televisores das residências melhoraram muito e mesmo assim baixaram de preço. Por que na medicina os equipamentos melhoram e encarecem?

Adib Jatene: Não, na verdade eles também baixam de preço. **Acontece que** eles não têm a economia de escala, você citou vários exemplos que é economia de escala, são grandes volumes. (Entrevista com Adib Jatene, em 12/01/1998)

O exemplo (02) trata do elevado preço dos equipamentos utilizados na medicina. O entrevistado argumenta em sua resposta ao entrevistador que esses equipamentos baixam de preço, assim como os outros citados. Entretanto, Adib Jatene menciona, no trecho introduzido por *acontece que*, que diferentemente dos demais equipamentos tecnológicos, os utilizados na medicina não possuem economia de escala, o que impacta diretamente nos preços.

Nesse sentido, a sentença introduzida pela construção não nega completamente o que foi dito antes: ela contrasta parcialmente a informação, acrescentando uma informação que influencia de modo significativo a queda ou o aumento de preços de certos produtos.

Tipo 3: Contraste por eliminação do trecho anterior

Este terceiro tipo de contraste é o que podemos chamar de negação total do que foi dito anteriormente. De acordo com Neves (2000), a eliminação do trecho anterior pode ser tanto suposta quanto expressa. Em relação ao contraste por eliminação, o dado abaixo representa de forma mais direta o fenômeno, ocorrendo de forma expressa:

(03) **Luciano Suassuna:** Mas, nessa questão, qual seria a diferença entre o que foi dito pelos líderes do MST e o que foi dito pelo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros ou o ministro Sepúlveda Pertence, de que as pessoas tinham...

Nenhum juiz iria condená-los por causa desse furto famélico, uma expressão assim.

Milton Seligman: Acontece que não é furto famélico que nós estamos vendo no caso nordestino. Quer dizer, a organização que o MST fez para ocupar ou para saquear merenda escolar, ou supermercados, e nós vimos, e temos até declarações nos meios de comunicação; inclusive bonecas, uísque e até outros produtos como produtos de limpeza fizeram parte desses saques, em absoluto se caracteriza um furto famélico. (Entrevista com Milton Seligman, em 11/5/1998)

No exemplo, o entrevistador Luciano Suassuna fala sobre furtos realizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) à época da entrevista que estavam sendo considerados como furtos famélicos, isto é, furtos de alimento para sustento próprio. O entrevistado, por sua vez, que era presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), contesta imediatamente a fala de Suassuna, negando que aquela situação fosse de furto famélico.

Milton Seligman utiliza o *acontece que* para negar completamente a fala do entrevistador, sendo ele reforçado, inclusive, pelo advérbio de negação prototípico, o *não*, e a repetição exata da expressão utilizada (*furto famélico*), para não gerar dúvida alguma sobre seu ponto de vista. Assim, a negação do trecho anterior é direta e expressa, eliminando-o.

Tipo 4: Contraste por negação de inferência

A inferência está relacionada ao que se pode depreender do contexto do que está sendo dito como um todo, mas que não está plenamente expresso linguisticamente. Nesse sentido, um contraste que nega uma inferência visa eliminar, assim como o tipo anterior, o que foi dito previamente, não sendo, entretanto, uma eliminação direta e explícita, mas sim relacionada ao que se depreende do enunciado anterior.

(04) **Jorge Bornhausen:** Por que é que o PT abandonou o PL-9, que é a grande mudança na Previdência? Porque não teve coragem de enfrentar o seu público interno! Quando a CUT disse:

“Eu faço greve.”, enquanto as universidades dizem “Faço greve.”, o PL-9 saiu da pauta que já estava em votação. Então **acontece que** o PL-9 é a grande transformação. Por quê? Porque ele muda a situação dos fundos estatais, tira do benefício definido para a contribuição definida, deixa de formar esse esqueleto. O PT não teve coragem de enfrentar a reforma da Previdência no início. (Entrevista com Jorge Bornhausen, em 19/05/2003)

No exemplo (04), o então senador Jorge Bornhausen fala sobre a reação negativa de algumas parcelas da população em relação a mudanças na previdência. O fato de o PL-9 ter saído da pauta de votação porque alguns setores da sociedade ameaçaram fazer greve nos leva a crer de que o PL-9 não era uma boa ideia. Isso é o que inferimos ao ler o trecho anterior ao aparecimento da construção *acontece que*.

Entretanto, na sequência, o político diz que “o PL-9 é a grande transformação”. Essa oração, por sua vez, nega totalmente a inferência de que o PL-9 era ruim. Se ele é a grande transformação, significa que é algo bom e que traria consequências substancialmente positivas.

Tipo 5: Contraste por direção independente

O nosso quinto tipo de valor semântico para o *acontece que* é o contraste por direção independente. Esse tipo de contraste se caracteriza pelo fato de o argumento inserido pela construção ser algo ainda não considerado no discurso e, além disso, ter peso maior do que o que já foi considerado anteriormente.

Desse modo, a relação de contraste aqui estabelecida não é de mera oposição ao que já foi dito, mas de acréscimo de informação nova que aponta para um novo caminho na argumentação.

(05) **Matinas Suzuki:** Agora, o Maluf está tendo uma boa aceitação também. Como é que o senhor avalia?

Lula: Veja... muita aquém do que ele imaginava ter. Pela publicidade que ele tem, pela quantidade de viaduto que ele já fez aqui, ele poderia ter mais. **Acontece que** ele esqueceu a periferia. Piorou a educação, piorou a saúde e ele esqueceu, praticamente, a

periferia. O negócio dele é fazer túnel. O negócio dele é fazer viaduto, ou seja, ele, na verdade, governa para uma elite que anda de carro em São Paulo. E não governa na periferia. (Entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva, em 26/08/1995)

No trecho acima, o entrevistador pergunta ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda no ano de 1995, sobre a aceitação de Paulo Maluf pelos eleitores no governo de São Paulo. Por querer diminuir o feito de Maluf, Lula aponta que, ainda que elevada, a aceitação deveria ser ainda maior em função do dinheiro investido em publicidade e obras na cidade. O ex-presidente destaca (e nesse ponto realiza o contraste) o abandono de Paulo Maluf em relação à periferia da cidade, o que indicaria que essa aceitação não seria tão real assim.

Assim, Lula escolhe como argumento superior e, portanto, mais relevante, o esquecimento de Maluf quanto à população carente, que é, inclusive, um importante nicho eleitoral do petista. O contraste por direção independente é um valor semântico interessante para perceber como o *acontece que* focaliza o trecho subsequente, destacando-a no discurso em meio às outras informações.

Tipo 6: Contraste por marcação de compensação

A realização de contraste que marca compensação é uma espécie de contraste parcial, mas com suas especificidades e, por isso, ela merece ser classificada separadamente. Ela ocorre quando o argumento introduzido pela construção traz uma informação que compensa, tanto para o bem quanto para o mal, um ponto específico citado anteriormente.

Dessa forma, realiza-se uma oposição parcial entre ambos os argumentos, em que não há eliminação do primeiro enunciado, mas sim uma ponderação sobre um determinado aspecto.

(06) **Julio Abramczyk:** Nós estamos falando muito sobre transplantes, mas e os órgãos artificiais e os clones de órgãos, eles não poderiam substituir...

Adib Jatene: Bom, os órgãos artificiais... Nós já temos uma enorme experiência com isso. O rim artificial que faz hemodiálise,

ele substitui o rim humano. **Acontece que** precisa de três seções por semana, e é uma coisa desconfortável para os doentes... (Entrevista com Adib Jatene, em 12/01/1998)

No exemplo acima, Adib Jatene fala sobre o procedimento de hemodiálise, realizado em pacientes com problemas renais. Inicialmente, ele menciona que há vasta experiência com o procedimento. No entanto, na sequência, na sentença iniciada pelo *acontece que*, ele indica que é algo desconfortável para os pacientes, porque são necessárias três seções por semana.

Dessa maneira, Jatene utiliza uma estratégia de compensação do fato positivo de haver na medicina a possibilidade de uso de um rim artificial: ele aponta para uma ressalva, um detalhe significativo de todo o procedimento, que é o desconforto que as seções trazem para os doentes. Nesse exemplo, o *acontece que* segue focalizando aspecto negativo.

Considerações Finais

Com base na análise dos dados, buscamos identificar o *cline* de gramaticalidade da construção *acontece que* na sincronia, bem como de que modo a construção é utilizada no português contemporâneo para estabelecer relações de contraste entre enunciados.

Como base teórica, introduzimos conceitos sobre a gramaticalidade de construções e a mudança linguística, bem como apresentamos, ainda que de modo breve, a noção de contraste e quebra de expectativa atreladas às estratégias de focalização discursiva.

Por meio da análise de dados, verificamos como o *acontece que* exerce plenamente seu novo papel de conector de segmentos contrastivos, sem qualquer suporte de outro conector. É interessante destacar que, mesmo que atuando sozinho, ele carrega consigo características do *mas*, membro exemplar da categoria que passa a pertencer. De acordo com nossa hipótese inicial, além da tendência natural de um membro periférico de uma categoria assumir propriedade de seu membro exemplar, essa aquisição pode ter ocorrido, ainda, por meio de processos metonímicos em função de contágio por coocorrência, uma vez que a conjunção antecede o *acontece que* em muitos dos dados de nosso *corpus*.

Ressaltamos que não se pode afirmar que os usos da construção se limitam aos valores semânticos encontrados em nosso *corpus*, já que o dinamismo da língua favorece o surgimento de novos usos a todo momento. Além disso, destacamos que o limite entre cada um dos tipos é difuso, havendo um ou mais casos que poderiam se enquadrar em mais de uma classificação.

Referências

- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução por Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DIK, Simon C. et al. On the typology of focus phenomena. In: HOEKSTRA, Teun (ed.), *Perspectives on Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1981, p. 41-74.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on Transitivity and Theme in English: Part 2. *Journal of Linguistics*, v. 3, n. 2, 1967, p. 199-244.
- HILPERT, M. *Constructional change in English* (Studies in English Language). Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (orgs.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.
- LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form*. A theory of topic, focus, and the mental representations of discourse referents. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Linguistics, v. 71, 1994.
- LONGHIN, S.R. *A gramaticalização da perífrase conjuncional 'só que'*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2003.
- NEVES, M. H. M. O coordenador interfrasal mas - invariância e variantes. *Alfa* (ILCSE/UNESP), São Paulo, v. 28, p. 21-42, 1984.
- _____. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: Unesp, 2011.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. Gradience, gradualness and grammaticalization: How do they interact? In: TRAUGOTT, E.

C.; TROUSDALE, G. (eds.). *Gradience, gradualness and grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2010.

_____. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

A construção “como se não bastasse” [conector discursivo] sob a perspectiva cognitivo-funcional

Samara Costa Moura¹

Considerações iniciais

Há um consenso entre as gramáticas tradicionais em tratar o conectivo “como se” como um conglomerado comparativo-hipotético. No entanto, as justificativas para tal definição se mostram insuficientes uma vez que consideram apenas o caráter formal do conectivo. Ademais, vale destacar que alguns gramáticos apresentam o conectivo “como se” apenas como opção de uso, desconsiderando não só a sua particularidade como também o contexto discursivo-pragmático em que ele pode ser inserido.

Assim, com base nessa breve introdução, chega-se ao recorte feito para este trabalho – a análise de “como se não bastasse” – que, a partir de agora, será chamado de *construção* conforme a definição de Goldberg (1995, 2006). Para o autor, a construção é um pareamento convencionalizado de forma e significado como esquema simbólico a partir do qual são instanciados os componentes da gramática. Vejamos três exemplos da construção “como se não bastasse”, retirados da interface nova do *Corpus do Português*:

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (Teoria e Análise Linguística). Bolsista Capes. Orientação do Prof. Dr. Monclar Guimarães Lopes.

(01) Não há pior maneira de começar uma comédia do que mostrando os dois protagonistas sendo enterrados enquanto um personagem revela que eles morreram carbonizados depois de passarem uma vida inteira em a cadeia. Além de extremamente deprimente, esta introdução revela, logo de início, tudo o que vai acontecer ao longo de o filme: os dois heróis tentarão escapar de a prisão várias vezes – sem sucesso – enquanto brigam incessantemente um com o outro. **[Como se não bastasse** a melancolia, o elemento surpresa também é destruído]. Infelizmente, é exatamente assim que o diretor Ted Demme abre seu novo filme, Life (‘Prisão Perpétua’), que em o Brasil recebeu o péssimo título Até Que a Fuga Os Separe. Aqui, Eddie Murphy interpreta Ray Gibson, um pequeno marginal que, em 1932, vive de pequenos golpes, como bater a carteira de Claude Banks (Martin Lawrence), um sujeito que está prestes a iniciar uma nova fase em sua vida.

(02) a opinião de um alguém em o primeiro parágrafo de um texto cuja razão de existir nem é essa opinião é ridículo. Seria como eu escrever uma notícia assim: Massacre de golfinhos pinta de vermelho a costa de a Islândia Para o ambientalista Heinz Stephen-Carlsson, diretor de a Casa do Cetáceo de Reiquiavique, o derramamento de sangue mostra que, até prova em contrário, Moby Dick é baleia cachalote e não golfinho. Ufa! Sem contar que, implicitamente, o repórter acaba fazendo sua, a opinião de o delegado, editorializando a notícia. **[Como senão bastasse** ser a favor de a matança de ladrões de celular, nosso nobel de Literatura do Diário, ainda usa em o título uma palavra que ele parece não entender muito bem.] Piriguete, como qualquer inteligência mediana desconfia, é o termo pejorativo (e machista) usado pra mulheres que frequentam festas de aparelhagem, bailes funks etc, atrás de parceiros sexuais (Disponível em: <http://amortecedor.wordpress.com/>, acesso em julho de 2018)

(03) em o Brasil e apenas em preto e branco, a as inúmeras reprises de o maior jogador de a história chegando a os quatro dígitos em gols marcados em a carreira – até 2007, único a alcançar tal feito. Os personagens de o outro lado de essa história, porém,

podem ter sido esquecidos ou então tiveram a carreira “« manchada “» por a ocasião, em que até mesmo muitos vascaínos torceram para que o rei de o futebol se consagrasse. Entre os antagonistas de de a cena, o goleiro Andrada é o mais lembrado. [**Como se não bastasse**, para um goleiro, sofrer o milésimo gol de Pelé, Andrada ainda teve que aturar brincadeiras por parte de os torcedores e de a imprensa por o fato de ser argentino.] Apesar disso, o atleta de Rosário teve sua história em o clube cruzmaltino escrita muito mais por títulos e adoração de os vascaínos do que por um gol sofrido de pênalti. Edgardo Andrada começou a carreira em o Rosário Central e após nove anos defendendo o time de sua cidade natal, trocou a Argentina pelo Vasco da Gama.

À diferença de (1) e (2), no dado (3), a ocorrência analisada é instanciada pela construção “como se não bastasse” com maior nível de vinculação entre seus componentes e apresenta traço mais anafórico, dado que recupera o período anterior (onde se inicia o parágrafo) e não possui sujeito explícito. Por isso, no polo da forma, dizemos que a construção é menos composicional e, em virtude disso, pode ser considerada um *chunk* (BYBEE, 2010). Portanto, desde já, assume-se que há três padrões construcionais distintos com os mesmos elementos que compõem a expressão “como se não bastasse”; a saber: o dado (1) representa o padrão I; o dado (2) representa o padrão II e o dado (3), por sua vez, o padrão III. Nosso trabalho se volta, principalmente, para o estudo deste último padrão.

O interesse pela escolha do tema para estudo se deve à falta de abordagens sistemáticas na literatura especializada. Rocha Lima (2011, p. 350), por exemplo, trata a construção *como se* como um conglomerado comparativo-hipotético. Para o autor, quando há comparação referida a fato inexistente, emprega-se *como se*. Segundo Bechara (2009, p. 495), “através de *como se* indicamos que o termo de comparação é hipotético” (grifo nosso).

Conforme visto, as perspectivas tradicionais preocupam-se em estudar os usos prestigiados que constituem a língua padrão. Como consequência, atestamos que as gramáticas tradicionais carecem de uma explicação coerente para construções oriundas das situações reais de comunicação, ainda mais quando essas construções estão acima do nível

da palavra/locução e abaixo do nível do período, que são as instâncias comumente contempladas pelas gramáticas normativas. Dessa forma, tornam-se necessários os estudos que abordem a língua em seu uso concreto, a partir de outros estratos.

Haja vista as considerações iniciais, partimos para a explicitação da fundamentação teórica que norteia esta pesquisa – traçamos as características principais da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) e algumas propriedades da Gramática de Construções. Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada nesta pesquisa; na seção seguinte, a análise dos dados, depois, as considerações finais.

Fundamentação teórica: Linguística Funcional Centrada no Uso

De modo a justificar o título desta pesquisa, trazemos à luz a linha teórica que a norteia. A Linguística Funcional Centrada no Uso Cognitivo-Funcional, nos termos de Tomasello (1998), é uma das perspectivas que se preocupa em estudar os usos concretos da língua. Para tal abordagem, a estrutura linguística é reflexo da experiência do falante no mundo. A definição do termo Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) tem origem no conjunto de pressupostos teórico-metodológicos compartilhados entre a Linguística Funcional e a Linguística Cognitiva, vejamos os pontos que caracterizam essa união:

[...] rejeição à autonomia da sintaxe, a incorporação da semântica e da pragmática às análises, a não distinção estrita entre léxico e gramática, a relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação, o entendimento de que os dados para a análise linguística são enunciados que ocorrem no discurso natural, entre outros (CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 15).

Dessa forma, entendemos que a gramática passa a ser vista como resultante das situações concretas de comunicação, visto que são considerados não só os componentes morfossintáticos como também os

discursivo-pragmáticos. Nesse sentido, a análise passa a ser holística, nas palavras de Rosário e Oliveira:

Tal reorientação corresponde ao Funcionalismo na contemporaneidade e concebe a estrutura linguística como derivada de processos cognitivos gerais, de acordo com Bybee (2010). Os usos linguísticos são, nesse âmbito, entendidos como produto da experiência, da rotinização e da perspectivização na e pela linguagem, entre outras motivações (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016, p. 236).

Isso significa dizer que a LFCU entende a língua como produto das situações comunicativas e, por essa razão, há interesse em estudá-la e em investigar os elementos presentes na interação a fim de encontrar explicações para a codificação morfossintática. Nessa perspectiva, as práticas comunicativas revelam a instabilidade da língua e sua aparente regularidade. Portanto, cabe à LFCU buscar entender os fenômenos linguísticos com base nessa concepção mais ampla do contexto, descrevendo e explicando as mudanças que ocorrem tanto na sincronia da língua como em sua diacronia.

Após essa breve definição da base teórica, seguimos para a definição das propriedades construcionais da Gramática de Construções utilizadas em nossa análise.

Gramática de construções

Enquanto o interesse do Funcionalismo Clássico recai sobre o item, na abordagem construcional da gramática, o foco está em analisar construções complexas oriundas das situações concretas de uso. Além disso, a essa abordagem interessa os esquemas mais abstratos da organização linguística (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016, p. 242).

Outro ponto relevante na abordagem construcional, nas palavras de Rosário e Oliveira (2016, p. 242), é o fato de os processos de mudança linguística sempre emergirem a partir da interação dos falantes que negociam novos significados no curso da interação.

Essa perspectiva se preocupa em compreender como a mente conceptualiza a experiência do falante no mundo. Sendo assim, são fatores caros à teoria os graus de esquematicidade, produtividade e composicionalidade perpassados pela questão da (inter)subjetividade (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016, p. 242).

A esquematicidade origina do conceito de esquema, o qual diz respeito aos graus de abstratização inconscientemente percebidas pelos falantes a partir da experiência de padrões rotinizados. Sob esse viés, entende-se o nível de esquematicidade a partir de um *continuum*. Há construções bastante esquemáticas e abstratas, assim como construções pouco ou medianamente esquemáticas (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016, p. 244). Essa gradiência revela a possibilidade de variação nas propriedades do significado para uma mesma forma em diferentes contextos de uso.

A produtividade refere-se à frequência, a qual é de extrema importância para os estudos linguísticos, uma vez que ela pode ser responsável pela rotinização e cristalização de novos usos da língua, o que resulta em um *chunk* e na perda de composicionalidade. Nesse sentido, percebemos que a produtividade também é fator de importância para os estudos sob a perspectiva da gramática de construções.

O último fator, mas não menos importante, é o da composicionalidade. Esse fator faz referência ao grau de transparência entre forma e significado dos itens analisados. Neste artigo, por exemplo, analisamos a seguinte construção:

Como + se + não + bastasse

Quadro 1 – Composição da construção *como se não bastasse*

Conforme observamos nas ocorrências analisadas, os usuários da língua têm interpretado essa construção em três diferentes *types*: do tipo não conector (padrão I) ~ menos conector (padrão II) ~ mais conector (padrão III). Nessa terceira situação, há uma amálgama em termos de vinculação, visto que não se permite mudar de posição os seus elementos e, além disso, é incomum haver termos intervenientes. Essa interpretação nos leva ao conceito de *chunk*, com base nos postulados de Bybee

(2010), já que verificamos, no padrão III (detalhado na seção seguinte), que os componentes da construção têm se mostrado vinculados de tal maneira que não é mais possível alterar a sua estrutura, nem mesmo o seu sentido.

Para Traugott e Dasher (2002, p. 20), o conceito de (inter)subjetividade é um relacionamento entre falante/escritor e ouvinte/leitor de modo que cada participante é um sujeito falante ciente do outro participante como sujeito falante. Para Finegan (1995, p. 1, apud Traugott e Dasher, 2002, p. 20), na linguagem em uso, subjetividade “envolve a expressão do eu e a representação dos falantes... os pontos de vista do falante no discurso que tem sido chamado como marca do falante”.

Nesta seção, apresentamos alguns conceitos importantes da gramática de construções para o nosso artigo. Na próxima seção, tratamos da metodologia aplicada neste trabalho e, em seguida, fazemos a análise dos dados.

Metodologia

A base de dados deste artigo é o *Corpus do Português* (disponível em <https://www.corpusdoportugues.org>). Atualmente, o *corpus* apresenta duas interfaces – a antiga e outra mais atual. Para este trabalho, utilizamos a interface nova, cuja base de dados contém um bilhão de palavras, segundo o próprio site informa.

Sob um viés sincrônico, é analisado nesta pesquisa o comportamento linguístico das 218 primeiras ocorrências da construção “como se não bastasse” na modalidade escrita do português brasileiro no século XXI. Ressalta-se que este trabalho se pauta na análise qualitativa dos dados, embora, o número de dados ainda seja pequeno.

Na próxima seção, analisamos alguns contextos em que a construção se apresenta e, com base na perspectiva teórica adotada, tecemos comentários sobre os valores discursivo-pragmáticos instanciados por ela.

Análise dos dados

Conforme enunciado na seção anterior, o presente artigo debruça-se sobre as 218 primeiras ocorrências instanciadas por “como se

não bastasse”, com base no *Corpus do Português*, e estão dispostas da seguinte maneira:

Tabela 1 – Padrão I – *como se não bastasse* + sintagma nominal

Traços	Frequência
- anafórico	56
- conector discursivo	
+ composicional	

Tabela 2 – Padrão II – *como se não bastasse* + oração não finita

Traços	Frequência
- anafórico	40
- conector discursivo	
+ composicional	

Tabela 3 – Padrão III – *como se não bastasse* + sintagma nominal

Traços	Frequência
+ anafórico	122
+ conector discursivo	
- composicional	

As tabelas apresentam os traços que conseguimos detectar na análise dos dados com base no nível de gradiência da construção mais prototípica, que são as ocorrências do padrão I, para a construção menos prototípica, representada pelo padrão III. Diferente dos exemplares encontrados nos padrões I e II, no padrão III, a construção recupera porções acima do nível da sentença do texto – o que marca a sua função de conector discursivo – e seus componentes estão mais vinculados entre si, por isso são menos composicionais.

Vejam os exemplos:

(04) filme, quando Petra permite- se narrar a história sempre falando diretamente com a irmã. “« Queriam que eu te esquecesse, Elena “», narra Petra, em um lamento profundo que representa a dificuldade em abandonar as memórias de a irmã. Frases como essa são ditas ao longo de o filme e cada uma parece ter o

poder de comover ainda mais o espectador. “« Até que um dia você para de brincar de teatro com mim, para virar atriz de verdade “», assim conta sobre o dia em que a irmã a deixou.[**como se não bastasse** a narração de a própria irmã, Elena entra em cena a a partir de fitas cassetes, onde costumava gravar seus diários.] Os depoimentos de a atriz são acompanhados de imagens registradas por ela própria em Nova York, em fitas VHS. O documentário revela-se poético quando se poupa de imagens precisas, fazendo um jogo que atrai a atenção especialmente a o tom de a voz, as pausas de a fala e a emoção que Elena passa em suas fitas. Em uma espécie de representação de os passos (Disponível em: <http://www.cinemarkado.com.br/2013/06/08/critica-elena/>, acesso em julho de 2018).

(05) Pelo visto, teremos apenas as versões de cinema em março, mesmo que os fãs sigam DETONANDO esse lançamento em a Amazon, vejamos: Quase 90 % de resenhas com apenas uma estrela, revelando que versão de cinema realmente NÃO INTERESSA a o público fã de a saga. O curioso é que além de tudo isso que rola por lá em os EUA, parece que a urucubaca é fortíssima para os fãs brasileiros de Senhor dos Anéis. **como se não bastasse** as estendidas não terem saído aqui em o país em DVD (pois o Sr.=Mistério achou que ninguém compraria), agora essa lenga-lenga com o BD em os EUA! Sobre o autor Jotacê é viciado em DVDs desde 2004 (começou tardiamente, em a idade de o metal discóide furado) (Disponível em: <http://bjc.uol.com.br/2009/09/10/blu-ray-de-senhor-dos-aneis-so-no-ano-que-vem/>, acesso em julho de 2018).

A ocorrência (4) exemplifica o padrão 1, que é o mais prototípico da construção. No exemplo, a presença do sujeito “a narração de a própria irmã,” mostra que a construção “como se não bastasse” ainda carrega o significado de seus componentes. Nesse sentido, observa-se que a construção apresenta menor nível de vinculação de suas partes. É, portanto, mais composicional. Além disso, de acordo com a perspectiva do falante, o segundo evento traz a informação mais relevante em relação àquele presente na oração com a qual se combina “Elena entra em cena a partir de fitas cassetes, onde costumava gravar seus diários”.

Em (5), temos o exemplo do padrão II. Nele, a presença do sujeito oracional do verbo *bastar* “as estendidas não terem saído aqui em o país em DVD (pois o Sr.=Mistério achou que ninguém compraria)” mostra que a construção “como se não bastasse” ainda carrega o significado de seus componentes. Nesse sentido, observa-se que a construção apresenta menor nível de vinculação de suas partes. É, portanto, mais composicional.

Comparemos o exemplo (4) e (5) aos exemplos (6) e (7):

(06) (O que eu não podia imaginar era que dentro de a sala eu me depararia com um calor humano ainda maior e fora de o comum.) O coordenador ia lendo o roteiro de a reunião, explicando a proposta de recuperação de a Irmandade, mas o ponto alto era a sucessão de depoimentos de homens e mulheres que tinham a coragem de falar de si mesmos, de suas fraquezas e dificuldades de forma extremamente honesta. Fui me emocionando cada vez mais, enquanto tentava aproveitar cada palavra dita em aquele grupo tão diferente e especial. [**Como se não bastasse**, fui cercada de atenções e acolhimento em a hora de o intervalo, assim como o rapaz que eu acompanhava, que era um alcoólico procurando ajuda.] A sensação era de que finalmente havíamos encontrado um lugar em que o alcoolismo de ele seria compreendido e também que ali teria chance de mudar o rumo de sua vida. (Disponível em: <http://aabr.com.br/ver.php?id=185&secao=16>, acesso em julho de 2018)

(07) Um silêncio, a um profundo silêncio, de uma de suas performances feita em o MoMA (Museu de Arte Moderna) em Nova York, em 2010. Em a performance, Marina se propôs a ficar, durante 1 minuto, sentada diante de qualquer pessoa em silêncio. O ato se repetiu durante 3 meses, seis dias por semana, sete horas e meia por dia. Homens e mulheres anônimos, de diferentes cores e nacionalidades, sentaram-se diante de a artista e verteram lágrimas. A cena, sozinha, já seria emocionante. [**Como se não bastasse**, um de seus antigos – e maiores – amores, de quem ela havia se separado há 23 anos e com quem havia combinado nunca mais se encontrar, pegou uma senha e sentou-se diante

de ela.] O minuto que se seguiu já circulou exaustivamente em as redes sociais, mas, dentro de o contexto de o documentário, maximiza-se. (Disponível em: <http://abr-casa.com.br/blog/coletivocasa/2013/07/>, acesso em julho de 2018)

As ocorrências observadas são instanciadas pela construção “como se não bastasse” aparecendo com maior nível de vinculação entre seus componentes e apresentando traço mais anafórico, dado que recuperam porções maiores do texto e não possuem sujeito. A ocorrência (6), por exemplo, configura uma ideia de gradação, porquanto o falante insere a construção em um contexto pragmático cujas informações se dão em um *continuum* de importância. Há uma intensificação dos fatos relatados. Isso reforça a presença da intersubjetividade uma vez que o falante convida o seu interlocutor a compartilhar com ele o novo sentido da construção.

Em (7), verificamos a mesma tendência, isto é, o falante transmite as informações com base em um *continuum* de relevância, retomando os períodos anteriores àquele em que se encontra a construção. Neste exemplo, também é possível observar a presença da intersubjetividade – já que há um o falante se posiciona acerca de um fato e compartilha esse posicionamento com o seu interlocutor.

A intensificação dos fatos relatados fica ainda mais evidente ao analisarmos ocorrências como em (8), observemos:

(08) Então, com ajuda de os sites 2s pare.com e Lo Interessante, apresentamos uma lista de 10 coincidências estranhas e surpreendentes. 1. A Maldição de o Raio Parece que toda a família está amaldiçoada quando três de seus homens, de diferentes gerações, morreram de a mesma forma e em o mesmo lugar. A história começou em 1899, quando um raio matou um homem que estava em seu quintal em Taranto, Itália. A vida continuou, mas 30 anos depois de seu filho foi morto de a mesma forma em o mesmo lugar. **como se não bastasse**, em 8 de outubro de 1948, Rolla Primarda, o neto de a primeira vítima e filho de o segundo, se tornou o terceiro em a lista a morrer de a mesma forma que seus ancestrais. 2. A passagem de o Halley Provavelmente, a vida de Mark Twain é uma de os

mais conhecidas e comentadas em o mundo. É a história de um escritor que nasceu em 1835, em o mesmo dia em que o cometa Halley fez uma de suas aparições em a (Disponível em: <http://ahduvido.com.br/dez-curiosidades-historicas-que-voce-nao-vai-acreditar>, acesso em julho de 2018)

No exemplo (8), é possível verificar a intensificação dos fatos a partir da terceira linha quando o falante relata que vai apresentar 10 coincidências estranhas. Essa declaração cria uma expectativa no leitor de que a sequência das ações se dará de forma gradativa. E a ocorrência reforça a ideia de que a subjetividade influencia as propriedades morfossintáticas da língua. Vejamos os exemplos (9) e (10):

(09) O ser humano. “Apesar de o medo funcionar como um sistema de segurança, o homem também sente a necessidade de ir além. É por isso que a humanidade está sempre se superando, fazendo invenções, criando tecnologia», explica ela. Loucura com segurança Para algumas pessoas não basta somente um esporte radical, não. Tem gente que pratica rapel, rafting, surf, bungee jump, escalada e mais a aventura que vier por a frente. É o caso de a atleta e apresentadora de TV Dani Monteiro, que aliás, **como se não bastasse**, é tri-campeã de windsurf. Ela explica porque o perigo a fascina. “A sensação de autoconfiança que a superação de limites te traz acaba influenciando os outros âmbitos de a sua vida. Você fica mais segura para agir, seja qual for a situação”, diz ela. Você deve estar pensando “quem me dera ter essa coragem!”, mas saiba que o melhor amigo de a bravura é justamente o medo. “Todo dia passa por a minha cabeça que algo pode dar errado. (Disponível em: <http://ajudaemocional.tripod.com/id242.html>, acesso em julho de 2018)

(10) Para fugir. “Ela resolve usar os livros como terapia, e para tanto resolve que lerá um livro por dia durante o período de um ano. Um projeto audacioso, ao menos pra eu imaginar, já que ela é mãe de 4 filhos, mas ela consegue. Faz todo um planejamento, se propõe a não ler o mesmo autor duas vezes, seu número de páginas lidas em 1 hora não pode ser menor que 70 e procura

não ler calhamaços, ou seja, nenhum livro com mais de 250 a 300 páginas! E **como se não bastasse**, o compromisso com si mesma vai um pouco mais além, fazer também uma resenha por dia, que ela publicaria religiosamente em seu blog, que mantém até hoje, veja aqui! Entre as suas leituras muitas que não são nem de longe nossas conhecidas, no entanto há muitos autores e livros já editados em o Brasil, como os lindos Mia Couto e José Eduardo Agualusa, Kasuo Ishiguro, Stephenie Meyer, Tolstoi, Roberlo Bolaño, Camus, Saramago e muitos outros, muitos mesmo! O livro é (Disponível em: <http://almadomeusonho.blogspot.com/2013/04/resenha-o-ano-da-leitura-magica-nina.html>, acesso em julho de 2018)

Os exemplos (9) e (10) só comprovam a emergência de novos contextos instanciados pela construção “como se não bastasse”. Além disso, verificamos a mudança na configuração morfossintática em que se encontra a construção.

Considerações finais

Nesta pesquisa, procuramos evidenciar, à luz da LFCU, os contextos de uso instanciados pela construção “como se não bastasse” através da análise de dados retirados da interface nova do *Corpus do Português* na modalidade escrita do português brasileiro. O fato de as abordagens tradicionais não contemplarem os contextos de uso da língua evidencia a necessidade de uma análise linguística do objeto estudado.

Essa primeira análise de dados mostra a emergência da construção em um novo contexto de uso. Conjectura-se que isso decorre das necessidades comunicativas do falante que, ao rotinizar certas construções na língua, pela força do uso, acabam por torná-las mais abstratas e, consequentemente, disponíveis em novos contextos.

Esta pesquisa é apenas uma investigação linguística parcial que será aprofundada. Dessa forma, torna-se imprescindível a continuidade deste trabalho, visando à contribuição para os estudos na área da Linguística.

Referências

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2013.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.
- LIMA, C. H. R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- ROSARIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa: Revista de Linguística (UNESP Online)*, v. 60, 2016, p. 233-259.
- TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

A convencionalização da construção marcadora discursiva perceptivo-visual

Vania Rosana Mattos Sambrana¹

Considerações iniciais

Este trabalho centra-se na trajetória de convencionalização da construção marcadora discursiva perceptivo-visual, que nomeamos como $[V_{pv}(x)]_{md}$. As construções marcadoras discursivas estão elencadas entre as categorias gramaticais pertencentes ao nível da pragmática. Sendo assim, desempenham funções de cunho textual-interativo e discursivo-pragmático, como atestado em Sambrana (2017). Categorizar um marcador discursivo² como perceptivo-visual significa assumir que sua formação tem origem em usos conceptualizados através dos sentidos veiculados pelos verbos de visualização. Aqui neste trabalho, tomamos como base *olhar* e *ver*. Considerada uma construção mais geral, $[V_{pv}(x)]_{md}$ representa um ponto de aglomeração na rede linguística composto por construções individuais formadas de base perceptivo-visual acrescida ou não por afixoide³ locativo (*aqui, lá, aí*) ou focalizador (*bem, só*). Na

-
- 1 Prof^ª. Mestre Docente I SEEDUC/RJ e PMR/RJ. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos De Linguagem, área de concentração em Linguística, da Universidade Federal Fluminense – UFF, (2017-2021). Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mariangela Rios de Oliveira.
 - 2 Diante de um modelo holístico de análise, a classe gramatical dos marcadores discursivos passa a ser considerada como uma categoria pragmática e polifuncional, que “marcam relações entre unidades do discurso sequencialmente dependentes” (TRAUGOTT, 1995, p.5).
 - 3 Nos termos de Traugott e Trousdale (2013) e Booij (2007), afixoídes são compostos formados por partes mais ou menos independentes. Elas se apresentam separadas porque correspondem a lexemas, mas formam um todo complexo e tornam-se semelhantes aos afixos por terem um significado especializado.

instanciação do uso, tais elementos atuam pragmaticamente na orientação da interação, tendo como macrofunção o chamamento da atenção do ouvinte. A seguir, passamos a ilustrar alguns contextos de uso:

(01) Coloquei uma colher ... uma colher de cloreto de sódio ... foi um fogaréu tão grande ... foi uma explosão ... quebrou todo o material que estava exposto em cima da mesa ... eu branca ... eu fiquei ... **olha** ... eu pensei que eu fosse morrer sabe ... quando ... o colégio inteiro correu pro laboratório pra ver o que tinha sido ... (D&G, Natal, séc. XX, NEP, oral)

(02) DOC. - E quando você quer ligar várias coisas numa tomada?
LOC. - A gente usa o, ih, benjamim, né?
DOC. - É isso mesmo, **olha aqui**, você gosta, você é ligada em roupa?
LOC. - Não. Não sou ligada em roupa não. (NURC-RJ, séc. XX, DID, Inq.14, Loc. 17, 1971)

(03) Mas depois do almoço, antes de sair, o pai lembrou-me como se lembra a um escritor: - **Vê lá**, Júlia, o artigo é para hoje. Tenho que o levar à noite. Havia um jornal que exigia o meu trabalho. Era como se o mundo se transformasse. (CP, séc. XX, João do Rio, *O Momento Literário*, 1907)

(04) - esses objetos ideais os objetos da matemática, eles existem enquanto meramente pensados, eles não tem uma existência concreta, independente do meu ato de pensar essa realidade, mas mesmo assim, **vejam bem**, ele disse esses objetos ideais - mesmo que eles não sejam pensados os objetos da matemática os objetos, é, dos, no campo da moral, no campo da arte que existe a partir do momento em que é pensado esses objetos. (CP, séc. XX, Recife, EF, 339)

Nos fragmentos (1), (2), (3) e (4), observamos os traços da categoria da marcação discursiva. O traço mais notório é “autonomia sintática” (OLIVEIRA, 2015, p. 26; BYBEE, 2015, p. 156), porquanto *olha*, *olha aqui*, *vê lá* e *vejam bem* não participam de papéis sintáticos em seus arranjos oracionais. Destacamos também “relevo fonológico”

(OLIVEIRA, 2015, p. 27) e “orientação da interação” (RISSO, SILVA e URBANO, 2015, p. 375), que, decorrentes de pressões do uso, contribuem para releitura como marcadores do discurso. Traçando uma gradência no desempenho funcional dos marcadores discursivos destacados acima, defendemos que os marcadores discursivos de base verbal perceptivo-visual atuam na regulação da interação através da manipulação da atenção do ouvinte em relação ao espaço discursivo, a fim de cumprirem propósitos sociocomunicativos.

Com o objetivo de investigar a trajetória de mudança que levou à construcionalização gramatical de $[V_{pv}(x)]_{md}$ na língua portuguesa, levantamos dados do século XV até o século XX e selecionamos o embasamento teórico-metodológico da Linguística Funcional Centrada no Uso. Com esses procedimentos, testamos a hipótese de que, no processo de construcionalização gramatical de $[V_{pv}(x)]_{md}$, a direcionalidade assumida apresenta diferentes rotas que motivam o surgimento de três diferentes padrões construcionais: $[V_{pv}]_{md}$, que é formado por apenas uma parte de base verbal; $[V_{pv}Loc]_{md}$, que é composto por duas subpartes, a primeira de base verbal e a segunda subparte constituída de afixoide locativo; e, ainda, $[V_{pv}Foc]_{md}$, que se apresenta com duas subpartes, sendo a segunda subparte um afixoide focalizador. A partir daí, buscamos responder como diferentes rotas de convencionalização convergem em um único esquema mais geral no século XX, e como motivações de ordem semântico-cognitiva, estrutural e pragmática geram a mudança categorial de usos do predicado transitivo para usos mais abstratos como marcador discursivo.

Com o aporte teórico-metodológico aplicado às nossas análises quantitativas e qualitativas, identificamos que os mecanismos de neoanálise e analogização provocam a construcionalização dos marcadores discursivos de base verbal *olhar* e *ver*. Para exemplificar esse fenômeno, tomamos a trajetória de mudança levantada de três marcadores discursivos, a saber: *olha*, *olha lá* e *olha só*. Metodologicamente, consideramos essas três trajetórias de convencionalização como três etapas representativas das três diferentes rotas consideradas para a mudança linguística alegada.

A Linguística Funcional Centrada no Uso

A Linguística Funcional Centrada no Uso é um modelo de análise em que converge a Linguística Funcional e a Linguística Cognitiva, nos termos de Martelotta (2011), Furtado da Cunha e Cezário (2013) e Oliveira e Rosário (2015). Considerando a língua como um objeto conceptual, essa abordagem apoia-se em duas premissas sobre língua e gramática. A língua é resultado da interação dos falantes com o meio biossocial. A gramática é emergente (HOPPER, 1987) na medida em que se realiza em tempo real de uso. Nos termos de Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 20), gramática é “um conjunto de esquemas/processos simbólicos utilizados na produção e organização de discurso coerente”. Assim, fundamentadas como processos simbólicos, as unidades básicas da língua, conforme formuladas por Goldberg (1995, 2006, 2013), Croft (2001) e Traugott e Trousdale (2013), são consideradas pareamentos indissociáveis de forma-sentido, convencionalizados socioculturalmente. Dessa forma, todas as unidades linguísticas passíveis de pareamento são tomadas como construções. Nessa perspectiva, morfemas (*-a* formador de gênero feminino; *r-* formador de infinitivo verbal), lexemas (*abóbora*; *vermelho*), expressões idiomáticas (*chutar o balde*; *bater as botas*), estruturas sintáticas (*SN*; *SVO*), padrões textuais (*parágrafo*, *sequência narrativa*), entre outros, são construções.

Sendo assim, estabelecemos que a construção $[V_{pv}(x)]_{md}$, com base em Traugott e Trousdale (2013), é uma construção altamente esquemática, porque se configura em um nível mais geral de pareamento. E ainda, consideramos procedural, porquanto, na instância do uso, realiza conceptualizações mais abstratas, que envolvem relações mais gramaticais do que lexicais. Apoiadas na Gramática de Construções, na concepção de Croft (2001), Bybee (2010, 2015) e Traugott e Trousdale (2013), tanto a construção mais geral, $[V_{pv}(x)]_{md}$, quanto às construções mais específicas no nível do constructo, como, por exemplo, *olhe*, *olha aí*, *vejamos* e *vejam bem* são construções em maior ou menor grau de esquematicidade e composicionalidade. Como descreve Goldberg (2013, p. 2-12)⁴, “construções são definidas como sendo pareamentos convencionalizados de forma-função aprendidos em níveis variados de

4 “Constructions are defined to be conventional, learned form-function pairings of varying levels of complexity and abstraction.” (GOLDBERG, 2013, p. 2/12). Tradução nossa.

complexidade e abstração”. Dessa forma, o conhecimento do falante sobre a língua é representado como uma rede interconectada em que cada construção é um nó. Abaixo, ilustramos a rede dos marcadores discursivos perceptivo-visuais:

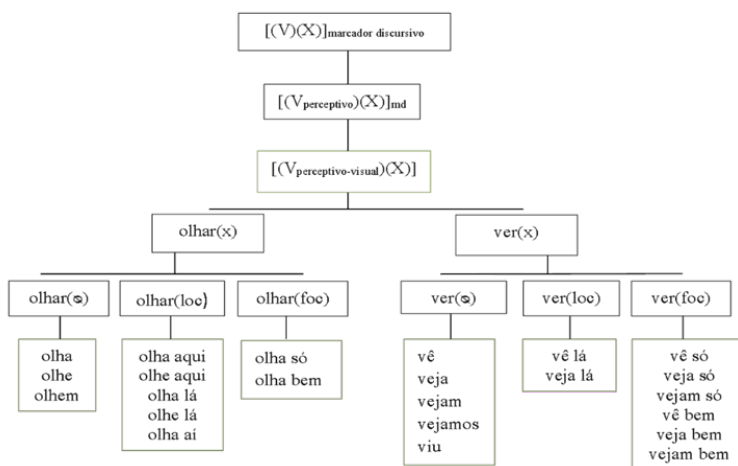


Figura 1 – Rede esquemática dos marcadores discursivos perceptivo-visuais, séc. XX.

Conforme a Figura 1, seguindo Traugott (2008) e Traugott e Trousdale (2013), há nós mais centrais, que representam conhecimentos mais esquemáticos, e há nós em níveis intermediários representando construções menos esquemáticas. As construções de nível mais baixo são instanciadas pelo uso e representam as microconstruções individuais.

A teoria da mudança linguística

Traugott e Trousdale (2013) propõem a *construcionalização* como um processo de mudança linguística. Seguindo a gradualidade entre léxico e gramática, a mudança concorre para a construcionalização lexical ou gramatical. O tipo que nos interessa é a construcionalização gramatical, que gera elementos mais processuais da gramática. A construcionalização prevê que as reconfigurações ocorridas nos polos da construção (forma e sentido) levam à criação de um novo pareamento.

Os autores ainda apontam *mudanças construcionais* que ocorrem em apenas um dos polos da construção. Consideramos essas mudanças construcionais como micropassos de mudança.

Como um processo gradual, questões de ordem cognitiva e semântica são afetadas pela pragmática, levando o contexto a determinadas configurações gradientes da mesma construção. Em um determinado estágio da mudança, esses sentidos afastam-se de suas formas originais e passam a cumprir funções específicas requeridas pelo contexto. Então, um novo pareamento surge, e mais um nó é criado na rede linguística. Nesse enquadre, nos termos de Hopper (1991), camadas mais antigas da língua convivem com camadas mais novas ou em emergência de regularização. A partir daí, defendemos que usos, por exemplo, de *olha* e *aqui* como verbo pleno e advérbio circunstancial, respectivamente, deram origem a uma nova construção em que *olha* e *aqui* se encontram mais vinculados e atuantes em prol da manipulação do espaço atencional discursivo, como demonstrado no fragmento (2).

Alinhada em termos de Diewald (2002, 2006) e Diewald e Smirnova (2012), a mudança contextual alegada acima percorre uma escalaridade contextual em três estágios. O *contexto atípico* caracteriza-se pelo afastamento dos sentidos originais. Nessa fase, sentidos mais abstratos e indexados por implicaturas pragmáticas geram usos polissêmicos. O *contexto crítico* se estabelece a partir de ruptura semântico-estrutural e ganho de funções ligadas ao contexto de produção. Traugott (2018) formula que o apagamento do complemento é o gatilho para a mudança dos marcadores discursivos. Sendo assim, marcas de opacidade estrutural, semântica e pragmática são captadas decorrentes de certas restrições contextuais. Como terceiro estágio, o *contexto isolado* traz à tona a construção neoanalisada em nova forma e novo sentido. Em acréscimo, Diewald e Smirnova (2012) defendem que após o isolamento do novo uso, a nova construção entra no paradigma da nova categoria. De acordo com Himmelmann (2004), há o aumento da classe hospedeira ao ganhar um novo membro.

Rumo à mudança linguística, mecanismos atuam diacronicamente em conjunto para a regularização de padrões linguísticos. Como já citados, apontamos neoanálise e analogização como os mais requeridos nesse processo. Apoiadas em Fisher (2009), Bybee (2010) e Traugott e Trousdale (2013), consideramos neoanálise como o surgimento de novos

usos linguísticos que, devido aos sucessivos micropassos de mudança, acarretam a construcionalização. Enquanto que analogização é tomada como um tipo de neanálise em que um novo uso surge a partir de um modelo pré-existente. Não menos importante, as estratégias de metaforização e a intersubjetificação, com base em Traugott e Dasher (2005) e Ferrari (2014), viabilizam o surgimento dos marcadores discursivos de base perceptivo-visual. Tais mecanismos impulsionam a mudança semântica e cooperam para que novas funções, principalmente as de cunho discursivo e pragmático, se estabeleçam.

A construcionalização gramatical de *olha*, *olha lá* e *olha só*

Nesta seção, apresentamos alguns passos de mudança que levam à formação dos marcadores discursivos, a saber: *olha*, *olha lá* e *olha só*. Como alegado anteriormente, diferenças nas rotas de convencionalização nos levam a justificar que a direcionalidade assumida pelo padrão construcional demonstra que os mecanismos de neanálise e analogização atuam diferentemente em cada um dos casos. Entretanto, sincronicamente, no século XX, é captado um esquema mais geral que abrange todos os marcadores discursivos de base perceptivo-visual, como ilustrado na Figura 1. Dessas observações, constatamos que diferentes rotas de convencionalização não interferem no surgimento do esquema mais geral, mas afetam o estabelecimento de subesquemas mais específicos.

Captado no século XVI, o marcador discursivo *olha* é considerado como a camada mais antiga representativa dos marcadores discursivos que surgem a partir da neanálise dos usos de verbos de visualização. O que tratamos a seguir:

(05) Isso creo que é chufar e se tu queres gingrar nam me dês no coração que o que dói nam é zombar. Felipa: Ele veo ter comigo bem ò penedo da palma e disse: Felipa minh'alma raivo por casar contigo. Digo eu digo: vai vai nadar que faz calma. Caterina: **Olha tu se zombava ele**. Felipa: Bem conheço eu zombaria vi eu porque eu nam queria correr as lágrimas dele. (CP, XVI, *Obra completa*, Gil Vicente)

(06) Martym affonso de melo eu o a sselo mas nam ja para galante que parece por diante byzcaynho longo & belo. E posto que me desama por quem ama tem duas pecas de valor a cor pera cobertor as pernas pera hûa dama que lhe faltam segû fama. A dom aluaro de loronha. **O outro nam decrarado namorado que olha minha ssenhora o vynos vyr em fortora com amarelo & em carnado.** He cousa para nã cressse que ssoo em versse vestido nestes pelotes lhe naçeram motes que nom poderam colherse. (CP, XVI, 1516, *Cancioneiro de Resende*, Garcia Resende)

(07) que vem a ser a sepultura, donde I cada qual vai entao só com o cabedal que lhe deu a natureza, despindo os faustos e as tramóias com que, para representarem suas figuras, os adornou a ambição ou a soberba. **Olha:** no cabo do ano, ditosos e mofinos, todos ficam iguais. Para todos houve verao e inverno, frio e calma; e assim ou assim, jantar e cea. (CP, XVII, *Apólogos dialogais*, F. M. de Melo)

Em (5), atestamos o *contexto atípico*, uma vez que temos uso polisêmico de *olha* com sentido de ‘reparar’. Esse uso afasta-se do uso mais referencial como ‘fitar os olhos’ ou ‘enxergar’, admitidos por Fernandes (1954), veiculado em contexto mais original. Em (6), observamos o uso de *olha* fora de sua estrutura oracional, sancionada pelo esquema mais geral [SVO] (FURTADO DA CUNHA e SILVA, 2018). Como recrutado, em (6), sem o complemento verbal, *olha* configura um sentido subjetivo em que o falante infere uma interpretação ao contexto a partir de sua avaliação pessoal. O sentido polissêmico de ‘reparar’ passa a ser interpretado pelo ouvinte como ‘estar atento’. Dessa forma, detectamos a opacidade estrutural, semântica e pragmática relevantes para a descrição do *contexto crítico*. Já em (7), *olha* configura-se em *contexto isolado*, porquanto é usado como marcador discursivo. Com o recrutamento de *olha*, o falante chama a atenção do ouvinte e, ainda, utiliza o marcador discursivo como apoio para manipular a interpretação do ouvinte a cerca da sequência argumentativa seguinte. Nesse estágio, as negociações de sentido tornam-se mais intersubjetivas, ou seja, centradas no ouvinte. Pragmaticamente, o falante leva o ouvinte a concordar com suas conclusões.

Percorrendo a gradualidade entre (5), (6) e (7), notamos que o uso de *olha* é neanalisado de uma categoria basicamente centrada em usos em prol de um perfil sintático – a de predicado transitivo, para uma categoria com base em usos a favor da pragmática – a de marcador discursivo. Dessa forma, ocorre a construcionalização de *olha*. Dessa reconstrução, uma nova construção surge na língua, e surge também um novo nó inicial na rede. Em consequência, o novo *type* construcional $[V_{pv} \downarrow_{md}]$ se estabelece.

Agora, vejamos a construcionalização de *olha lá* como marcador discursivo:

(08) A indiferença com que estes selvagens encaram tudo isto! Repara, vê aquele labrego passar lá em baixo na ponte; **olha lá se ele desvia a cabeça para algum dos lados**, ou se pára um momento para gozar do belo, espectáculo que dali observa. Olha para aquilo! Selvagem! Pergunta ao Tomé ou a toda essa gente que lá anda em baixo a trabalhar quantas vezes admiraram as belezas de uma noite de luar, (CP, XIX, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Júlio Dinis)

(09) - Cala-te, cala-te - retorquiu azedamente a devota metade do Zé P'reira, - cala-te para aí, desalmado. Excomungado seja o mafarrico, que assim me quer atentar logo que entro em casa! **Olha lá que não morresses de fome!** Estás mal acostumado. Louvado seja Deus! Já não há quem queira sofrer neste mundo mortificações! (CP, séc. XIX, *A Morgadinha dos Canaviais*, Júlio Dinis)

(10) À aproximação dos camaradas, Crapiúna recuou, e levou imediatamente a mão ao sabre, mas, o sargento lho arrebatou com um movimento rápido, com um movimento enérgico. - **Olha lá...** Não se engrace comigo, seu Crapiúna... - observou ele. - Vamos e muito direitinho... Comigo não se brinca, vocês sabem... (CP, séc. XIX, *Luzia-Homem*, Domingos Olímpio)

O fragmento (8) exemplifica o *contexto atípico*, isto é, um afastamento do contexto normal de referencialidade de *olha* e *lá*. Isso se deve pelo sentido polissêmico empregado e pela implicatura pragmática atribuída. O falante requisita que o ouvinte, além de ‘fitar os olhos’ na

pessoa vigiada, ‘repare’ nos movimentos de sua cabeça. Assim, a opacidade semântico-pragmática se instaura no contexto. Em (9), observamos os usos de *olha* e *lá* metaforizados por pressões semântico-cognitivas. Tanto em (9) quanto em (6), *olha* negocia um sentido metaforizado que, nos termos de Votre (2004) e Traugott e Dasher (2005), expressa processo cognitivo interpretado como ‘estar atento’. Aliadas a esse micropasso de mudança, a opacidade estrutural, devido à perda do complemento verbal, e a inferência pragmática, atribuída ao contexto pelo sentido de desaprovação do falante, permite-nos caracterizar o fragmento (9) como *contexto crítico*. A sequência expositiva “que não morresses de fome” não constitui um complemento verbal, mas um aviso/ameaça para onde a atenção do ouvinte é dirigida. Essa interpretação, comentada por Oliveira (2018), é respaldada pelo sentido de espaço vasto agregado pelo locativo *lá* que já não aponta um lugar fixo no espaço, mas a situação discursiva. Em (10), nos termos da LFCU, podemos observar que *olha* e *lá* estão vinculados formando um *chunk*. Uma vez fortalecidos pela frequência, as formas se convencionalizam em novas construções, assumindo novos usos. Dessa forma, em (10), averiguamos que o uso do marcador discursivo *olha lá* constitui um *contexto isolado* licenciado pelo padrão construcional $[V_{pv} \text{ Loc}]_{md}$.

Além dos micropassos apontados, defendemos que, no surgimento dos marcadores discursivos formados por verbos de visualização (*olhar*, *ver*) vinculados aos afixoides locativos (*aqui*, *lá*, *aí*), o mecanismo de analogização atua como reforço na criação das novas formas. Porquanto, o padrão construcional $[V \text{ Loc}]_{md}$ já existia na língua⁵. Sendo assim, defendemos que *olha lá* é neoanalisado via analogização de um padrão mais geral.

Como representativo do padrão $[V_{pv} \text{ Foc}]_{md}$, passamos a analisar a construcionalização do marcador discursivo *olha só*:

- (11) - Quê? Pois preferes o jumento àquele belo alazão. - Decerto.
 - Mas, por quê? - Não sei: gosto mais do burro que do cavalo. -
 Que gosto! Antes andar a pé. E acrescentou ainda apontando para o alazão: - **Olha só para aquilo!** É um animal nobre! Parece que tem consciência do seu valor! Terminado o almoço e vestido o

5 Teixeira (2015) alega que $[V \text{ Loc}]_{md}$ é captada no PE desde o século XVI.

Coruja pelo melhor que se pôde arranjar, o barão, os dois meninos e o velho Caetano abandonaram a casa e encaminharam-se para a estrebaria. (CP, XIX, *O Coruja*, Aluísio Azevedo)

(12) Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava! Nada! qual! Deus te livre! Não há como viver cada um senhor e dono do que é seu! E sacudiu todo o corpo num movimento de desdém que lhe era peculiar. - **Olha só que peste!** considerou Augusta, rindo, muito mole, na sua honestidade preguiçosa. Esta também achava infinita graça na Rita Baiana e seria capaz de levar um dia inteiro a vê-la dançar o chorado. (CP, XIX, *O Cortiço*, Aluísio Azevedo)

(13) Lamarca dividiu os guerrilheiros em dois grupos. Oito, do primeiro grupo, viajariam para São Paulo. Depois, iriam mais quatro. Ficariam quatro para, **olha só**, defender o patrimônio; isso mesmo. As bases, a dois dias de caminhada pela mata. Uma estrutura cara, armas, munições. Talvez o Exército não a encontrasse, Talvez fosse investigar e logo iriam. (CP, XX, *Não és tu Brasil*, Marcelo R. Paiva)

Em (11), captamos um *contexto atípico* do uso de *olha* e *só*, em que *olha* negocia sentido polissêmico de ‘reparar’, e *só* traz uma implicatura pragmática de requisição de atenção para o objeto visualizado. Em (12), inicia-se a construcionalização do marcador discursivo *olha só* a partir do *contexto crítico*. Nesse estágio, ocorrem mudanças estruturais pela perda do complemento verbal. A sequência expositiva “que peste” não é complemento verbal, mas uma estrutura destacada pelo falante. As mudanças semânticas levam à metaforização da percepção-visual em percepção-mental e à metaforização do advérbio circunstancial em elemento de foco contextual. No caso de (12), o falante, ao recrutar a forma *só* destaca a informação a seguir, que consiste em uma avaliação pessoal. E ainda, também ocorrem mudanças pragmáticas, uma vez que ao contexto é acrescido desses sentidos subjetivos. No fragmento (13), temos um uso em *contexto isolado* de *olha só*. O marcador discursivo *olha só* é recrutado estrategicamente para regular a interação através da manipulação

da atenção do ouvinte no espaço discursivo. Sendo assim, ao passo que chama a atenção do ouvinte, o marcador discursivo monitora o entendimento das informações e a compreensão dispensada ao que está sendo informado na linearidade textual.

Assim como na convencionalização de *olha lá*, consideramos que, no processo de mudança sofrido por *olha só*, ocorre analogização por efeito do padrão construcional já existente $[V_{pv}Loc]_{md}$. Entretanto, averiguamos uma diferença ao notar que a segunda subparte da construção é neoanalisada. As restrições de sentido de locativo, licenciadas pelo uso de *lá*, *aí* e *aqui*, passam a veicular sentidos de estratégias de focalização, licenciadas por *só* e *bem*. Daí vem o padrão $[V_{pv}Foc]_{md}$. Consideramos essa direcionalidade assumida como uma neoanálise via analogização acrescida de uma reconfiguração (neoanálise) interna da subparte.

Através da demonstração dos contextos isolados de *olha*, *olha lá* e *olha só*, observamos que os marcadores discursivos de base perceptivo-visual apresentam-se com um significado mais procedural estabelecendo relações gramaticais entre a linearidade textual e os sentidos contextuais constituídos na interação. Defendemos que parte desse sentido construcional é ratificado pela autonomia sintática apresentada e por ganhos de funções discursivo-pragmáticas notórias dessa classe no paradigma dos marcadores discursivos.

Considerações finais

Nossas análises constataam três *types* que atuam como padrões construcionais na formação da rede dos marcadores discursivos de base perceptivo-visual, doravante $[V_{pv}]_{md}$, $[V_{pv}Loc]_{md}$, $[V_{pv}Foc]_{md}$. Esses *types* construcionais surgem como subesquemas que servem como modelos virtuais na criação de novas formas. Assim, conforme Bybee (2010), grande parte dos significados sincrônicos se devem à categorização cognitiva distribuída na diacronia. Dessa forma, na recategorização de cada forma, além das pressões sofridas pelos micropassos de mudança, as camadas mais antigas, já estabilizadas nas formas isoladas, servem de modelo para a regularização das novas formas. Como exemplares dessa categorização, *olha*, *olha lá* e *olha só*, por efeito de formação do *chunk*,



concentram sentidos relacionais, inferências pragmáticas e fatores contextuais que caracterizam sua subclasse no paradigma dos marcadores discursivos. Por essa razão, defendemos que, na língua portuguesa, há um padrão construcional específico responsável pela criação dos marcadores discursivos perceptivo-visuais.

Referências

- BYBEE, Joan. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, Joan. *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CROFT, William. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.
- DIEWALD, Gabriele. A model for relevant types of contexts in grammaticalization. In: WISHER, Ilse; DIEWALD, Gabriele. (org.). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2002, p. 103-120.
- DIEWALD, Gabriele. Contexts types in grammaticalization as constructions. In: *Constructions all over: case studies and theoretical implications*. Dusseldorf: 2006. Disponível em: <[www.constructions-online.de:0009-4-6860](http://www.constructions-online.de/0009-4-6860)>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- DIEWALD, Gabriele; SMIRNOVA, Elena. Paradigmatic integration: the fourth stage in an expanded grammaticalization scenario. In: CORNIE, Bert. *et al.* (org.). *Grammaticalization and language change: new reflections*. Amsterdam: John Benjamins, 2012, p. 111-131.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de verbos e regimes*. 12 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1954.
- FERRARI, Lilian. Subjetividade e intersubjetividade na gramática cognitiva. In; ALVARO, Patrícia Teles; FERRARI, Lilian. *Linguística cognitiva: da linguagem aos bastidores da mente*. Campus dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2016, p. 64-83.
- FISCHER, Olga. Grammaticalization as analogically driven change?. In: *Vienna English Working Papers*, vol. 18, n. 2, 2009. p. 3-23.

- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; CEZARIO, Maria Maura. (org.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; BISPO Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, Maria Maura; FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. (org.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013. p. 13-39.
- FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; SILVA, José Romerito. Transitividade: do verbo à construção. In: *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 48-64, jan/abr. 2018.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GOLDBERG, Adele. Constructionist Approches. In: HOFFMANN, Thomas; TROUSDALE, Graeme. *The oxford handbook of construction grammar*. New York: OUP, 2013, p. 15-31.
- HIMMELMANN, Nikolaus P. Lexicalization and grammaticalization: opposite or orthogonal?. In: BISANG, Walter; HIMMELMANN, Nikolaus P.; WIEMER, Björn (org.). *What makes grammaticalization? A look from its fringes and its components*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 21-42.
- HOPPER, Paul J. Emergent grammar. In: ASKE, Jon. *et al.* (org.). *Berkeley linguistics society 13: General session and parasession on grammar and cognition*. Berkeley, CA: BLS, 1987, p. 139-157.
- HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (org.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de. Contexto: definição e fatores de análise. In: OLIVEIRA, Mariangela Rios de; ROSÁRIO, Ivo da Costa do (org.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015, p. 22-35.

- OLIVEIRA, Mariangela Rios de. O afixoide lá em construções do português – perspectivização espacial e (inter)subjetificação. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 109-129, jan/abr. 2018.
- OLIVEIRA, Mariangela Rios de; ROSÁRIO, Ivo da Costa do (org.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015.
- RISSO, Mercedes Sanfelice.; SILVA, Giselle Mo. de O.; URBANO, Hudinilson. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, Clélia Spinardi (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: a construção do texto falado*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 371-390, vol. 1.
- SAMBRANA, Vania Rosana Mattos. *Marcadores discursivos formados pelos verbos perceptivo-visuais olhar e ver: uma abordagem construcional*. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariangela Rios de Oliveira. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem. Área de Concentração: Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- TRAUGOTT, Elizabeth C.; DASHER, Richard B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- TRAUGOTT, Elizabeth C.; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- TRAUGOTT, Elizabeth C. Rethinking the role of invited inferencing in change from the perspective of interactional texts. In: EHMER, Oliver; MALTE, Rosemeyer. *Interaction and language change*. New York: Mouton of Gruyter, 2018. p. 19-34.
- VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura; MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade Letras/UFRJ, 2004.

Créditos das imagens: Figura 1: Rede esquemática dos marcadores discursivos perceptivo-visuais, séc. XX. Fonte: SAMBRANA, Vania Rosana Mattos. *Marcadores discursivos formados pelos verbos perceptivo-visuais olhar e ver: uma abordagem construcional*. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem. Área de Concentração: Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 71.

Estudo de contraste: *em vez de* x *ao invés de*

Leandro Freitas da Horta (UFF/CAPES)

O que é construção?

A partir dos estudos linguísticos modernos, pode-se notar que toda unidade da língua, do nível menor ao maior, é considerada construção. Assumiremos aqui a ideia de Croft (2001) de que “construção é um pareamento simbólico de forma e significado”. Nesse sentido, vale ressaltar a importância da relação entre a forma, marcada pela unidade linguística, e o significado atrelado ao contexto de uso. Para os estudos funcionalistas atuais, percebe-se, em alguns autores, que tudo, até mesmo um morfema, pode ser considerado construção. No caso do fonema, não há possibilidade de se encaixar nessa definição, porque se trata de uma unidade mínima desprovida de significação.

Pensar a língua através desse pareamento forma-função é uma perspectiva diferente daquela iniciada, no século XX, a partir de Saussure, cujos estudos apontaram para a forma, no sentido de que a língua é um sistema organizado. Não se deve levar apenas em consideração esse aspecto formal, mas sim o sentido de que as unidades provocam no âmbito comunicativo. As duas construções estudadas (EM vez DE x AO invés DE) neste trabalho foram formadas pela união de preposições com um substantivo nuclear, fato muito comum na língua portuguesa. Essas construções são denominadas pela tradição gramatical como locução prepositiva. Com efeito, nota-se que cada palavra geradora da construção possui um significado na língua, contudo, a união destas palavras mais o contexto de uso, que é diverso, vai trazer informações importantes para compreensão do fenômeno investigado.

O que dizem a tradição e as abordagens mais recentes sobre as construções?

Podemos encontrar algumas observações sobre essas construções nas gramáticas tradicionais. Azeredo (2000) menciona “em vez de” como uma locução prepositiva de valor opositivo, substitutivo e de preterição. O autor não se refere ao “ao invés de”. Bechara (2009) cita “em vez de” como uma locução prepositiva, mas não cita “ao invés de”. Já Cunha e Cintra (2008) também citam “em vez de” como locução prepositiva e não mencionam “ao invés de”. Rocha Lima (2000), por sua vez, não menciona nenhuma das construções. Com isso, chegamos à conclusão de que, no geral, a tradição denomina as construções como locuções prepositivas de **substituição** e **oposição**, respectivamente, mas, não aborda outras possibilidades de sentido dessas construções. Além disso, não há nenhuma menção, nos manuais, de que essas construções podem introduzir **orações subordinadas adverbiais**, ou até mesmo, configurar outros tipos de orações. Isso nos leva a pensar a ideia de que há uma previsão de uso, entretanto, ausente nos livros didáticos.

Em síntese, para a tradição, as construções ocupariam o valor de substituição e de oposição, mas não estão previstas na parte sintática dos mesmos manuais. Uma pergunta interessante ao tratamento que é dado às construções seria se os usuários da língua, seja na escrita, seja na fala, fazem distinção de uso ou se essas construções estão em processo de variação.

Por conseguinte, é válido considerar a avaliação de Neves (2011) às preposições que compõem as construções estudadas neste trabalho. Segundo a autora, as preposições são palavras introdutoras de argumentos, isto é, elas permitem introduzir informações complementares relacionadas a um nome ou a um núcleo. No caso da preposição “a”, considera-se sua capacidade de mencionar um complemento relacionado a um ponto de origem; a preposição “a” introduz complemento de um substantivo, podendo desempenhar sentido de direção, impedimento, solução, comunicação, orientação, postulação de cargos, inclinação e subordinação. Com efeito, ressalta-se que a construção “ao invés de” possui a presença dessa preposição na soma de um substantivo; além disso, volta-se para a ideia de que a preposição entra nas

construções indicativas de circunstância – a + nome + preposição – locução prepositiva.

Para a autora, a preposição “de”, em seguida, também é responsável pela inserção de complementos, seja complemento adjetivo, seja complemento substantivo. Para este último, ela confirma que o sintagma é formado pela preposição “de” + sintagma nominal – o que gera um argumento de que pode exercer vários papéis semânticos em relação ao nome predicador. A preposição “de”, segundo Neves (2011), pode também funcionar fora do sistema de transitividade, estabelecendo relações semânticas de especificação, circunstanciação (modo, lugar, tempo, instrumento, causa, posição, matéria, verificação, intensidade e negação). A linguista menciona que a preposição “de” entra na construção de perífrases (+infinitivo) que indicam cessação, início de ação ou processo, intensificação, repetição de ação ou processo, necessidade, oportunidade e efeito. Por certo, comenta-se que, por estarem no nível da oração, as construções estão relacionadas a um verbo, responsável pelo evento sinalizado no período. Sendo assim, muitas ocorrências foram analisadas com o predicador no infinitivo, o que, de alguma maneira, pode se aproximar a essa última consideração de Neves (2011) acerca da preposição “de”. Já a preposição “em” é encontrada no sistema de transitividade, agregando a informação argumental do verbo. Essa preposição também funciona fora da transitividade, uma vez que estabelece relações semânticas diversas, como, por exemplo, de circunstanciação.

Hipotaxe adverbial: proposta funcionalista

A sintaxe será representada, neste trabalho, a partir das ideias de Decat (2001), que, na linha funcionalista, mostra que as orações estão numa relação de (in)dependência, por apresentarem certo grau de conexão entre elas nos campos sintático e discursivo. Desse modo, a autora assevera a noção de unidade informacional, representada pelas orações em estado de conexão dentro do período composto.

No contexto das orações, uma oração é considerada subordinada porque mantém relação com a outra, denominada por cláusula, nos termos de Decat (2001). Segundo a autora, é difícil estabelecer uma diferença entre o encaixamento e a articulação de cláusulas, ou seja, há

orações que estão conectadas a outras porque uma é unidade gramatical da outra; e também há aquelas que estão integradas, entretanto, o elo se dá por causa de outro aspecto gramatical, que, segundo a tradição, pode ser dispensável no período, como, por exemplo, as orações com valores adverbiais. Desse modo, não se faz necessário avaliar se uma cláusula é adverbial ou subordinada, o que importa é notar a capacidade que as duas unidades possuem para se integrarem, ou seja, a articulação hipotática adverbial.

O estudo de Decat (2001) acerca das orações hipotáticas adverbiais mostra que devemos estudar essas orações no nível do discurso e não apenas no nível sentencial; por isso muitos teóricos têm abandonado o termo “subordinação”. As cláusulas adverbiais não são representadas, segundo a autora, como subordinadas; são denominadas como articulação por hipotaxe de realce, destaque ou embelezamento (HALLIDAY, 1985 apud DECAT, 2001). Desse modo, essas orações se integram sem realizar expansão, modificação; o comportamento das cláusulas é dado pelas relações circunstanciais – uma oração responsável pela soma de uma circunstância a um evento principal. Ressalta-se que há casos em que há hipotaxe, e entretanto, a aparência das cláusulas é de coordenação, como, por exemplo, construções que expressam o valor de exclusão, substituição ou adição. Nesse sentido, devemos especular que as duas construções estudadas neste artigo pertencem a este grupo, das que aparentemente seriam coordenadas, mas são hipotáticas adverbiais de realce.

Para Thompson (1984 apud Decat, 2014), a subordinação se apresenta com estruturas de encaixamento; nesse sentido, as orações adverbiais são dependentes, mas, possuem independência organizacional. Já segundo Lyons (1968 apud Decat, 2014), na subordinação, uma oração modifica a outra, complementando o sentido objetivado na projeção dos períodos; a noção de encaixamento das orações mostra um maior grau de dependência entre elas.

Decat (2001) assevera que “a ordem dos elementos em relação de núcleo-satélite não só depende do tipo de proposição relacional que emerge dessa combinação, mas também – e, em certos casos principalmente – está sujeita à função discursiva da cláusula adverbial” (p. 140). Nesse sentido, vê-se que há uma aparente liberdade quanto à posição do

satélite adverbial em relação ao núcleo, ou seja, a oração pode aparecer tanto na posição anteposta, quanto na posição posposta.

Sob essa ótica, é importante salientar que

a perspectiva da abordagem sobre hipotaxe que ora se apresenta considerou os dados do corpus também sob esse aspecto das proposições relacionais que emergem da articulação das cláusulas. E, nos diversos tipos de discursos, surgiram estruturas que evidenciam a necessidade de um tal enfoque. Primeiramente, serão discutidas as que se relacionam por um tipo de elo explícito, a saber, o conectivo conjuntivo, que funciona como uma marca de gramaticalização da hipotaxe (DECAT, 2001, p. 121).

Nesse sentido, as orações hipotáticas adverbiais podem ser introduzidas pelo conector responsável pela sua gramaticalização, “em vez de” e “ao invés de”. Ressalta-se, assim, que, geralmente, nas gramáticas tradicionais é muito comum a avaliação das orações adverbiais a partir do conectivo que as encabeçam. Contudo, tal postura pode ser insuficiente, uma vez que há uma série de pontos relevantes para que se estabeleça uma noção semântica acerca do que é enunciado nas cláusulas. No caso da língua oral, há um esvaziamento semântico de algumas conjunções o qual pode proporcionar mudança de avaliação de sentido dado a uma oração. Há orações que se comportam como sendo de um sentido, mas, que na prática são representadas com outro. Inclusive, há muitas dificuldades por parte de alunos nas aulas de português no que tange à classificação de orações adverbiais e coordenadas, como, por exemplo, a diferença entre uma oração explicativa e uma causal. Geralmente, as orações são analisadas a partir de frases soltas não associadas a um contexto específico. Há aquelas também que são retiradas de livros antigos, dos famosos clássicos da literatura, o que destoia um pouco com o uso da língua. Nesse sentido, cabem mencionar alguns exemplos cujo tratamento é dado de maneira dúbia, mas, que faria todo sentido se na discussão fosse levada em conta uma série de fatores, como contexto, situacionalidade, motivação do falante etc.

Diante disso, é pertinente adotarmos um caminho que considere alguns fatores para que essas orações sejam articuladas e analisadas sob

o ponto de vista linguístico (morfológico, sintático e semântico) e também na consideração de que há motivações para tais usos, sendo necessário, então, avaliar o contexto situacional e todo o entorno linguístico. Com isso, caberia também nesta investigação abordarmos a perspectiva da **mudança** a fim de estabelecer os mecanismos pelos quais levaram determinadas construções a aparecerem no uso linguístico.

Justaposta adverbial na conexão de orações

Uma outra forma de conexão de orações se dá sem o uso do conectivo, o que podemos chamar **justaposta adverbial**. É visto, portanto, que as ideias contidas nos dois eventos oracionais nem sempre são percebidas através de uma conjunção; mas, é comprovado que há combinação entre os eventos por alguma questão discursivo-funcional. Dessa forma, sabe-se que muitos estudiosos atuais denominam essa relação como coordenação, porque estão preocupados com a noção de dependência e subordinação entre as cláusulas. Segundo Decat (2001), vê-se que a ausência de conectivo não impede que se estabeleça uma relação hipotática. Os modos verbais contidos nas cláusulas, por exemplo, podem ser o motivo pelo qual as orações se conectam – o subjuntivo marcado em uma oração pode levar outra oração, ausente de conector, a expor uma condição. Sendo assim, o modo verbal pode ser um instrumento de avaliação e de integração entre a oração hipotática adverbial e sua principal.

Dias e Rodrigues (2010) avaliaram também a distinção da justaposição no campo da coordenação e da subordinação. A princípio, as autoras investigaram na tradição como os autores se posicionam acerca do fenômeno que diz respeito à integração de orações no nível do período composto. Desse modo constataram que as gramáticas apontam tratamento diferenciado para o fato investigado: é consensual a ideia de que na coordenação as orações podem ser colocadas uma ao lado da outra sem a presença do conector. Há menção às substantivas e às adjetivas, contudo, não se menciona justaposição no eixo das adverbiais, com exceção de um autor que aborda justaposição adverbial na semântica de tempo, isto é, uma oração acrescenta no nível informacional uma circunstância temporal à oração principal.

De locução prepositiva a conector: uma perspectiva de mudança

A hipótese para este trabalho é a de que as construções, denominadas tradicionalmente como locuções prepositivas, funcionam como elo entre as duas orações relacionadas no período. Desse modo, é preciso considerar que tanto “em vez de” quanto “ao invés de” são expressões conectoras no âmbito das orações adverbiais, uma vez que introduzem uma circunstanciação a um evento principal. Como se sabe, não há inclusão dessas construções na maioria dos manuais, por isso, propõe-se uma investigação para que tais expressões sejam reconhecidas pela noção semântica que atribuem à oração principal. A proposta de mudança está de acordo com as colocações de Bybee (2015) que considera que tal fenômeno decorre de processos psicolinguísticos ou cognitivos pelos quais operam em situações cotidianas do uso da língua. Isso posto, ratifica que as locuções prepositivas, neste contexto específico de uso, comportam-se como conectivos, uma vez que relacionam dois eventos distintos, inicialmente, por uma substituição e contraste.

Metodologia e análise de dados

A princípio, consideramos 50 ocorrências dos dois grupos, o que nos dá um total de 100 exemplos do uso cotidiano para uma pequena avaliação do fenômeno. Ressalta-se que este trabalho é apenas um recorte de um trabalho maior o qual está em andamento, uma dissertação de mestrado. Dessa forma, optamos por apresentar uma pequena análise de alguns dados, além de mostrar de que forma avaliaremos o restante do *corpus*. A previsão de que o falante não faz distinção de uso é uma máxima na pesquisa. Além disso, especulou-se também que a construção opositiva “ao invés de” fosse mais corriqueira entre os falantes de língua portuguesa, e, assim, o resultado nos levou para as seguintes considerações: foram encontrados no português do Brasil 35.269 ocorrências de “em vez de”, em oposição, ao “ao invés de” com o total de 35.546. A partir disso, podemos levantar mais duas ideias: ou o falante não faz distinção de uso, e, por isso o resultado está tão próximo, ou o contexto de oposição é mais recorrente por causa da questão argumentativa estabelecida no discurso.

Consideraremos mais adiante o tipo de verbo envolvido nas orações encabeçadas pelos conectivos (“em vez de” x “ao invés de”) – ação, percepção, cognição, ligação, avaliação –, a posição da oração adverbial (anteposta ou posposta), a caracterização da negação e o valor da substituição. Diante disso, é crucial passarmos pelas propostas de negação no nível da sentença, ou seja, de que forma nos apropriamos da língua para realizar uma negativa. E também se faz necessário determinarmos quais são as propostas de substituição, quando algo é posto no lugar de outro, e de comparação, quando dois itens são julgados por terem os mesmos traços.

Os exemplos abaixo, bem como todos os outros que compõem este estudo, foram extraídos do site *corpusdoportugues.org*.

(01) “A nova Central de revisão de anúncios exibirá anúncios de todos os tipos de segmentação (contextual, com base em interesses e por canal) que tiveram aparecido em suas páginas e permitirá que você os revise. Com os anúncios segmentados por canal, você ainda poderá revisá-los antes que sejam exibidos sem eu site. E agora, **em vez de** agrupar anúncios, você pode tomar decisões sobre anúncios individuais para controlar o que será exibido em seu site em um nível granular.” (Disponível em: <https://adsense-pt.googleblog.com/2012/03/uma-central-de-revisao-de-anuncios-mais.html>)

(02) “É importante buscar algum grau de importância moral na morte (a importância social parece evidente), além do expurgo e da mera assepsia. Para o equilíbrio ideal das coisas, não seria mais aceitável à humanidade parar de nascer, **ao invés de** morrer o que se ama? Eis aqui uma pergunta que não se calará nem mesmo após o último suspiro.” (Disponível em: <http://acervo.revistabula.com/posts/colunistas/soseguem.-meus-dois-canos-fumegantes-so-atiram-palavras>)

No primeiro exemplo, a locução prepositiva, agora vista como conectivo, “em vez de”, é um elemento de ligação entre a oração “agrupar anúncios” e “você pode tomar decisões sobre anúncios individuais para controlar o que será exibido em seu site em um nível granular”.

Assim sendo, não se vê a possibilidade de as orações desempenharem sentido se estiverem desassociadas de tal elemento conector. O eixo discursivo só poderia, então, ser considerado se houvesse reforço da construção “em vez de”, que aponta, a princípio, a noção substitutiva das ações: “agrupar” e “tomar decisões”.

No segundo exemplo, mesmo que o valor semântico seja aparentemente diferente do evidenciado em i, percebe-se o mesmo nível de integração e a necessidade de a construção opositiva estar presente no período. Ou seja, “parar de nascer” em oposição à oração “ao invés de morrer o que se ama?” evidenciam mais uma vez que a construção “ao invés de” serve como elemento essencial de integração das orações, o que remete a ideia de que há uma questão sintática muito forte entre as orações e também um traço semântico-discursivo. Sendo assim, no que diz respeito a esse último campo, o discursivo, pensa-se que a construção evidencia duas orações relacionadas entre si por uma oposição lexical que se dá evidentemente pelo par “nascer-morrer”, além de uma comparação das possíveis mortes e dos possíveis nascimentos. Na realidade, o tom comparativo pode servir de base para o tom opositivo mais explícito nas sentenças.

Conforme evidenciado, afirma-se a nomenclatura de Dias e Rodrigues (2010) – conectivo conjuntivo – que serve como elemento de ligação de cláusulas, sendo o mais importante o aspecto discursivo do que o lexical:

como se percebe, a nomenclatura conectivo conjuntivo acaba servindo para caracterizar os elementos que promovem ligação entre sentenças e que se comportam como uma conjunção. Tendo em vista a diversidade dos itens linguísticos com essa propriedade, pode-se reforçar ainda mais a premissa de que o que importa é o tipo de proposição relacional que emerge da articulação das cláusulas, e não a marca lexical dessa relação (DIAS e RODRIGUES, 2010, p. 31).

Observe mais dois exemplos extraídos do *corpus*.

(03) “Tais experiências repetidas forçaram-nos inapelavelmente, a esta conclusão lógica: se não tivéssemos tomado o

primeiro gole, nunca ficaríamos bêbados. Portanto, **em vez de** planejar não beber jamais e limitar o número de bebidas ou a quantidade de álcool, aprendemos a concentrar-nos aquele gole que lhe dá o começo.” (Disponível em: <http://aabr.com.br/ver.php?id=146&secao=8>)

(04) “Os deuses e demônios ficaram aterrorizados, pois o veneno poderia destruir todo o mundo. Quando eles foram pedir ajuda à Shiva, ele, para proteger o mundo, bebeu o veneno fatal mas o manteve na sua garganta **ao invés de** engolir.” (Disponível em: <http://aguapotavel.blogspot.com/2008/03/noite-de-shiva.html>)

Em (3), nota-se que o “em vez de” inicia uma discussão no âmbito da bebida alcoólica, considerando, inicialmente, que se faz necessário algo em detrimento ao planejamento de o indivíduo não beber jamais. A primeira oração, considerada a adverbial substitutiva, prepara a cena para que o evento posposto possa ser concretizado. Seria, dessa forma, coerente afirmar que há níveis para a substituição: substitui negando ou substitui comparando?

Em seguida, o item (4) apresenta explicitamente uma oposição no que tange aos verbos “manter” e “engolir”, o que nos leva a perceber que a ação de “engolir” não foi concretizada no discurso, mas foi mencionada pelo falante de modo que criou contraste com a oração principal. Desse modo, estaríamos diante de uma oração adverbial de caráter opositivo, uma vez que a oração principal não causaria efeito discursivo se desassociada à hipotática adverbial.

Considerações finais

Portanto, considera-se que um estudo mais profundo, sob a perspectiva sincrônica da mudança linguística, deve ser feito para que se avaliem os níveis de substituição e de oposição, bem como os subníveis, na comunicação hodierna. Só assim será possível perceber que as unidades linguísticas ou as construções que estão na vida humana ganham finalidades discursivas diversas a depender do propósito comunicativo. Afirma-se a necessidade de uma análise com mais afinco acerca do

processo de gramaticalização através da categorização, composicionalidade e anasalabilidade (BYBEE, 2010). Por fim, a perspectiva cognitivista pode ser também uma grande aliada para o estudo da integração de orações hipotáticas adverbiais.

Referências

- AZEREDO, J. C. A. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BYBEE, J. *Language, Usage and Cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J. *Language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- DECAT, M. B. N. *A noção de unidade informacional no tratamento da subordinação*. Veredas atemática, 2014.
- DECAT, M. B. N.; SARAIVA, M. E. F.; BITTENCOURT, V. O.; LIBERATO, Y. G. *Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- DIAS, M. L. V. S; RODRIGUES, V. V. Justaposição: processo sintático distinto da coordenação e da subordinação? In: RODRIGUES, V. V. (org.) *Articulação de orações: pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 26 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

O papel dos adverbiais na expressão do aspecto cursivo: uma abordagem centrada no uso

Mara Cristina Machado Ladeira Martins¹

Introdução: o aspecto verbal no português

Para dar início a este trabalho, segue uma breve revisão bibliográfica a respeito da categoria de aspecto no português brasileiro. Alguns importantes autores já mencionaram ou apresentaram essa categoria gramatical em suas obras, portanto, julgamos que seja pertinente aludir a alguns desses conceitos já formulados, assim como explicitar as contribuições trazidas por tais autores ao nosso trabalho. Existem diferentes conceitos a respeito da categoria do aspecto no português, na medida em que cada autor entende essa categoria de maneira distinta, e, por conseguinte, sugere diferentes quadros aspectuais para o português. Em nosso trabalho, descrevemos tais conceitos e, inclusive, analisamos semelhanças e distinções, com o objetivo de elaborarmos um conceito de categoria aspectual para o português brasileiro mais completo e sólido.

Iniciemos, então, com a abordagem apresentada por Said Ali (2008): “Na falta de designações melhores que diferenciem este aspecto verbal e o paradigma simples, podem-nos servir os termos *perfectivo* e *imperfectivo* [...]”. O autor ressalta que tais termos podem ser utilizados para aludir à forma verbal simples, no entanto, acrescenta que as línguas modernas possuem uma tendência em utilizar formas analíticas, sendo

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação do Prof. Dr. Monclar Guimarães Lopes.

assim, existe a necessidade de distinguirmos o valor aspectual entre formas analíticas e sintéticas. “Responde ao imperfectivo *fazia* naturalmente a forma *tinha feito*; porém esta, por isso mesmo que é perfectiva, vem a dizer tanto como aquela outra forma sintética *fizera*, para cuja denominação se criou o superlativo *mais-que-perfeito*” (SAID ALI, 2008). Neste trecho analisamos que a forma sintética *fazia* não possui correspondência exata com sua forma analítica *tinha feito*. Desse modo, podemos perceber que a forma analítica não se estabelece apenas como uma outra maneira de dizer o mesmo, mas agrega mais significado ao que está sendo dito, o sentido é alterado pela escolha da forma e, portanto, o aspecto também sofre modificação, como ressalta o autor.

Essa obra de Said Ali, ainda que não possua um capítulo específico sobre aspecto verbal, traz importantes considerações sobre o tema. O autor complementa expondo uma distinção que ocorre quando algumas formas se apresentam no presente perfectivo, tais distinções estão entrelaçadas ao ato, ou à ação verbal, desta maneira o ato pode ser durativo ou iterativo.

Em português, porém entendemos vir a propósito o presente perfectivo – e esta distinção não se faz nos demais tempos – se o ato é durativo ou iterativo, como: *tenho passado ou vivido bem, tenho lido muitos romances*; mas não diremos *ele tem morrido, tenho recebido a carta*, porque são atos momentâneos sem continuidade nem repetição. (SAID ALI, 2008).

O presente perfectivo se refere a ações pretéritas muito recentes. Said Ali explica de maneira mais clara os limites desse tempo:

A razão da afinidade do presente perfectivo com o simples pretérito perfeito está em que todo e qualquer ato compreendido no tempo presente – a que não sabemos limites –, mas realizado, poucos segundos que sejam, antes do momento em que falamos, é por isso mesmo também ato pretérito. (SAID ALI, 2008)

Cabe ainda apresentarmos outras perspectivas sobre o assunto. Esta que iremos abordar em seguida se apresenta explicitada de uma maneira mais simples, em uma abordagem mais tradicional, inclusive, porque se trata de uma gramática normativa.

Ao iniciarmos nossa pesquisa, encontramos diferentes estudos sobre a categoria de aspecto no português brasileiro. Inicialmente, os estudiosos da língua percebiam a categoria de aspecto apenas na oposição entre pretérito perfeito e imperfeito, normalmente, associando seus estudos à morfologia. Algumas outras abordagens percebiam o aspecto em perífrases verbais que combinam aos verbos auxiliares formas no gerúndio ou no infinitivo. Cunha e Cintra (2001) utilizam o seguinte exemplo para contrastar a categoria de aspecto em perífrases verbais:

- a) João **começou a** comer.
- b) João **continua a** comer.
- c) João **acabou de** comer.

Ao analisarem as perífrases verbais presentes nas três construções anteriores, afirmam que não existe exatamente uma oposição gramatical de aspecto, por se tratar de uma questão semântica intrínseca ao significado dos verbos auxiliares.

Seguiremos então com duas abordagens mais contemporâneas.

Aspecto é uma categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e o da realização da situação (TRAVAGLIA, 2016, p.43).

Travaglia apresenta então uma síntese do conceito de aspecto. Neste caso, vale evidenciar que o autor se refere a tempo de forma geral, não se trata de tempo como categoria gramatical (presente, passado, futuro) ou como flexão temporal (pretérito perfeito, presente, pretérito imperfeito). Deste modo, o aspecto se estabelece como uma categoria de tempo em sua noção mais abstrata, já que se trata de uma categoria que estuda o desenvolvimento e a duração da ação.

Segundo Castilho, o aspecto verbal é uma propriedade da predicação e representa as fases de seu desenvolvimento, deste modo o aspecto integra o campo simbólico, enquanto o tempo integra o campo dêitico.

[...] O aspecto caracteriza o evento narrado sem envolver seus participantes e sem referência ao evento de fala. [...] O aspecto quantifica o evento narrado. O tempo caracteriza o evento narrado com referência ao evento de fala. Assim, o pretérito nos informa que o evento narrado é anterior ao evento da fala. (Jakobson, 1957 *apud* Castilho, 2014).

Ainda, podemos considerar: “[...] essa categoria tem a autonomia que lhe é dada por sua propriedade simbólica. Assim, não me parece necessário concebê-lo como uma sorte de ‘tempo interno’ da predicação” (CASTILHO, 2014).

A contribuição acrescentada ao texto pela citação feita, Castilho (2014) corrobora o já exposto conceito elaborado por Travaglia (2016). Castilho e Travaglia, possivelmente, não se referem ao mesmo tipo de tempo. O tempo interno a que se refere Castilho, provavelmente, diz respeito ao tempo enquanto categoria gramatical, que se difere do tempo mencionado por Travaglia, pois este último autor, quando explicita que o aspecto é um tipo de tempo interno, se refere ao tempo como uma categoria macro, ou seja, como uma noção bastante geral que norteia muitas outras. Inclusive, podemos acrescentar que os dois autores se referem ao aspecto como marcador das fases de desenvolvimento da ação, tendo em vista tais conceitos, possuímos um conjunto mais amplo de considerações a respeito da categoria aspectual no português.

Neste trabalho, no entanto, abordaremos com maior ênfase a perspectiva apresentada por Castilho (2014). Desta forma, faremos uma breve apresentação do quadro aspectual do português brasileiro segundo Castilho (2014), de modo que alcançaremos, em seguida, nosso objetivo de abordar os adjuntos adverbiais aspectualizadores, mostrando, desta maneira, que a categoria de aspecto não se apresenta somente no próprio verbo, mas em toda a predicação. O aspecto, portanto, apresenta duas faces: uma qualitativa e outra quantitativa, como exemplifica o quadro a seguir.

Quadro 1 – Tipologia do aspecto – (Castilho, 2014 – p. 420)

Face qualitativa do aspecto		Face quantitativa do aspecto
<i>Imperfectivo</i>	<i>Perfectivo</i>	<i>Semelfactivo</i>
Inceptivo	Pontual	
Cursivo	Resultativo	<i>Iterativo</i>
Terminativo		Imperfectivo/Perfectivo

Fundamentação teórica

Utilizaremos como base os pressupostos teóricos e fundamentais da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) (OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2015; CUNHA, 2017). A LFCU aborda os fenômenos linguísticos a partir da união de duas perspectivas linguísticas: A Linguística Funcional e a Linguística Cognitiva. As duas abordagens consideram a semântica e a pragmática indissociáveis para a prática de estudos linguísticos, por conseguinte, processos cognitivos e interacionais contribuem para o uso que se faz da língua e também para a forma que analisamos os dados investigados.

Podemos postular, portanto, que a expressão aspectual pode se construir de diferentes maneiras e, desta forma, significar de diversos modos e, inclusive, que uma mesma construção aspectual pode significar de diferentes formas, a depender do contexto que está inserida e do momento de enunciação.

Cabe, ainda, ressaltarmos três importantes conceitos muito caros à perspectiva abordada pela Linguística Funcional Centrada no Uso. Trata-se de gramática, uso e discurso. Entende-se como *uso* tanto o registro da modalidade falada como o da modalidade escrita em diferentes variedades (padrão ou não padrão). O termo *discurso* refere-se à produção linguística de cada usuário de uma comunidade de falantes, ou seja, alude aos mecanismos utilizados por cada membro desta comunidade linguística para expressar-se através da língua. Em contrapartida, o vocábulo *gramática* é entendido como a parte social do uso. Se no discurso temos uma expressão individual, na gramática teremos as regularidades da língua.

No que compete ao nosso objeto de pesquisa, alguns conceitos abordados pela LFCU são importantíssimos; apresentaremos, pois,

neste trabalho: o subprincípio da quantidade, o princípio da marcação e a abordagem construcional da gramática.

O subprincípio da quantidade faz referência à quantidade de informação que está intrinsecamente atrelada à quantidade de formas, isto é, quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma.

(01) Durante o ato de campanha, Camilo entrou nas casas para abraçar moradores, **pedalou por alguns instantes** e tomou café em padaria do bairro. O ato contou com a presença do prefeito Roberto Cláudio (PDT), que permaneceu apenas no início do percurso. (Jornal O Povo)

No exemplo apresentado, destacamos o trecho: *pedalou por alguns instantes*. O verbo *pedalar* possui em si uma ideia de ação cursiva, visto que a ação de pedalar não se dá de maneira pontual, mas durativa. No entanto se o sintagma preposicional com valor adverbial não fizesse parte dessa predicação, teríamos apenas o verbo pedalar, conjugado no pretérito perfeito, ainda que pudéssemos inferir que esta ação aconteceu em uma duração, isso não estaria explícito no texto. Além desta comprovação de aspecto imperfectivo, o sintagma preposicional acrescenta um outro valor, nos ajuda a perceber o curso desta ação e constatar que a duração foi curta. Camilo pedalou apenas por alguns instantes. Torna-se possível afirmar, portanto, que o sentido atribuído ao trecho citado não seria o mesmo se retirássemos o sintagma preposicional; por conseguinte, verificamos que mais formas contribuem para maior expressividade, quer dizer, mais informação.

O princípio da marcação possui três subprincípios: complexidade estrutural, distribuição de frequência e complexidade cognitiva. Entendemos complexidade estrutural como uma estrutura mais complexa (ou maior) que se contrapõe a sua correspondente não-marcada e mais simples. A distribuição de frequência diz respeito à maior ocorrência da estrutura não-marcada em relação à marcada. E o conceito de complexidade cognitiva aponta para a maior complexidade cognitiva atrelada a estrutura marcada em relação a sua correlata não-marcada.

(02) As taxas começam nos 14,5% para quem tem rendimentos coletáveis até aos 7091 euros por ano e **vão subindo**

progressivamente até 48% para o patamar acima de 80.640 euros). Para os rendimentos mais altos, acima dos 80 mil euros, soma-se a taxa adicional de solidariedade, com dois escalões (de 2,5% e 5%). Pedro Crisóstomo (Público – jornal online)

(3) Enquanto só 17% dos inocentes aceitaram um acordo quando não havia muitas chances de condenação, 47%, quase três vezes mais, dos culpados preferiram o plea bargain. Mas esses números **vão subindo** à medida que sobe a probabilidade de condenação. Com 95% de chance de condenação, mais inocentes (50%) do que culpados (41%) se dispuseram a assumir a culpa para evitar uma pena maior. (O GLOBO – Economia)

Nos exemplos citados anteriormente, os trechos destacados apontam para um aspecto imperfectivo cursivo gradual. Nos dois casos, percebemos que a ação ocorreu de maneira durativa, a ação de subir é gradual, aos poucos, no entanto a diferença se apresenta no advérbio *progressivamente* utilizado no exemplo 02. O advérbio é utilizado para ressaltar a ideia de ação gradativa, o que já está posto pela forma nominal do verbo *subir* que se apresenta no gerúndio. A estrutura marcada, neste caso, é a da predicção que possui o advérbio *progressivamente*, e a não-marcada é o exemplo 03, que apresenta apenas o verbo no gerúndio, ocorrência mais comum. Verificamos no exemplo 03 uma ideia de proporção introduzida por à medida que, no entanto, esta construção nos mostra uma ideia mais de proporcionalidade, como se o expresso pelas duas orações tivesse valores equiparados, ou seja, o mesmo valor, de modo que os números sobem na mesma proporção em que a probabilidade de condenação. Por conseguinte, evidenciamos que o sentido atribuído à locução verbal em 02 e 03 é distinto e que o adverbial *progressivamente* contribui para tal alteração de sentido.

Percebemos, então, que a estrutura marcada possui mais formas, maior complexidade e menor frequência, visto que ao buscarmos as duas estruturas no banco de dados do site *Corpus do Português*, encontramos 89 ocorrências de *vão subindo* e apenas 1 com *vão subindo progressivamente*.

Na abordagem construcional da gramática, entende-se que todas as línguas são formadas por construções. E uma construção, definida de modo bastante sucinto, seria a unidade básica da gramática. Ainda podemos definir construção como pareamento convencional entre

forma-significado. Portanto, o sentido de uma construção não se estabelece pela soma de seus componentes, mas cada item da forma possui um importante papel para a constituição de seu sentido. Contextualizando tal conceito à nossa pesquisa, podemos verificar que a soma dos elementos de uma predicação não constitui seu sentido exato, ou seja, não basta apenas somarmos o significado de verbos e adjuntos adverbiais para compreendermos o aspecto verbal referido, no entanto, compreendemos que todos os itens que constroem esta predicação contribuem para obtenção de um aspecto específico. Se modificarmos apenas um elemento, provavelmente, teremos um resultado distinto, neste caso, um aspecto verbal diferente do verificado na predicação anterior.

Metodologia

Utilizamos como referencial teórico a Linguística Funcional Centrada no Uso (OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2015; CUNHA, 2017). E os autores Said Ali (2008 [1957]), Câmara Jr (1971), Travaglia (2016), Castilho (2014) e Azeredo (2000) no que diz respeito aos estudos já realizados sobre aspecto verbal no Brasil.

Desse modo, este trabalho se propõe a comparar as três formas abordadas nesta pesquisa para a expressão do aspecto imperfectivo cursivo, estabelecendo um paralelo entre as formas marcadas por duração temporal, isto é, que apresentam marcação de tempo explícita, e o aspecto imperfectivo gradual, em que não é possível precisar o tempo da ação analisada. Os dados utilizados são extraídos do *Corpus NOW*, do site *Corpus do Português*². Foram selecionadas 60 ocorrências da construção *por alguns instantes*, 40 do *subtipo gradual*, e 30 ocorrências com construções que apresentem o adverbial *por muito tempo*.

Análise de dados

Como mencionamos anteriormente, a categoria de aspecto ocorre em toda a predicação. Desta forma, os advérbios relacionam-se

2 (www.corpusdoportugues.org)

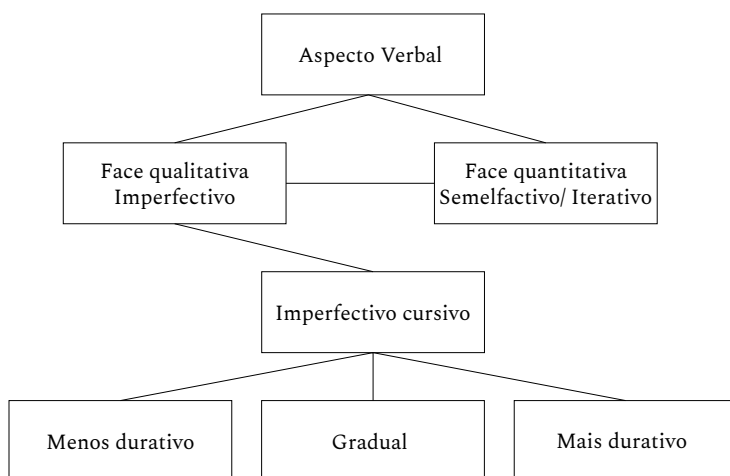
de diferentes maneiras com o tipo semântico do verbo e contribuem ativamente para a construção do aspecto.

Nossa pesquisa se posiciona com maior focalização para o estudo do Imperfectivo cursivo e estabelecemos três subtipos aspectuais: cursivo menos durativo, gradual e mais durativo. Castilho (2014) indica que verbos no gerúndio indicando mudança de estado evidenciam uma duração mais gradual, tais perífrases constituem, segundo o autor, um subtipo de imperfectivos cursivos, denominando estas perífrases como *progressivas*.

O aspecto, segundo o quadro aspectual sugerido por Castilho (2014), apresenta duas faces: uma qualitativa e outra quantitativa. A face qualitativa do aspecto é configurada pelo perfectivo e o imperfectivo que marcam a duração da ação verbal, enquanto a face quantitativa nos oferece a concepção da ocorrência da ação, que pode distinguir-se em singular ou múltipla.

Em nosso trabalho analisaremos as duas faces aspectuais, deste modo, os exemplos apresentados a partir do corpus pesquisado terão suas construções analisadas tanto no âmbito qualitativo como no quantitativo.

Apresentamos a seguir, de forma prática e sistematizada, o recorte abordado por nossa pesquisa:



“O imperfectivo cursivo apresenta o estado de coisas em seu pleno curso, sem referências às fases inicial ou final” (CASTILHO, 2014, p. 421).

MENOS DURATIVO:

(04) Pontos a serem trabalhados: a péssima estrutura do Anhembi (em 2019, de 25 a 27 de setembro, o evento voltará para o Expo Center Norte); o fluxo nas entradas e saídas do evento; a climatização do Anhembi (chegou a faltar luz **por alguns instantes**, e a feira foi salva pelo gerador); a falta de expositores internacionais; a demora na volta de grandes players, como empresas aéreas; o espaço da Latam, muito tímido na Vila do Saber (talvez se as companhias aéreas pudessem ter áreas de treinamento para os agentes os resultados seriam mais visíveis); as opções de alimentação; e a cerimônia de abertura, que já foi mais prestigiada e criativa (apesar de alguns bons discursos). (Revista Panrotas online)

Analisemos primeiro a perífrase verbal *chegou a faltar*. Trata-se de dois verbos télicos e se substituímos a perífrase por apenas um verbo, também seria por um verbo com valor pontual, o próprio *faltar*, mas flexionado no pretérito perfeito do indicativo (*faltou*). É claro que existe uma razão para que a perífrase tenha sido escolhida em lugar do verbo simples. Provavelmente, seja porque na perífrase nós conseguimos perceber essa ideia de que faltou luz apenas por alguns minutos e que o verbo, em sua forma simples, apresentaria a ação como pontual e conclusiva (faltou luz). No entanto, além da perífrase nos ajudar a perceber que essa falta de luz não durou muito, já que havia o recurso da utilização do gerador, o adjunto adverbial *por alguns instantes* também contribui para essa ideia. E concluímos, então, que, embora se trate de dois verbos de classe acional não durativa ou télicos, quando combinados nesta perífrase, expressam um sentido durativo, e o adjunto adverbial cooperou para que tal percepção fosse mais clara. Nesse caso, temos um aspecto imperfectivo cursivo quando analisamos sua face qualitativa e podemos inferir que, nessa predicação, a perífrase verbal constituída por verbos de classe acional pontual teve sua pontualidade ou perfectividade alterada com a contribuição do sintagma adverbial.

MAIS DURATIVO:

(05) “As políticas públicas para o idoso, que **por muito tempo estiveram em segundo plano**, hoje, ganham visibilidade por

meio de ações inclusivas, que resultam em oportunidades e geram perspectivas de reinserção social. A responsabilidade por políticas públicas voltadas à saúde do idoso é parte das atribuições do Ministério da Saúde e isso justifica estarmos ao lado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos nessa campanha de valorização, proteção e cuidado dos idosos”, destacou a secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), Mayra Pinheiro. (Ministério da Saúde, 27/6/2019).

O verbo *estar* está conjugado no pretérito perfeito, que indicaria um passado concluído, a leitura do trecho citado nos ajuda a inferir que, de fato, a autora do texto elege essa forma do verbo para expressar uma possível mudança no quadro das políticas públicas para os idosos. O adjunto adverbial, *por muito tempo*, agrega à predicação uma perspectiva sobre a duração desta ação. O adverbial confere a construção aspectual maior expressividade, e confirma que a resultante é imperfectiva.

GRADUAL:

(04) Neste sábado, o bairro do Cabula terá o trânsito alterado para a realização da Passeata Educacional Amor e Paz. A partir das 15h, o tráfego será **interditado progressivamente** a partir da Rua Silveira Martins (com saída em frente à UNEB), seguindo pela Rua de São Gonçalo, e chegada na Escola Rosa dos Ventos. (G1 – Bahia, 2018)

Analisando a construção “[...] o tráfego será interditado progressivamente...” percebemos que se consideramos apenas *até o tráfego será interditado*, compreendemos o sentido da informação expressa no trecho citado, no entanto, a interdição do tráfego nos parecerá pontual e imediata, portanto o advérbio *progressivamente* atribui um sentido distinto à predicação, o tráfego foi interditado aos poucos, ou seja, de maneira gradual. O próprio advérbio *progressivamente* traz em si uma ideia de processo. Este processo não é linear, se intensifica de forma gradual, e percebemos este traço na ação descrita na predicação em análise.

Considerações finais

Apresentamos, ao longo deste artigo, três subtipos do aspecto imperfectivo cursivo. Consideramos subtipo, visto que o aspecto verbal é uma categoria e a definição como aspecto *imperfectivo* seria uma subcategoria de aspecto verbal. Deste modo, conjecturamos que o cursivo seja um tipo de aspecto imperfectivo. Desta maneira, identificamos as três formas de aspecto imperfectivo cursivo como subtipos do *cursivo*.

Este trabalho abordou parte de uma pesquisa desenvolvida durante o curso de mestrado. As ocorrências expostas neste texto são parte de um levantamento de dados desenvolvido anteriormente e que foi explicitado neste trabalho de maneira breve, mas que cumpre o nosso objetivo em mostrar a contribuição adverbial para a construção do aspecto imperfectivo cursivo, e as alterações de sentido que estes adverbiais podem causar a uma predicação verbal.

Nossa pesquisa institui como escopo a análise de ocorrências que evidenciem a contribuição dos adverbiais para a investigação do aspecto verbal, no português brasileiro. Dessa maneira, elaboramos uma revisão bibliográfica que nos ampare teoricamente, e analisamos nossos dados à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso.

Referências

- ALI, Said. *Dificuldades da língua portuguesa* /M. Said Ali. – 7. ed. – Rio de Janeiro: ABL: Biblioteca Nacional, 2008.
- AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Editora Livraria Academia, 1971.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.

■
∞

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; ROSÁRIO, Ivo da Costa do. (Org).
Linguística centrada no uso – teoria e método. 1ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2016.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e a sua expressão*. 5ª ed. - Uberlândia: EDUFU, 2016.

Análise das construções proporcionais com base na linguística funcional centrada no uso

Thaís Pedretti Lofeudo Marinho Fernandes¹

Objeto de pesquisa

O presente trabalho tem como objeto de investigação as construções correlatas proporcionais, em suas distintas elaborações, desde as já elencadas pela tradição gramatical até os usos menos prototipicamente relacionados ao matiz semântico da proporção. Nesse sentido, este estudo, com base nos aportes teóricos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), propõe-se a tecer contribuições para as investigações sobre a correlação como processo de estruturação sintática e para o exame de construções que veiculam sentido proporcional.

Em Fernandes (2017), empreendeu-se a análise que teve como enfoque as construções proporcionais instanciadas pelas expressões conectoras à medida que/à proporção que e as instanciadas pelos correlatores *quanto mais/menos...* (*tanto*) *mais/menos*. Na etapa atual da pesquisa, o objetivo é ampliar o espectro dos conectores com semântica proporcional. O propósito é a descrição e a análise do inventário de conectores proporcionais, desse modo, estendendo o escopo dos nexos interacionais de caráter proporcional.

Essa nova abordagem parte do pressuposto de que a proporção é um sentido da língua que não é veiculado exclusivamente pelos conectores à medida que/à proporção que ou pelos correlatores *quanto mais/*

1 Doutoranda em Estudos da Linguagem pela UFF (CNPq), sob a orientação do Professor Dr. Ivo da Costa do Rosário.

menos... (tanto) mais/menos. Considera-se que a noção proporcional pode ser traduzida por distintos recursos disponíveis na língua, haja vista a ocorrência de exemplares instanciados pelo conector *conforme*, como se evidencia em (1). Duas ocorrências foram retiradas da pesquisa já referenciada e estão expostas a seguir:

(01) Os pesquisadores concluem assim o estudo: “Nossas descobertas implicam que **conforme a tecnologia avança, trabalhadores com baixa qualificação serão realocados para tarefas não suscetíveis à informatização** — ou seja, tarefas que demandem inteligência social e criativa. (...) Para os trabalhadores vencerem essa corrida, no entanto, eles terão de adquirir habilidades criativas e sociais.”²

Apesar de *conforme* ser um conector tradicionalmente associado exclusivamente ao sentido de conformidade, em (1), ele atua tal qual um conector proporcional, uma vez que, nesse contexto, relaciona de modo proporcional, tais fatos: (a) tecnologia avança e (b) trabalhadores com baixa qualificação são realocados para tarefas não suscetíveis à informatização. Assim, em convergência com uma construção proporcional em que uma ação ou um evento expresso na primeira parte enseja o acontecimento da ação ou evento expresso na segunda, pode-se considerar esse uso uma configuração proporcional.

Tal proposta de expansão nos estudos das construções proporcionais visa a apontar que a noção semântica de proporção não se restringe aos conectores já estudados, mas que perpassa por outras manifestações linguísticas. Desse modo, pretende-se afastar-se de descrições tradicionais da língua que, em geral, associam determinado(s) conector(es) a noções semânticas específicas, como ocorre com o próprio *conforme*, que, na maioria dos estudos tradicionais, está indistintamente relacionado ao matiz conformativo. Com isso, a hipótese central que norteia esta investigação é de que a semântica de proporção pode ser expressa por outros conectores além de à medida que/à proporção que

2 Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/02/07/Intelig%C3%A2ncia-artificial-entre-a-pr%C3%B3xima-revolu%C3%A7%C3%A3o-tecnol%C3%B3gica-e-o-fim-da-humanidade>

e *quanto mais/menos... (tanto) mais/menos*, tais como *conforme, mais...mais, na medida em que*, bem como os adjetivos comparativos *maior e menor*.

Para comprovar essa hipótese lança-se mão dos pressupostos teóricos da LFCU, com base em usos reais da língua. Nesse sentido, os dados são extraídos do *Nexo Jornal*, disponível online em <https://www.nexojornal.com.br/>. Defende-se que as construções em todos os padrões têm em comum o fato de veicularem a noção de proporcionalidade. Contudo, no nível estrutural, apresentam formatações distintas, como o processo de subordinação e de correlação.

Assim, com base na hipótese central e no propósito da presente análise, tenciona-se, a partir da análise de dados de fala e escrita da língua em uso, avançar com os estudos voltados para as construções correlatas proporcionais, de modo a rastrear manifestações linguísticas até então não apontadas em investigações prévias.

Base teórica e metodológica

Esta investigação tem como objetivo principal analisar as construções proporcionais em contextos reais de comunicação, em que a língua na modalidade escrita é empregada em prol de diversos propósitos comunicativos. Por esse motivo, os pressupostos teóricos pautados na LFCU são compatíveis com os objetivos de investigação, que intentam ratificar a hipótese central.

A LFCU constitui o principal instrumento teórico que norteará a análise das construções proporcionais nesta análise. Esta corrente teórica representa a interface de pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional de vertente norte-americana, também conhecida como Funcionalismo clássico, com a Linguística Cognitiva.

A primeira corrente teórica desenvolveu-se principalmente na década de 70 e tem como característica fundamental priorizar o contexto linguístico ao lado do extralinguístico em suas análises. A língua, com base nessa visão, é investigada em seus contextos reais de uso, como um instrumento de comunicação e interação social. Discurso e gramática, com isso, tornam-se indissociáveis, uma vez que ambos integram entre si e, por esse motivo, um repercute no outro.

A gramática e o discurso estão interligados a partir do uso e das necessidades comunicativas, visto que o falante lança mão de estruturas linguísticas que constituem a gramática, em razão do contexto extralinguístico. Assim, a gramática é resultado da interação e é afetada pelas experiências dos usuários com a língua.

Nos estudos funcionalistas iniciais, as pesquisas de itens isolados e a trajetória desses itens no processo de gramaticalização ganharam destaque. Na atual perspectiva, procura-se não mais pautar a investigação unicamente no item, uma vez que essa metodologia tende a não integrar aspectos contextuais das ocorrências. Na abordagem adotada neste estudo, a análise é voltada para o contexto em que estão inseridas as construções proporcionais e não unicamente os conectores, pois parte-se do princípio de que a proporção não é veiculada unicamente por *à medida que*, por exemplo, mas por todo o seu em torno linguístico.

Na perspectiva da Linguística Cognitiva, Langacker (1991) afirma que a gramática constitui um conjunto de princípios dinâmicos que se associam a rotinas cognitivas moldadas, mantidas e modificadas pelo uso, de modo que a construção do significado é negociada pelo falante no discurso. Nessa abordagem, a experiência do indivíduo ganha proeminência, tendo em vista que, a partir dela, as categorias linguísticas são desenvolvidas.

A LFCU visa a uma abordagem holística nas análises, incorporando semântica e pragmática, bem como rejeitando a autonomia de qualquer nível linguístico. Nessa visão, é valorizada a pesquisa baseada em dados reais de fala e escrita, visto que se compreende que a língua está submetida às pressões comunicativas do meio no qual se insere, o que é refletido diretamente em sua estrutura.

Tendo em vista os pressupostos teóricos da LFCU, assume-se que esta pesquisa se inclui nessa perspectiva, principalmente por analisar dados em pleno uso da língua e também por investigar o contexto em que estão inseridas as correlatas proporcionais, buscando elaborar uma análise holística das construções.

Em relação ao suporte metodológico, objetiva-se estabelecer uma investigação de caráter qualitativo, uma vez que as construções são analisadas levando em consideração as estruturas como um todo e as informações contextuais.

Com base no objeto de pesquisa, o levantamento de dados foi realizado no *Nexo Jornal*, disponível online em <https://www.nexojornal.com.br/>. Os dados que constituem o objeto de análise foram delimitados por meio da leitura dos materiais que compõem o *corpus*, uma vez que o propósito é flagrar a manifestação de dispositivos proporcionais em uso na língua. Desse modo, a metodologia da coleta de dados pautou-se na investigação minuciosa dos textos da atual sincronia, tendo em vista a pesquisa pelo de matiz proporcional.

Análise de dados

Com base no preliminar levantamento de dados, destacam-se as ocorrências a seguir:

(02) “Sempre gostei de livros até que um dia decidi escrever. **Conforme fui praticando, comecei a pensar na escrita como algo mais sério** e, então, pensei que podia ser interessante elaborar um livro de contos. Precisei elaborar as personagens e situações para cada história. Não sou de fazer muito planejamento em relação à estrutura ou enredo.³

(03) Uma maneira de visualizar dados bastante utilizada é a comparação de tamanhos de diferentes objetos como representação de valores numéricos — círculos ou retângulos costumam ser as formas mais utilizadas nesses gráficos. A pressuposição nesse tipo de visualização é de que **quanto maior a área ocupada pela forma geométrica, maior o valor daquele dado**. Entretanto, muitos gráficos desse tipo são desenhados utilizando o valor do dado não na área, mas na largura, altura ou diâmetro da forma geométrica, o que na prática distorce proporção entre as formas. No caso de um quadrado, como no exemplo acima, a área é o produto dos lados. E é essa a medida que deve ser proporcional ao dado que se pretende mostrar.⁴

3 Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/servico/2017/06/14/O-desafio-de-escrever-o-primeiro-livro.-Veja-o-que-dizem-quatro-escretores>

4 Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2019/04/01/Como-mentir-com-gr%C3%A1ficos-mais-7-detalhes-que-podem-te-enganar>

(04) Atualmente, os servidores pagam 11% de contribuição previdenciária. O principal argumento à favor da progressividade é que, com ela, **vai pagar mais quem ganha mais**. A lógica é parecida com a que já vigora no Imposto de Renda. O argumento do governo é que a reforma aproxima as regras do Regime Geral de Previdência Social, do setor privado, ao Regime Próprio de Previdência Social, dos servidores públicos.⁵

(05) Na Itália, que adotou o modelo em 2003, há incentivos para os motoristas que não cometem infrações. **Quem dirige começa com 20 pontos, descontados a medida em que há desrespeitos às regras de trânsito**. Mas, caso passe dois sem infringir o código local, ele passa a receber dois pontos até o limite total de 30.⁶

Em (2) verifica-se a manifestação do conector *conforme* – tradicionalmente relacionado exclusivamente ao matiz semântico de conformidade – inserido em um contexto proporcional, haja vista que *conforme fui praticando, comecei a pensar na escrita como algo mais sério*, ou seja, uma ação enseja a outra, de tal modo que uma é condição para a existência da seguinte. Dessa forma, analisando o contexto da construção e não mais o conector de forma isolada, como um item, identifica-se que o sentido proporcional se materializa nesse exemplar, visto que está presente o fundamento da definição de proporção, que se pauta justamente na justa relação entre fatos ou eventos.

Para Langacker (1991), a gramática constitui um conjunto de princípios dinâmicos que se associam a rotinas cognitivas moldadas, mantidas e modificadas pelo uso, de modo que a construção do significado é negociada pelo falante no discurso. Com isso, o uso instaurado em (2) verifica essa assertiva no sentido de que *conforme*, no uso, foi negociado e passa nesse exemplar a estabelecer um sentido proporcional e não conformativo, como tradicionalmente ocorre.

Em (3), novamente com um olhar direcionado ao contexto, identifica-se que todo o trecho destacado colabora para a leitura proporcional,

5 Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/04/08/%C3%89-justo-o-peso-da-reforma-da-Previd%C3%Aancia-sobre-os-servidores>

6 Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/04/10/Qual-o-efeito-de-aumentar-a-toler%C3%A2ncia-de-pontos-na-CNH>

já que são empregados os termos *proporção* e *proporcionalmente* nas frases adjacentes. Assim, o conteúdo proporcional veiculado em *quanto maior a área ocupada pela forma geométrica e maior o valor daquele dado* inicia a veiculação proporcional, de modo que a área ocupada está diretamente atrelada ao valor do dado. Os correlatores *quanto maior* e *maior* iniciam, respectivamente, prótase e apódose da construção, relacionando de forma diretamente proporcional, isto é, o aumento de um leva ao aumento de outra, a ocorrência dos fatos.

Em (4), assim como em (3), há a presença de dois correlatores no início da prótase e da apódose, contudo, o que diferencia os dois exemplares é que no segundo caso os correlatores são semelhantes e se reduzem unicamente ao advérbio *mais*. De forma direta, evidencia-se aqui a relação diretamente proporcional de que *paga mais quem ganha mais*, assim, estão relacionados proporcionalmente o ganho e o pagamento. A relação proporcional fica bastante clara e a omissão do tradicional *quanto* na prótase em *quanto mais* não prejudica o entendimento do sentido veiculado, pelo contrário, torna ainda mais evidente. Com isso, identifica-se que o uso da língua licencia a ocorrência de *mais... mais*, demonstrando que a relação de proporção também pode se estabelecer dessa forma.

Tanto em (3) quanto em (4) identifica-se uma necessidade do usuário da língua de tornar-se mais expressivo, por esse motivo, lança mão de recursos linguísticos bastante icônicos para expressar os sentidos pretendidos. Com isso, verifica-se que a gramática e o discurso, de fato, estão interligados a partir do uso e das necessidades comunicativas, visto que o falante lança mão de estruturas linguísticas disponíveis na gramática que podem tornar seu discurso mais expressivo.

No último exemplo, há um caso comum de confusão entre à medida que (proporcional) e *na medida em que* (causal), resultando *a medida em que*. Apesar, desse cruzamento de formas, o sentido estabelecido aqui é o de proporção, visto que *os pontos são descontados* à proporção que *há desrespeitos às regras de trânsito*, com isso, uma ação implica a outra, de forma proporcional. Nesses casos, é preciso atenção redobrada, pois muitas vezes há, de fato, uma opacidade entre o sentido causal e o proporcional. Contudo, aqui o segundo emerge, visto que há uma relação de ação em progresso, comum na proporção.

Com base nesses exemplares, pode-se verificar que os usos das construções proporcionais não se restringem aos casos já verificados

de à medida que/à proporção que e de *quanto mais/menos...* (*tanto*) *mais/menos*. O sentido proporcional é mais produtivo e amplo do que os usos instanciados pelos tradicionais conectores já citados.

Considerações finais

Com base na análise de dados, puderam-se identificar exemplares de construções proporcionais instanciadas por conectores distintos dos já verificados em estudos prévios voltados para esse objeto de estudo. Além dos reconhecidos à medida que/à proporção que e *quanto mais/menos...* (*tanto*) *mais/menos*, *conforme*, *mais...mais*, *na medida em que* e os adjetivos comparativos *maior* e *menor* são recrutados nesse tipo de construção.

Dessa forma, com base na LFCU, a partir de dados reais da língua, compreende-se que os usos que veiculam o sentido proporcional são mais abrangentes e produtivos do que se verificava, apresentando formatações distintas e com conectores até então não relacionados ao matiz semântico de proporção. Assim, compreende-se que foi possível atestar a hipótese inicial, configurando uma nova demanda para pesquisa voltada para as construções proporcionais, tendo em vista que não se limitam aos conectores já reconhecidos, mas são empregadas em distintas formatações linguísticas.

Referências

- FERNANDES, T. P. L. M. *Construções correlatas proporcionais sob a perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso*. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. II. *Descriptive Application*. Stanford, California: Stanford University Press, 1991.

BLOCO 2

FUNCIONALISMO — ORAÇÕES

A correlação aditiva nos séculos XVI, XVII e XVIII sob a ótica da linguística funcional centrada no uso

Brenda da Silva Souza¹

Introdução

A abordagem das construções correlatas aditivas pelos gramáticos mais tradicionais geralmente se dá como um arranjo sintático especial da coordenação, com intuito de expressar vigor, ênfase (BECHARA, 2009, p. 330; LUFT, 2000, p. 47), mas não como um processo distinto, como defendeu Oiticica (1952), em sua importante *Teoria da Correlação*. Neste trabalho de mestrado em andamento, pretendemos demonstrar que a correlação aditiva se difere formal e funcionalmente da coordenação aditiva, por se tratar de uma construção distinta.

Para isso, utilizaremos o suporte teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), que é uma corrente de estudos linguísticos que se preocupa com a emergência e a regularidade das construções e as motivações discursivo-pragmáticas e semântico-cognitivas implicadas nos usos desses padrões construcionais, tanto em seu viés sincrônico como diacrônico (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

A definição de *correlação* que utilizamos é aquela proposta por Rosário (2012, p. 3): “construção sintática prototipicamente composta por duas partes interdependentes e relacionadas entre si, encabeçadas por correlatores, de tal sorte que a enunciação de uma (prótase) prepara

1 Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF), orientada pelo Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

a enunciação de outra (apódose)”. O dado (1) a seguir, retirado do *corpus* presente no site da Biblioteca Virtual Brasileira (USP)², traz uma construção correlata aditiva:

(01) [...] Eu penso, que até os mesmos metaes, e o enxofre, que se achão nas plantas, não devem ser, senão compostos de alguns destes princípios, pelo que acho possível, **não só** a transmutação, **como também** a factura dos metaes; se os Chymicos tivessem seguido exactamente a marcha da Natureza nesta operação, terião sem duvida achado esta pedra filosofal; [...] (Século XVIII, Brasileira).

O exemplo (1) acima, encontrado em um texto escrito do século XVIII, ilustra o que chamamos de *construção correlata aditiva*. Nesse sentido, observamos que os elementos que acompanham o par correlato *não só... como também* são sintagmas nominais, o que nos revela um caso de correlação aditiva suboracional.

Este trabalho se insere na agenda de estudos do grupo de pesquisa *Conectivos e Conexão de Orações* (CCO-UFF). Portanto, a escolha desse objeto reflete os interesses do grupo, que tem como foco o estudo do papel, do uso e da trajetória dos conectivos e dos diferentes processos de conexão de orações. Além disso, o pequeno número de materiais teóricos que abordem de maneira coerente a correlação aditiva como um fenômeno distinto da coordenação também é um motivo para o nosso interesse sobre esse tema, haja vista o fato de os gramáticos brasileiros e muitos estrangeiros não considerarem essa distinção e poucos autores brasileiros terem se dedicado de forma mais atenta às construções correlatas. Destacamos, ainda, a possibilidade de cooperar na elaboração de um quadro completo da descrição da construção correlata aditiva na língua portuguesa, a partir dos estudos funcionalistas. Essa última justificava explica a escolha pelo recorte temporal dos séculos XVI, XVII e XVIII, que busca ampliar as sincronias já analisadas (séculos XIX, XX e XXI) por outros pesquisadores do grupo de pesquisa CCO.

De forma geral, os objetivos dessa pesquisa são os seguintes:
(i) analisar as bases que diferenciam a coordenação aditiva da correlação

2 Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/1>. Acesso em 01 ago. 2018.

aditiva, de modo que seja possível contribuir para uma melhor caracterização da correlação; (ii) verificar em quais sequências textuais encontramos dados de correlação aditiva; (iii) investigar as funções semânticas/pragmáticas/discursivas dessas construções.

Após esta introdução, este trabalho será organizado da seguinte forma: na seção a seguir, trataremos dos pressupostos teóricos da LFCU que são fundamentais para nossa pesquisa; na seção *Procedimentos metodológicos*, discorreremos sobre algumas advertências a respeito da metodologia utilizada na constituição e análise de nosso exemplário. A terceira seção será responsável pela análise dos dados e, por fim, finalizaremos com as *Considerações Finais*, sintetizando os principais resultados.

Fundamentação teórica

Esta pesquisa, como dito anteriormente, apoia-se na corrente teórica denominada Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), que reúne postulados da Linguística Funcional Clássica de vertente norte-americana e da Linguística Cognitiva, especialmente do modelo da Gramática de Construções. Na LFCU, o uso linguístico assume grande importância, sendo relacionado a propriedades icônicas e tendo suas estratégias interacionais destacadas como motivadoras da gramática (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016). Defende-se, nessa perspectiva, uma abordagem holística dos usos linguísticos, considerando que as construções não produzem sentido de forma isolada e estão constantemente se adaptando às necessidades comunicativas dos usuários.

Vejamos como Rosário e Oliveira (2016, p. 236) definem o Funcionalismo contemporâneo e algumas de suas ideias centrais

Na contemporaneidade, o Funcionalismo de vertente norte-americana amplia seu espectro de observação e incorpora, de modo mais efetivo, a dimensão contextual. Nesse sentido, destaca-se a abordagem holística e contingencial dos usos linguísticos, na consideração de que itens não ocorrem ou produzem sentido isoladamente, de que é preciso considerar as relações contextuais. Tal reorientação corresponde ao Funcionalismo na contemporaneidade e

concebe a estrutura linguística como derivada de processos cognitivos gerais, de acordo com Bybee (2010). Os usos linguísticos são, nesse âmbito, entendidos como produto da experiência, da rotinização e da perspectivização na e pela linguagem, entre outras motivações.

Destacamos ainda a concepção de gramática desta vertente teórica. Na LFCU, a gramática é vista como uma estrutura maleável, “que está num contínuo refazer-se” (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2015, p. 42). Segundo essa concepção:

[...] há uma simbiose entre gramática e discurso: o discurso e a gramática interagem e se influenciam mutuamente. A gramática é compreendida como uma estrutura em constante mutação/adaptação, em consequência das vicissitudes do discurso. Logo, a análise de fenômenos linguísticos deve estar baseada no uso da língua em situação concreta de comunicação. (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 14).

Comumente, tem se denominado o tratamento gramatical dado aos fenômenos linguísticos na LFCU como abordagem construcional da gramática, que é, pois, essencialmente, uma teoria do uso. Nessa abordagem, a língua é concebida como uma rede de pares convencionalizados entre forma e significado, conforme asseveram Traugott e Trousdale (2013).

Outro ponto fundamental para essa concepção teórica é o conceito de *construção gramatical*, que Goldberg (1995) define como o pareamento entre forma e significado, um “esquema simbólico a partir do qual são instanciados todos os componentes da gramática” (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016, p. 239). Na abordagem construcional, a construção passa a ser, portanto, a unidade básica da gramática, e também a unidade mínima de análise para o pesquisador, que deixa de considerar o item isoladamente.

Por fim, frisamos a grande importância do trabalho de Traugott e Trousdale (2013). De acordo com os autores, as construções são consideradas em uma rede hierárquica, distribuídas nos seguintes níveis: *esquema*, *subesquema*, *microconstrução* e *constructo*. Ainda segundo os autores, as construções possuem três propriedades, a saber:

esquematicidade, produtividade e composicionalidade. A esquematicidade está relacionada ao grau de generalidade das propriedades formais e funcionais da construção. Assim, quanto mais esquemática é uma construção, maior é a sua abstração. A produtividade está diretamente relacionada aos fatores de frequência (*type* e *token*). Já a composicionalidade diz respeito ao grau de transparência entre o elo da forma e do significado. Nesse modelo, os autores têm o foco na mudança construcional e na construcionalização. Esse último processo ocorre quando há um novo pareamento forma-significado, isto é, uma nova construção surge na língua. Já a mudança construcional ocorre quando apenas uma dimensão da construção – a forma ou significado – é afetada (cf. TRAUGOTT; TROUDALE, 2013).

Esses são os principais pressupostos teóricos que balizam a análise a ser feita neste trabalho. A seguir, destacaremos alguns procedimentos metodológicos importantes.

Procedimentos metodológicos

Na metodologia adotada nesta pesquisa, o foco de análise é preferencialmente qualitativo, mas com suporte quantitativo, por meio da consideração de aspectos de frequência. Nesse sentido, podemos classificar nosso método de análise como misto, nos termos de Cunha Lacerda (2016).

A respeito da questão da frequência, salientamos que nos baseamos em Bybee (2007), já que distinguimos tanto a frequência *token*³ como a frequência *type*⁴. Esse aspecto é de extrema importância para nosso trabalho, visto que a frequência está diretamente relacionada à produtividade e à rotinização da construção. Ressaltamos ainda que, em nossa análise, levamos em consideração tanto fatores de natureza estritamente linguística como fatores contextuais, situacionais. Afinal, um dos pressupostos da LFCU é a ideia de que “a estrutura da língua é motivada por fatores cognitivos, sociocomunicativos e linguísticos”

3 A frequência *token*, segundo Bybee (2007, p. 338), refere-se ao número de vezes que um determinado dado aparece em um *corpus*.

4 De acordo com Bybee (2007, p. 338), a frequência *type* diz respeito à frequência de aparecimento de um determinado padrão construcional.

(FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 22). Consideramos ainda as sequências tipológicas nas quais figuravam os dados, uma vez que essa característica também será reveladora de um traço importante da correlação aditiva.

No que diz respeito ao *corpus* de pesquisa, ressaltamos que é composto por textos de modalidade escrita em português europeu (PE) e português brasileiro (PB) no período dos séculos XVI, XVII e XVIII, obtidos nas bibliotecas virtuais *Brasiliana*, *Tycho Brahe* e *Corpus Diacrônico do Português*. Salientamos que não foi feita uma distinção entre os dados do PE e do PB por causa da forte vinculação entre os textos publicados no Brasil com Portugal, já que os textos escritos aqui eram editados e impressos, em sua maioria, em Portugal, dada a quase inexistência de imprensa e editoras no Brasil à época. Os dados reunidos foram cuidadosamente analisados de acordo com seu *type* correspondente.

O recorte temporal, como já mencionamos, justifica-se pelo intuito de ampliar as sincronias já estudadas. Assim, como Rosário (2012) já analisou a sincronia atual (século XXI) e Gervasio (2016) se dedicou aos séculos XIX e XX, os séculos que analisamos dão seguimento à proposta de descrever a construção correlata em todo o painel histórico da língua portuguesa.

Em relação à coleta de dados, destacamos que foram analisadas 1000 (mil) páginas de cada século. Na próxima seção, analisaremos alguns dos dados encontrados.

Análise de dados

Nesta seção, nos dedicaremos a analisar alguns dados de nosso *corpus*. Pela limitação deste trabalho, que se pretende mais objetivo, não é possível apresentar aqui todos os *types* encontrados com suas respectivas análises correspondentes. Assim, optamos por apresentar mais detalhadamente os primeiros *types* de cada século em termos de frequência *token*.

O *type não só... mas também* foi o mais recorrente em nossos dados do século XVIII. Em termos de frequência *token*, esse padrão apareceu em mais de vinte ocorrências. Vejamos o exemplo (2) a seguir:

(O2) [...] Para vindicarmos o innocente caffé deftas calumnias, devemos entre o ufo, e abufó delle fazer differença devemos tam-bem diftinguir os temperamentos, as idades, em que convém, daquelles, em que he nocivo: nos temperamentos biliofos, feccos, adultos principalmente na idade juvenil, he prejudicial **naõ fó** o abufó, **mas tambem** o ufo: excepto em alguma occafião, que poderá fer remedio [...]. (Século XVIII, Brasiliana).

O exemplo (O2) acima é bastante prototípico. Nele, há uma sequência correlata aditiva suboracional, na qual se correlacionam dois sintagmas nominais: *o abuso* e *o o uso*, por meio do par correlato *naõ só... mas também*. Analisando a estrutura da sequência em (O2), baseados em uma concepção tradicional de língua e de gramática, como defendem alguns autores como Rocha Lima (1999), Luft (2000) e Kury (2003), facilmente concluiríamos que se trata de um caso de coordenação aditiva entre sintagmas não verbais, no qual o par correlato apenas traz um efeito de ênfase, como defende Bechara (2009, p. 330). Para tais autores, essas expressões correlatas são apenas recursos enfáticos que se dão por meio do arranjo sintático da coordenação. De acordo com essa visão, os elementos que iniciam a prótase (*naõ só*) poderiam então ser facilmente omitidos, e os iniciadores da apódose (*mas também*) poderiam ser substituídos pela conjunção coordenativa aditiva mais prototípica *e*, resultando num enunciado parecido com o ilustrado em (O2')

(O2') [...] Para vindicarmos o innocente caffé deftas calumnias, devemos entre o ufo, e abufó delle fazer differença devemos tam-bem diftinguir os temperamentos, as idades, em que convém, daquelles, em que he nocivo: nos temperamentos biliofos, fec-cos, adultos principalmente na idade juvenil, he prejudicial (?) o abufó, e o ufo: excepto em alguma occafião, que poderá fer reme-dio [...].(adaptação nossa)

Os usos exemplificados em (O2) e em (O2') seriam considerados por muitos autores tradicionais como idênticos do ponto de vista sintático, pois ambos seriam chamados de estruturas coordenadas aditivas. Seriam idênticos também do ponto de vista semântico, pois há o efeito da adição entre os sintagmas nos dois casos, com a única diferença de

que em (O2) haveria mais ênfase. No entanto, consideramos que o efeito de sentido veiculado por *não só... mas também* é bastante diferente do enunciado adaptado em (O2'). Apoiados no princípio da não sinonímia da forma gramatical, apresentado por Goldberg (1995), entendemos que diferenças na configuração sintática das construções implicam distinções semântico-pragmáticas. Nesse sentido, a seleção de determinados elementos em um ato comunicativo não é aleatória, mas motivada por propósitos discursivos. Assim, a escolha pelo uso do par correlato *não só... mas também* ou da conjunção básica *e* não é algo imotivado, e por isso defendemos que o significado que emerge da utilização das duas construções é distinto.

No primeiro caso, percebe-se que os elementos que compõem a prótase e a apódose em (O2) não estão no mesmo grau de igualdade como acontece na estrutura coordenada ilustrada em (O2'). Em (O2), há a ideia de um *crescendum* argumentativo (ROSÁRIO, 2012), no qual o enunciado encabeçado por *não só* traz uma informação já conhecida, mais esperada, o que é demonstrado pelos próprios componentes associados. O elemento restritivo *só* é acrescido ao elemento de negação *não*, preparando o leitor para a informação seguinte, a qual será introduzida pelo *mas* que, nesse caso, traz uma ideia de acréscimo, associada ao típico inclusivo *também*, compondo o *mas também*, que traz a informação nova, não esperada no contexto. Por esse motivo, do ponto de vista semântico, podemos postular que o significado expresso pela construção correlata aditiva em (O2) não é o mesmo que o observado em (O2'), em que dois sintagmas nominais são postos lado a lado, em uma estrutura básica de adição.

Caso parecido com o que ocorre na construção exemplificada em (2) é a sequência ilustrada a seguir, em (O3). São correlacionados dois sintagmas preposicionados (“de alicerce [para a planta se ter em pé]” e “de dispenseira”), por meio do par correlato *não só... mas também*. Vejamos:

(O3) [...] Hecerto, que as unicas substancias, que entrão no nutri-
mento da planta, são a agoa, e o ar; (1) mas he necessário quem
distribua estes nutrimentos aos vegetaes; para esse fim destinou
a Natureza a mesma terra, pelo que ella serve, **não só** de alicerce
para a planta se ter em pé, **mas tambem** de dispenseira, permit-
ta-se-me esta expressão [...]. (Século XVIII, Brasiliana).

Em (03), retira-se o foco da informação já conhecida de que a terra serve de *alicerce* para a planta, para ressaltar o fato de que ela também é uma espécie de *dispenseira*. Se se tratasse de uma estrutura de coordenação aditiva não haveria essa relação de focalização entre os componentes da sentença, mas apenas a adição de duas informações de mesmo nível, sem esse jogo entre informação dada e informação nova.

Com relação aos dados do século XVII, o *type não só... mas também* foi novamente o mais recorrente, uma vez que essa microconstrução apareceu em trinta das noventa e duas ocorrências. Vejamos os exemplos (4) e (5) a seguir:

(04) Eftes dous rios, o das Almazonas, & o da Prata, principio, & fim defta cofta, fão dous portentos da natureza, que não he jufto fe paffem em filencio. São como duas chaues de prata, ou de ouro, que fechao a terra do Brafil. Ou fão como duas columnas de liquido cryftal, que a demarcão entre nós, & Caftella, **naõ fó** por parte do marítimo, **mas tambem** do terreno. Podem tambem chamarfe dous gigantes, que a defendem, & de marção em comprimento, & circuito, como veremos. [...] (Século XVII, *Tycho Brahe*).

(05) [...] Com muy particular cuidado criaram Dom loam, & Dona Ioanna a efte filho, fobre o qual **nam fo** os pays tinham feus defvelllos, **mas tambem** os anjos traziam os olhos. Eftava huma vez o minino junto de hum pouco de rofalgar (peçonha prefentifsima, [...]) & como he natural a huma criança levar a boca tudo o que acha, com efta mefma innocencia hia já o minino com a peçonha á boca, quando, de repente, o feu anjo da- guarda [...] interiorm~ete moveo a h~ua fua irmã; que lhe acodiffe com toda a preffa, o que ella fez: no ponto em que já o innoc~etinho eftava pera comer o mortífero veneno, que a irmã lhe tirou da mam, & da boca. [...] (Século XVII, *Tycho Brahe*).

O dado (4) acima traz uma sequência correlata aditiva subordinacional. O teor descritivo é claro nesse excerto, que compara os rios Amazonas e da Prata a *duas chaves de prata ou de ouro que fecham o Brasil* e a *duas colunas de liquido cristal* que demarcam nosso território nos extremos do país por terra e por mar. Nesse dado, pode-se afirmar que



a construção correlata aditiva foi um recurso linguístico recrutado para confirmar a ideia de valorização das características desses rios, que já vinha sendo defendida ao longo do texto.

O dado (5) ilustra a correlação aditiva em uma sequência oracional descritiva. Nesse excerto, é relatado um episódio de um livramento que teve Dom Leam Henriques quando era ainda pequeno. Para Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2015, p. 35), “a informatividade [...] diz respeito ao que os interlocutores compartilham, ou supõem que compartilham, na interação”. Nesse dado, observamos a aplicação desse conceito funcionalista, uma vez que a informação mais esperada e recuperável no contexto – a de que “os pays tinham feus defvellos” – é colocada em primeiro plano, de forma a preparar o leitor para o que virá em seguida: a informação mais importante, a que se quer dar relevo – que “os anjos traziam os olhos” sobre o menino.

Por fim, dentre os dados do século XVI, o *type* mais produtivo foi o *não só... mas*, que apareceu em dezoito das quarenta e sete ocorrências. Vejamos os exemplos (6) e (7) a seguir:

(06) [...] o Summo Pontifice Alexandre Terceiro passou huma Bulla em o vigesimo anno de seu Pontificado, que vem a ser no anno de Christo de II79 e nella confirma a elRey Dom Afonso o titulo Real, & o recebe debaixo de sua protecção. E parecia isto desnecessario, se o Papa Innocencio Segundo o tivera ja feito: ou quando menos se ouvera de fazer menção na Bulla de Alexandre da outra primeira passada sobre a mesma causa. Respondo, que **não sò** temos no Archivo Real a Bulla de Alexandre Terceiro, **mas** outras tres de Innocencio Terceiro, & Honorio Terceiro sobre o mesmo ponto, & desta multiplicação de letras Apostolicas se pode ao muito colher a grande sogeição dos Reys de Portugal aos Summos Pontifices. (Século XVI, *Tycho Brahe*).

(07) Era passado ja o verão todo, em que se tinha pelejado com porfiada contenda de ambas as partes. Os nossos **não sò** fazião guerra aos cercados, **mas** resistião os assaltos dos Mouros, que de varias partes concorrião por mar & terra. Ha quem julgue se derivão as armas dos Cunhas de certas cadeas de ferro fortemente acunhadas, ordenadas na foz do rio Tejo por Paio Goterrez, o qual

fez raras demonstrações de seu esforço neste cerco. (Século XVI, *Tycho Brahe*).

O dado (6) enseja uma sequência argumentativa oracional: se quer afirmar e provar que os reis de Portugal tinham grande *sogeição* (submissão, vassalagem) aos diversos Papas da época. Nesse sentido, a construção correlata aditiva atua como um recurso argumentativo e retórico que colabora para provar a tese do autor. Sentenças como essa foram muito comuns em nossos dados e demonstram a grande incidência da correlação aditiva em sequências argumentativas, dado seu teor persuasivo.

Já no dado (7) podemos notar que se trata de uma sequência supraoracional, já que, na prótase (segundo segmento da construção correlata), temos duas orações encadeadas. Além disso, diferentemente de (6), o exemplo (7) possui teor muito mais descritivo, uma vez que envolve um relato sobre a resistência do povo em relação às adversidades enfrentadas, com atenção para os assaltos dos mouros.

Considerações finais

Neste trabalho investigamos as construções correlatas aditivas nos séculos XVI, XVII e XVIII, sob o aporte teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). No que diz respeito aos resultados, notamos que as ocorrências encontradas nos períodos analisados se distribuem de forma heterogênea entre os diferentes *types* de correladores aditivos detectados, revelando uma grande diversidade morfossintática dessa construção. Neste trabalho, por conta da intenção de sintetizar os principais resultados, analisamos apenas dados do *type* mais frequente de cada século.

Notamos, nesse sentido, que a correlação aditiva não se restringe a estruturas oracionais, mas atua também nos níveis abaixo da oração, entre sintagmas nominais, o que chamamos de construções suboracionais, e também no nível acima da oração, ligando porções maiores do discurso, o que chamamos de construções supraoracionais. Além disso, tivemos a ocorrência de construções correlatas aditivas tanto em sequências argumentativas quanto descritivas. Sobre esse ponto é interessante notar que, mesmo nos dados de predominância descritiva, a

correlação aditiva colaborava para a defesa de uma ideia ou para dar destaque a uma informação, o que torna esse nosso objeto singular e autônomo no que diz respeito à coordenação aditiva, a qual possui propósitos e ocorrências bastante diferentes do que foi mostrado.

Ressaltamos ainda que, em uma fase posterior, faremos uma comparação dos nossos resultados com as conclusões de estudos anteriores que também analisaram a correlação aditiva (ROSÁRIO, 2012; GERVASIO, 2016). Por fim, esperamos que este estudo possa contribuir para o desenvolvimento das pesquisas funcionalistas acerca dos processos de conexão nos níveis oracional, suboracional e supraoracional, especialmente sobre o tema da correlação aditiva.

Referências

- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BYBEE, J. *Frequency of Use and the Organization of Language*. Oxford: University Press, 2007.
- CUNHA LACERDA, P. F. A. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Revista Linguística*. Volume Especial, dez de 2016, p. 83-101.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. *Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas*. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad - Faperj, 2013, p. 13-39.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MATERLOTTA, M. E. (orgs.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. 1. ed., São Paulo: Parábola, 2015, p. 21-47.
- GERVASIO, T. L. *A construção correlata aditiva nos séculos XIX e XX: uma proposta de análise centrada no uso*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói – RJ, 2016.

- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- KURY, A. da G. *Novas Lições de Análise Sintática*. São Paulo: Ática, 2003.
- LUFT, C. P. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo, 2000.
- OITICICA, J. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- ROSÁRIO, I. C. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói - RJ, 2012.
- ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. In: *Alfa: Revista de Linguística* (UNESP. Online), v. 60, p. 233-259, 2016.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Análise funcional das construções justapostas de valor de nominal e adjetival

Thaís Alessandra Souza Cardoso¹

Ivo da Costa do Rosário²

Introdução

O presente capítulo trata da etapa inicial de uma pesquisa cujo foco é investigar as construções justapostas no Português do Brasil que são instanciadas, em contextos argumentativos e injuntivos, como nome e adjetivo, na sincronia do século XXI. Pautando-se nos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) e na Gramática de Construções, defendemos que essas construções são instantaneamente neoanalisadas na língua por meio de construcionalização lexical.

A partir da análise de dados extraídos do *Corpus do Português*, pretendemos mostrar como os subesquemas [BATER+X] e [COMPRAR+X], oriundos de um esquema mais abstrato [V¹+V²] ^{SN/SAdj}, são construcionalizados em determinados contextos e neoanalisados como SN e SAdj. É importante destacar que há outros verbos que instanciam esse esquema (além de BATER e COMPRAR), entretanto, por necessidade de recorte, apenas esses dois foram selecionados para este trabalho.

A hipótese central que norteia esta pesquisa é a de que a categoria-fonte, composta de verbos justapostos, em razão de uma alta

1 Mestranda em Estudos de Linguagem, na área de atuação Teoria e Análise Linguística.

2 Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense.

integração sintático-semântica e do uso frequente, é recategorizada na língua, instanciando um novo pareamento forma-significado. Considerando que a construcionalização (em dimensão diacrônica) e a construcionalidade (em dimensão sincrônica) são atestadas por meio de fatores de análise, propõe-se investigar de que modo esses processos atuam na formação de novos nós na língua.

Em síntese, o artigo está organizado, após esta introdução, em quatro seções. Na primeira seção, apresentamos um panorama do tratamento do nome e do adjetivo em gramáticas e em estudos mais recentes. Na segunda seção, apresentamos a perspectiva teórica na qual nos embasamos. Na terceira seção, procuramos descrever os procedimentos metodológicos e realizar a análise de dados. Na última seção, apresentamos as considerações finais e os resultados do estágio atual desta pesquisa.

Um panorama do tratamento do nome e do adjetivo

As gramáticas latinas e gregas reuniam o substantivo e o adjetivo na categoria dos nomes, devido ao compartilhamento de traços semelhantes entre essas mesmas categorias. Embora as gramáticas recentes da maioria das línguas estabeleçam uma distinção entre ambos, ainda existem línguas que não a fazem. Nesse sentido, Rießler (2016) destaca que uma língua indígena do Brasil denominada hixkaryana, apenas expressa noção qualitativa por meio de construções predicativas. De maneira análoga, no Português do Brasil, essas classes inter-relacionam-se, sendo possível assumirem as funções sintáticas de um ou de outro em determinados contextos, como Neves (2000, p. 175) salienta:

Um substantivo pode deixar de ser referencial e funcionar como se fosse um adjetivo. Ele pode atribuir o conjunto de propriedades que indica, como se fosse uma única propriedade, a um outro substantivo, isto é, atuar como qualificador ou como classificador. Isso ocorre especialmente em função predicativa.

Sendo assim, o esquema $[V^1+V^2]^{SN/SA_{dj}}$ sanciona tanto adjetivos quanto substantivos, em razão do compartilhamento de traços entre essas categorias, alguns assumindo um valor referencial e outros assumindo o papel de qualificador ou de classificador.

O sintagma adjetival apresenta o adjetivo como núcleo, sendo possível assumir a posição sintática de adjunto adnominal (quando constituinte do sintagma nominal) ou a posição de predicativo (quando constituinte do sintagma verbal). Sob o aspecto semântico, essa categoria se caracteriza por abranger os elementos que atribuem valor a um substantivo, a fim de destacar “uma parte ou um aspecto do denotado” (BECHARA, 2009, p. 142). Aqueles que estendem o significado já implícito no substantivo são de natureza classificatória, ao passo que aqueles que acrescentam uma qualidade que não é inerente ao substantivo são de natureza qualificativa (AZEREDO, 2000). Sob o aspecto sintático, a tradição gramatical acentua que o adjetivo pode estabelecer dois tipos diferentes de relação com o substantivo: atributivo (ou adjunto atributivo) e predicativo (ou adjunto predicativo). Os exemplos a seguir corroboram tal afirmação:

(01) Se você estava pensando em trocar os pneus da sua moto, a Pirelli e a Motul estão aqui para lhe dar uma forcinha. Unidas, as empresas lançaram a **campanha “Comprou Ganhou”**, na qual concedem um kit exclusivo para quem comprar um par de pneus radiais Pirelli para motos. (CP, Notícias, 18/06/2018). Disponível em: <<https://www.motonline.com.br/noticia/pirelli-e-motul-dao-kit-exclusivo-na-compra-de-pneus/>>.

(02) Algumas caravanas também estão saindo de São Paulo. Uma delas será **um bate volta**. A saída da capital paulista será nesta segunda-feira (31) à tarde. O plano é passar em Campinas para pegar mais viajantes, depois parar em Riberão Preto, para comemorar o ano novo, e então, seguir viagem com 50 pessoas. (CP, Notícia, 31/12/2018). Disponível em: <<https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/caravanas-de-apoiadores-de-bolsonaro-saem-de-diversos-cidades-do-pais-para-assistir-a-posse.html>>.

No exemplo (1), “comprou ganhou” desempenha a função de adjunto adnominal, especificando o tipo de “campanha”, sendo, portanto, um adjetivo de natureza qualificativa. No exemplo (2), “bate volta” é evocado para desempenhar a função de predicativo, delimitando o tipo de caravana, ou seja, uma excursão de curta duração.

O sintagma nominal, por sua vez, é a unidade da sintaxe cujo núcleo é um substantivo, o qual designa “parcelas de nossa experiência de mundo concebidas como unidades reais ou imaginárias, naturais ou culturais, únicas ou genéricas, concretas ou abstratas” (AZEREDO, 2014, p. 238). Caracteriza-se ainda por assumir a função sintática de sujeito, de objeto direto, de objeto indireto e de agente da passiva, admitindo a presença tanto de determinantes – artigos, numerais e pronomes adjetivos – quanto de modificadores – adjetivos e expressões adjetivas (CUNHA; CINTRA, 2016). Observem-se os exemplos a seguir:

(03) O atacante dominou e tocou por cima com muita categoria. O jogo ficou morno, mas, aos 43, Griezmann aproveitou o **bate-rebate** na área e colocou para dentro, fazendo 2 a 0. No final, Mbappé saiu de campo lesionado. (CP, Notícias, 02/06/2019). Disponível em: <https://www.espn.com.br/futebol/artigo/_/id/5689096/mbapp%C3%A9-sai-lesionado-mas-fran%C3%A7a-vence-a-bol%C3%ADvia-com-gols-de-griezmann-e-lemar>.

(04) “Decidimos colocar as duas capitais nordestinas para duelar e a grande vencedora foi João Pessoa, com 62% dos votos. O roteiro escolhido foi: de carro (62%); com lugares para contemplação (60%); dicas de vida noturna mais tranquila (69%); e incluindo **bate-voltas** (59%)”, revela trecho da reportagem. (CP, Notícias, 23/03/2019). Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/2019/03/joao-pessoa-e-destaque-em-jornal-de-sao-paulo-e-vence-batalha-de-destinos/>.

Em (3), “bate-rebate” é selecionado como sintagma nominal, especialmente nesse trecho descritivo que pretende especificar um tipo de estratégia no futebol, desempenhando a função de objeto direto. Em (4), “bate-volta” designa um tipo de passeio, assumindo a função de objeto direto.

Segundo Perini (2005), além dessas propriedades, é muito importante analisar o papel sintático do elemento para classificá-lo como SN. Segundo o autor todo sintagma nominal pode ser sujeito em uma oração, assim, mesmo que se apresente em outra posição, caso seja possível a transposição para a posição de sujeito, esse elemento será classificado como SN.

Desse modo, considerando o tratamento dado a cada uma dessas categorias, procuramos mostrar, ao longo deste artigo, que o esquema $[V^1+V^2]^{SN/SAdj}$ é produtivo no PB, sancionando, por meio de analogização, novas construções na língua.

Linguística Funcional Centrada no Uso

A Linguística Funcional Centrada no Uso, doravante LFCU, surgiu diante da necessidade de explicar a língua a partir do contexto linguístico e extralinguístico, considerando tanto o discurso quanto a gramática como fatores igualmente essenciais para moldar a estrutura da língua. Essa abordagem integra pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional norte-americana e da Linguística Cognitiva. Associada a essa última corrente teórica, é importante destacar a Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), que apresenta uma proposta de considerar as construções linguísticas como unidades simbólicas convencionais, constituídas de um pareamento de forma-significado, como é possível ver na figura a seguir:

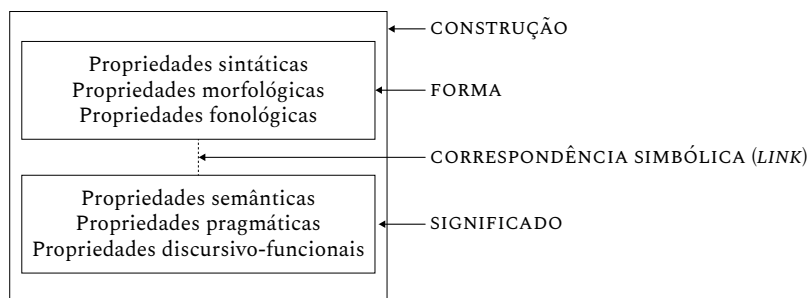


Figura 1 – Modelo de construção proposto por Croft (2001, p. 18)

As construções, por conseguinte, abrangem desde “categorias morfosintáticas rotinizadas” até “padrões funcionais mais regulares e formas alternativas em processo de mudança motivada por fatores cognitivo-interacionais” (CEZARIO; CUNHA, 2013, p. 20). O conjunto de construções ligadas por elos e organizadas em uma hierarquia de nós de herança constitui a gramática de uma língua, que é apreendida em contextos específicos de uso.

Nessa perspectiva, Traugott e Trousdale (2013) destacam que, em determinados contextos, os usos linguísticos assumem ambiguidade pragmática e polissemia, sendo fundamentais para promover a mudança. Há dois processos que merecem destaque: mudança construcional e construcionalização. A mudança construcional ocorre quando há mudança apenas em um dos subcomponentes da construção, ou na forma ou no significado, já a construcionalização é compreendida como resultado da mudança do pareamento forma-significado.

Com base na LFCU e na Gramática de Construções, defende-se, neste texto, o estatuto da construcionalidade, compreendida como a “relação sincrônica estabelecida entre construções, de tal sorte que (i) duas construções A e B apresentam horizontalmente algum grau de parentesco, ou (ii) uma construção menos esquemática pode ser associada verticalmente a uma ou mais construções de natureza mais esquemática” (ROSÁRIO; LOPES, 2019, p. 92). A construcionalidade, em caráter sincrônico, é a contraparte formal da construcionalização lexical, nos termos de Traugott e Trousdale (2013). Em outras palavras, no estado atual da língua, as relações de construcionalidade espelham o produto de construções lexicais.

Procedimentos metodológicos e análise de dados

Com o intuito de investigar a emergência de construções com valor de nome e de adjetivo na sincronia atual do Português do Brasil, coletamos, inicialmente, 182 ocorrências extraídas da página *Corpus do Português*. A análise considerou um esquema mais abstrato constituído de dois verbos justapostos altamente integrados, na terceira pessoa do singular, no pretérito perfeito ou no presente do indicativo. Esse esquema, que pode ser representado por $[V^1+V^2]$,

subdivide-se em dois subesquemas mais específicos, com *slots* parcialmente preenchidos – [COMPRAR+X] e [BATER+X] – de conteúdo parcialmente lexical e abstrato.

Esses subesquemas são construcionalizados e recategorizados como SN e SAdj para suprir as necessidades comunicativas em contextos injuntivos e argumentativos. Faz-se necessário destacar que construcionalização é consequência de um processo de criação de um novo pareamento de forma e significado, em que ambos subcomponentes são alterados e convencionalizados na língua.

Em perspectiva diacrônica, a construcionalização lexical é um fenômeno proposto por Traugott e Trousdale (2013), compreendido como a formação de um novo código de natureza conteudista. Em um recorte sincrônico, as relações de construcionalidade atestam o estado sincrônico dessas mudanças ocorridas ao longo do tempo (ROSÁRIO; LOPES, 2019). Considerando o escasso número de ocorrências desse fenômeno em outras sincronias, bem como o caráter instantâneo de formação de novos nós na língua, adotamos neste trabalho uma perspectiva sincrônica.

A construcionalidade espelha o resultado de mudanças na forma e no significado da construção e deve levar em consideração o aumento de esquematicidade, a alta produtividade e a diminuição de composicionalidade.

A esquematicidade está ligada aos diferentes níveis de abstração de uma determinada construção, contemplando desde padrões mais gerais até construções mais específicas. Esse fator também verifica as possibilidades de preenchimento em certas posições por uma variedade de palavras e/ou sintagmas. Quanto maior for a possibilidade de preenchimento dessas posições, mais esquemáticas serão as construções. Vejamos a figura a seguir:

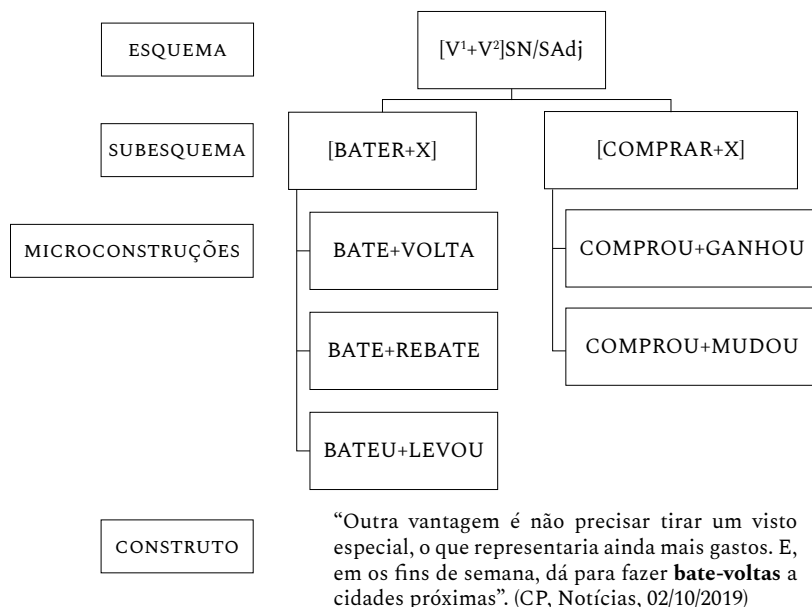


Figura 2 – Rede esquemática do esquema [V¹+V²]SN/SAdj

Como mostra a figura 2, o nível mais abstrato, denominado de esquema, agrupa padrões cristalizados e virtuais armazenados na mente dos falantes e ouvintes. Nesse sentido, em se tratando das construções justapostas que se instanciam como SN e SAdj, é possível depreender um esquema mais abstrato formado por dois verbos altamente integrados, na terceira pessoa do singular, no pretérito perfeito ou no presente do indicativo, que pode ser representado por [V¹+V²] SN/SAdj. O nível do subesquema agrupa um conjunto de expressões específicas com função similar, ou seja, com *slots* parcialmente preenchidos pelos verbos “comprar” e “bater”. O nível da microconstrução integra as construções individuais. Por fim, o construto é o *token* produzido pelos falantes e processado pelos ouvintes em contextos reais de uso. No caso desta pesquisa, trata-se do *Corpus do Português*.

A produtividade é outro fator importante, permitindo avaliar a frequência com que os esquemas sancionam novos padrões construcionais menos esquemáticos. Há dois tipos de frequência: *type* e *token*. A produtividade de uma construção está relacionada, sobretudo, à primeira frequência, ou seja, a *type*, que depreende a frequência de ocorrência de



uma construção. A frequência *token*, por sua vez, depreende a frequência do construto, sendo também fundamental para averiguar se uma determinada construção foi construcionalizada ou não.

Tabela 1 – Frequências *type* e *token* dos subesquemas [COMPRAR+X] e [BATER+X]

[COMPRAR+ X]		[BATER+X]	
Types	Tokens	Types	Tokens
COMPROU+GANHOU	12	BATE-VOLTA	48
COMPROU+MUDOU	2	BATEU-LEVOU	19
14		BATE-REBATE	101
		168	

Como mostra a tabela supracitada, o subesquema [BATER+X] demonstra ser mais produtivo, conseqüentemente promove o recrutamento de um maior número de construções individuais – três nós *type*. Embora o subesquema [COMPRAR+X] apresente dois nós *type*, também permite a emergência de novas construções individuais a partir de seu membro prototípico (COMPROU+GANHOU).

Por último, a composicionalidade se refere à transparência semântica e/ou sintática entre forma e significado. Em outras palavras, se for possível verificar que uma construção é composta pela soma dos significados das suas partes, afirma-se que há composicionalidade semântica. Semelhantemente, se for possível verificar a manutenção da integridade morfossintática das subpartes de sua categoria-fonte, afirma-se que há composicionalidade sintática. Observem-se os dados disponibilizados a seguir:

(05) Para comemorar o primeiro dia das mães do shopping, a Escala criou a campanha promocional “Inauguração do maior amor do mundo”, com **brindes comprou-ganhou** e sorteio de carros. (CP, Notícias, 24/04/2013). Disponível em: <http://www.portaldapropaganda.com.br/portal/propaganda/35480-sonae-sierra-brasil-lanca-campanhas-de-maes-e-namorados>.

(06) O Grupo Patrimar realiza, até o dia 24 de fevereiro, a **campanha “Comprou Mudou”**, que oferece condições especiais em

unidades prontas para morar. (CP, Notícias, 26/01/2019). Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniaio/alessandra-soares/jornal-o-tempo-lider-absoluto-em-2018-1.2127494>.

(07) Enquanto tentava me reconstruir e trabalhar minha autoestima, encontrei um grupo de mulheres que fazia **um bate-volta** para o Guarujá com aulas de yoga e surf. Fiz a inscrição na hora e nunca mais parei. (CP, Notícia, 25/06/2019). Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2019/06/donas-da-praia-as-surfistas-que-estao-dropando-as-desigualdades-de-genero-no-esporte/>.

(08) Seu texto mostra claramente o nosso lado humano, perecível às nossas fraquezas, **ao “bateu levou”**, ao nosso primitivismo espiritual.

Mas conheço pessoas que conseguem ser verdadeiramente cristãs, que ao invés de revidarem o tapa, viram a “outra face”, a face do perdão, da compreensão, da paciência, da misericórdia... (CP, Dialeto – comentário, 15/06/2012). Disponível em: <https://apenas1.wordpress.com/2011/07/22/nao-minta-voce-nao-ama-o-proximo/>.

(09) Porém, aos 8 minutos do tempo complementar, o árbitro Leandro Bizzio Marinho viu mão de Martony **em bate-rebate** na área e aplicou cartão amarelo ao zagueiro. Como já estava pendurado, o camisa quatro foi expulso da partida. (CP, Notícia, 30/06/2019). Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/esportes/news/manaus-perde-fora-de-casa-e-tera-de-reverter-re-sultado-na-arena-da-amazonia>.

Os exemplos (5) e (6) mostram dois *tokens*, oriundos de um subesquema parcialmente preenchido pelo verbo *comprar*. O exemplo (5) mostra um contexto injuntivo no qual se busca destacar os benefícios que o cliente terá caso consuma no shopping. Para tanto, o escritor recruta a construção “comprou-ganhou” como adjetivo para especificar os brindes, tornando-se menos composicional semântica e sintaticamente, visto que já não é possível identificar a condição de comprar para ganhar. Deve-se destacar também o hífen, que é a marca

das palavras compostas. De maneira semelhante, em (6), recruta-se a construção “comprou mudou” como estratégia de convencimento, atribuindo uma descrição do tipo de campanha. Há, novamente, diminuição de composicionalidade.

Os exemplos (7), (8) e (9) mostram três *tokens*, tendo o subesquema parcialmente preenchido pelo verbo *bater*. O exemplo (7) apresenta o trecho de uma notícia que trata de mulheres surfistas que estão superando as desigualdades de gênero, assim, em um determinado momento, a construção “bate-volta” é evocada com um valor de SN e, consequentemente, é menos composicional. Tem o intuito de destacar a vida aventureira dessas esportistas, marcada por muitas viagens. Em (8), “bateu levou” também é empregado como SN, designando um tipo de postura. Por conseguinte, apresenta redução de composicionalidade, visto que não é possível depreender o sentido das subpartes das palavras “bateu” e “levou”, havendo a queda da vírgula, que é obrigatória na justaposição verbal (categoria fonte), o que também implica a perda de uma entonação típica de construções justapostas. Em (9), “bate-rebate” é empregado como SN, desempenhando a função sintática de adjunto adverbial, para designar um tipo de estratégia no meio futebolístico, havendo, portanto, diminuição da composicionalidade e recategorização da construção.

Por fim, é válido destacar que algumas microconstruções encontram-se mais convencionalizadas do que outras em certos contextos, dependendo também do nível de formalidade. Isso é marcado, sobretudo, sintaticamente, por meio do uso de aspas (em contextos nos quais se encontram menos convencionalizados e com baixo nível de formalidade) e de hífen (em contextos de maior convencionalização e com nível intermediário de formalidade).

Conforme as análises dos *tokens* demonstraram, as microconstruções *bate+volta*, *bate+levou*, *bate+rebate*, *comprou+ganhou* e *comprou+mudou*, oriundas de um esquema mais abstrato, são evocadas e construcionalizadas para suprir os objetivos comunicativos dos interlocutores. À medida que há um aumento da frequência de uso, essas microconstruções tornam-se convencionais, menos composicionais, implicando, por meio de analogização com o membro prototípico do subesquema, a emergência de novas microconstruções, em um quadro sincrônico de construcionalidade bastante rico e diversificado.

Considerações finais

No decorrer deste capítulo, procuramos investigar a instanciação de construções justapostas como SN e SAdj no Português do Brasil na sincronia atual. A análise de dados considerou os fatores essenciais que acompanham o fenômeno de construcionalização: esquematicidade, produtividade e composicionalidade. Desse modo, buscamos comprovar um alto nível de esquematicidade, composto por um esquema mais abstrato, representado por $[V^1+V^2]^{SN/SAdj}$, formado por verbos na terceira pessoa do singular, no pretérito perfeito e no presente indicativo. Essas construções demonstraram ser produtivas, visto que, por meio de analogização, é possível depreender a emergência de novas construções individuais. Ademais, embora ainda seja possível identificar traços da categoria fonte, há diminuição de composicionalidade, pois ora passam a assumir um valor mais referencial, ora mais atributivo.

Esta pesquisa, ainda em caráter inicial, demonstra a versatilidade das categorias de substantivo e adjetivo em língua portuguesa. Por meio de expansões no sistema, a metaclasses dos nomes se enriquece ao abarcar novas construções advindas de outras categorias da gramática. Esse quadro sincrônico de construcionalidade espelha o atual estado da língua, que se mostra multifacetado e diverso do ponto de vista funcional.

Referências

- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2011.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.
- CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. (orgs.). *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mario Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2013.
- CROFT, W. W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CUNHA, C. F. da; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

- FILLMORE, C. Frame Semantics. In: Linguistic Society of Korea (ed.). *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin Publishing, 1982. p. 55-81.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; RIOS DE OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, A. (orgs.). *Funcionalismo e ensino de gramática*. Natal: EDUFRN, 2016.
- GIVÓN, T. *Syntax and semantics*. v. 12. New York: Academic Press, 1979.
- _____. *Syntax: a functional typological introduction*. v. 2. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- LANGACKER, R. W. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford University Press. 2008.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. DIONISIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.
- MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. G. V. Estratégias de referência e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, Â. C. S. (orgs.). *Gramática do português falado: novos estudos descritivos*. Campinas: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 2002. p. 31-56.
- MARTELOTTA, M. E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2018.
- NEVES, M. H. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- RIEßLER, M. *Adjective attribution*. Berlim: Language Science Press, 2016.
- ROSÁRIO, I. da C. do; OLIVEIRA, M. R. (orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015.
- ROSÁRIO, I. C.; LOPES, G. M. Construcionalidade: uma proposta de aplicação sincrônica. *Soletas: Revista de Pós-Graduação em Letras e Linguística Faculdade de Formação de Professores da UERJ*, v. 37, p. 83-102, 2019.
- TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. *Approaches to grammaticalization*. v. 1. Amsterdam: Benjamins, 1991.
- TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- VOTRE, S.; CEZARIO, M. M.; MARTELOTTA, M. E. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2004.

Construções correlatas comparativas apositivas em perspectiva funcional: análises iniciais

Letícia Martins Monteiro de Barros¹

Introdução

A variedade e a inovação encontradas no uso da língua não são passíveis de serem acompanhadas em sua totalidade pelas descrições e pelas normatizações propostas pelas gramáticas. Isso se deve, possivelmente, ao fato de que, baseados numa estruturação e num funcionamento gerais mais estáveis, os falantes são criativos e, até certo ponto, livres durante a produção linguística espontânea. Dessa forma, durante suas interações sociais, uma comunidade faz usos inovadores e diversos que, com o passar do tempo, vão moldando pouco a pouco a gramática da língua. Esta, sim, é mais facilmente descrita e normatizada, pois dela é possível extrair uma relação de estruturas padronizadas que podem ser mais facilmente categorizadas.

Seguindo essa perspectiva, Bybee (2016) utiliza a metáfora das dunas de areia para explicar a língua:

[Assim como as dunas,] A língua também é um fenômeno que exhibe estrutura aparente e regularidade de padrões, enquanto, ao mesmo tempo, mostra variação considerável

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense e bolsista CAPES, orientada pelo Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário (UFF).

em todos os níveis [...]; as línguas mudam ao longo do tempo, mas de maneira bastante regular (BYBEE, 2016, p. 17-18).

Por tratar mais especificamente do nível linguístico mais estável, os manuais de gramática que se propõem a definir um padrão e a estabelecer normas, dificilmente vão considerar casos menos prototípicos da língua. Quando o fazem, recorrem a simples menções classificadas geralmente como “casos especiais”, não se aprofundando no tratamento destinado a eles.

Diferentemente das gramáticas tradicionais, a proposta deste trabalho é justamente selecionar um caso que fuja ao padrão estabelecido nessas obras e propor um tratamento que possa ser considerado adequado para sua análise. Assim, elegeu-se a construção correlata comparativa apositiva como objeto de estudo por se tratar de um fenômeno menos prototípico, híbrido, que reúne traços de diferentes fenômenos linguísticos – não podendo ser alocada em uma só categoria – e que ainda não possui um estudo adequado dentro da literatura da área.

A construção correlata comparativa apositiva não é formada por conectivos canônicos; apresenta, no entanto, correlatores (ROSÁRIO, 2018) que não só constituem uma conexão interdependente entre duas partes dispostas paralelamente – isto é, uma correlação (OITICICA, 1952; MÓDOLO, 1999, 2008; CASTILHO, 2012; ROSÁRIO, 2018) –, como também estabelecem comparação entre elas. Além disso, analisada como um todo, essa construção possui função apositiva em relação ao termo ou à porção textual a que se refere, como é possível perceber no exemplo a seguir:

(01) *A receita do Estado é 150, 100 milhões por ano, e isso afetou e está afetando até hoje, mas faz parte. Os projetos são feitos, [[uns dão certo, outros dão errados], [uns seguem um caminho, outros seguem outro]].* (CORPUS DO PORTUGUÊS)

Em (1), os correlatores “uns... outros” introduzem uma comparação entre duas porções, reforçada, no caso acima, pelo léxico – a oposição entre *certo* e *errado*, por exemplo. Esse padrão de apresentação de contrários aparece frequentemente nesse tipo de construção. Outra característica relevante a ser destacada é a função apositiva que ela

apresenta. O pedaço destacado, formado por duas diferentes correlações, funciona como aposto da porção imediatamente anterior, relacionando-se de forma direta a “Os projetos”.

Por se tratar, portanto, de uma construção híbrida, com elementos da correlação, da comparação e da aposição, cada um desses aspectos deve ser considerado durante a análise, pensando tanto na forma quanto na função que ela exerce nos enunciados em que está inserida. No entanto, nenhum dos três fenômenos linguísticos recebe um tratamento uniforme, sem divergências aspectuais e teóricas, na bibliografia destinada a estudá-los.

Este artigo está dividido em três seções. A primeira traz uma breve explicação sobre a Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), perspectiva teórica adotada para o desenvolvimento deste trabalho, bem como alguns conceitos-chave importantes para a análise do objeto selecionado. A segunda seção apresenta uma problematização sobre a dicotomia entre coordenação e a subordinação, assim como a proposição da correlação como fenômeno à parte dos dois anteriores. Na terceira e última seção, são mostradas as propostas de Neves e Hattner (2002) e de Halliday (1985) para o tratamento das construções comparativas e apositivas, respectivamente. Ainda nela, apresentam-se e analisam-se, com base nos autores mencionados, dados retirados do site *Corpus do Português*², que constituem o *corpus* deste trabalho.

Trata-se de uma pesquisa inicial sincrônica, cujos dados são estudados e descritos a partir do método misto, o qual visa a oferecer uma análise tanto qualitativa quanto quantitativa das ocorrências encontradas em contextos reais de uso linguístico.

A importância de forma e função para a Linguística Funcional Centrada no Uso

A Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) é uma vertente mais contemporânea do funcionalismo, construída com base não só em fundamentos teóricos e conceitos próprios dessa abordagem, como também por noções propostas pela Linguística Cognitiva (LC). Assim, sua

2 <https://www.corpusdoportugues.org/>

base teórica está fundamentada na ideia de que a língua e as possíveis mudanças que nela ocorrem são frutos da experiência humana de interação interpessoal em um meio social, sempre mediada por um fator essencial: a cognição. Em outras palavras, os estudos realizados dentro do campo da LFCU vão considerar não a língua por si mesma, isto é, a sua estrutura e a sua organização formal de maneira isolada, mas, sim, a relação entre o sistema linguístico e o contexto em que se realiza. O foco recai, portanto, na função que se estabelece a partir dos usos efetivos da língua, e é exatamente por isso que as análises dentro dessa abordagem são feitas com base em dados reais do discurso, encontrados em diversas modalidades da interação verbal.

Pelo fato de o funcionalismo preocupar-se com uma análise mais abrangente que ultrapasse os limites da sintaxe e contemple também aspectos semânticos e pragmáticos do uso linguístico, uma contribuição muito cara aos estudos dentro desse campo teórico advém da proposta da *Gramática de Construções* (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013). A partir dela, passa-se a pensar a língua como uma grande rede de construções interconectadas entre si. Cada construção, por sua vez, corresponde a um par indissociável de forma e função, ou seja, uma díade composta tanto por estrutura quanto por significado. Desta forma, seria impraticável realizar uma análise satisfatória considerando um ou outro aspecto separadamente; um estudo linguístico eficaz e coerente, segundo essa perspectiva, deve examinar a construção como um todo, considerando ambas as suas partes de maneira integrada, dentro de seu contexto discursivo.

Outra noção fundamental que permeia os estudos da LFCU é a de *gradiência*, a qual se encontra presente em todas as análises e descrições propostas dentro dessa abordagem. O pensamento dicotômico, fruto da visão tradicional sobre categorização, perde força nos estudos funcionalistas, uma vez que se percebe não ser possível agrupar certos processos e certas realizações linguísticas dentro de categorias estanques. Assim, baseada numa perspectiva mais recente sobre categorização – a Teoria dos Protótipos –, a LFCU enxerga quão produtivo se torna analisar os fatos linguísticos em termos de gradação.

A Teoria dos Protótipos, sugerida por Rosch (1978), vai de encontro à visão clássica sobre categorização por sugerir que as categorias não são próprias do mundo externo nem apresentam delimitações claras e

bem definidas. Ao contrário, para a autora, elas não são fixas nem reais, possuem limites difusos, podendo sobrepor-se umas às outras e variar de acordo com o contexto sociocultural ou com a experiência individual do ser humano em meio às suas interações com o ambiente em que vive e com os demais seres à sua volta. Rosch afirma que “conceptualmente, o aspecto mais interessante desse sistema de categorização é que ele não existe” (ROSCH, 1978, p. 189): é fruto da cognição humana e moldado por ela. Sua formação acontece por meio de um *continuum* – uma escala de gradiência –, iniciado a partir do melhor representante, o protótipo, localizado no núcleo categorial, e inclui tanto elementos mais próximos do centro categorial (e, portanto, mais prototípicos) quanto mais afastados, menos prototípicos.

Desse modo, a noção de categorização baseada em protótipos se mostra fundamental para os estudos da LFCU por corroborar o estabelecimento de um tratamento linguístico que pressuponha, em vez de classificações dicotômicas, níveis diferentes de gradiência. Esse fator é determinante para a compreensão, por exemplo, da existência de construções que parecem pertencer a mais de uma categoria de processos que se sobrepõem e de estruturas mais e menos prototípicas – umas mais canônicas e mais facilmente classificáveis do que outras.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, como poderá ser verificado nas seções posteriores, tanto a noção de *construção* quanto a de *categorização* de Rosch são fundamentais na análise do objeto eleito para estudo, a saber: as construções correlatas comparativas positivas.

Os processos de estruturação do período composto

Baseadas na Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB)³, projeto que visa a uniformizar as categorias gramaticais do português brasileiro, as gramáticas tradicionais tendem a reconhecer apenas dois processos de formação do período composto: a coordenação e a subordinação. Seguindo essa proposta, uma diversidade de estruturas é abrigada de modo bastante genérico dentro desses dois grandes grupos, sem que haja um tratamento aprofundado com base nas particularidades de cada

3 Disponível em: <<http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=ngbras>>. Acesso em: 20 ago 2019.

tipo de enunciado. Como consequência das generalizações demasiadas, é possível observar incoerências nas classificações, divergências entre as próprias gramáticas e também um laconismo ou uma total negligência no que tange à análise de casos menos prototípicos.

Um dos problemas que podem ser apontados no tratamento do período composto em grande parte das gramáticas recai sobre o fato de parecer não haver um critério bem definido que caracterize e diferencie os processos de coordenação e de subordinação. Segundo Azeredo,

Como muitas distinções feitas a propósito dos fatos da língua, [...] subordinação e coordenação não correspondem sempre a conceitos claros e inconfundíveis. Tradicionalmente, é comum identificar unidades coordenadas com unidades independentes e unidades subordinadas com unidades dependentes. Esta identificação nada esclarece até que se defina a natureza dessa dependência, que para uns é puramente sintática, mas para outros deve dizer respeito antes ao sentido (AZEREDO, 2013, p. 53).

Conforme aponta o linguista, e pode-se realmente verificar em muitas gramáticas, um critério adotado pelos autores é o de (in)dependência. Grosso modo, orações coordenadas seriam independentes da oração principal, enquanto que as subordinadas revelariam dependência em relação à oração matriz. No entanto, o parâmetro de configuração dessa (in)dependência não é unânime entre os gramáticos, visto que uns se referem à sintaxe, outros, à semântica; e há, ainda, aqueles que consideram ambos os níveis (ROSÁRIO, 2018).

Outro problema que também advém da generalização demasiada na classificação do período composto é que esse tratamento simplista acaba por não abarcar uma grande variedade de casos da língua portuguesa ou não considerar as particularidades dos enunciados, despertando críticas como as de Mário Perini, segundo o qual,

Boa Parte da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) precisa ser abandonada na descrição do PB. Isso se deve a diversos fatores, entre os quais o caráter assistemático da própria NGB, a sim como sua pobreza conceptual frente à

extrema complicação dos fatos. [...] fatos complexos requerem uma descrição complexa, e qualquer outra saída acarreta a transmissão de uma imagem falsa do fenômeno estudado (PERINI, 2016, p. 40).

No que tange à classificação das construções comparativas, por exemplo, as gramáticas tradicionais costumam agrupá-las dentro do escopo das orações subordinadas adverbiais, sem levar em consideração as minúcias que as diferenciam das demais orações desse grupo. Esse tipo de construção geralmente é formada por duas porções em que no mínimo dois elementos são contrastados, e, dessa forma, boa parte dos casos de que se tem registro é estruturada de modo que haja também dois itens estabelecendo a conexão entre elas.

Como se pode perceber em (2), além do conectivo “do que”, a comparação é estabelecida com o auxílio do item “muito menos”, que modifica o adjetivo “problemáticos” e serve como reforço para o contraste entre “os efeitos da fumaça da maconha sobre os pulmões” e “aqueles associados com o tabaco”.

(02) Os efeitos da fumaça da maconha sobre os pulmões são **muito menos** problemáticos **do que** aqueles associados com o tabaco. (Corpus do Português)

Exemplos como esse configuram o que Oiticica (1952) entende por *correlação*. Ainda que algumas gramáticas tradicionais reconheçam esse fenômeno como estruturador do período composto, elas não o consideram como um processo à parte dos de coordenação e subordinação, mas o incluem, dependendo do enunciado, ora em um, ora em outro. Isto é, como subcategoria desses processos maiores. Para Oiticica (1952), no entanto, a correlação configura um recurso linguístico particular, produtivo e diverso dos demais por não se basear em critérios de (in)dependência, mas, sim, de *interdependência*. Segundo o autor, diferentemente dos períodos compostos por coordenação e subordinação, estruturados por apenas um conectivo, aqueles que apresentam correlação são construídos por meio da utilização de dois termos conectores, em que o primeiro, presente na prótase, automaticamente “impõe” a

presença do segundo, seu correlato, no início da apódose, estabelecendo uma conexão não só do nível da forma, mas também do significado.

Nesta pesquisa, em consonância com os trabalhos de Oiticica (1952), Módolo (1999, 2008), Castilho (2012) e Rosário (2018), entende-se a correlação como um processo que deve ser tratado como desapropriado dos demais, devido às suas particularidades de estruturação sentencial e de construção de sentidos. Assim, considera-se a construção estudada neste trabalho como sendo um exemplo de período composto formado por correlação, uma vez que apresenta conectores, ou melhor, *correlatores* (ROSÁRIO, 2018) que servem para estabelecer a interdependência sintática e semântica entre as porções que a compõem. Como se pode perceber no exemplo (1), citado no início deste artigo, os indefinidos “uns... outros” são apresentados de forma emparelhada, um na prótase, outro na apódose, e o primeiro “força” necessariamente a presença do segundo.

Análise dos dados

Nesta seção, serão realizadas as análises dos dados que compõem o *corpus* deste trabalho, todos referentes à construção correlata comparativa apositiva. Por se tratar de uma estrutura híbrida que possui aspectos relacionados à correlação, à comparação e à aposição, cada um desses processos é levado em consideração.

A apresentação da correlação já foi feita anteriormente e será apontada brevemente ao longo da análise. Para tratar da comparação, será utilizada a proposta de Neves e Hattner (2002) a qual visa sistematizar os elementos que compõem a estrutura comparativa. Para o estudo da aposição, os dados serão classificados com base na proposta de Halliday (1985), cujo tratamento destinado às cláusulas considera tanto a estrutura quanto o sentido, escolha que se mostra coerente com a abordagem adotada aqui: a de alinhar tanto forma quanto função na análise dos dados.

Em se tratando de comparação, Quirk (1985 *apud* NEVES e HATTNER, 2002) afirma que esse recurso se estabelece a partir de um mesmo aspecto compartilhado por ambos os elementos em contraste. Segundo ele, “duas orações são comparadas a respeito de algo

que têm em comum” (QUIRK, 1985, p. 765 *apud* NEVES e HATTNHER, 2002, p. 129). Com base nessa ideia, Neves e Hattnher (2002) propõem uma organização das construções comparativas baseada nos seguintes traços: elemento comum, elementos em contraste, marcador do contraste, expediente sintático do contraste e juntura. O exemplo citado por elas que mais se aproxima das construções correlatas comparativas apositivas é o seguinte:

[...] há uma diferença apenas de grau, um é mais profundo do que o outro.

Os elementos que se podem apontar são:

- elemento comum (padrão): ser profundo (em determinado grau);
- elementos em contraste: um/o outro;
- marcador do contraste: mais (desigualdade, com superioridade);
- expediente sintático do contraste: do que;
- juntura: um mais profundo do que o outro profundo (NEVES e HATTNHER, 2002, p. 130).

Os parâmetros descritos acima serão utilizados para ratificar a presença da comparação na construção em análise nesta pesquisa. Assim, retomando a primeira construção correlata comparativa apositiva presente no caso (1), “uns dão certo, outros dão errados”, é possível descrevê-la, com base na proposta de Neves e Hattnher (2002), deste modo:

Construção [uns dão certo, outros dão errados]

- elemento comum (padrão): resultado (dos projetos)
- elementos em contraste: uns/outros (referente a “projetos”);
- marcador do contraste: oposição lexical (“certo” x “errados”);
- expediente sintático do contraste: não há;
- juntura: uns projetos dão certo, outros projetos dão errado

É possível notar, portanto, na primeira construção do caso (1), que a comparação é realizada, de fato, a partir de um elemento comum (o resultado dos projetos). A conexão entre as duas partes comparadas

é realizada por meio de correlatores, os indefinidos *uns* e *outros*, termos que por si próprios, se emparelhados, induzem à ideia de contraste. A comparação, neste caso, é reforçada pela oposição lexical verificada em cada uma das partes da construção: *certo*, na prótase, contrapõe-se a *errados*, na apódose.

Diferentemente do exemplo oferecido pelas autoras, o caso (1) não apresenta conjunção comparativa que ligue essas partes, configurando, então, uma construção menos prototípica. Esse padrão sem conjunção canônica, mas com o uso de indefinidos como correlatores, mantém-se em todas as construções do tipo analisado nesta pesquisa.

Outro aspecto importante a ser mencionado em relação ao objeto de estudo deste artigo é que os elementos em contraste, os próprios indefinidos correlacionados, remetem sempre a uma informação exterior à construção correlata, o que é característico das estruturas apositivas. Este e outros fatores relevantes da aposição serão tratados mais adiante.

As construções correlatas comparativas apositivas possuem aspectos bastante particulares: além da ausência de um conector padrão para estabelecer a comparação, a totalidade de sua composição apresenta um papel específico em relação ao contexto imediato em que está inserido: ela providencia informações adicionais, descrições ou explicações sobre algum outro termo ou enunciado, normalmente previamente exposto. Dessa maneira, constata-se uma função comparável às de construções apositivas de modo geral, as quais se encontram destacadas do discurso e exercem uma função complementar, acessória.

No que diz respeito à aposição, Meyer (1992, p. 13) defende que seja um recurso linguístico o qual, embora muito discutido, é pouco entendido devido à multiplicidade de estruturas que podem ser consideradas como apositivas e à ausência de consenso sobre qual seria a maneira mais adequada de tratá-la.

Um dos autores que discutem a aposição, levando em consideração sua estrutura e sua função, é Halliday (1985). Ainda que não utilize o termo *construção*, esse autor apresenta uma proposta que, por considerar tanto forma quanto função, alinha-se à perspectiva adotada nesta pesquisa. Ele sugere que a classificação dos enunciados deva ser sempre baseada em dois eixos: o tático, relacionado à forma e dividido entre parataxe e hipotaxe, e o lógico-semântico, ligado à função e realizado por projeção ou expansão.

De forma concisa, é possível afirmar que o eixo tático trata do grau de interdependência entre cláusulas, que podem apresentar estatuto igual (paratáticas) ou relação *dependente-dominante*, o que configura estatuto desigual (hipotáticas). Por sua vez, o eixo lógico-semântico trata dos processos de expansão, em que a cláusula secundária expande a ideia da principal por elaboração, extensão ou realce; e projeção, em que a cláusula secundária é projetada através da primária.

Dentro dessa proposta de Halliday, a construção analisada nesta pesquisa pode ser abrigada dentro do escopo de elaboração paratática, já que as partes que a estruturam são interdependentes, possuem igual estatuto e, além disso, expandem a informação disposta na cláusula principal, caracterizando, portanto, uma aposição.

Segundo o autor, as cláusulas combinadas por elaboração paratática podem se traduzir em três tipos diferentes: a) *exposição*, em que a oração secundária é utilizada para reafirmar a informação presente na oração primária (P, isto é, Q); b) *exemplificação*, em que a oração secundária especifica a tese da oração primária por meio de exemplos (P, por exemplo, Q); e c) *clarificação*, em que a oração secundária esclarece o que é exposto na oração primária (P, ou melhor, Q).

Trazendo essa proposta para o objeto de estudo deste artigo, pode-se ilustrar cada um dos tipos de elaboração paratática pelos casos abaixo, respectivamente:

(03) Depois de 20 anos sendo atleta de o ciclismo, competindo em categorias convencionais e paralímpicas, Johnatan só tem a agradecer. “ Foi o esporte que me tirou de um lugar ruim, perigoso e cheio de necessidades. O meu fim ali onde eu morava era ser igual aos outros. [Hoje uns estão presos, outros já morreram]”, comenta. (CORPUS DO PORTUGUÊS).

(04) Quando se compra um cão convêm perceber bem a raça. [[Uns são de guarda, outros de companhia], [uns são mais nervosos, outros uns paz-de-alma.]] (CORPUS DO PORTUGUÊS).

(05) Portugal, ironia das ironias, não tem fascistas que cheguem para encher uma pequena praça ou até a Rua da Betesga mas tem cada vez mais dependentes do fascismo. São eles os caça-fascistas,

a versão lusa dos caça-fantasmas. Sem a capa do anti-fascismo revelar-se-ia o que de facto são: [uns querem ser ditadores, outros servi-los] (CORPUS DO PORTUGUÊS).

Em (3), o trecho destacado serve para explicar com outras palavras o que se entende por “fim igual aos outros”, informação disposta previamente. O autor da fala considera como “fim” estar preso e morrer, o que, segundo informa, ocorreu com pessoas de situação de vida semelhante à dele. A mesma informação é, portanto, fornecida, porém de modo mais elaborado, com a finalidade de aumentar a possibilidade de compreensão por parte de seu interlocutor. Em (4), o autor, para explicar seu argumento (“Quando se compra um cão, convém perceber bem a raça”), vale-se de exemplos de comportamentos contrastantes apresentados por diferentes raças caninas. Por fim, em (5), diferentemente do (3), o autor não expõe a princípio a sua tese para depois, explicá-la de outra forma; nesse caso, a parte destacada esclarece a porção precedente, acrescentando informação nova em vez de repeti-la. Dessa forma, a explanação se torna mais precisa para que o interlocutor seja capaz de compreender, dentro de uma gama de possibilidades, qual é o ponto de vista ou o direcionamento que o autor pretende oferecer dentro daquele texto.

Para formar o *corpus* desta pesquisa inicial, foram coletados e analisados 80 dados. Dentre eles, 40 podem ser enquadrados dentro da categoria EXEMPLIFICAÇÃO, configurando 50% do total. O segundo tipo mais frequente é a CLARIFICAÇÃO, com 31 ocorrências dentro do corpus analisado, o que corresponde a 39%. Em relação à EXPOSIÇÃO, foram encontrados 9 casos, isto é 11% da totalidade analisada.

Constata-se, portanto, que a construção em análise é mais frequentemente utilizada para exemplificar uma informação já apresentada, de forma a torná-la mais específica ou para ilustrar o assunto tratado. É necessário lembrar, no entanto, que a tipologia apresentada não está sendo tratada como proposta de divisões estanques, em que o pertencimento a um grupo exclui a possibilidade de participação em outro.

Considerações Finais

Constantemente, em meio às interações sociais, os usuários de uma língua recorrem à comparação para se expressarem e para serem mais bem compreendidos. Da mesma forma, a aposição se mostra como opção frequente para sustentar pontos de vistas, dar explicações adicionais ou esclarecer alguma informação. No entanto, apesar de sua importância e de sua frequência de uso, ambas as construções, as comparativas e as apositivas, não recebem um tratamento suficiente pelas gramáticas tradicionais da língua portuguesa, tendo em vista a simplificação demasiada e o laconismo em grande parte das descrições.

No que tange à classificação de orações, essas obras geralmente consideram apenas dois processos (a coordenação e a subordinação), que estariam rigidamente separados com base em critérios de (in)dependência semântica e/ou sintática. Além disso, muitas gramáticas normalmente se atêm ao estudo e à normatização de ocorrências mais padronizadas na língua, não tratando de construções que, embora possam ser produtivas na língua, são menos prototípicas e abrem espaço a uma variedade de análises.

Para este trabalho, pretendeu-se fazer o inverso: eleger para o estudo uma construção mais marginal ainda não verificada dentro da biografia disponível na área. Assim, buscou-se demonstrar a diversidade de aspectos relacionados à construção correlata comparativa apositiva e propor uma análise abrangendo suas propriedades de correlação, comparação e aposição.

Referências

- AZEREDO, José Carlos. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.
- BYBEE, Joan. *Língua, uso e cognição*. São Paulo: Cortez, 2016.
- CASTILHO, Ataliba. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CROFT, Willian. *Radical Construction Grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: The Oxford University Press, 2001.

- GOLDBERG, Adele Eva. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: CUP, 1995.
- GOLDBERG, Adele Eva. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: University Press, 2006.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An introduction to functional grammar* (1ª ed.). London: Edward Arnold, 1985.
- MEYER, Charles F. *Apposition in contemporary English*. New York: Cambridge University Press, 1992.
- MÓDOLO, Marcelo. *(Pré) publications: forskning og undervisning*. Romansk Institut: Aarhus Universitet, Danmark, 1999.
- MÓDOLO, Marcelo. As construções correlatas. In: ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do português culto falado no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Unicamp, 2008.
- NEVES, Maria Helena de Moura; HATTNER, Marize M. Dall'Aglio; MESQUITA, Elizete Maria de Carvalho. Construções comparativas. In: *Gramática do português falado*. vol. 8. São Paulo: Unicamp, 2002.
- OITICICA, José. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.
- PERINI, Mário. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016.
- ROSCH, Eleanor. Principles of Categorization. In: ROSCH, Eleanor; LLOYD, Barbara Bloom. (orgs.). *Cognition and categorization*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1978, p. 27-48.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Niterói: Eduff, 2018.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

A construção subjetiva deôntica na argumentação discursiva

Gilson Lauri Pereira de Menezes Junior¹

Introdução

O desenvolvimento de pesquisas na área de linguagens prescinde de uma definição bem explicitada sobre qual perspectiva se compreende a língua e a linguagem. Seja como uma estrutura autônoma fechada em si mesma, seja como instrumento utilizado para um determinado fim, a língua revela facetas diferentes a depender da conceituação que dermos a ela. Muitas vezes, o pesquisador é obrigado a fazer escolhas para recortar seu objeto de maneira concisa a fim de que seu trabalho não recaia em excessivas ou parciais considerações e, por consequência, desenvolva reflexões pouco significativas.

Delimitada a perspectiva pela qual se compreende a língua e o fenômeno da linguagem, este trabalho busca investigar como a construção subjetiva deôntica, a partir da definição de Bybee (2016), é utilizada como um recurso de movimento argumentativo, ancorado nas perspectivas teóricas da Sociolinguística discursivo-interacional (SCHIFFRIN, 1987), através da qual o enunciado é modalizado a fim de escamotear o posicionamento do sujeito com relação ao entorno discursivo (DIAS, 2013), constituído de todo o suporte enunciativo.

1 Graduado em Letras, Português/Literaturas pela Universidade Federal Fluminense. Mestrando em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, com dissertação orientada pela professora Dra. Nilza Barrozo Dias (UFF) e coorientada pela professora Dra. Amitza Torres Vieira (UFJF). Trabalho financiado por bolsa CNPq. E-mail: gilsonlaurijunior@id.uff.br

O uso desta construção, constituída de oração matriz (ser [conjugado na 3ª pessoa do singular] + termo deôntico) + uma oração completiva com função sintática de sujeito, categorizada de modo relativamente esquemático (BYBEE, 2016), está relacionado com uma estratégia de escamoteamento do posicionamento do sujeito (DIAS, 2013). Mas esse trabalho postula também a hipótese de relacionar a necessidade do falante em construir diferentes efeitos de distanciamento, a depender das orientações discursivas de *background* (SCHIFFRIN, 1987), sendo estes efeitos aqui conceituados como “neutralidade” (no qual ele não se insere como participante na tese defendida) ou “generalidade” (no qual a tese defendida é apresentada como socialmente aceita, mas a partir da perspectiva do falante). Estes efeitos criariam, como consequência, um distanciamento da tese defendida (DIAS, 2013) que se realizaria de dois modos distintos.

Construção e suas características formais e discursivo-funcionais

A construção que será objeto de estudos neste artigo será doravante denominada Construção Subjetiva Deôntica. Ela se manifesta, no plano da forma, como um esquema (Ser conjugado na terceira pessoa + adjetivo deôntico [Oração forma (in)finita subordinada/encaixada completiva subjetiva]), sendo por isso semiabstrata, pois o *slot* do termo deôntico é relativamente preenchido enquanto a primeira posição é mais difícil de ser mudada). Essa semiabstração impede que se indique uma total perda de composicionalidade e analisabilidade dessa construção, mas existem indicativos, através de análise diacrônica de dados, de que se está caminhando para uma integração maior dessa construção, o que poderia levar, no futuro, a um *chunking* da Construção Subjetiva como um todo. O principal efeito de evidencialidade desse fenômeno observa-se na cristalização do “É” como verbo “ser” conjugado em terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Dias (2013) estabelece uma pesquisa diacrônica que mostra como, através dos séculos XVIII e XIX, foi-se cristalizando essa ocorrência, ao ser constatada a diminuição da frequência de uso de *tokens* que utilizam o verbo “ser” em outros tempos e modos. Desta forma, recai, apenas ao adjetivo selecionado pela construção, a responsabilidade pela não esquematização plena da construção.

São exemplos da Construção Subjetiva Deôntica analisada neste trabalho os seguintes *tokens* (BYBEE, 2016), destacados em negrito e retirados de uma pesquisa anterior (MENEZES JUNIOR, 2018) acerca das estratégias de impessoalidade em artigos jornalísticos de opinião:

(01) A desconfiança nas instituições está amplamente difundida, fator que continuamente dificulta o bom encaminhamento das questões públicas. Por tudo isso, na tarefa de reconstrução do País, **é necessário, entre outras muitas frentes, resgatar a confiança da população nas instituições**².

(02) **É preciso aprender com a tragédia do chavismo**. A vitória fraudada de Nicolás Maduro no domingo passado não foi a primeira do bolivarianismo na Venezuela, mas, se não for a última, está próximo disso. A torcida dos democratas do continente é que o regime já de base militar não tente sobreviver na forma de uma ditadura aberta, com o risco de guerra civil. Já existe bastante drama no país³.

O predicador “ser + adjetivo”, por fim, revela uma avaliação do falante acerca de um evento. Contudo, essa construção impessoaliza o enunciado, promovendo maior distanciamento do falante. O apagamento do experienciador é uma adaptação motivada pela subjetividade do falante e pela intenção comunicativa que tem de ocultar essa subjetividade. Segundo Verhagen (2005), é uma perspectivização impessoal do enunciado. Para o autor, as construções completivas permeiam o domínio intersubjetivo da interação entre falante e ouvinte, sendo as orações principais (OPs) codificadoras de aspectos desse nível, e as orações subordinadas substantivas (OSS) codificadoras do domínio objetivo (em que se situam os objetos conceptualizados).

Em Dias (2013), afirma-se que a posição da oração matriz com a modalidade deôntica no início da construção configura uma construção mais prototípica, isto é, define-se como a não marcada e, em seguida,

2 Disponível em: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,o-resgate-da-confianca,70002279715>. Acesso em: 13 out. 2019.

3 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opinio/e-preciso-aprender-com-tragedia-do-chavismo-22716810>. Acesso em: 13 out. 2019.

no plano da função tece que o falante aborda suas considerações, seus pensamentos e desejos diante de uma situação discursiva, tendo como objetivo persuadir o seu destinatário para compartilhar de suas opiniões na situação criada. Sendo assim, a autora conceitua que a marca de inter(subjetividade) denota sentido de modalidade (epistêmica e deôntica) e de avaliação da atitude (a apreciação, o afeto e o julgamento), além da ordem da oração subjetiva em relação à matriz. A Oração Subjetiva pode se realizar de forma finita ou não-finita e ocorrer, preferencialmente, postas à matriz. De acordo com Bybee (1994), os valores de obrigação, necessidade, habilidade e desejo, expressos na matriz, indicam a modalidade orientada para o agente, ou seja, a condição da ação está no agente. Para Neves (2000), tais adjetivos têm propriedades intencionais, ou seja, da tensão inerente à avaliatividade do sujeito na estrutura linguística.

O verbo “ser” da matriz está flexionado preferencialmente no presente do indicativo, na terceira pessoa do singular. A cláusula completiva apareceu ora iniciada por conjunção, ora pela ausência desta. Quando está iniciada pela conjunção, o verbo realiza-se na forma finita, e a ausência da conjunção permite que o verbo esteja na forma não-finita, indicando alta conexão entre as cláusulas e também, segundo Dias (2013), uma potencialização do efeito escamoteador do sujeito já que se apagam as marcas desinenciais de pessoa e de modo no processo de redução oracional.

A modalização deôntica está situada no nível da predicação (NEVES, 1994): ao expressar, então, o estatuto da realidade de um estado-de-coisas, o falante baseia sua avaliação no conhecimento de possíveis situações relativas a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais (WIEDEMER, 2016). Os predicados de valor deôntico indicam que o estado de coisas descrito na sentença encaixada completiva é apresentado como uma necessidade, obrigação, permissão ou como uma proibição. Podem ainda expressar uma capacidade atribuída ao referente do sujeito da sentença matriz de realizar o estado de coisas descrito na completiva. Nascimento (2010) determina que modalização deôntica se manifesta de diferentes formas, gerando efeitos de obrigatoriedade, proibição e possibilidade (efeito facultativo ou de permissão), que se constituem em três tipos distintos de modalizadores deônticos, uma obrigação externa, calcada em regras e preceitos culturais convencionados socialmente, uma obrigação interna, que diz respeito a regras de moral e ética que atingem os sujeitos

de uma forma individual e a necessidade que manifesta um desejo ou uma vontade individual do sujeito.

Dias (2013) verifica os recursos utilizados pelo falante para se descomprometer das informações veiculadas por ele, como por exemplo, contrastar as pessoas usadas no entorno discursivo, aplicando, então, a responsabilidade da ação da construção completiva subjetiva ao outro, ou seja, ele é capaz de usar 1ª pessoa do singular/plural ou 3ª pessoa do plural no entorno discursivo, mas ao fazer uso da construção, ele utiliza a 3ª pessoa do singular a fim de causar o distanciamento.

Da mesma forma que uma análise do contraste entre uma construção subjetiva plena com seu entorno discursivo pode oferecer reflexões discursivas interessantes, também é igualmente interessante comparar o direcionamento argumentativo entre uma construção deôntica subjetiva e uma oração realizada através de um verbo pleno na forma finita com valor semântico deôntico. As estratégias argumentativas presentes entre a construção que impessoaliza e a terminação verbal que expressa a subjetividade do falante em perspectiva linguística são diferentes, ainda que o conteúdo proposicional seja estritamente o mesmo.

Do mesmo modo, a comparação entre a construção analisada e seu entorno discursivo permite identificar que as estratégias argumentativas de distanciamento também podem se dividir em duas características de acordo com os efeitos que ela suscita na argumentação:

- Efeito de Neutralidade: Sujeito não se insere como participante da posição defendida.
- Efeito de Generalidade: O sujeito apresenta a posição defendida como socialmente aceita.

Argumentação sob a perspectiva da Sociolinguística Argumentativa

Há décadas, a articulação entre oração principal e subordinada tem sido objeto de estudo sob várias perspectivas teóricas. Embora seja ponto pacífico entre os estudiosos que a análise das orações ultrapassa o nível da sentença e alcança o nível do discurso, não é essa a prática veiculada pela tradição gramatical. Diversos gramáticos, professores e autores de livros didáticos ainda restringem o estudo do período

composto ao âmbito da classificação de orações e do reconhecimento dos conectores que as constituem, sem que sejam problematizados os usos nos contextos, associando as questões pragmático-funcionais-discursivas relevantes à análise desse tópico.

Nesse sentido, busca-se estabelecer a necessidade de se considerar não só o nível sintático, semântico e pragmático, mas também o nível discursivo, entendendo discurso como uma atividade argumentativa e interacional – ancorado, sobretudo, nas propostas de Schiffrin (1987) e Shi-Xu (2000), com vistas a ampliar os parâmetros da Gramática Tradicional no tratamento das cláusulas, fato que justifica o estudo de interface entre as teorias vinculadas à Sociolinguística-Interacional e Funcionalismo.

Dentre as variadas teorias e práticas linguísticas que passaram a investigar o papel do sujeito, enquanto ser inscrito em uma realidade social, cultural e psicológica, dentro da linguagem, entendida como um ato comunicativo no qual prescinde a necessidade de uma interação historicamente e contextualmente definida, a teoria discursivo-interacional de Schiffrin (1987) passa a ser um arcabouço teórico coerente com a escolha epistemológica empreendida por este trabalho já que, para a autora, a argumentação se define e se constitui em um nível discursivo-interacional, isto é, muito além de considerar a natureza argumental inerente às línguas do mundo, considera também que este componente argumental se manifesta materialmente a partir do momento em que se interpela um dado proveniente da interação comunicativa. Para Schiffrin (1987), todo ato comunicativo possui um discurso no qual ele se alicerça e que funciona como elemento intermediador da interação entre dois sujeitos.

A abordagem discursivo-interacional de Schiffrin (1987) também se justifica porque considera que a argumentação se constitui de forma dinâmica, isto é, a partir de uma perspectiva interacional. Nesta abordagem, uma fala vista argumentativamente mostra como os interagentes se valem desta para alcançar seus objetivos comunicativos em situações reais. Com isso, uma análise do discurso interacional-argumental determina um modelo de análise argumentativa que dê conta tanto de suas propriedades textuais e estruturais, quanto suas propriedades interativas. Por fim, a teoria de Schiffrin (1987), ao distinguir os componentes argumentativos, dá conta de descrever a dimensão subjetiva-consciente do falante, referenciando a dimensão subjetiva do discurso argumentativo.

A autora enumera três elementos que são necessários para se observar como a argumentação se constitui em um nível discursivo-interacional, destacados neste quadro abaixo:

Tabela 1 – A proposta de Argumentação (Schiffrin, 1987)

Componente argumentativo	Definição
Posição	Conteúdo proposicional (ideia) + adesão + representação
Disputa	Nível interacional de confronto entre posições
Sustentação	Componentes evidenciais da posição

Os dados levantados por esse trabalho demonstram como a Construção Subjetiva Deontica a ser analisada pelo presente estudo atua dentro do componente argumental de posição, majoritariamente na apresentação de uma ideia e na avaliação do estado-de-coisas que o falante desenvolve desta ideia, ou seja, sua adesão. Relaciona-se a um entorno discursivo em que predomina a sustentação. Um cotejamento com o contexto textual revela que a avaliatividade do estado de coisas e a adesão à ideia principal se desenvolvem a partir de duas estratégias de distanciamento, característica descrita por Dias (2013) e Neves (1996). A estratégia de neutralidade, quando o sujeito não se insere como participante da posição defendida; e generalidade, quando o sujeito apresenta a posição defendida como socialmente aceita.

Metodologia de Análise de Dados

Após uma série de considerações teóricas de base funcionalista e de base argumental, foi escolhido empreender uma análise do gênero Discurso Político de Deputado Estadual⁴, cujo *corpus* se obtém do banco

4 É importante frisar que a conceituação do termo ‘discurso’ dentro do sintagma “discurso político de deputados estaduais” se refere ao ato de fala proferido por parlamentares democraticamente eleitos no espaço legitimador das assembleias legislativas estaduais, não necessariamente mantendo relações com as conceituações de discurso propostas por diferentes áreas da Linguística, sobretudo para Schiffrin (1986), utilizado neste trabalho. Esta designação é meramente convencional.

de dados dos discursos dos deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.⁵

A análise dos dados revela que o discurso dos deputados possui um ambiente rico na apropriação de ideias, pois mostra como as relações que a construção subjetiva de ótica unipessoal, nos termos de Neves, mantém com a estratégia argumentativa do levantamento das opiniões bem como do escamoteamento do sujeito, isentando-se de comprometimento (DIAS, 2013) e a partir daí, em hipótese construída neste trabalho, permite a concepção dos efeitos de neutralidade e generalidade advindos dessa estratégia, alcançada pela construção.

Também é facilmente perceptível dentro do gênero discurso político de deputados as relações entre a posição, a defesa e a sustentação de uma tese, até mesmo por sua orientação interacional. Uma análise quantitativa dos dados promete revelar em qual destes momentos argumentais a construção subjetiva deôntica costuma aparecer mais, já que, para impor a modalidade da obrigatoriedade ou da imprescindibilidade, é necessário ter sido apresentada alguma ideia principal anteriormente ou que esta esteja entendida pelo *background* discursivo.

É importante destacar mais uma vez que a disputa como estratégia argumentativa, dentro do discurso político de deputados, se refere muito mais a uma disputa argumental em que ideias são apresentadas para serem rebatidas e não necessariamente um ato comunicativo em que locutor e interlocutor interagirão em um jogo de sustentações e disputas, já que, como apresentado anteriormente, não é permitido que os demais deputados interfiram ou interrompam enquanto um deputado está com a palavra, ainda que, muitas vezes, isso acabe ocorrendo.

Análise de Dados

O discurso a seguir foi proferido na sessão do dia 8 de abril de 2016. Trata-se de uma discussão acerca da situação das contas do Estado do Rio de Janeiro considerada crítica por técnicos especialistas. As posições a serem defendidas pelos deputados consistem na

5 Disponível em: www.alerj.rj.gov.br/Alerj/Biblioteca.

necessidade ou não da realização de reformas fiscais que resolvam os problemas no equilíbrio das contas públicas. O deputado Wanderson Nogueira (PSOL) tem a palavra nesse discurso. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que Wanderson traz a opinião de outra pessoa para dentro de seu discurso: a ideia do deputado Luís Paulo Corrêa, líder da bancada do PSDB na ALERJ, estando, portanto, em uma situação de oposição política a Wanderson e seu partido. Deste discurso, separam-se dois dados a serem divididos em tabelas, considerando critérios funcionais e argumentativos que puderam ser analisados nas menores unidades possíveis. Os espaços em branco nas tabelas representam campos considerados secundários dentro de uma análise macro, ao passo que, em negrito, encontra-se especificamente a Construção Subjetiva Deontica estudada.

Tabela 2 – Dado de Análise 1⁶

Segmento Oracional Analisado	Componente Sintático-Semântico	Componente discurso-interacional e argumentativo
O Deputado Luiz Paulo tem muita razão em todas as afirmações que faz		Concordância com uma posição manifestada anteriormente.
faz porque desde o ano passado o Parlamento vem dizendo	Oração explicativa.	Justificação da concordância com a posição manifestada anteriormente.
É preciso fazer uma real reforma administrativa, fazendo com que a máquina fique menos pesada	Construção Subjetiva Deontica com verbo no Infinitivo, o que potencializa o efeito de escamoteamento (DIAS, 2013).	Posição de outros deputados recuperada através de um ato de fala.
Mas uma reforma real	Conector intensificador e, a partir da intensificação, recupera as outras informações em nível textual. Inversão entre substantivo e adjetivo.	Destaque a peculiaridades na posição de Wanderson. Movimento de disputa (SCHIFFRIN, 1987).
Não adianta acabar com 5, 6, 10 Secretarias e manter todas as estruturas de emprego	Subjetiva não-argumentativa).	Sustentação da posição apresentada por Wanderson, que apresenta peculiaridades com a de outros deputados.

6 Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/3620b663fe7fd44f832565370043e8be/836dfa2d55ebec5c83257f8e00760571?>. Acesso em: 13 out. 2019.

O deputado Wanderson utiliza a construção subjetiva deôntica dentro de um ato de fala relatado a Luiz Paulo como estratégia para conceder à ideia reformista um lugar argumentativo determinante que esteja fora de seu discurso. É como se o deputado quisesse distanciar-se ainda mais da necessidade de estar defendendo reformas econômicas, tema que não lhe é caro e, para isso, evoca o discurso de alguém mais alinhado a este tipo de propostas, atribui a este alguém o ato enunciativo de uma construção subjetiva que impessoaliza e escamoteia a presença do sujeito, mas ainda existe no discurso uma posição marcada: foi o deputado Luiz Paulo quem disse isso. Trata-se, portanto, de uma dupla estratégia de escamotear a posição de adesão parcial a ideia defendida de que o Estado necessita de reformas.

Como efeito de potencializar este distanciamento, Wanderson insere a ideia das reformas dentro de um efeito de generalidade, como algo que todo o Parlamento vem dizendo, isentando-se assim de sua adesão parcial à ideia defendida, por este tema ser de difícil adesão dentro do espectro ideológico ao qual ele representa. Escolhe um deputado da oposição para materializar a ideia a ser defendida, mas a disputa se materializa no que diz respeito à inversão lexical dentro da construção subjetiva deôntica. É possível identificar o sintagma “real reforma” em situação de contraste com “reforma real”, utilizado fora desta construção e já fora da citação atribuída ao Deputado Luiz Paulo.

Assim, é possível vislumbrar que a construção subjetiva deôntica, inserida no movimento argumentativo da tese através da concordância parcial, possui a estratégia de escamotear a posição do sujeito inerente, como proposta por Dias (2013). Mas esta estratégia se insere em um jogo argumentativo em que a relação de distanciamento entre sujeito e tese é intensificada a partir de outros recursos argumentativos expressos linguisticamente, como na utilização de verbo no infinitivo, estratégia já descrita por Dias (2013) como modo de potencializar o efeito impessoal e discursivo. Neste excerto, a relação de Wanderson como deputado vinculado a um partido do qual se espera uma crítica à reforma econômica é esperada.

Tabela 3 – Análise de Dado 2⁷

Segmento Oracional Analisado	Componente Sintático-Semântico	Componente discurso-interacional e argumentativo
Esta Casa aprovou medidas muito duras para que se pudesse aumentar a arrecadação,		Reconhecimento de trabalho feito anteriormente, o que indica concordância parcial (SCHIFFRIN, 1987)
mas de que adianta aumentar a arrecadação se a forma com que se gasta o dinheiro público continua de maneira equivocada?	Inserção de um ideia contrastiva,	que inicia a disputa entre duas posições: a apresentada anteriormente e a posição a ser levantada posteriormente
Não dá e é preciso realmente que o Estado do Rio de Janeiro não pare.	Construção Subjetiva Deontica intercalada em uma sentença por um conector aditivo, que é intensificada por um advérbio de modo.	Apresentação da posição defendida pelo deputado.
O Estado do Rio de Janeiro precisa prosseguir	Presença de um sujeito metonímico (sinédoque) “O estado do Rio de Janeiro”.	Sustentação da posição por justificativa.
e sentimos hoje uma total paralisia que começa pela gestão do Estado.	Verbo perceptual “sentimos”, conjugado na 1ª pessoa do plural.	Sustentação da posição por justificativa.

A construção subjetiva deontica aqui está inserida dentro de uma sentença na qual as orações estão relacionadas por um conectivo aditivo e que busca fazer uma relação de não adesão com as ações determinadas pela ALERJ no passado: a utilização equivocada do dinheiro ainda que a arrecadação tenha aumentado.

Dentro do movimento argumentativo, essa construção insere-se na apresentação da proposição, apresentada junto a um elemento modal “realmente” funcionando como intensificador da ideia defendida, da urgência do que se defende, mas ainda assim a construção pessoal opera como uma estratégia de escamotear a presença do sujeito isentando-o da responsabilidade de fazer o Estado continuar a agir.

Esse tipo de relação se manifesta a partir do momento em que a oração subjetiva evoca o substantivo “Rio de Janeiro” para manter uma relação de concordância com o verbo. O deputado Wanderson, portanto, põe em seu discurso que é necessário que o Estado, tratado como uma

7 Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/3620b663fe7fd44f832565370043e-8be/836dfa2d55ebec5c83257f8e00760571?>. Acesso em: 13 out. 2019.

entidade abstrata, não pare, ao invés de dizer que é preciso que alguém o movimente ou que o faça agir. Desta maneira, tanto a construção subjetiva deôntica aqui destacada quanto o direcionamento semântico levantado pelo entorno ao referenciar o paciente (O Estado como instituição) e não o agente (o governo e seus funcionários eleitos) contribuem para provocar o efeito do escamoteamento da posição sujeito com relação à tese defendida. Define-se, por isso, um efeito de distanciamento próprio da construção, porém de forma distinta ao dado 1: no dado 2, o falante/conceptualizador se isenta da responsabilidade de cumprir a ação discutida no discurso (fazer o Estado andar), evitando desgastes com seu partido – efeito de neutralidade. Ao passo que, no dado 1, o falante/conceptualizador se isenta da responsabilidade, apresentando-a como um dado genérico, que deveria ser do conhecimento de todos e, por isso, inquestionável – efeito de generalidade.

Considerações Finais

A observação empírica de discursos políticos coletados permitiu constatar o escamoteamento do posicionamento dos deputados, conforme proposto por Dias (2013) e a considerar a hipótese de que haveria dois direcionamentos argumentativos distintos: o efeito de neutralidade e o efeito de generalidade.

Esses dois efeitos corroborariam também que as relações entre as construções subjetivas ainda carecem de maiores reflexões acerca do papel modalizador que elas possuem na relação de comparação com o entorno discursivo e com as intencionalidades inerentes ao falante de acordo com seus objetivos argumentativos, o que justifica, mais uma vez, a relação interessante que se pode ter ao tratar Sintaxe Funcionalista e Sociolinguística Argumentativa em uma proposta de interface.

Referências

BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução por Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Editora Cortez, 2016.

- DIAS, N. B. A marca da (inter) subjetividade na sentença complexa subjetiva. In: *Revista Confluência*, vol. 44/45, p. 83-106, 2013.
- _____. A subjetividade nas construções completivas impessoais do português brasileiro. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v.17, n.1, p. 7-22, 2013b.
- NASCIMENTO, E. P. A modalização deôntica e suas particularidades semântico-pragmáticas. In: *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v.7, n.1 (30-45), jan-jun, 2010, UFPB, Cnpq.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. (Org.) *Gramática do português falado* – v.vi: Desenvolvimentos. Campinas: FAPESP/ UNICAMP, 1996. p. 163-199.
- SCHIFFRIN, D. Background, what is discourse. In: SCHIFFRIN, D. *Discourse makers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

A expressão da conformidade no português do Brasil: considerações iniciais

Myllena Paiva Pinto de Oliveira¹

Introdução

Neste capítulo, buscamos fazer uma apresentação inicial da expressão da conformidade no português do Brasil. A pesquisa em curso dá prosseguimento aos estudos desenvolvidos no curso de mestrado (PINTO, 2018) quando investigamos as construções conformativas oracionais em língua portuguesa, ou as tradicionais orações subordinadas adverbiais conformativas.

Em estudos anteriores (PINTO, 2018), verificamos que a noção de conformidade pode ser expressa por meio de diferentes estruturas morfossintáticas, sem se restringir às estruturas oracionais prototípicas descritas nas gramáticas normativas. Agora, o foco recai sobre as estruturas responsáveis por veicular a conformidade no português brasileiro.

Adotamos aqui, por ora, a definição de conformidade postulada por Pereira (2014):² identidade de dois eventos possíveis dependentes de uma atitude proposicional. A autora faz um inventário das estruturas que expressam

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, onde pesquisa, com o apoio da Capes, a Expressão da Conformidade em português do Brasil sob orientação do Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário.

2 A autora (PEREIRA, 2014, p. 9), apesar de fazer uma análise “baseada predominantemente no significado (e não na forma)”, não se filia à LFCU. Assim, pretendemos fazer uma abordagem distinta da autora, dando novas contribuições teórico-metodológicas sobre o tema das construções conformativas. Pereira (2014) insere em sua pesquisa outras noções, como desconformidade e (des)semelhança, às quais não nos ateremos.

conformidade no português europeu, o qual motivou a presente pesquisa. Do Quadro 1, consta o resumo das estruturas inventariadas pela autora.

Quadro 1 – Inventário das estruturas que expressam conformidade em língua portuguesa, características e exemplos³

Tipo	Característica	Exemplos
Plano Discursivo		
Estruturas com repetição da proposição relevante	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de frases de confirmação; - Pouco frequentes em <i>corpus</i> jornalístico analisado; - Reforço por expressões adverbiais de confirmação (<i>de fato, efetivamente, com efeito, realmente</i> etc.); - Pode aparecer invertida. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Eu previ que o João ia ter nota máxima no exame. O João teve nota máxima no exame. (Confirmaram-se, pois, as minhas previsões.)</i> - <i>Eu previ que o João ia ter nota máxima no exame. E, {de facto/ realmente/ com efeito}, o João teve nota máxima no exame.</i>
Estruturas com expressões predicativas de caráter anafórico	<ul style="list-style-type: none"> - Expressões predicativas (<i>aconteceu, isso verificou-se, isso sucedeu, assim aconteceu ou assim o fez e fez isso</i> – se associadas a orações com verbos de elocução (<i>dicendi</i>). - Pode aparecer com estrutura clivada 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Eu previ que o João ia ter nota máxima no exame, e {isso/tal} {aconteceu/ sucedeu/ verificou-se}.</i> - <i>Eu previ que o João ia ter nota máxima no exame. E foi nota máxima que ele teve.</i>
Estruturas com expressões (pro) nominais anafóricas	<ul style="list-style-type: none"> - Associada a uma estrutura de clivagem; - Ou associada a um predicado que explicita a relação de conformidade (valor expresso lexicalmente, mas com ligação anafórica no plano transfrásico). 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>O primeiro-ministro aumentou os impostos no inverno de 2012. {E foi isso que/ Isso foi o que} ele disse que faria.</i> - <i>O João teve nota máxima no exame. (E) Isso {está em conformidade com o que/ coaduna-se com/ corresponde ao que} eu previ.</i>
Plano Frasal, com adjuntos		
Estruturas conformativas adjuntas (orações adverbiais conformativas)	<ul style="list-style-type: none"> - Introduzidas por (<i>tal</i>) <i>como; conforme; consoante; segundo; de acordo com</i> (quase sempre associado àquilo); <i>em conformidade com; em consonância com;</i> - Ou seja, apresentam marcador lexical explícito. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Em conformidade com o que eu previ (que iria acontecer), o João teve nota máxima no exame.</i> - <i>Consoante (o que) eu previ, o João teve nota máxima no exame.</i>
Plano Frasal, com argumentos		
Combinação entre um predicador que veicula diretamente um valor de conformidade e (geralmente) dois argumentos	<ul style="list-style-type: none"> - Está no nível da predicação básica; - Valor de conformidade, em geral, está associado ao argumento externo. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>O João ter tido nota máxima no exame {coaduna-se com/ corresponde a/ está em consonância com} {o que eu previa/ as minhas previsões}.</i> - <i>Um bom detective (...), antes de proceder ao encerramento de qualquer caso, deve certificar-se que tudo está em conformidade com o que é pedido.</i>

3 Fonte: elaboração própria com base em Pereira, 2014.

De acordo com Pereira (2014), é possível encontrar a conformidade nos planos discursivo e frasal, este dividido em dois grupos (com marcadores lexicais explícitos; e com predicadores com semântica de conformidade). Com base nessa classificação, há expressão da conformidade nos níveis intraoracional, interoracional e supraoracional. Portanto, a noção de conformidade se constitui em domínio cognitivo que se expressa em diferentes instâncias gramaticais.

Diante disso, o objetivo é descrever e analisar as estruturas morfossintáticas que expressam conformidade em português brasileiro, tendo como base o inventário de Pereira (2014). Em etapas posteriores, também pretendemos elaborar a rede em que se inserem essas construções desde o nível microconstrucional, passando pelo mesoconstrucional, até chegar ao macroconstrucional (TRAUGOTT, 2008).

Base teórico-metodológica

Esta pesquisa se filia teórica e metodologicamente à Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). A LFCU une alguns pressupostos da Linguística Cognitiva (CROFT, 2001, GOLDBERG, 1995, 2006) aos da Linguística Funcional (GIVÓN, 1995, HOPPER e TRAUGOTT, 1997). Essa abordagem também é identificada como Linguística Cognitivo-Funcional (TOMASELLO, 1998).

Furtado da Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 17) asseveram que a:

Linguística Funcional Centrada no Uso inclui em sua agenda de pesquisa a investigação de temas relacionados à emergência e à regularização de padrões construcionais no nível da proposição – considerando fatores fonológicos, morfológicos e sintáticos – e do discurso multiproposicional – concentrando-se em aspectos linguísticos relativos à organização do texto (GIVÓN, 2009). Para isso, busca identificar motivações discursivo-pragmáticas e semântico-cognitivas implicadas no uso desses padrões.

Em outras palavras, tais fundamentos teórico-metodológicos integram discurso, cognição e gramática. É partindo da associação de

princípios comunicativos e cognitivos que explicamos e descrevemos a organização da gramática de determinada língua. Nessa perspectiva, o uso que os falantes fazem da língua influencia em sua estrutura, tendo em vista que a formação de uma gramática se dá pelo e no discurso, no qual ocorre a rotinização de agrupamentos de palavras (BYBEE, 2006).

Alguns conceitos da linguística funcional, desenvolvidos antes e depois do advento da LFCU, tais como construção (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013), domínio funcional (GIVÓN, 1984), relações de herança (GOLDBERG, 1995), analogia (BYBEE, 2016), entre outros, são importantes na análise do nosso objeto de pesquisa.

As análises baseadas no uso devem considerar os contextos discursivo-pragmáticos, as situações de comunicação, além dos aspectos formais, elementos semânticos, pragmáticos e discursivos da língua. Por isso, é importante analisar a língua em contexto real de comunicação.

Motivações para a pesquisa

Na tradição gramatical, as seções dedicadas às orações subordinadas adverbiais conformativas, em geral, são desenvolvidas de maneira superficial, sucinta. Muitas vezes, essas seções se constituem em listas das conjunções que podem encabeçar orações dessa natureza. Por exemplo, Almeida (1964) não define esse tipo de oração, apenas menciona a noção da conformidade quando trata das conjunções. Bechara (2009, p. 237), por sua vez, afirma que esse tipo de oração ocorre “quando a subordinada exprime um fato apresentado em conformidade com a declaração principal”. As gramáticas de língua portuguesa com abordagem mais modernas ou descritivas, como, por exemplo, Neves (2011), Mateus *et al.* (2003), Castilho (2010), Raposo *et al.* (2013) também não abordam de maneira profunda o assunto, apesar de avançarem na descrição do objeto, em comparação com as gramáticas mais tradicionais.

Tais descrições não esgotam as formas de instanciação da conformidade no português do Brasil. Por hipótese, as orações subordinadas adverbiais conformativas não são a única expressão da conformidade no português brasileiro. Como indicamos anteriormente, há outras construções morfossintáticas capazes de veicular a noção da conformidade.

Essa função em geral não aparece expressa em outras seções da gramática, senão quando se trata das preposições acidentais, tendo em vista que *segundo* e *conforme*, além de aparecerem no grupo das conjunções, por vezes, são inseridas nessa subclasse (NEVES, 2011, CASTILHO, 2011, BAGNO, 2012).

A priori, esse tipo de construção, em língua portuguesa, aparece, sobretudo em sequências argumentativas, como mostra Pinto (2018). Está presente ainda nos livros e materiais de redação, em seções voltadas para elaboração de textos dissertativo-argumentativos, fazendo parte da lista de tipos de argumentos disponíveis.

As construções oracionais e os diversos domínios funcionais instanciados por variadas construções têm sido objeto de diversas pesquisas desenvolvidas na perspectiva da LFCU (GODINHO, 2011, OLIVEIRA, 2016, FERNANDES, 2017, PINTO, 2018, entre outros). Dessa forma, pretendemos contribuir para análise e descrição funcional das construções conformativas no português brasileiro.

Alguns dados para uma análise inicial: o ponto de partida

Um levantamento prévio de dados nos possibilitou detectar algumas ocorrências do objeto e ilustrar algumas das construções de diferentes naturezas que potencialmente expressam a conformidade em português do Brasil. Trata-se de uma amostra para análise qualitativa inicial. Assim, não nos preocupamos em adotar, por ora, um *corpus* predefinido único, mas em fazer um levantamento das possíveis estruturas que instanciam conformidade na língua em diversos textos disponíveis *on-line*.

Os dados apresentados servem para balizar a discussão inicial que intentamos desenvolver ao longo da pesquisa de doutoramento. Postulamos que, apesar de alguns dados apresentarem naturezas bastante diversas entre si, veiculam a noção de conformidade na língua. Vejamos:

- (01) A previsão de crescimento negativo para o ano que vem, **conforme preveem as consultorias privadas**, ou mesmo o crescimento pequeno de 0,2% projetado pelo governo não jogam a

favor de uma melhoria no mercado de trabalho (*Revista Poli*, n. 42, 2015, p. 17).

O exemplo [1] é o mais prototípico, entra na categoria descrita nas gramáticas normativas como orações subordinadas adverbiais conformativas. Em geral, inseridas nesse tipo de construção oracional encontramos as chamadas conjunções conformativas, tais como: *conforme*, *como*, *consoante* e *segundo* (ALMEIDA, 1964, KURY, 1972, ROCHA LIMA, 1972). Nesse exemplo, temos um tradicional período composto por subordinação, no qual um segmento (oração principal) está em conformidade com outro (oração subordinada). Vale dizer, entretanto, que, de acordo com Rosário e Pinto (2018), construções como essa encerram mais características de coordenação do que de subordinação, em um *cline* que vai do mais integrado ao menos integrado. Logo, esse tipo de estrutura não seria um exemplar da categoria das orações subordinadas adverbiais.

(02) **Segundo o texto do projeto, apresentado na comissão pelo deputado Sergio Vidigal (PDT-ES)**, as unidades hospitalares públicas e privadas estariam obrigadas a instalar um setor de prestação de serviços de odontologia (*Revista Poli*, n. 58, 2018, p. 4).

No dado [2] está um exemplo do que gramáticas costumam chamar de preposição acidental/atípica, itens linguísticos originários de diferentes categorias que em dado momento da língua passam a ser usados como preposição (RIBEIRO, 1950). Em geral, sobre essas estruturas, entre as quais estão *segundo* e *conforme*, encontramos descrições formais que não abordam o aspecto expressivo, funcional, que, neste caso, está relacionado com a conformidade.

Também encontramos, como se pode ver, a preposição *para* – dado 3 – introduzindo uma construção com função conformativa, com o valor bastante próximo do encontrado no dado [2].

(03) **Para o gerente de Inovação e Tecnologia do Senai, Osvaldo Lahoz Maia**, no Brasil esse cenário será um pouco diferente por conta do alto custo da robotização. (*Revista Poli*, n. 58, 2018, p. 11)

Defendemos a existência de diferenças em relação à animacidade do sintagma nominal que pode aparecer acompanhando a preposição e a preposição atípica. O caso demonstrado no terceiro exemplo parece não aceitar um sintagma nominal menos animado. Mas isso precisaria ser verificado com maior número de *tokens*, em análise quantitativa, que ainda será empreendida. O dado marca um ponto de vista no discurso.

(04) **De acordo com Marildo Menegat, professor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPP-DH/UFRJ)**, cada revolução tecnológica que ocorre no capitalismo elimina uma quantidade muito grande de empregos (*Revista Poli*, n. 58, 2018, p. 7).

Podemos ainda encontrar estruturas, como o *token* [4], encabeçadas por uma locução prepositiva (*de acordo com*) cuja parte nominal tem uma transparência lexical de conformidade (acordo). Percebemos, nesse dado, assim como nos demais, uma indicação de fonte de informação ou ponto de vista. Trata-se da representação linguística (não *ipsis litteris*) de um ato de fala de outro interlocutor.

(05) Se antes interessavam apenas as últimas linhas dos balanços, com o total dos lucros, hoje clientes, investidores, agentes financeiros, acionistas ou cotistas querem saber como esses lucros foram obtidos, se tudo está **em conformidade com as leis**, com respeito aos funcionários e à sociedade como um todo. (*Folha de S. Paulo*, 28 nov. 2017)⁴

(06) A Justiça Militar da União, no Brasil, funciona a partir de regras internacionalmente reconhecidas, assegura a igualdade de todos perante a lei, respeita os princípios do Estado democrático de Direito e observa os direitos humanos. **Está conforme os mais exigentes critérios de imparcialidade, integridade e**

4 Disponível em: <<http://estudio.folha.uol.com.br/petrobras/2017/11/1938847-governanca-ajuda-empresa-a-prosperar-e-ter-vida-longa.shtml>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

independência estabelecidos nos padrões internacionais dos povos civilizados. (Folha de S. Paulo, 21 mar. 2009)⁵

No *token* [5], temos um exemplo da conformidade expressa no plano intraoracional. É formada pela combinação de um predicador e dois argumentos (PEREIRA, 2014). Em outras palavras, nesse dado, há uma estrutura com o tradicional verbo de ligação e um termo predicativo com valor conformativo. Esse dado é formalmente parecido com o que encontramos no dado [6]: temos um predicador com função conformativa. Contudo, a diferença está nos níveis gramaticais. No dado [6], o espaço que parece ser tradicionalmente atribuído ao sujeito elíptico/desinencial/oculto, na verdade, é ocupado por todo o período anterior, estabelecendo não uma relação intraoracional, mas interoracional.

A estrutura encontrada no *token* [7], a seguir, está prevista por Raposo *et al.* (2013). Os autores afirmam que pode haver alguma identidade entre as conformativas e as relativas e que, em alguns casos, os dois segmentos relacionados na construção conformativa não são de natureza oracional, como alguns dos exemplos aqui apresentados.

(07) Em três horas, choveu **o que era esperado para 20 dias em Campinas (SP)**. (*Jornal da CBH*, 20/11/2017)⁶

No dado [7], a função conformativa é instanciada pela perífrase verbal *era esperado*, inserida em uma subordinada relativa. Não vamos entrar nesta discussão por ora, mas este é um caso híbrido: estão presentes as noções funcionais de intensidade e conformidade. Dados híbridos ou polissêmicos são traços naturais das línguas, por conta de sua gradiência, e, por isso, reforçam a perspectiva funcional de análise linguística. Afinal, está no cerne da LFCU a concepção de que as categorias são fluidas e apresentam limites difusos. Vejamos os dois últimos exemplos:

5 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2103200908.htm>>. Acesso em: 19 out. 2019.

6 Disponível em: <<https://bhfmglobo.com/media/audio/138705/em-tres-horas-choveu-o-que-era-esperado-para-20-di.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2018.

(08) “Eles estão usando a comissão, que já foi chamada de ‘CPI da Doutrinação’, como palco de divulgação, facilitando a aprovação do projeto”, garante o professor. (EPSJV/Fiocruz, 04 jul. 2018)⁷

(09) **O Mantega disse que** isso quebraria o Estado, a Ideli Salvati disse que era uma gracinha, disseram que era uma irresponsabilidade, considerando que estamos vivendo um momento de crise econômica. (*Revista Poli*, n. 28, p. 16)

Para finalizar, apresentamos os dados [8] e [9]. No primeiro, temos uma citação direta na qual a construção que estamos chamando de conformativa é responsável por indicar a autoria do texto, que se apresenta na forma de oração intercalada. Para as orações intercaladas, Bechara (2009) estabelece uma classificação, entre a qual está a chamada “citação”, por meio da qual, assim como a oração conformativa, podemos atribuir fonte ao texto.

No *token* [9] temos uma oração subordinada completiva. Pressupomos que a base da noção conformativa advém de verbos de elocução.⁸ Por isso, concordamos com a definição de Pereira (2014) para a noção da conformidade. A chave da definição da autora está em afirmar que se trata de uma *atitude proposicional*. Diante disso, postulamos que os verbos de elocução (no caso, *garantir* e *dizer*, respectivamente) em estruturas textuais mais básicas (e não apenas nelas) (cf. LONGHINTOMAZI, 2011) podem surgir como expressão da conformidade; por sua vez, as construções com junções (locuções prepositivas, preposições, preposições atípicas ou conjunções conformativas) devem instanciar a conformidade em textos mais complexos do ponto de vista semântico-cognitivo e sintático.

A noção de projeção estabelecida por Halliday (2004) também nos ajuda a argumentar que estes dois últimos *tokens* (8 e 9) podem ter traços

7 Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/por-tras-do-escola-sem-partido>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

8 Vale dizer que existe um tipo de conformativa que chamamos de externa, que não se constitui em fonte de informação ou marcação de ponto de vista no discurso. Em Luft (2000, p. 61), temos o seguinte exemplo: “Conforme é o pássaro, assim é o ninho.”. Nesse caso, a noção conformativa está no nível externo ao discurso, relacionada ao mundo biofísico-social. Não aprofundaremos essa discussão aqui por não se tratar do foco deste trabalho.

de conformidade. Para o autor, esse eixo lógico-semântico representa uma locução ou uma ideia, ou seja, é a representação de uma representação linguística, que serve para marcar fonte ou pontos de vista dentro de um enunciado. E esta parece ser a função mais básica das construções conformativas de modo geral.

Considerando esses exemplos, fica evidente que, no português do Brasil, existem construções que instanciam a conformidade para além das estruturas morfossintáticas previstas nos compêndios gramaticais. Desenvolvemos apenas uma análise bastante inicial desses dados, apenas com o objetivo de descrever os casos encontrados em uma pesquisa preliminar.

Considerações (nada) finais

Procuramos iniciar a discussão sobre as variadas formas de instanciação da conformidade no português do Brasil. Apresentamos, para isso, alguns *tokens* preliminares, retirados de textos disponíveis na internet. O objetivo era verificar a hipótese de que não são apenas as tradicionais orações subordinadas adverbiais responsáveis por veicular a função conformativa na língua. Com base em Pereira (2014), atestamos que a conformidade aparece tanto no nível oracional, quanto nos níveis intraoracional e supraoracional em português, apresentando diferentes estruturas morfossintáticas.

Os próximos passos da pesquisa envolvem sistematização e classificação dos dados, além de quantificação de *tokens* nas diferentes sequências tipológicas. O intuito é contribuir para a descrição das estruturas gramaticais e das funções semântico-pragmáticas do português do Brasil.

Referências

- ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 1964.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha. Rev. Téc. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez Editora, 2016.
- _____. From usage to grammar: the mind's response to repetition. *Language*, Washington, DC, v. 84, n. 4, p. 711-733, 2006.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, Fapesp, 2010.
- CROFT, W. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.
- FERNANDES, T. P. L. *Construções correlatas proporcionais sob a perspectiva da linguística funcional centrada no uso*. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- FURTADO DA CUNHA; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M; CUNHA, M. A. F. *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X: FAPERJ, 2013, p.13-39.
- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- GODINHO, A. *Cláusulas com noção de modos em português: um estudo funcionalista*. 2011. Tese (Doutorado em Letras Clássicas e Vernáculas) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GOLDBERG, A. *A Construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: OUP, 2006.
- HALLIDAY, M. A. K. Above the clause: the clause complex. In: HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2004.
- HOPPER, P; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- KURY, A. G. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. São Paulo: Lisa Livros Irradiantes, 1972.

- LONGHIN-TOMAZI, S. R. Aquisição de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída. In: *Alfa*. São Paulo, 55(1), p. 225-248, 2011.
- MIRA MATEUS, M. H. M. *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- OLIVEIRA, J. M. A. *Análise funcional das construções correlatas alternativas*. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- PEREIRA, A. R. V. V. *Sobre a expressão da conformidade e da semelhança no português*. 2014. Dissertação (Mestrado) Universidade de Lisboa, Lisboa.
- PINTO, M. *Funções semântico-pragmáticas das construções conformativas oracionais: uma análise centrada no uso*. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- RAPOSO, E. B. P. *et al.* *Gramática do português*. v. 2. Coimbra: Fundação Colouste Gulbekian, 2013.
- RIBEIRO, E. C. *Serões gramaticais ou nova gramática portuguesa*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1950.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- TOMASELLO, M. *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.
- TRAUGOTT, E.C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BLOCO 3

LINGUÍSTICA COGNITIVA

Conceptualização do tempo presente: a expressão do presente do indicativo em referência a eventos no passado nas variedades do português de Portugal, Brasil, Moçambique e Angola

Thalita Amil do Carmo¹

Introdução

A pesquisa aqui descrita pretende estudar o tempo em referência ao passado sob o viés da sociolinguística cognitiva considerando as variedades de língua portuguesa: Portugal, Brasil, Angola e Moçambique. Assim, a pesquisa desenvolve-se no âmbito da sociolinguística cognitiva que dará suporte e contribuições teóricas, descritivas e metodológicas, tanto para o aprofundamento no conceito de pluricentrismo linguístico, quanto nas problematizações semânticas, estruturais e cognitivas do tempo.

Entende-se por línguas pluricêntricas aquelas que possuem polos de interação, apresentam variedades nacionais, cada qual com a sua norma própria, Clyne (1992, p. 1). De acordo Soares (2018), trata-se de uma variação intralinguística marcada por questões de identidade e poder nacional. Sendo assim, os países de língua pluricêntrica têm a mesma língua, cada qual com a sua variedade e peculiaridade, determinada pelos aspectos socioculturais e econômicos.

Espaço e tempo podem ser considerados domínios universais da linguagem e do pensamento (BOURDIEU, 1977, p. 86). Consideramos

1 Mestranda em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense na linha de pesquisa 1. Agência de financiamento: CNPQ. Orientadora: Maria Jussara Abraçado

que o espaço pode ser compreendido e percebido através de uma experiência sensorial, física ou concreta, com aparatos como sistema visual, sistema tátil e outros que ajudam na compreensão dos sentidos. Por outro lado, o tempo é uma experiência introspectiva sem nenhum aparato dedicado a objetificação. O grande interesse pelo tempo consiste no fato de ele estar sempre presente na linguagem. Não há relatos de línguas atemporais, todas possuem recursos lexicais para marcar tempo (SINHA e BERNÁRDEZ, 2015).

Além disso, estudar estruturas que marcam o tempo em variedades do português justifica-se na importância de pesquisar aspectos que vão além das peculiaridades de cada variedade, pretendendo, assim, refletir sobre características e propriedades transcendentais que possam ser próprias da língua portuguesa.

Orientação metodológica

Esta pesquisa apoia-se teoricamente na sociolinguística cognitiva e no conceito de línguas pluricêntricas. Nossa proposta é analisar, qualitativa e quantitativamente, dados extraídos de manchetes e subtítulos de jornais on-line de Portugal (*Diário de notícias e Correio da Manhã*), Brasil (*O Extra e Jornal do Brasil*), Angola (*Folha 8 e O País*) e Moçambique (*Verdade e Savana*) recolhidos no período de 03/05/2019 a 10/06/2019. Através desse material, buscamos encontrar subsídios para problematizar o uso do tempo presente do indicativo para expressar eventos no passado nas variedades da língua portuguesa.

Os dados foram obtidos em páginas na *internet* de jornais on-line de caráter nacional. Devido ao alcance desejado, a linguagem utilizada deve ser mais neutra e mais próxima do padrão adotado pela variedade em questão. A preferência por manchetes e subtítulos de jornais on-line deve-se:

- I. Ao fato desse fenômeno ocorrer com mais frequência nesse gênero textual, uma vez que fatos já ocorridos são frequentemente noticiados no presente;
- II. À facilidade de obtenção, via *internet*, de dados das variedades em estudo;
- III. À possibilidade de se analisarem amostras de natureza semelhante, o que facilita e legitima a comparação que

pretendemos promover entre as variedades do português e a visibilidade do conceito de línguas pluricêntricas.

Os verbos são o grande foco dos dados levantados, uma vez que, na língua portuguesa, funcionam como recurso lexical marcador de tempo. Analisando previamente, percebeu-se uma alta frequência de verbos no presente do indicativo nas manchetes em contraposição a verbos no pretérito nos subtítulos da mesma notícia, isso gerou interesse e motivação para o projeto de pesquisa aqui descrito.

Interface teórica: línguas pluricêntricas

Conforme mencionado anteriormente, tomando como base a definição de Clyne (1992, p. 1), pluricentrismo linguístico diz respeito a línguas que possuem vários polos de interação. Michael Clyne, em 1992, publicou o volume *Pluricentric Languages* que reunia dados comparativos de um montante de línguas pluricêntricas espalhadas pelo mundo. Esse trabalho, funcionou como um divisor de águas para o conceito, ainda pouco abordado, de línguas pluricêntricas. Antes da obra, pluricentrismo linguístico era visto como “desvio do centro”, onde, ora as variedades nacionais eram consideradas como desvios da norma linguística pertencente à nação historicamente mais antiga e mais poderosa, ora era colocada como variedade dialetal local. Após a publicação, as línguas consideradas pluricêntricas passaram a ser entendidas como um modelo de “vários centros interatuantes”, interpretando a relação entre as variedades nacionais como um processo dinâmico e interativo (SILVA, 2018).

Com o avanço dos estudos sobre pluricentrismo linguístico, percebeu-se que não se trata de uma característica fixa ou um conceito estático e sim uma definição prototípica. Nesse sentido, há línguas prototipicamente mais pluricêntricas do que outras. É considerável pensarmos que todas as línguas são, até certo ponto, pluricêntricas, uma vez que possuem variação dialetal e diferentes normas locais. O pluricentrismo é, portanto, um caso especial de variação intralinguística marcada por questões de identidade e poder nacional (SILVA, 2011).

Dessa forma, o português pode ser considerado uma língua prototipicamente pluricêntrica já que apresenta variedades nacionais, cada qual com a suas especificidades e normas. Há o português europeu

(PE) e o português brasileiro (PB), bicentrismo estabelecido. Há, ainda, outros em desenvolvimento, em especial o português moçambicano (PM) e o português angolano (PA), pluricentrismo emergente. O português é, assim, uma língua claramente bicêntrica e inevitavelmente pluricêntrica (SILVA, 2011).

Quanto à relação bicêntrica entre PE e PB, entende-se como um bicentrismo quase simétrico por três razões relevantes.

Primeiro, há um equilíbrio entre supremacia temporal, relacionada historicamente ao antigo poder exercido por Portugal, e supremacia espacial, dimensão territorial brasileira. Em relação ao conceito de variedades dominantes e não dominantes, entende-se que as variedades dominantes são as dos países mais antigos, poderosos e com maior população, em contrapartida, as não dominantes pertencem a todos os outros países mais jovens e menos poderosos (MUHR, 2012). O Brasil, em relação ao bicentrismo com Portugal, é um país mais jovem, porém maior territorialmente. Logo, tem maior população. Esse fator balanceia as relações de poder linguístico entre as duas nações.

Segundo, há um aumento da standardização no Brasil e em Portugal. Soma-se a isso, o reconhecimento da importância política, econômica e sociocultural do pluricentrismo da língua portuguesa. Quando Soares (2018) afirma a quase simetria, é porque há assimetrias consideráveis, como as novas normas nacionais emergentes e a maior ocorrência do PB em PE. Portanto, fica evidente a existência desses dois polos que partilham da mesma língua, mas que mantêm suas especificidades e normas de acordo com aspectos políticos, econômicos e socioculturais (SILVA, 2019).

Linguística cognitiva

A linguística cognitiva (LC) surgiu no final da década de 70 e princípios da de 80. É uma abordagem da linguagem baseada nas experiências humanas no mundo. Dessa forma, a linguagem é estudada como uma capacidade cognitiva que processa a experiência cultural e social, negando a tese da autonomia da linguagem e opondo-se aos paradigmas estruturalistas e gerativistas (SILVA, 1995).

Para esclarecer a relação entre linguagem e cognição vale setorizar e entender a definição dos dois domínios do conhecimento humano. Cognição é a habilidade para processar informações através da percepção. Os estímulos recebidos através dos sentidos são conhecimentos adquiridos através da experiência, da interação e das nossas características subjetivas, esse conjunto de fatores nos permitem processar informações e, conseqüentemente, interpretar o mundo. Em outras palavras, cognição é a capacidade de assimilar as informações recebidas de diferentes meios, percepção, experiência, crenças, e transformá-las em conhecimento. Isso inclui diferentes processos cognitivos, como a aprendizagem, atenção, memória, linguagem, raciocínio, tomada de decisões etc., que fazem parte de nosso desenvolvimento intelectual e social.

A linguagem como processo cognitivo é a maneira como expressamos os pensamentos e sentimentos através da palavra, com função comunicativa, informativa e organizacional sobre nós mesmos e o mundo. A linguagem e o pensamento se desenvolvem em conjunto e estão estreitamente relacionadas, se influenciam mutuamente.

Porém, a cognição não está apenas relacionada ao conhecimento, ela também está associada aos processos que formam o conhecimento e a construção dos significados. Isso reitera a ideia de que a linguagem não é reflexo da realidade, ela é a maneira como a cognição se manifesta e categoriza a linguagem.

Os principais representantes da LC são os norte-americanos George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy e outros que emergiram na Europa com trabalhos significativos. São temas de especial interesse da Linguística Cognitiva os seguintes: a categorização linguística (tais como prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos, metáfora e imagens mentais), os princípios funcionais da organização linguística (iconicidade e naturalidade), a interface conceptual entre sintaxe e semântica, a base pragmática ligada à experiência da linguagem-no-uso e a relação entre linguagem e pensamento (incluindo questões sobre o relativismo e sobre os universais conceptuais) (SILVA, 2018).

Em suma, a LC é uma abordagem da linguagem que se situa na interseção da experiência social e capacidade humana cognitiva. É baseada no uso, logo, nega a hipótese de autonomia linguística e reitera a ideia da linguagem como processo cognitivo, conceptual que categoriza experiências culturais, sociais e individuais.

Sociolinguística cognitiva e pluricentrismo

A sociolinguística cognitiva é uma abordagem recente que cruza os pressupostos da sociolinguística com os da linguística cognitiva. Esse novo viés emergiu a partir da necessidade de considerar os aspectos sociais nos estudos cognitivos da linguagem, uma vez que esses trabalham com a língua em uso, consideram a experiência e o lado social indispensáveis para a compreensão da capacidade cognitiva humana. Apesar de ser uma abordagem nova, com grande potencial de desenvolvimento e consolidação, nota-se o interesse pelo estudo da variação linguística.

Segundo Silva (2008, p. 53), por caracterizar-se também como um “modelo experiencialista”, a linguística cognitiva compreende dimensões da experiência humana construídas através da linguagem a partir da experiência individual, coletiva, social e cultural, abarcando com isso as diferenças entre culturas, grupos sociais ou até mesmo indivíduos. Essa experiência humana carrega por si só aspectos coletivos e interativos, reconhecendo, assim, a essência sócio interativa da língua, bem como sua abordagem social como características integrantes do cognitivismo.

Há uma ligação direta e fundamental entre sociolinguística cognitiva e pluricentrismo. Essa abordagem serviu de ponte para a interação entre aspectos conceptuais e sociais da variação. Soares (2018) conceitua três setores aos quais a sociolinguística cognitiva contribui para os estudos do pluricentrismo, são eles: contribuições teóricas, os conceitos essenciais da linguística cognitiva que embasam e fundamentam os estudos da variação; contribuições descritivas, estudos sobre variação do significado e significado da variação; e, por último, contribuições metodológicas, desenvolvimento de métodos empíricos avançados que dão conta da variação do significado das línguas pluricêntricas, caso da socioletometria.

A expressão do presente do indicativo no português brasileiro

Tradicionalmente o tempo presente é usado para designar o momento de fala. Entretanto, percebe-se na interação social que ele também pode se referir a eventos passados ou até mesmo futuros. O estudo desse tempo verbal não é tão comum quanto o estudo do futuro ou do passado e isso é mais uma motivação para a pesquisa aqui descrita.

“Embora seja tão rentável na língua, o Presente do Indicativo é uma das flexões verbais menos estudadas, predominando amplamente nos trabalhos científicos estudos sobre os tempos do futuro, das formas nominais e das perífrases” (CASTILHO, 1984).

É possível entender o uso do tempo presente no português brasileiro a partir de duas óticas: a gramática tradicional e os estudos linguísticos. Segundo a Gramática tradicional, os tempos do modo indicativo presente, pretérito e futuro servem para expressar o momento da fala do enunciador, o momento anterior a fala do enunciador e o momento posterior a fala do enunciador, respectivamente.

Nota-se, que a língua em uso faz relações que fogem desse padrão, produzindo, assim, outras noções semânticas temporais. Na gramática descritiva de Perini, encontramos a seguinte proposta: “os tempos costumam invadir um o território do outro, o que ajuda a complicar o quadro geral” (PERINI, 2010, p. 220). Sob esse viés, o autor se aproxima da proposta linguística e assume que as formas verbais, inclusive o presente do indicativo, podem, dependendo do contexto, possuir outros valores semânticos. Nos exemplos a seguir, extraídos do *corpus* dessa pesquisa, percebe-se o uso do tempo presente com valor semântico de pretérito.

(01) Um homem morre e outro fica ferido após desabamento de prédio em construção na Ilha do Governador (*O Extra*, Brasil, 23 mai. 2019).

(02) Crivella publica novo decreto impedindo cobrança na Linha Amarela no sentido Fundão (*O Extra*, Brasil, 21 mai. 2019).

Como visto nos exemplos destacados, apesar da forma verbal estar no presente do indicativo, ela se refere a eventos passados. Desse modo, percebemos que a língua é maleável e não se encaixa a padrões fixos como proposto pela gramática tradicional. Enquanto a gramática tradicional engessa o uso do tempo verbal presente, a linguística busca entender o funcionamento da língua, descrevendo e registrando todas as variáveis possíveis.

Como a pesquisa proposta se atenta às variáveis da língua portuguesa, brevemente, analisamos a ocorrência do tempo presente do indicativo em manchetes de jornais portugueses, angolanos e moçambicanos.

(03) Jovem encontra a mãe morta ao chegar da escola (*Correio da manhã*, Portugal, 03 mai. 2019).

(04) PJ detém suspeito de ter ateado fogo em caso no centro de Faro (*Diário de notícias* Portugal, 15 mai. 2019).

(05) Falcão denuncia aquisição de nacionalidade portuguesa para proteger dinheiro roubado (*O País*, Angola, 10 abr. 2019).

(06) Polícia angolana prende activistas por encomenda (*Folha 8*, Angola, 14 mai. 2019).

(07) Governo desactiva alerta vermelho pela passagem do Ciclone IDAI que deixou 611 mortos no Centro de Moçambique (*Verdade*, Moçambique, 08 mai. 2019).

(08) Nyusi volta a responsabilizar Renamo. (*Savana*, Moçambique, 13 mai. 2019).

As amostras revelam que diferentes relações semânticas do uso do presente também acontecem nas variedades do português. Com isso, futuramente, essa pesquisa pretende descrever, através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, a maneira como essas variações acontecem.

Proposta de análise

Tendo em vista os dados e o suporte teórico exposto, pretendo analisar os verbos extraídos das manchetes e subtítulos do Português, em princípio, a partir de três pressupostos baseados na proposta de análise de Fatori (2010).

- I. Valor semântico do verbo no presente do indicativo:
 - a. Presente aspectual: presente marcado por um carácter aspectual subdividido em presente durativo, presente futuro e presente histórico exemplificados, respectivamente, por:

(09) Judiciária segue novas pistas de rapto de Maddie (*Correio da manhã*, Portugal, 03 mai. 2019).

(10) Premium Internet quântica chega dentro de um ano e com a ajuda de Portugal (*Correio da manhã*, Portugal, 13 mai. 2019).

(11) Lady Francisco morre aos 84 anos no Rio (*Jornal do Brasil*, Brasil, 25 mai. 2019).

- b. Presente jornalístico com verbos *dicendi*: os verbos *dicendi* são aqueles que dizem, locucionam um complemento (NEVES, 2000). Assim, os eventos são apresentados baseados no “dizer”.

(12) Berardo reage: “Tenho servido de ‘bode expiatório’ de todos os males do sistema financeiro desde 2007” (*Correio da manhã*, Portugal, 23 mai. 2019).

- c. Presente momentâneo: aspecto momentâneo, referente ao momento da enunciação:

(13) Clientes de água com contadores pré-pagos têm serviços mais facilitados (*Verdade*, Moçambique, 27 mai. 2019).

II. Ausência/presença de adjunto temporal:

- a. Analisar se a presença ou não de advérbio modifica o valor semântico empregado pelo Presente do Indicativo:

(14) Com empate de dois a dois, STF retoma julgamento das privatizações amanhã (*O Extra*, Brasil, 06 jun. 2019).

Resultados esperados

Com o desenvolvimento da pesquisa, esperamos encontrar ferramentas que esclareçam o uso do tempo presente e seus valores

semânticos, bem como contribuir com os estudos da área. Assim, nos propomos a:

- Abordar o fenômeno sob uma perspectiva pouco investigada;
- Pesquisar as variedades do Português e nos aprofundar no conceito de línguas pluricêntricas;
- Aprofundar o conhecimento sobre linguística cognitiva e sociolinguística cognitiva;
- Entender e problematizar o uso do tempo verbal presente do indicativo;
- Analisar estatisticamente as amostras e classificá-las quanto a semântica baseada no uso real da língua;
- Futuramente, divulgar os resultados da pesquisa através de participações em congressos e de publicação de artigos em periódicos especializados nacionais e internacionais, a fim de contribuir para os estudos nessa área.

Referências

- FATORI, M. J. *Um estudo semântico-discursivo sobre o emprego do presente do indicativo no Brasil*. 207 f. (Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2010.
- MUHR, R. *Non-Dominant Varieties of Pluricentric Languages*. 2012.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PERINI, M. A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2010.
- SILVA, A. S. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.
- SILVA, A. S. *Línguas pluricêntricas: variação linguística e dimensões sociocognitivas*. Braga: ALETHEIA-Associação Científica e Cultural Faculdade de Filosofia; Universidade Católica Portuguesa, 2011.
- SOARES, A. S. *O português no mundo e a sua standardização entre a realidade de uma língua pluricêntrica e os desejos de uma língua internacional*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2018.

Construções idiomáticas com o verbo *pagar* no português brasileiro

Eduardo Santana Moreira¹

Introdução

Este artigo pretende apresentar à comunidade linguística os resultados finais de uma pesquisa no nível de Pós-graduação *lato sensu*, em Língua Portuguesa, cuja principal preocupação foi investigar a produtividade do verbo *pagar* no português brasileiro (PB). No decorrer da pesquisa, analisaram-se os usos desse verbo em construções idiomáticas (doravante CIs) atendo-se aos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos à luz da Linguística Cognitiva (LC).

Inicialmente, destaca-se que o verbo *pagar*, embora seja empregado de modo restrito nas gramáticas tradicionais por ser categorizado como abundante, isto é, uma classe de verbos que exibem duas (e em alguns casos até três) formas de valor e função idênticas na linguagem (BECHARA, 2009), aqui, figura em uma miríade de construções idiomáticas as quais são acionadas pelos falantes em momentos sociocomunicativos deliberadamente específicos, ocasionando, desse modo, as inovações na estrutura da língua.

Foram mapeadas vinte e seis CIs, instanciadas com tal verbo, que formaram uma rede construcional na língua, conforme evidenciou Moreira (2018). Contudo, serão avaliadas somente algumas CIs que exibiram determinado grau de produtividade ou curiosidade em sua base construcional.

Apesar de, historicamente, a semântica de tal verbo apresentar a acepção de saldar dívidas (BUENO, 1968; SACCONI, 2010; CUNHA, 1982), quando ele é empregado metaforicamente, distancia-se tanto dos significados dos dicionários convencionais quanto das funções estabelecidas pela

1 Mestrando em Estudos de Linguagem, na área de concentração Teoria e Análise Linguística.

tradição gramatical; podendo ocorrer em construções cuja semântica pode apontar um teor de revolta, de injustiça, de atos embaraçosos/vexatórios, de base religiosa, de exposição de partes do corpo, de natureza sexual etc.

O artigo encontra-se organizado em quatro seções. Na primeira, sublinha-se um panorama do tratamento do verbo *pagar* a partir da gramática tradicional. Na segunda, apresentam-se algumas CIs que foram mapeadas com tal verbo. Na terceira, descrevem-se os procedimentos metodológicos aplicáveis nessa base científica. Na última, são tecidas as considerações finais.

O que dizem as gramáticas acerca do verbo *pagar*?

Moreira (2018) observa que as gramáticas tradicionais, de modo geral, são pouco esclarecedoras no que concerne às potencialidades de uso dos verbos, haja vista que as orientações dadas, comumente, referem-se à regência, aos aspectos que envolvem a conjugação ou a correção gramatical. Em relação ao verbo *pagar*, as informações são restritas por ele ser classificado como *pleno*, enquadrado na categoria dos chamados verbos abundantes (BECHARA, 2009).

Essas formas ocorrem no particípio, sendo elas *pagado* (particípio regular) e *pago* (particípio irregular), conforme se observa em:

(01) “Hoje vou te contar como eu pago as minhas contas sem trabalhar e o que eu sei sobre liberdade financeira²”

(02) “Durante a apresentação à imprensa, nesta sexta-feira (15), Silomar se limitou a dizer que já tinha feito 12 viagens com a jovem, mas que ela tinha pagado apenas duas³”.

Cunha e Cintra (2013), por sua vez, adicionam que a abundância dos verbos acontece, na quase totalidade dos casos, no particípio, o qual, em determinados verbos, se apresenta em uma forma reduzida ou

2 Nesta pesquisa, utilizaram-se como exemplos fragmentos de fala em uso que foram retirados do site *Google*. Disponível em: <<http://andremacan.com.br/liberdade-financeira/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

3 Disponível em: <<https://www.portalraizes.com/crime-de-odio-contramulher/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

anormal anexada as formas regulares terminadas em *-ado* ou *ido*. Além disso, Rocha Lima (2013) sublinha que, na linguagem contemporânea, tanto o auxiliar *ter* quanto o *ser* somente são usados com os participípios irregulares *ganho*, *gasto* e *pago*, dos verbos *ganhar*, *gastar* e *pagar*.

Outrossim, o autor apresenta uma organização de predicação dos verbos de maneira diferente do que os demais gramáticos por compreender que o verbo não se restringe tão somente à estrutura oracional, mas às relações funcionais de cada elemento.

Diante dessa perspectiva, o verbo *pagar* pode estabelecer diferentes relações sintáticas com os complementos verbais dependendo da oração em que se encontra. Por exemplo:

(03) “‘Ele pagou. Pagou por dois abortos’, diz Mirian Dutra à Folha sobre FHC⁴”

(04) “Mulher que pagou fiança para marido sair da cadeia é morta por ele⁵”

(05) “‘Ele pagou pra mim’, ator de Pantera Negra diz ter tido faculdade bancada por Denzel Washington”.

(06) “O empregador pode pagar ao empregado uma gratificação ou bonificação⁶”

Em (3) o complemento do verbo na primeira oração não foi expresso; já em (4) tem-se o verbo exercendo a função de transitivo direto; como transitivo indireto, o verbo *pagar* é usualmente empregado com as preposições *a* e *por/per*, como em (5). Em (6) tem-se um caso de verbo bitransitivo.

Por último, Lima (2013) adverte que a transitividade surge dos enunciados. Sob essa perspectiva, verbos normalmente transitivos podem ter ou não os objetos expressos, tendo em vista o sentido em

4 Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/ele-pagou-pagou-por-dois-abortos-diz-mirian-dutra-a-folha-sobre-fhc>>. Acesso em: 18 out. 2019.

5 Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mulher-que-pagou-fianca-para-marido-sair-da-cadeia-e-morta-por-ele/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

6 Disponível em: <<http://blogs.tribuna.com.br/direitodotrabalho/2014/05/quando-o-empregador-paga-ao-empregado-gratificacao-eou-bonificacao-esses-valores-integram-o-salario/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

particular determinadas orações, conforme ilustrado no par de exemplos a seguir em que temos, em (6) objeto não expresso, mas determinado pelo contexto; e em (7) objeto direto:

(06) “NÃO PAGOU: Mulher é presa acusada de dar calote em hotel na capital⁷”

(07) “Mulher ficou sabendo de programa no Facebook e pagou R\$ 50 pela consulta⁸”

Algumas construções idiomáticas com o verbo *pagar*

Embora tenha sido demonstrado na seção antecedente o caráter normativista do uso do verbo *pagar*, não se deve pensar que, no mundo biossocial, os falantes tendem a reproduzir padrões gramaticais de forma fechada. Ao contrário, construções inéditas são criadas – a todo momento – a partir de paradigmas já existentes e negociadas nas interações sociais a fim de transmitir conteúdos linguísticos que construções tidas como “velhas” não sejam mais capazes de alcançar os sentidos pretendidos.

A etimologia do verbo *pagar* surge do latim vulgar *pacãre*, seguindo os temas *pax* e *pacis*, haja vista que quem salda os compromissos fica em paz tanto com a consciência quanto com os credores. Tal termo tem origem no sânscrito *paçus* (ovelha/carneiro), *pecus* em latim, a qual preserva a ideia de que as transações comerciais eram realizadas tomando por base o carneiro, a ovelha e, em seguida, o gado, que serviriam de moeda de retribuição ao avaliador (BUENO, 1968).

De acordo com Sacconi (2010), a acepção desse verbo relaciona-se à ideia de dar dinheiro em troca de mercadorias, de liquidar, de retribuir, de recompensar e de gastar. Nesse sentido, os usuários da língua

7 Disponível em: <<http://www.rondoniaaovivo.com/policia/noticia/2018/05/21/nao-pagou-mulher-e-presa-acusada-de-dar-calote-em-hotel-na-capital.html>>. Acesso em: 18 out. 2019.

8 Disponível em: <<https://www.hipernoticias.com.br/policia/mulher-ficou-sabendo-de-programa-no-facebook-e-pagou-r-50-pela-consulta/96553>>. Acesso em: 18 out. 2019.

podem, portanto, empregá-lo com o sentido de quitar ou transferir um valor monetário, fazendo ou não uso da preposição, como em:

(08) “Giuliani diz que Trump pagou por silêncio de atriz pornô⁹”

(09) “Uber permitirá a usuário pagar corridas com crédito pré-pago¹⁰”.

Tais significações também são compartilhadas por outros nomes, como Cunha (1982), Ferreira (1986), Houaiss e Villar (2009) e Bechara (2011).

No entanto, quando distanciado desse sentido básico (de quitação de pendências) e empregado metaforicamente, tal verbo pode aparecer em construções como de levar à culpa por um mau feito alheio, como em:

(10) “Alguém tem que pagar o pato”, diz Pinho Moreira sobre saída de Parente da Petrobras¹¹”.

Perceba que, ainda que o vocábulo *pato* tenha sido usado, aqui, ele não equivale a um acordo previamente programado, mas a um elemento resultante de um sentido eufêmico.

Por conseguinte, apresenta-se a construção *pagar mico*. Ela pode ser, grosso modo, compreendida a partir de uma prática embaraçosa e/ou vexatória de forma (in)voluntária que acontece na sociedade em que um indivíduo tenta promover humor entre participantes de uma situação sociocomunicativa, ou quando sequer obter a atenção para si, conforme (11):

(11) “Sam Smith pagou mico ao vivo: ele NÃO é o primeiro cara abertamente gay a ganhar um Oscar¹²”.

9 Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/internacional/giuliani-diz-que-trump-pagou-por-silencio-de-atriz-porno>>. Acesso em: 18 out. 2019.

10 Disponível em: <<https://www.jcnet.com.br/Geral/2018/09/uber-permitira-a-usuario-pagar-corridas-com-credito-prepago.html>>. Acesso em: 18 out. 2019.

11 Disponível em: <<https://www.nscototal.com.br/colunistas/moacir-pereira/algue-tem-que-pagar-o-pato-diz-pinho-moreira-sobre-saida-de-parente-da>>. Acesso em: 18 out. 2019.

12 Disponível em: <<http://www.portalfamosos.com.br/sam-smith-pagou-mico-ao-vivo-ele-nao-e-o-primeiro-cara-abertamente-gay-a-ganhar-um-oscar/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

Destaca-se que, embora as construções *pagar pato* e *pagar mico* exibam um elemento em comum por incorporar propriedades animais em sua base construcional, sublinham-se algumas sutis diferenças entre elas. Inicialmente, a primeira envolve um aspecto de iniquidade, ao passo que a segunda, por sua vez, suscita um contexto cômico de modo tendencioso ou não.

Ambas construções figuram a semântica de [X paga de Y], em que Y representa um *slot* aberto na língua, que pode ser preenchido por outro elemento gramatical. Não obstante, cabe salientar que, até o presente momento, não foram encontradas outras construções que exibam nomes de animais em sua composição, como *pagar ganso*, *pagar galinha* e *pagar borboleta*.

Ao se afastar desse paradigma, encontra-se uma construção cuja semântica aponta para uma ideia de base religiosa, como se vê em:

(12) “Andressa Urach: ‘Estou pagando os pecados dessa vida e da outra’”¹³.

Seu uso concreto está conectado à ideia de sofrer em sucessão de algum evento cometido. Durante as análises, aferiu-se que, quando os falantes acionam esse modelo construcional, acabam estabelecendo comparações entre dois momentos distintos do tempo ou entre situações vividas na tentativa desenfreada de encontrar motivação satisfatória para o esclarecimento do estado de angústia atual.

Ainda sobre as CIs de natureza espiritual, foram localizadas duas construções, que são bastantes usadas entre os adeptos da religião afro-brasileira, designadas de *pagar o chão* e *pagar mão*. A primeira restringe-se ao grupo linguístico que a adere, necessitando cumprir os dogmas no terreiro sob a supervisão de um Babalorixá. Assim, quando um indivíduo fica sob os cuidados desse líder espiritual e se alimenta, veste e gera gastos a casa, logo tem-se o pagamento dos honorários, como visto em (13):

(13) Se após esse período de observação, decidir ficar, saiba que o(a) Ìyá/Bàbàlòrísá não é Deus. Não resolve e nem vai viver a vida em seu lugar. Sacerdote de Cultos Afro ou Afro Brasileiros não são ‘milagreiros’, assim como os sacerdotes de outras religiões,

13 Disponível em: <<http://gente.ig.com.br/2015-01-26/andressa-urach-sabia-que-tinha-morrido-me-senti-envergonhada-diante-de-deus.html>>. Acesso em: 18 out. 2018.

ele(a) apenas ORIENTA. Em casos específicos em que realmente há necessidades o mágico pode atuar, assim como nos rituais de iniciação, ebós específicos e nas demais obrigações. Lembre-se que em quase toda obrigação há necessidade de pagar o ‘chão’. Basta ter bom senso do que é de fato o ‘chão’ e do que é abuso¹⁴.

Em relação à segunda, tem-se o dever de cumprir com fins honorários por causa de um trabalho espiritual previamente contratado. As duas construções são comuns e coexistem nesse universo religioso, sendo usadas de acordo com as necessidades pessoais dos participantes acerca dos rituais, como nos exemplos (14):

(14) Olá... Então, até onde eu sei, mas é claro que não sei muito, a grande maioria... senão todos os rituais devem ser pagos. Isso pelo menos foi o que me disseram... deve-se pagar a mão, o chão, os materiais, etc...a grande maioria dos sacerdotes se dedicam em tempo integral à religião que, diferente do catolicismo, não é remunerada e de alguma forma, devem sobreviver. Bem, isso é até onde eu ‘sei’... Mas então eu pergunto, como fazemos para diferenciar o ‘preço justo’ por um determinado trabalho e a exploração?¹⁵

Distanciando-se dessas construções de sentido religioso, localizou-se uma construção cuja semântica é usada para ameaçar os outros: *pagar caro*. Ela é, em certo grau, ambígua, assumindo tanto um sentido literal quanto um sentido figurado. Entretanto, aqui, foram considerados unicamente os casos que assinalaram o segundo sentido, visto que um dos objetivos propostos é de levantar o máximo de ocorrências idiomáticas retiradas do *Google*.

De acordo com Sacconi (2010), a construção *pagar caro* tem a ideia de sofrer duramente as consequências de um comportamento. Adicionalmente, nota-se também um ato de externar sentimentos de arrependimento. Pode ser, grosso modo, utilizada para ameaçar arduamente um participante na interação sociocomunicativa, como demonstrado em:

14 Disponível em: <<https://paipedrodegum.blogs.sapo.pt/tag/umbanda>>. Acesso em: 18 out. 2019.

15 Disponível em: <<https://ocandomble.com/2010/06/15/magia-para-venda/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

(15) “Países do G-7 ‘tiram vantagem de nós’ e Canadá ‘pagará caro’, diz Trump¹⁶”.

Em seguida, demonstra-se um caso, em particular, de construção que possui o sentido de perder a vida, comumente designada de *pagar com a vida*. Sacconi (2010) postula que o seu uso vem da ideia de morrer por causa de uma ação imprevista. Construções que partem dessa natureza são emergentes de situações em que os falantes ora comentam sobre a morte alheia, ora sobre a injustiça em relação a um indivíduo ser confundido com um malfeitor, levando-o a perder a vida, como em:

(16) “‘Uns erram e outros pagam. Ela pagou com a vida’, diz marido de aluna morta¹⁷”

Os próximos exemplos se distinguem semanticamente das construções anteriores por exibirem partes do corpo ou peças íntimas de vestuários que não deveriam estar *a priori* sendo expostas, de acordo com determinadas convenções sociais, fazendo com que os sujeitos que as mostram então sofram uma espécie de sansão social, ou sejam alvos de vexames ou chacotas por parte daqueles que os sujeitos veem.

Frisa-se que tal situação pode acontecer diante de uma sociedade cuja ideologia prescreve que as partes do corpo e vestimentas estejam cobertas; por sua vez, essa mesma realidade não se sucederia em sociedade com convicções naturalistas. Algumas delas são mencionadas aqui para fins de exemplificação: *pagar peitinho*, *pagar cofrinho* e *pagar calcinha*, *pagar barriguinha*, *pagar cueca*, *pagar pintinho* e *pagar bilau*, conforme corroboram os exemplos a seguir:

(17) “Lutadora paga peitinho duas vezes durante combate no UFC¹⁸”

16 Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2018/06/epoca-negocios-paises-do-g-7-tiram-vantagem-de-nos-e-canada-pagara-caro-diz-trump.html>>. Acesso em: 18 out. 2019.

17 Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2012-08-24/uns-erram-e-outros-pagam-ela-pagou-com-a-vida-diz-marido-de-aluna-morta.html>>. Acesso em: 18 out. 2019.

18 Disponível em: <<https://agfight.com.br/lutadora-paga-peitinho-duas-vezes-durante-combate-no-ufc/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

(18) “Nada mais feio do que ‘pagar cofrinho’. Praça de alimentação de shopping então... vixe! É tanto cofrinho aparecendo que já nem olhamos mais né? Mesmo porque, melhor não olhar, mas as cadeiras são sempre tão abertas¹⁹”.

(19) “Val Marchiori abaixa saia de Dani Bolina e faz a ex-panicat ‘pagar calcinha²⁰”

(20) “o croped comprei num site made in China famosinho mas coloquei uma blusinha de alcinha por baixo para não “pagar bar-riguinha” pq não tô podendo e nem gosto.. Rs²¹”

(21) “Literalmente pagando cueca... Adorei fazer parte do time Cuecas Mash²²”

(22) “v“BBB 18 faz primeira vítima: Pra lá de Bagdá, Ayrton se descuida e paga pintinho²³”

(23) “BBB 16 | Renan se descuida e paga ‘bilau²⁴”

Ressalta-se ainda que, sob essa ótica, além das construções que revelam partes de genitália masculinas, há também aquelas que mostram as partes femininas, que não deveriam estar expostas, segundo determinados padrões sociais, a partir das construções *pagar buceta*, como em (24):

(24) [...] Betty – já vem o seu lado machão falando de novo, a Vilma só lhe colocou o primeiro chifre quando descobriu as tuas safadezas, ela

19 Disponível em: <<http://eumessma.blogspot.com/2011/02/cofrinho.html>>. Acesso em: 18 out. 2019.

20 Disponível em: <<https://bhaz.com.br/2014/04/08/val-marchiori-abaixa-saia-de-dani-bolina-e-faz-ex-panicat-pagar-calcinh/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

21 Disponível em: <<http://www.viajenamoda.com/2014/12/look-do-dia-encontro-com-ray.html>>. Acesso em: 18 out. 2019.

22 Disponível em: <<https://twitter.com/brunogagliasso/status/674672252814819328>>. Acesso em: 18 out. 2019.

23 Disponível em: <<http://portalnoar.com.br/bbb-faz-primeira-vitima-pra-la-de-bagda-ayrton-se-descuida-e-paga-pintinho/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

24 Disponível em: <<https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/big-brother-brasil/2016/01/bbb-16-renan-se-descuida-e-paga-bilau>>. Acesso em: 18 out. 2019.

nunca nem pensou em ser infiel a você, mas você fazia tudo tão mal feito, todo mundo sabia que você era um grande galinha, e pra Vilma isso era muito humilhante, ela pensou em se separar de você diversas vezes, mas ela não queria que a Pedrita crescesse sem a figura do pai, por isso ela aguentou as suas puladas de cerca, e o pior de tudo era a grana que você gastava com putas na rua, tirava da boca da sua filha e da sua esposa pra pagar buceta na rua, tendo uma bucinha linda como a da Vilma pra comer a hora que você quisesse [...]²⁵

Além dessas construções que sinalizam semântica de teor sexual, ainda há outras duas – não raro – estigmatizadas segundo determinados padrões, porém extremamente produtivas na língua coloquial – *pagar boquete* e *pagar chupeta* – as quais são usadas em contextos informais transmitindo sentido de realização de sexo oral, como em:

(25) “Novinha matou aula pra pagar boquete²⁶”

(26) “Moleque pagando chupeta para safados na cozinha²⁷”.

As construções que envolvem sentido sexual são altamente produtivas no PB e seus registros são encontrados, grosso modo, em canais fechados com conteúdo restrito para os adultos; além disso, um dos marcos observáveis é a presença da corporalidade nelas, mesmo estando em estágio final.

Por último, Moreira (2018) encerra o seu estudo identificando um padrão construcional excepcionalmente curioso na língua tanto no que confere ao plano da forma quanto do significado, sendo ele – *pagar de*.

(27) “Pagando de feminista ‘Pittyesquecida’ manda shade pra Claudia Leitte²⁸”

25 Disponível em: <<https://www.casadoscontos.com.br/texto/2014051119>>. Acesso em: 18 out. 2019.

26 Disponível em: <<http://www.novinhagostosa10.com/novinha-matou-aula-pra-pagar-boquete/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

27 Disponível em: <<https://xvideosgay.blog.br/moleque-pagando-chupeta-para-safados-na-cozinha/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

28 Disponível em: <<http://www.bcharts.net/topic/44019-pagando-de-feminista-pittyesquecida-manda-shade-pra-claudia-leitte/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

(28) “gay pagando de bissexual até dá pra entender pelo preconceito mas menina hétero não engulo, modinha desgraçada estou fora de mim com essa merda de juventude²⁹”

Esse modelo construcional dispõe do paradigma semântico [X paga de Y] e sintático [SN1 paga de SN2]. A partir desse padrão parcialmente esquemático, os falantes podem formar outras construções ao preencher o slot aberto como, por exemplo, *pagar de comedor*, *pagar de virjão*, *pagar de gostosinho(a)*, *pagar de bad boy* entre outras. Em uma primeira instância, nota-se que esse padrão vincula um sentido de *fingir e/ou de fazer-se de*, a fim de gozar de determinado *status* ou levar o interlocutor a crer em farsa.

Metodologia

Utilizou-se como orientação teórica a LC e como métodos de análises as abordagens quali-quantitativas. Essas vertentes de tratamento de dados se justificam na medida em que nossa preocupação é o aprofundamento da compreensão das construções gramaticais encaixadas pelo verbo *pagar*, bem como realizar um levantamento da sua representatividade numérica.

Os dados da pesquisa foram extraídos de sites da *internet* e obtidos por meio do mecanismo de buscas *Google* – um tipo de abordagem que tem ganhado adeptos recentemente e que se convencionou chamar de *web* como *corpus*. Segundo Gatto (2014, p. 36), o uso da *web* como *corpus* surge como ferramenta inovadora e abre uma miríade de novas vias de pesquisas para comparação de diferentes tipos de textos para tratamentos sociolinguísticos, ensino de línguas, lexicografia, entre outros.

É interessante notar que os dados disponíveis para a análise resultam de um arcabouço rico que tem como escopo diferentes gêneros textuais: jornalísticos, *memes*, *blogs*, *posts* em redes sociais entre outros. Destaca-se que, em virtude da enorme abrangência das construções adquiridas, que são frutos de produções espontâneas, o presente estudo assume maior amplitude e legitimidade para o meio científico.

29 Disponível em: <<https://pandlr.com/forum/21-pan/forum/topic/off-eu-nao-aguento-mais-menina-hetero-pagando-de-bissexual/?cache=1>>. Acesso em: 18 out. 2019.

Tabela 1 – Ocorrências de língua em uso extraídas da *Web*

Dados encontrados no mecanismo de pesquisas <i>Google</i>		
Tipo	Padrão construcional	Número de ocorrências
Sentido básico	Pagar + complemento	42
Construções idiomáticas	Pagar - complemento	5
	Pagar pato	15
	Pagar mico	21
	Pagar geral	22
	Pagar promessa	10
	Pagar pau	10
	Pagar caro	10
	Pagar com a vida	8
	Pagar com a mesma moeda	3
	Pagar na mesma moeda	14
	Pagar pra ver	6
	Pagar com juros	2
	Pagar pecado	8
	Pagar o chão	3
	Pagar a mão	5
	Pagar peitinho	18
	Pagar cofrinho	15
	Pagar barriguinha	9
	Pagar calcinha	16
	Pagar cueca	7
	Pagar pintinho	10
	Pagar bilau	1
	Pagar xoxota	5
Pagar buceta	4	
Pagar chupeta	14	
Pagar boquete	23	
Pagar de	26	
Total		335

As construções categorizadas com sentido básico são aquelas em que o verbo pagar ocorre com o sentido fundante. Sendo assim, ficam de fora todas as outras construções que desviam dessa noção por figurarem sentidos derivados.

Em relação à categoria de construções metafóricas, esta é bastante expressiva na língua portuguesa. Gramáticos como Bechara (2011) e Bueno (1968) comentam as mais usuais sem demonstrar sistematicidade

acerca delas, atribuindo-lhes uma definição ao lado de exemplos cristalizados com a finalidade de que os leitores consigam inferir os usos a partir dos modelos.

Entretanto, mesmo com a descrição de alguns casos, existe uma preocupação linguística neste estudo, uma vez que se detectou uma aparente negligência por parte dos gramáticos a partir de uma não inclusão dos casos metafóricos com sentido corporal/sexual nos dicionários.

Considerações finais

Historicamente, as CIs foram vistas como periféricas e postas à margem das interpretações linguísticas por terem sido consideradas, por muito tempo, como exceções sintáticas ou curiosidades semânticas pelos gerativistas. Por esta razão, poucos trabalhos foram desenvolvidos na área, tornando, assim, importante a necessidade de novas investigações em relação a elas, sobretudo, no que tange às que são instanciadas com o verbo *pagar* no PB.

Como se observou, as gramáticas tradicionais pouco auxiliam os falantes a compreenderem essas estruturas inéditas na língua. Isso não ocorre porque tal verbo encontra-se enquadrado a uma categoria fechada, mas sim porque o sistema linguístico é maleável/flexível e, portanto, os usuários da linguagem podem combinar unidades gramaticais para formar novas construções como *pagou de otário*, *pagou de nerd* etc.

Esse padrão construcional motivou crescente curiosidade ao exibir forma e significado especial, motivando, a partir disso, o desejo continuar a estudá-lo em curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

Referências

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BECHARA, Evanildo. *Dicionário da língua portuguesa* Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. [51.210 entradas (verbetes e locuções)].

- BUENO, Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1968.
- CUNHA, Antônio Geraldo. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- CUNHA, Celso Ferreira da.; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- GATTO, M. *The Web as Corpus: theory and practice*. London: Bloomsbury, 2014.
- HOUAISS, Antônio.; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MOREIRA, Eduardo Santana. *Um estudo sobre as construções idiomáticas pagar no português brasileiro*. 2018. 61 f. Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa (Monografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- SACCONI, Luiz Antônio. *Grande dicionário Sacconi da língua portuguesa: comentado, crítico e enciclopédico*. São Paulo: Nova Geração, 2010.
- LIMA, Carlos Henrique Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

O pensamento metafórico e o gênero textual meme: processos de interpretação

Leandro Leiroz Rodrigues de Azevedo¹

Introdução

Não se pode ler e compreender um texto pertencente ao gênero textual *meme* da mesma forma como se faz com textos de outros gêneros. *Memes* são textos extremamente dinâmicos, repletos de manifestações concretas do pensamento metafórico humano e de referências intertextuais que exigem que o leitor disponha de um conhecimento enciclopédico bastante vasto e sempre atualizado.

Ao mesmo tempo, outro elemento desafiador para o leitor é o fato de que os *memes* poucas vezes apresentam recursos que facilitem a sua compreensão. Entre esses recursos (comumente encontrados nos mais diversos textos, mas ausentes na maioria dos *memes*), destacam-se os sinais de pontuação, os apostos, os balões de fala, as legendas, as citações, as referências bibliográficas, as notas de rodapé, as remissões explícitas a outros textos, os glossários, os prefácios, os posfácios, as notas do autor e as notas do tradutor etc.

Não costuma haver nos *memes*, portanto, uma variedade de recursos que visem a possibilitar ou a facilitar a compreensão para o leitor. Espera-se do receptor de um *meme*, assim, um notável número

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, com pesquisa fomentada pelo CNPq, sob orientação da Profa. Dra. Solange Coelho Vereza.

de habilidades interpretativas marcadamente complexas, dentre as quais se destacam:

- a. a capacidade de reconhecer o gênero textual *meme*;
- b. a capacidade de recorrer ao conhecimento enciclopédico sugerido pelo *meme*;
- c. um letramento visual que lhe possibilite compreender metáforas em imagens visuais;
- d. a habilidade de compreender expressões metafóricas.

Por ser um ato de alta complexidade, o peculiar processo de interpretação de um *meme* ora tem êxito, ora fracassa. Especula-se que as chances de êxito interpretativo sejam maiores em determinados grupos demográficos do que em outros (principalmente aqueles que fazem uso constante de redes sociais), mas isso, até o presente momento, parece não ter sido suficientemente verificado.

***Meme*: uma palavra, várias acepções**

A palavra *meme* é usada por falantes de inúmeros idiomas, mas nem sempre com os mesmos significados. O termo foi cunhado em língua inglesa, em 1976, pelo biólogo britânico Richard Dawkins, que, no livro *O Gene Egoísta*, reduziu a palavra grega “mimesis” (*imitação*) de tal modo que ficasse semelhante à palavra “gene”. Dawkins visava a nomear uma unidade de informação cultural.

De acordo com o *Cambridge Dictionary*, define-se *meme* como “uma característica cultural ou um tipo de comportamento que é passado de uma geração para outra, sem a influência dos genes” (tradução minha). A ideia de “passar algo de uma entidade para outra”, presente nessa acepção, tem um papel fundamental na compreensão dessa e das demais acepções do termo *meme*.

O mesmo *Cambridge Dictionary* também apresenta, no mesmo verbete, uma outra acepção do termo, desta vez mais atual e pertencente à área da telecomunicação: *meme* é “uma ideia, imagem, vídeo, etc. que se espalha muito rapidamente na internet” (tradução minha).

A última acepção apresentada assemelha-se, até certo ponto, à definição proposta por Bauckhage (2011, p. 42), que diz que *meme* é “um conteúdo ou conceito que se espalha rapidamente entre os usuários da

internet através de *e-mails*, mensagens instantâneas, fóruns, *blogs* ou redes sociais”.

Observa-se que, em todas as acepções apresentadas até aqui, o termo *meme* é associado à ideia de “passar algo de uma entidade para outra”. O que muda da primeira acepção (jargão da biologia) para as acepções seguintes (associadas ao contexto da internet) é o objeto passado ou transmitido (que deixa de ser uma característica cultural para ser um conteúdo) e as entidades envolvidas (que deixam de ser uma geração de indivíduos em uma comunidade e passam a ser usuários da rede mundial de computadores).

Um problema com as acepções associadas à internet que foram apresentadas até aqui é que elas são imprecisas e, por isso, nos levam a crer que praticamente qualquer conteúdo que se espalha rapidamente na rede mundial de computadores é um *meme* – quando, na verdade, muitos dos conteúdos que se popularizam de forma rápida na rede são outras coisas que não *memes*. Uma notícia falsa (comumente chamada de *fake news*), por exemplo, também é um conteúdo que geralmente se espalha rapidamente na internet, mas que passa longe de ser concebido como um *meme*.

Na verdade, constata-se que muitos usuários da internet, ao afirmarem que um dado conteúdo é um *meme*, sequer levam em consideração a rapidez com que esse conteúdo é divulgado. Nesse caso, usa-se o termo “viralizar” para fazer referência aos conteúdos que se espalham de forma quase instantânea, como nas frases a seguir (todas retiradas da rede): “[Vídeo de] Baleia jubarte *viraliza* nas redes sociais”, “*Viralizou*: pegadinha na rua” e “[...] uma imagem *viralizou* ao redor do mundo”.

O fato de que alguns conteúdos “viralizam” na rede nos leva, portanto, a mais uma acepção do termo: *meme* é uma entidade veiculada ou evocada por um conteúdo viralizado. Tal acepção contrasta bastante com todas as anteriores, pois não se refere propriamente ao conteúdo (vídeo, foto, ilustração, etc.), mas às entidades (pessoas, animais, coisas, etc.) envolvidas nesse conteúdo.

Ilustra-se a definição apresentada acima com um caso real. No ano de 2014, um menino brasileiro gravou um vídeo no qual narra: “Lá vem o Marcos, descendo o morro da Vó Salvelina. *Taca-le* pau nesse carrinho, Marcos”. O vídeo “viralizou” na rede (isto é, ganhou muita repercussão em pouco tempo), e o menino (nesse caso, a entidade que participa do conteúdo em questão) ganhou o status de *meme*, como mostram os dois enunciados a seguir (todos retirados da rede): “Vida de

meme: como vive hoje a família do taca-le pau” e “Como está o *meme* taca-le pau hoje em dia”. Em ambos os exemplos, a palavra *meme* se refere à entidade evocada pelo conteúdo, não ao conteúdo em si.

As acepções de *meme* discutidas até aqui nos levam, finalmente, a propor uma definição mais recortada e, portanto, precisa: *meme* é um conteúdo que atende aos seguintes requisitos:

- a. ele é sempre publicado pela primeira vez na internet (em oposição a outras plataformas);
- b. ele geralmente (mas nem sempre) se espalha rapidamente;
- c. ele é geralmente híbrido quanto à forma, mesclando, por exemplo, uma porção verbal (palavra, expressão, frase, etc.) e uma porção visual (imagem, vídeo, etc.);
- d. ele se apropria (seja parcialmente ou integralmente) de conteúdos feitos por terceiros, estabelecendo, portanto, relações intertextuais;
- e. ele é quase sempre anônimo (não assinado);
- f. ele visa a provocar o riso, fazer piada, divertir, etc.;
- g. ele pode ter, em alguns casos muito específicos, finalidades críticas, satíricas, jocosas, reflexivas, etc.

A partir deste ponto, serão consideradas quaisquer das definições de *meme* supracitadas, com exceção daquela que entende *meme* como um ser (pessoa, animal, coisa, etc.). No gênero *meme*, supõe-se que a intertextualidade se dá de duas maneiras distintas (pelo menos). A primeira ocorrência de intertextos no *meme* está na relação entre o texto não-verbal (imagens visuais) e o texto verbal (palavras ou frases). A segunda ocorrência de intertextualidade está na referência a dados externos ao *meme* (BAUCKHAGE, 2011, p. 48), o que exige do leitor um vasto conhecimento de mundo (também chamado popularmente de “bagagem cultural”).

***Memes* e o tropo: manifestações concretas do pensamento metafórico**

A metáfora, tropo tão presente nos *memes* – seja sob a forma de expressão metafórica, seja sob a forma de imagem visual – sempre foi um assunto muito interessante para o ser humano. Apesar de tamanha

longevidade, foi apenas na década de 1980, com o advento da linguística cognitiva ou cognitivista, que a metáfora passou a ser vista sob uma nova ótica.

A nova forma de entender o tropo se distancia de todas as formas prévias de maneira tão acentuada que hoje coexistem pelo menos dois conceitos básicos de metáfora. O primeiro, amplamente difundido ainda nos dias atuais, é o conceito de tradicional (ou clássico) que entende a metáfora como uma figura de linguagem ou de estilo.

O segundo, mencionado pela primeira vez no ano de 1980, é o conceito de metáfora conceptual, que entende a metáfora como uma característica inerente ao pensamento humano.

Aristóteles, em seu trabalho intitulado *Poética*, afirma que a metáfora consiste em transferir a uma coisa um nome que designa outra (STEFANO, 2006, p.10). A definição aristotélica teve grande influência em praticamente todos os estudos posteriores acerca do assunto, que tendem a postular ou a sugerir que a metáfora ocorre no plano da linguagem. Tal influência pode ser constatada ao consultar-se o verbete *metáfora* em qualquer dicionário atual, no qual o leitor provavelmente lerá que a metáfora é uma designação de uma coisa mediante um termo que designa uma outra coisa.

Tal acepção reflete de forma muito evidente que a metáfora é entendida como um recurso linguístico ou estilístico, mas não cognitivo. Vale mencionar que a semântica postula que a simples troca de um termo por outro não significa que tais termos sejam sinônimos. Isto quer dizer que, para os estudos semânticos, a metáfora consiste em uma correspondência parcial, e não total, entre dois termos ou conceitos. Michel Le Guern, por exemplo, considera que o significado metafórico suspende momentaneamente todas as características que o termo literal não compartilha com o termo figurado (STEFANO, 2006, p. 12).

Um conceito inovador do termo metáfora é aquele apresentado por Lakoff e Johnson (1980), em que o fenômeno passará a ser encarado como um elemento pertencente à cognição humana. A linguística cognitiva representa, portanto, um divisor de águas nos estudos das expressões metafóricas. Na obra *Metáforas da Vida Cotidiana*, Lakoff e Johnson postulam que o pensamento humano é metafórico. Para eles, a metáfora deixa de ser, então, um mero recurso linguístico ou estilístico, passando a ser uma característica essencial do pensamento. Tal teoria recebe o

nome de Teoria da Metáfora Conceptual (TMC). É dela que vem todo o embasamento teórico que nos permite levar em consideração a hipótese de que a metáfora “pertence previamente ao domínio do pensamento, e só depois à linguagem, revelando-se um mecanismo importante na compreensão e explicação da cognição humana” (FERRÃO, 2008).

Memes e metáforas em imagens

É sabido que a imagem sempre esteve em desvantagem com relação à linguagem verbal. Ainda assim, a imagem é também uma categoria fundamental para o pensamento e tem fácil disponibilidade para entrar em contato com as expressões linguísticas. O interesse da semiologia pelas imagens visuais teve início sobretudo a partir dos trabalhos de Roman Jakobson publicados a partir do ano de 1973 (STEFANO, 2006, p. 63).

No gênero textual *meme*, fica evidente que as imagens visuais entram em contato direto com as expressões linguísticas, combinando-se para produzir novos significados. A metáfora, quando se faz presente nessa espécie de texto, pode manifestar-se tanto por meio da imagem visual quanto por meio de expressões metafóricas. Portanto, presume-se que a interpretação do significado de um *meme* só estará completa se ambas as porções (visual e linguística) forem contempladas pelo receptor.

Interpretação de *memes*: implicações teóricas

O reconhecimento das conexões que um *meme* faz com outros conteúdos é de fundamental importância em seu processo de interpretação. Certas vezes, tal reconhecimento serve somente para ampliar a compreensão do *meme*, mas, quase sempre, a identificação das relações intertextuais pode ser considerada um elemento-chave do processo de interpretação.

Como sugere a Linguística Cognitiva (LC), uma grande parte do saber humano provém do conhecimento enciclopédico (FERRARI, 2011). Compreender um *meme* requer, portanto, que o leitor seja, além de um indivíduo conceptualizador, um sujeito que possui um conhecimento enciclopédico do mundo ao seu redor. Em outras palavras, o receptor

do *meme* precisa identificar as relações estabelecidas entre o mundo em que vive e o texto em questão.

Algumas vezes, o conhecimento de mundo exigido pelo *meme* dirá respeito a outros conteúdos já produzidos por outros sujeitos. Tais conteúdos podem ser das mais diversas origens, dentre as quais destacam-se conteúdos virais da internet, romances, personagens de ficção, celebridades, cenas de filmes, cenas de novelas, trechos de programas de televisão, citações famosas e até mesmo outros *memes*.

Isso quer dizer, portanto, que a interpretação do *meme* dependerá, em diferentes graus, da capacidade que o receptor possui de reconhecer todas essas conexões que há entre o *meme* e todo o universo em que ele se insere.

Por fim, vale ressaltar que existem casos em que o conhecimento enciclopédico exigido pelo *meme*, muitas vezes, está relacionado ao próprio uso da língua. Tal fato significa que existem muitas palavras e expressões próprias do universo dos *memes*, tais como as que se exemplificam a seguir:

- a. Palavras que só se encontram em *memes* e em outros conteúdos que fazem menções a esse gênero textual: “Brasil vence Primeira Guerra *Memeal* entre Brasil e Portugal” (Jornal O Globo, 15/06/2016)
- b. Sufixo *-íneo/a* usado na formação do grau diminutivo: *cattioríneo* (em vez de *cachorrinho*), *fofíneo* (em vez de *fofinho*) etc.
- c. Substituição de todas as vogais por uma única vogal com a finalidade de indicar deboche ou irritação, como “*Pir qii vici nüi imidirici?*” no lugar de “Por que você não amadurece?”.
- d. Simulação, na linguagem escrita, de distúrbios de fala ou língua presa, língua do F, língua do P e outros fenômenos da oralidade.

Considerações finais

A teorização exposta anteriormente acerca da interpretação de *memes* parte do princípio de que os *memes* caracterizam um gênero

textual com características muito próprias e que podem ser evidenciadas, além de levantar a hipótese de que a interpretação de um texto pertencente a esse gênero demanda operações (cognitivas e também de outros tipos) altamente complexas.

Compreender um *meme* significa, entre tantas coisas, ser capaz de reconhecer o gênero textual em questão. O processo de interpretação de um texto pertencente a esse gênero requer a habilidade de reconhecer metáforas tanto em expressões metafóricas quanto em imagens. Além disso, a leitura de um *meme* exige um conhecimento enciclopédico vasto e atualizado.

Um estudo qualitativo e quantitativo dessa categoria permitiria à classe acadêmica corroborar o fato de que o *meme* é um gênero textual tão válido como outro qualquer, não sendo inferior, sob nenhuma perspectiva, a quaisquer outros tipos e gêneros textuais.

Os *memes* estão muito longe de ser um mero subproduto do universo digital. Um reconhecimento do elevado grau de complexidade que está associado a esse gênero textual muito contribuiria para removê-lo do atual quadro de marginalização e menosprezo em que ele se encontra.

Referências

- BAUCKHAGE, Christian. *Insights into Internet memes*. Germany: Proceedings of the fifth international AAAI Conference on weblogs and social media, 2011. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/eae/cfe9501e96b78b6c6fc073d0822c9c0c7b13.pdf> Acesso em: 16 set. 2018.
- FERRÃO, Maria Clara Teodoro. *Teoria da metáfora conceptual: uma breve introdução*. Algarve: Universidade do Algarve, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242715095_TEORIA_DA_METAFORA_CONCEPTUAL_UMA_BREVE_INTRODUCAO Acesso em: 16 set. 2018.
- FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- JOHNSON, Mark; LAKOFF, George. *Metaphors we live by*. London: The University of Chicago Press, 2003.
- STEFANO, Mariana (coord.). *Metáforas em uso*. Buenos Aires: Biblos, 2006.

Uma proposta de análise linguística - cognitiva do sarcasmo em House M.D.

Fabiana Julio Ferreira¹

A caracterização do personagem

O Dr. Gregory House é um personagem fictício do seriado de David Shore intitulado *House M.D.*, cujas especialidades são: infectologia e nefrologia. Entretanto, ele conseguiu se tornar o melhor diagnosticista do país, sendo unicamente subordinado à chefe do Hospital Universitário Princeton-Plainsboro, Cuddy, e tendo um único melhor amigo, o oncologista Wilson.

Quando os casos chegam a House, significa que nenhum outro médico conseguiu descobrir a doença que afeta o paciente. House é considerado um gênio no que se trata de diagnóstico. Mesmo assim, ele conta com uma equipe de médicos selecionados e extremamente capacitados que o ajudam com um *brainstorms*, auxiliando-o na solução dos casos.

Todavia, House apresenta algumas características que merecem menção. Além de andar de bengala e sentir dor o tempo todo por um incidente com um paciente em que acabou levando um tiro na perna, recusa-se a usar jaleco como os outros médicos, evita ao máximo falar com os pacientes por acreditar que eles vão mentir – por isso se baseia apenas nos sintomas. E o personagem é extremamente sarcástico. Aliás, para a dor constante que sente na perna, House faz uso de um poderoso analgésico denominado Vicodin (conhecido no Brasil como Hidrocodona), indo

1 Doutoranda do Programa de Estudos de Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Professora Doutora Solange Vereza.

trabalhar muitas vezes drogado, o que, aparentemente, não dificulta sua capacidade de raciocínio para a resolução de seus casos.

O médico ainda apresenta completo desprezo por tudo que não seja um desafio para sua inteligência, pessoas que considera inferiores, seus pacientes e qualquer outra pessoa que ele ache que possa ser vítima de sua acidez sarcástica.

Da contribuição da Linguística Cognitiva

Tendo seu início com os estudos de Lakoff e Johnson (1980), a proposta da Linguística Cognitiva (LC) se contrapõe à proposta Gerativista de Chomsky, ou seja, a visão de que a linguagem seria uma capacidade inata ao ser humano. A ideia da linguística cognitiva implica que a linguagem é resultado de nossas experiências externas, tanto corpóreas quanto culturais (FERRARI, 2014), ou seja, de fora para dentro, e não o contrário, como proposto pelo Gerativismo.

O conceito cognitivo que terá importância no nosso estudo será o de *frames*, como proposto por Fillmore (1975, 1977, 1982, 1985) que, segundo Ferrari (2014), significa “um sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência”. Isso significa que categorizamos o mundo em nossas mentes, criando expectativas quanto aos resultados. Por exemplo, ao longo da vida, passamos a interpretar que um homem com jaleco branco em um hospital, provavelmente, é um médico ou enfermeiro; um pequeno caderno em cima de uma mesa de restaurante é, provavelmente, o cardápio etc.. O *frame* envolve a situação, experiência e cultura do país em que o indivíduo está inserido.

Já a Teoria da Relevância considera a intenção do falante durante o enunciado. Ela serve para o falante ser capaz de enunciar sua intenção: “confuso, zangado, entretido, intrigado, cético dentre outros ou uma combinação de todos eles” (SPERBER; WILSON, 2004), inclusive sarcástico. A interpretação das intenções é muito importante aqui, afinal, de acordo com essa Teoria, o enunciado é uma forma de interpretar a compreensão. Sperber e Wilson acreditam que o sarcasmo é baseado na Teoria de Eco de Gibbs (2007), que é uma repetição, mas dissociação em significado do que foi dito. Segundo Clark e Gerrig (1984), fingem não entender a vítima para

ensiná-la depois ou humilhá-la (método socrático), The Allusion Pretense Theory, em que o falante faz uma alusão a uma expectativa malsucedida.

Da contribuição da Pragmática

O que mais chama a atenção dentro da Pragmática em uma tentativa de definição do Sarcasmo são as Teorias de Humor e, em se tratando do personagem House, três se fizeram mais relevantes: a Teoria da Incongruência (1985), a Teoria do Alívio e a Teoria da Superioridade (1985).

A primeira está relacionada à quebra de expectativa do ouvinte, como, por exemplo, em um diálogo em que House e Foreman, membro de sua equipe, discutem o caso de uma paciente. Foreman discorda de House e diz: “Eu acho que seu argumento é fraco.” Ao que House responde: “Eu acho que sua gravata é feia”. A resposta incoerente de House produz humor em quem ouve e, às vezes, na vítima do sarcasmo, no caso, Foreman.

A Teoria do Alívio tem sua origem nos estudos Freudianos em que o psicanalista acreditava que o indivíduo era capaz de fazer humor como uma forma de escape da dor, situações constrangedoras, sentimentos desagradáveis etc. Por isso, podendo parecer estranho, mas sendo mais comum do que parece, o indivíduo faz uso do humor para se desviar do que lhe incomoda. Muita coisa incomoda House, mas podemos mencionar, principalmente, sua constante dor na perna. Nos dias atuais não é incomum encontrarmos personagens com esse tipo de comportamento, como, por exemplo, Chandler Bing, de *Friends*. O sarcasmo ligado à Teoria do Alívio não tem um objetivo certo, apenas o de aliviar a tensão/dor do falante, como, por exemplo, no caso citado abaixo, em que House vai à clínica tratar um paciente que está laranja:

Na clínica, House está atendendo a um paciente que está laranja, embora sua entrada na clínica tenha sido por reclamação de espasmos nas costas. Enquanto o homem explica sua condição, House tira um frasco do bolso para tomar uma de suas pílulas (Vicodin). (House é viciado em analgésicos por conta de um incidente em que levou um tiro na perna, perdendo uma parte do músculo).

Paciente Laranja: O que é isso? O que está fazendo?

House: Um analgésico.

Paciente Laranja: Ah! Pra você! Pra sua perna!

House: Não, é que é uma delícia. Quer um? Vai melhorar suas costas (entregando um ao paciente).

<Temporada 1 – episódio 1>

A Teoria da Superioridade, talvez a mais comum dentro das Teorias de Humor, é evocada por House com, possivelmente, maior frequência, considerando seu desdém por seus pacientes, pessoas que ele considera com intelecto inferior ao dele. O próprio nome da teoria já deixa a entender que o falante faz uso de um humor que o transforma em um ser superior ao ouvinte. House, particularmente, pode ser considerado uma pessoa “ácida”, que sente prazer em menosprezar os outros e demonstrar sua inteligência no processo. Na definição de sarcasmo do www.dicio.com, encontra-se o seguinte:

Significado de Sarcasmo

Substantivo masculino

Zombaria que busca ofender; ironia insultuosa; ação de dizer o oposto do que se quer mordaz e amargamente: ninguém aguentava seu sarcasmo!

Ironia insultuosa, penosa, mordaz ou cáustica: o sarcasmo estava presente em toda a sua obra literária.

Etimologia (origem da palavra sarcasmo). Do grego *sarkasmós*.

Fonte: <https://www.dicio.com.br/sarcasmo/>. Acesso em: 17/01/2019.

Um exemplo bem claro de quando House usa a Teoria da Superioridade é quando ele acha uma cura paliativa para o paciente e invade o quarto do rapaz. A interação que se desenrola é a seguinte:

House está tratando um atleta que está, temporariamente, sem conseguir se mover. Ele deduziu a cura sozinho, a partir de um comentário de Foreman, e segue de forma arrogante para a sala do paciente com uma seringa na mão. Sem muito cuidado, injeta o conteúdo da seringa na coxa do paciente.

House: Você está curado. Levanta-te e anda!

Paciente: Você está maluco?

House: Na Bíblia, eles apenas dizem “Sim, Senhor” e começam imediatamente com o louvor.

Paciente: Primeiro, você me diz que eu tenho câncer. Depois me diz que minha agente...

(o paciente percebe que está movendo o braço).

Paciente: O que você fez?

House: Não! “O que você fez, Senhor?”

(O rapaz volta a se sentir normal e levanta da cama enquanto ouve a explicação/o diagnóstico de House. Ele está de pé diante de House até que este diz que a doença é controlável.)

Paciente: Controlável? Pensei que estava curado!

House: Ah! Isso foi só o diagnóstico. O Tensilon elimina os sintomas por 5 ou 6 minutos.

(O paciente começa a sentir falta de ar e cai paralisado aos pés de House, enquanto este faz uma fingida cara de espanto. Com o rapaz no chão, ele completa a fala)

House: Foi por isso que eu criei as enfermeiras. (vai até a porta do quarto e grita)

House: Limpeza na ala 3!

<Temporada 2 – episódio 6>

Percebe-se, nesse diálogo, que House não só se coloca numa posição de superioridade em relação ao paciente, mas se compara a Deus, o que é um ato bastante ousado, além disso, trata o paciente como inferior, quase um lixo que você tem que “mandar limpar”.

Mesmo com a contribuição dos estudos da Linguística Cognitiva, percebemos que algumas questões ainda continuavam sem resposta. Encontramos um caminho teórica e analiticamente promissor nos estudos da Pragmática, principalmente na Teoria da Polidez de Brown e Levinson (1987).

A Teoria da Polidez foi levada em consideração porque, durante a pesquisa, o que muitos chamavam de sarcasmo, não se enquadrava plenamente nas definições acima. Muitas das situações seriam simplesmente casos de “grosseria” de House com o ouvinte. Essa Teoria utiliza a ideia de “face” de Goffman (1967), que, segundo o autor, seria

o valor social positivo que uma pessoa reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contrato específico...” “...é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados. (GOFFMAN, 1980, p. 77)

Em um episódio de House, o hospital recebe um paciente obeso, a quem House passa grande parte do seu tempo fazendo piadas de “gordo”, por exemplo: “Ah, você está cheio de mortadela!”. Afirmações como essa não se encaixam na ideia de sarcasmo, mas seriam apenas ofensas ou, na concepção da Teoria da Polidez, Ato de Ameaça à Face ou, do inglês, FTA (*Face Threatening Act*). Quando se faz um FTA, o falante ataca a “máscara social” do ouvinte, o que, dentro das teorias estudadas em Linguística Cognitiva, especialmente a Teoria da Superioridade, faz muito sentido.

Outro ponto de importância no estudo do fenômeno linguístico em questão, a partir da perspectiva da Pragmática, são as Máximas Conversacionais de Grice (1975). O autor considera, assim como todos os estudiosos de Pragmática, que toda e qualquer comunicação exige de ambos os lados da interação um princípio de cooperação, ou seja, os indivíduos farão o necessário para que a comunicação seja clara e sem ruídos. Para Grice (1975), as Máximas Conversacionais serviriam como um guia para que essa cooperação fosse possível. As principais Máximas são as que seguem:

- a) Máxima da quantidade
Diga apenas o que for necessário.
Não diga além do que for exigido.
- b) Máxima da qualidade (verdade)
Contribuição verdadeira.
Não expressar o que achar ser falso.
Não falar sobre algo do qual não se tem provas.
- c) Máxima da relação (pertinência)
Seja coerente ao assunto tratado.
- d) Máximas de maneira
Seja claro.
Não seja obscuro.

Não seja ambíguo.

Não seja prolixo.

Fale ordenadamente.

e) Máxima da relevância

Está relacionada a não ser irrelevância. (FIORIN, 2010)

De acordo com as Máximas, o sarcasmo violaria a Máxima da qualidade (referente à definição básica de sarcasmo, que é “dizer o contrário do que se está pensando”), ou seja, o sarcasmo se distancia da verdade; e a Máxima da relevância, já que o objetivo de uma interação social é cooperar com a comunicação, ser relevante, algo que nosso objeto de estudo não é.

Um exemplo da violação da quebra da Máxima da qualidade, quando não se diz a verdade, ocorre em um episódio em que a equipe de House o chama tarde da noite ao hospital, quando ele já havia chegado em casa, porque um dos seus pacientes havia desaparecido. Ao chegar em Princeton-Plainsboro, House encontra Cuddy, sua chefe, saindo do hospital vestindo um uniforme de tenista. O diálogo é o que se segue:

Cuddy: O que você está fazendo aqui? Vai ver um paciente?

House: Não. Uma prostituta. Foi pro meu escritório ao invés da minha casa. <Temporada 1 – episódio 2>

Não só vemos que ele mente para não ter problemas com a chefe, para fazer humor (Incongruência), assim como viola a Máxima de qualidade, como propomos.

Estilística Cognitiva

Por fim, uma das questões enfrentadas neste trabalho foi o fato de usarmos um corpus fictício, algo que poderia ser considerado inválido por linguistas, sob a alegação de que não seriam interações reais, mas montadas. Entretanto, a Estilística Cognitiva (EC) oferece um quadro explicativo que legitima o uso de um corpus dessa natureza.

A origem da EC é na Linguística Estilística, que faz uma articulação entre “linguística, estudos literários e ciência cognitiva”

(SEMINO; CULPEPER, 1984, p. 9). Segundo os autores, todo e qualquer material linguístico está ligado à mente humana, seus mapeamentos, seus lapsos de tempo e espaço, e a forma como isso acontece é sempre a linguagem, seja ela falada ou escrita, como no caso dos scripts do nosso corpus de pesquisa. Se toda linguagem tem como origem a mente humana., as duas formas, fictícia ou não, são passíveis de estudos linguísticos.

Conclusões preliminares

Percebemos, até agora, que House usa o sarcasmo como uma forma de defesa (Teoria da Incongruência), para se sentir melhor do que os outros (Teoria da Superioridade) e para aliviar a dor e sentimentos indesejáveis (Teoria do Alívio). Esses três tipos de humor parecem caracterizar muito o sarcasmo, mesmo que o interlocutor direto, ou a “vítima” do sarcasmo, não veja graça alguma.

Já a Teoria da Polidez da Pragmática tem se mostrado muito útil, porque percebemos que muitos dos enunciados de House considerados sarcásticos eram apenas grosseiros, ou seja, episódios de “grosseria” de House, cometendo FTAs. Por outro lado, as Máximas Conversacionais de Grice (1975) mostram como ele não coopera com a comunicação, violando máximas (de qualidade e de relevância) importantes para uma interação sem ruídos.

Portanto, o sarcasmo, embora esteja em voga nos tempos atuais, apresenta-se como algo indesejável em termos de interação, porém, muito divertido para a maior parte dos admiradores do personagem da série televisiva.

Referências

- GIBBS, W. & COLSTON H. *Where is the humor in verbal irony?* University of California, DeGruyter; 575-595, 2014.
- GIBBS, W. *Irony in talk among friends*; *Metaphor and symbol*, 15: 1-2, 5-27, 2000. Disponível em: Acesso em: 21/05/2019

GOFFMAN, E. *Ritual de interlocução: ensaios sobre o comportamento face a face*. 1967.

GRICE, H. P. *Logic and Conversation*, 1975

BLOCO 4

SEMÂNTICA FORMAL

A modificação de grau não canônica em inglês: o caso de *very*

Marcus Vinicius Ramos Vieira¹

Introdução

Essa pesquisa adota os pressupostos teóricos da Semântica Formal na investigação da operação feita pelo *very* na modificação de sintagmas nominais. Assim, propomos uma descrição lógica para o fenômeno ora investigado com base no trabalho clássico de Kennedy e McNally (2005), em que a modificação de grau é descrita por meio da noção de estrutura escalar.

As escalas são adotadas por Kenendy e McNally (2005) para explicar a seleção dos modificadores *very*, *much* e *well* do inglês para os adjetivos participiais, mas que também podem ser aplicadas para outras classes de adjetivos. Nesse caso, o *very* seria modificador canônico dos adjetivos de grau de padrão relativo, ou seja, adjetivos que compõem escalas abertas nos dois polos, como o adjetivo *tall* (alto), de modo que, em *very tall* ('muito alto'), o *very* estaria amplificando o grau de *tall* para um grau acima do parâmetro normal de comparação numa escala de altura.

No entanto, há evidências de que o *very* exerceria modificação para além do domínio adjetival, como a modificação da classe dos nomes substantivos. É justamente a partir dessa constatação que se

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense sob orientação da professora Luciana Sanchez-Mendes. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

constitui o objeto de estudo dessa pesquisa: a modificação de grau do *very* sobre os sintagmas nominais, sobretudo, os sintagmas nominais complexos. Segundo Biber *et al.* (2009), os sintagmas nominais complexos se caracterizam por serem sintagmas nominais modificados. Essa modificação pode ser feita por modificadores antepostos ao nome, como os adjetivos atributivos, os adjetivos participiais ou até mesmo outro nome, bem como modificadores pospostos ao sintagma nominal, como as orações relativas e os sintagmas preposicionados.

Assim, o objetivo dessa pesquisa é verificar se o *very* canônico e o *very* não canônico seriam os mesmos ou ambíguos em termos da contribuição de seus significados na interpretação das sentenças. A análise preliminar da adoção de escalas indica que o *very* canônico e o *very* não canônico não são ambíguos, pois desempenham a mesma operação: a modificação de um grau. Entretanto, propomos que a distinção entre eles estaria na natureza escalar dos elementos modificados, já que seria uma escala semântica para o *very* canônico e uma escala pragmática para o *very* não canônico.

Para tanto, a apresentação da pesquisa neste artigo está organizada da seguinte forma: na próxima seção, apresentamos a metodologia adotada por esta pesquisa, caracterizada pela coleta de dados do *British National Corpus*, de alguns romances da língua inglesa dos séculos XIX e XX e também da coleta de dados com a participação de um consultor nativo do inglês por meio da elicitación controlada, com base nos testes de julgamento de contexto propostos por Matthewson (2004) e Sanchez-Mendes (2014b). Em seguida, apresentamos a análise qualitativa desses dados, cujos resultados parciais parecem indicar que a modificação do *very* sobre sintagmas nominais evocaria as noções de precisão e de exaustividade.

Metodologia e coleta de dados

Esta seção apresenta os dados constituintes dos *corpora* da presente pesquisa, de modo a exemplificar de que maneira o fenômeno linguístico ora investigado ocorre na língua inglesa. Também são explicados os passos metodológicos adotados na coleta dos dados e as justificativas para tais passos.

Assim, tendo em vista que a Semântica Formal investiga o significado linguístico de sentenças declarativas, a coleta de dados da presente pesquisa se configura pela coleta de sentenças em que o *very* esteja numa modificação envolvendo sintagmas nominais complexos.

A modificação do *very* sobre sintagmas nominais complexos pode ser considerada como não canônica, uma vez que, na modificação canônica, o *very* modifica alguns tipos de sintagmas adjetivais e de sintagmas adverbiais, como ilustram as sentenças (1) e (2):

(01) “...*the setting is very informal with a bar and TV lounge...*”

“...o ambiente é muito informal com um bar e uma sala de TV...”
(*Club 18-30 Summer Holiday Brochure, 1990, Tradução Nossa*)

(02) “*We have to look very carefully to make sure standards of the exam are being maintained.*”

“Nós temos que olhar muito cuidadosamente para garantir que os padrões do exame estão sendo mantidos.” (*The Daily Mirror. London: Mirror Group Newspapers, 1992, Tradução Nossa*)

Na sentença (1), a modificação ocorre sobre o sintagma adjetival *informal* (‘informal’), em que o *very* apresenta uma leitura semelhante à do *muito* do português. Já a sentença (2) apresenta o *very* modificando o sintagma adverbial *carefully* (‘cuidadosamente’), em que o *very* também pode ter uma interpretação como o *muito*. Desse modo, a modificação canônica do *very* parece ter a mesma interpretação do *muito* do português ao modificar os sintagmas adjetivais e adverbiais.

Como a investigação se interessa pela modificação do *very* sobre os sintagmas nominais complexos, as sentenças de uso canônico não fazem parte dos *corpora* desta pesquisa, embora sua relevância se dê, em termos quantitativos, pela comparação entre o uso canônico em relação ao uso não canônico.

A relevância na adoção do *British National Corpus* como ferramenta de obtenção de dados para esta pesquisa se dá pela possibilidade de se ampliar a verificação dos usos do *very* por meio de sentenças provenientes de gêneros variados de modalidade escrita e de fala.

Por apresentar um número expressivo de ocorrências, inicialmente, a maneira escolhida como forma de investigação e coleta dessas sentenças no *BNC* se caracterizou pela análise de 1000 sentenças que continham o *very*, distinguindo as sentenças que apresentavam modificação sobre adjetivos e advérbios daquelas cuja modificação se dava sobre sintagmas nominais. Das 1000 sentenças analisadas, 72 sentenças apresentaram a modificação não canônica do *very*, o que representa aproximadamente 7% da ocorrência total. Esse número está apresentado no *Gráfico 1* abaixo:

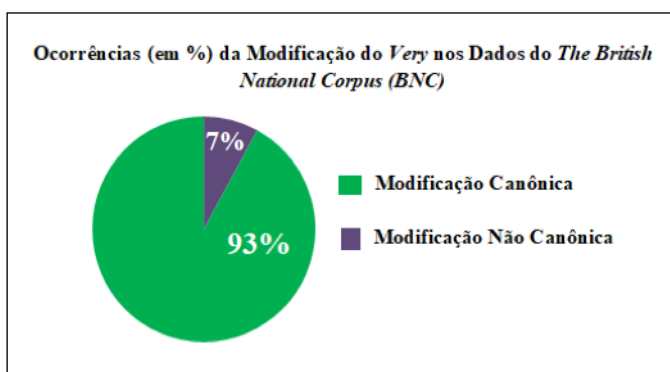


Gráfico 1 – Distribuição Percentual das Ocorrências de *very* no *BNC*

A reflexão acerca do *Gráfico 1* parece indicar que o *very* tem um uso bem mais recorrente na modificação sobre os sintagmas adjetivais e os sintagmas adverbiais. No entanto, a constatação quantitativa de 7% da modificação não canônica ilustra a existência de modificações do *very* para além do domínio adjetival e adverbial, o que é um número relevante e que justifica esta pesquisa.

Ainda em termos quantitativos, das 72 sentenças coletadas desse grupo de 1000, 50 apresentam a modificação do *very* em sintagmas nominais complexos formados por superlativos. A sentença (3) apresenta a modificação não canônica com o superlativo:

(03) “*A bouquet is on its way to this super lady from Slinfold, West Sussex, with my very best wishes.*”

“Um buquê está a caminho para esta super lady de Slinfold, West Sussex, com meus melhores desejos.” (The Daily Mirror, 1992, Tradução Nossa).

A sentença (3) exemplifica a modificação do *very* sobre o sintagma nominal *wishes* (‘desejos’) com o superlativo *my best* (‘meus melhores’). Nesse caso, os dados mostram não haver tradução para o *very* quando a modificação é feita com o superlativo.

A outra frente de coleta de sentenças utiliza alguns romances do inglês para evidenciar que a modificação de grau não canônica de *very* é um fenômeno linguístico consolidado na língua inglesa não só pelo seu uso na modalidade escrita, mas também para mostrar que tal uso não é propriedade recente do inglês, já que os romances selecionados foram publicados no século XIX e início do século XX na Inglaterra e nos Estados Unidos. Desse modo, *Pride and Prejudice* (*Orgulho e Preconceito*), obra da escritora inglesa Jane Austen, finalizada em 1797, mas publicada originalmente apenas em 1813, foi o primeiro romance a ser analisado.

Em seguida, foram analisados os romances *Northanger Abbey* e *Mansfield Park*, também da escritora Jane Austen, para a coleta de sentenças com a modificação não canônica do *very*. Além desses romances, também foram analisados *Mrs. Dalloway*, de Virginia Woolf, publicado em 1925, e *The Great Gatsby*, de Fitzgerald, também publicado em 1925. A *Tabela 1* apresenta os números absolutos das sentenças coletadas em relação à modificação canônica e à modificação não canônica:

Tabela 1 – Ocorrências de *very* nos romances em números absolutos

Romances	Modificação canônica	Modificação não canônica	Total
Mansfield Park	742	46	788
Mrs Dalloway	131	19	150
Northanger Abbey	208	27	235
Pride and Prejudice	416	45	461
The Great Gatsby	51	6	57
Total	1548	143	1691

A *Tabela 1* mostra que a modificação canônica apresenta ocorrência maior do que a modificação não canônica no inglês. Mesmo assim, a

modificação não canônica com 143 sentenças evidencia que se trata de um fenômeno que merece uma descrição linguística. Os números apresentados pela *Tabela 1* estão representados percentualmente no *Gráfico 2*:

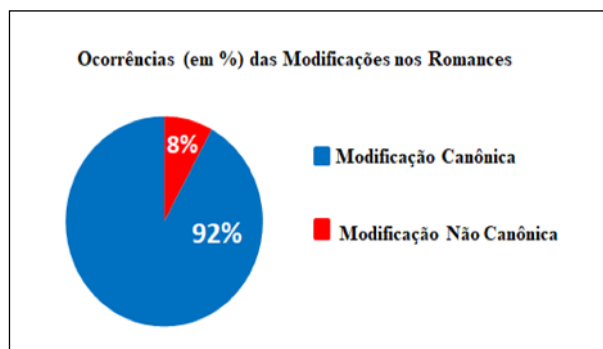


Gráfico 2 – Ocorrência percentual de *very* nos romances

Pode-se observar que as ocorrências representadas no *Gráfico 2* apresentam características semelhantes se comparadas com o percentual encontrado no BNC em que houve 93% de modificação canônica versus 7% de não canônica.

Cumprе destacar que a contagem apresentada pelos gráficos foi feita em vistas de observar se o uso não canônico faz parte da língua. Portanto, esse trabalho não é de natureza quantitativa. Seu objetivo é de oferecer uma análise para a semântica desses usos de *very*. Um dado proveniente dos romances é apresentado pela sentença (4):

(04) “*The very gown you have been taking notice of is your own generous present to her when dear Mrs. Rushworth married.*” (Mansfield Park, 2008, p. 141)

“O próprio vestido que acabou de elogiar é o presente generoso que lhe deu para o casamento da querida Sra. Rushworth.” (Mansfield Park, 2011, p. 192)

A sentença (4) apresenta o *very* modificando o sintagma nominal complexo *gown you have been taking notice of*. Nesse exemplo, o *very* é traduzido por próprio.

Nas sentenças coletadas dos romances, a análise das traduções mostra que o *very*, ao exercer modificação não canônica, pode ser traduzido por: *próprio, mesmo, verdadeiro, perfeito, exato, simples e bem*. No entanto, esse estudo não se caracteriza por ser um estudo de tradução, mas de investigação do significado, em que a análise das traduções das sentenças fornece pistas semânticas para a interpretação do *very*.

Em relação à coleta de dados por meio da elicitación controlada, essa pesquisa teve a participação de um consultor nativo do inglês, de 29 anos e do sexo masculino, natural do País de Gales e estudante universitário do curso de biologia.

A metodologia de pesquisa de campo para coleta e análise de dados linguísticos em Semântica Formal é descrita e justificada por Matthewson (2004) e Sanchez-Mendes (2014b), que defendem a elicitación controlada como metodologia mais adequada para essa teoria. A elicitación controlada se caracteriza por ser um método de coleta de dados que faz uso de entrevistas por meio de duas etapas: traduções e julgamentos de contextos.

Essa pesquisa adotou o julgamento de contextos na coleta de dados elicitados. Foram elaborados 10 contextos, cada um contendo 4 sentenças com a modificação não canônica do *very*. O consultor lê os contextos e escolhe as sentenças que melhor se adequam a esse contexto. Depois, é pedido ao consultor para parafrasear a(s) sentença(s) que ele escolheu como adequadas, a fim de se verificar a contribuição semântica do *very* para o significado da sentença. A *Figura 1* exemplifica como os dados elicitados foram coletados:

<p>You are 30 years old. You decide to visit the school where you used to go when you were a teenager.</p> <p>You enter in a classroom and say:</p> <p>() This is very classroom.</p> <p>() This is the very classroom.</p> <p>() This is a very classroom in which I had classes.</p> <p>(x) This is the very classroom in which I had classes.</p>

Figura 1 – Teste de Julgamento de Contexto para o Uso Não Canônico de *Very*

Os dados elicitados apresentam informações relevantes quanto ao uso do *very* nesse tipo de modificação, como ser precedido pelo artigo definido e não podendo ser precedido pelo artigo indefinido. Além disso, o teste mostrou uma preferência por *very* modificando sintagmas nominais complexos.

Com base nas respostas dadas pelo consultor, foi feita uma nova consulta em que os contextos dados são os mesmos da primeira consulta. Entretanto, com base no primeiro teste, a sentença que melhor se adequou ao contexto é apresentada novamente ao consultor. Então, ele deve expressar a maneira como ele interpreta o significado de *very* nessa sentença por meio da paráfrase. Esse processo de coleta de dados é ilustrado pela *Figura 2*:

You are 30 years old. You decide to visit the school where you used to go when you were a teenager. You enter in a classroom and say: 'I have had classes in this very classroom while I was younger.'

Paraphrase: 'I have had classes in this very classroom while I was younger' means I've had classes in this exact classroom while I was younger.

Figura 2 – Teste de Julgamento de Contexto para o Uso Não Canônico de *Very*

A *Figura 2* mostra que o *very* não canônico apresenta uma interpretação semelhante à palavra *exact* ('exato') nesse contexto. A análise desses dados e dos dados coletados do *British National Corpus* e dos romances será apresentada na próxima seção.

Análise dos dados

O objetivo dessa seção é apresentar a análise dos dados referentes à modificação de grau não canônica feita pelo *very*. Assim, os dados provenientes da elicitación controlada associados com os dados coletados do *British National Corpus* e dos romances mostram que:

- (i) o *very* não canônico é precedido por um determinante. O determinante mais recorrente é o artigo definido *the* (o/a/os/as), não podendo, no entanto, ser precedido pelo artigo

- indefinido *a/an* (um/uma). Outros determinantes encontrados nos dados são os pronomes demonstrativos (*this/ that*) e os pronomes possessivos (*my/her...*);
- (ii) o *very* não canônico modifica sintagmas nominais complexos, como em *the very classroom in which I had classes* (a sala exata em que eu tinha aula), em que o sintagma nominal complexo é formado pelo nome *classroom* e a oração relativa *in which I had classes*;
 - (iii) A operação feita pelo *very* canônico e o *very* não canônico seria a mesma: a amplificação de um grau. Enquanto o *very* canônico amplifica o grau do adjetivo para um padrão acima do padrão de comparação na escala semântica proposta por Kennedy e McNally (2005), tendo a leitura semelhante ao do *muito* do português, o *very* não canônico amplificaria o grau do nome para um grau mais preciso numa escala pragmática de precisão, podendo ser interpretado como ‘exato’, ‘próprio’, ‘mesmo’, ‘bem’ etc. Assim, o que diferencia o significado do uso canônico do uso não canônico seria a natureza escalar do elemento modificado pelo *very*;
 - (iv) Justamente por ser tratar de uma escala de precisão, ao selecionar o grau mais preciso de um nome para um determinado contexto ou situação, o *very* parece descartar os outros nomes, gerando, assim, um significado exaustivo para o *very* não canônico.

No que diz respeito ao artigo definido, dentre as operações realizadas por ele na sentença, Coppock e Beaver (2015) argumentam sobre a pressuposição de unicidade na interpretação desse tipo de artigo, como ilustra a sentença (5):

(05) *This is the very house where I used to live when I was younger.*

Essa é a casa exata em que eu morava quando era mais jovem.

O artigo definido indicaria que *The house* (‘a casa’) existe e que teria referência única, ou seja, com descrição bem definida nesse contexto, como afirmam Coppock e Beaver (2015) sobre a pressuposição de unicidade do artigo definido. A noção de unicidade seria,

portanto, a interpretação que melhor se adequaria à contribuição semântica do artigo definido na modificação do *very* sobre sintagmas nominais.

Ademais, a modificação do *very* sobre sintagmas nominais pode ser descrita por meio de escala. Como já mencionado, Kennedy e McNally (2005) fazem uso de noções escalares na descrição de modificações de grau sobre adjetivos, como o *very* canônico, que amplifica o grau do adjetivo para um grau acima do padrão de comparação. A análise dos dados coletados evidenciaria que a operação feita pelo *very* canônico sobre os adjetivos seria semelhante à operação feita sobre os sintagmas nominais, que seria a amplificação de um grau.

No entanto, a diferença na interpretação dessas modificações estaria na natureza escalar do elemento modificado. Enquanto o *very* canônico modifica adjetivos que formam escalas semânticas de padrão relativo, portanto, escalas abertas nos dois polos, o *very* não canônico modificaria elementos que formam uma escala de precisão, que seria de natureza pragmática, uma vez que as sentenças com modificação não canônica do *very* é proferida em contextos específicos.

Dessa forma, a investigação ora proposta se caracteriza por ser de investigação do significado numa interface entre a semântica e a pragmática. Pires de Oliveira e Basso (2014) afirmam que, crucialmente, o que estabelece os limites entre a semântica e a pragmática estaria nas noções de significado do falante e de significado da sentença. Enquanto a pragmática estuda o significado do falante, ou seja, o que o falante quis dizer ao proferir uma sentença, a semântica estuda o significado da sentença, isto é, o que o falante diz ao dizer determinada sentença.

A análise das sentenças que contêm a modificação não canônica do *very* considera os contextos em que elas foram proferidas. Se considerarmos novamente a sentença (5) *This is the very house where I used to live when I was younger*, podemos pensar num contexto C em que: um homem está visitando sua cidade natal com sua esposa depois de vários anos vivendo em outra cidade. Ele decide caminhar com a esposa pela rua em que passou sua juventude e encontra a casa onde morou quando jovem. Então, ele olha para sua esposa e profere a sentença (5). A escala (6) representa uma proposta de comparação entre a sentença (5) com o *very* e outra sem o *very*:

(06)

*This is the house where I used
to live when I was younger.*

*This is the very house where I used
to live when I was younger.*

-----|-----|

ESCALA DE PRECISÃO

Na escala de precisão em (6), o *very* parece elevar o nome *house* ‘casa’ para um grau mais preciso na interpretação de (5), indicando que o *very* expressaria maior precisão. Com base em estudos desenvolvidos por Morzycki (2011) e Masià (2013), Sanchez-Mendes (2014a) afirma que, quando o grau de precisão é máximo, o nome modificado é interpretado de modo preciso. Assim, a noção apresentada por esses autores parece que se verifica com a modificação do *very* não canônico. Nesse caso, os autores afirmam que, ao atingir o valor do grau de precisão máximo, a denotação se dá por meio de um conjunto unitário contendo somente o predicado considerado.

No entanto, diferentemente das propostas em Morzycki (2011), Masià (2013) e Sanchez-Mendes (2014a), que consideram a associação do substantivo com uma escala de precisão como semântica, assumimos, para o inglês, que essa associação seja pragmática, na medida em que esse tipo de modificação só ocorreria em contextos específicos em que o falante expressa que o nome modificado pelo *very* é único para esse contexto, como mostram os dados da elicitación controlada. Ademais, os dados indicam que há restrições semânticas quanto à seleção do nome modificado pelo *very*, que precisa ser um sintagma nominal complexo, vide a estranheza de *#This is the very classroom*, o que corrobora a proposta de uma análise pragmática para esse fenômeno por meio da escala pragmática de precisão. Desse modo, a contribuição do sintagma nominal complexo é apresentar mais informação contextual para disponibilizar a escala pragmática.

Assim, é justamente a partir da escala de precisão que consideramos que a interpretação do significado do *very* no fenômeno linguístico ora investigado teria um efeito exaustivo, na medida em que, ao selecionar um elemento preciso, os outros nomes seriam desconsiderados no contexto.

A literatura especializada na descrição da exaustividade apresenta diversos estudos que objetivam elucidar esse tema, como Horn (1981), Rooth (1985, 1992) e Wedgwood (2005). Assim, Menuzzi (2012), adaptando as ideias de Rooth (1985) e Wedgwood (2005), considera que:

- (i) o foco seria a asserção de UMA das alternativas de um conjunto contextualmente relevante de proposições;
- (ii) a partir da Máxima da Quantidade de Grice (informe apenas o necessário), o falante implica que as alternativas não assertadas não são verdadeiras;
- (iii) logo, o interlocutor conclui que apenas a proposição assertada é verdadeira e todas as alternativas pertinentes contextualmente não o são – isto é, a proposição assertada é “exaustiva” (MENUZZI, 2012, p. 16).

A análise da modificação não canônica do *very* indica as características apontadas por Menuzzi (2012) para a exaustividade. Entretanto, nomeamos a interpretação proveniente desse tipo de modificação de efeito exaustivo, já que o *very* teria um significado exaustivo somente na modificação não canônica.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar a natureza da diferença de significado do *very* canônico e do *very* não canônico. Assim, com base em Kennedy e McNally (2005), a presente pesquisa se insere nos estudos de investigação do significado ao propor a descrição e a explicação da interpretação do *very* ao exercer modificação sobre sintagmas nominais complexos no inglês por meio de escalas.

Primeiramente, buscamos encontrar evidências de que esse tipo de modificação seria recorrente no inglês. Para tanto, como mostrou a seção 2, fizemos o uso de coleta de dados por meio da análise de *corpora*. A descrição do fenômeno investigado, num primeiro momento, seria apenas de natureza semântica de descrição do significado. Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa e as noções de escalas de precisão e de efeito exaustivo, esse estudo passou a apresentar uma interface com a pragmática, passando a ser caracterizado como uma investigação de natureza semântico-pragmática do significado. Por fim, esse estudo é relevante por se tratar de um fenômeno recorrente no inglês e que, portanto, merece uma descrição linguística.

Referências

- AUSTEN, Jane. *Orgulho e preconceito*. Tradução: Lúcio Cardoso. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- AUSTEN, Jane. *Orgulho e preconceito*. Tradução: Maria Francisca Ferreira de Lima. Mem Martins: Europa – América, D. L. 1996. (PDF) Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/2196784.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2017.
- AUSTEN, Jane. *Mansfield Park*. Project Gutenberg, 2008. (PDF) Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/141/141-pdf.pdf>>. Acesso em: 18 Dec. 2017.
- AUSTEN, Jane. *Mansfield Park*. Tradução: Mariana Menezes Neumann. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Record, 2011.
- AUSTEN, Jane. *Northanger Abbey*. Published by Planet Ebook. (PDF) Disponível em: <<https://www.planetebook.com/ebooks/Northanger-Abbey.pdf>>. Acesso em: 18 Dec. 2017.
- AUSTEN, Jane. *Northanger Abbey*. Trad. Eduardo Furtado. São Paulo: Editora Landmark, 2012. (PDF). Disponível em: <<http://sanderlei.com.br/PDF/Jane-Austen/Jane-Austen-A-Abadia-De-Northanger.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2017.
- AUSTEN, Jane. *Pride and Prejudice*. (PDF). Disponível em: <http://kids4classics.com/jane_austen/Pride_and_Prejudice.php>. Acesso em: 09 Sep. 2017.
- BAUGH, Albert C.; CABLE, Thomas. *A History of the English Language*. London: Routledge, 2002.
- BIBER, Douglas; GRIEVE, Jack; IBERRI-SHEA, Gina. Noun Phrase Modification. In: *One Language, Two Grammars? Differences between British and American English*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 182-193, 2009.
- CAPPOCK, Elizabeth; BEAVER, David. Definiteness and determinacy. *Linguistics and Philos*, vol. 38, n. 5, 2015, p. 377-435.
- FITZGERALD, F. Scott. *The Great Gatsby*. London: Penguin, 1994.
- FITZGERALD, F. Scott. *The Great Gatsby*. Trad. de William Lagos. L&PM Pocket. (PDF). Disponível em: <https://esadmacommunication.files.wordpress.com/2017/02/f-scottfitzgerald-o-grande-gatsby.pdf>>. Acesso em: 17 Jan. 2018.

- HORN, L. Exhaustiveness and the semantics of clefts. In: BURKE, V.; PUJETOVSKY, J. *Proceedings of NELS*, vol. 11, Amherst: GLSA, 1981.
- KENNEDY, Christopher; MCNALLY, Louise. Scale Structure, Degree modification and the Semantics of Gradable Predicates. *Language*, vol. 81, n. 2, p. 345-381, 2005.
- MATTHEWSON, L. On the Methodology of Semantic Fieldwork. *International Journal of American Linguistics*, vol. 70, p. 369-415, 2004.
- MASIÀ, M. What veracity does to imprecision: the case of Spanish verdadero. *Proceedings of ESSLLI 2013 Student Session*, Düsseldorf, Alemanha, 2013.
- MENUZZI, Sergio. Algumas Observações sobre Foco, Contraste e Exaustividade. *Revista Letras*, vol. 86, p. 95-121, 2012.
- MORZYCKI, M. Metalinguistic comparison in an alternative semantics for imprecision. *Natural Language Semantics*, vol. 19, p. 39-86, 2011.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato Miguel. *Arquitetura da conservação: teoria das implicaturas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- ROOTH, Mats. *Association with Focus*. Tese (Doutorado). University of Massachusetts, Amherst, 1985.
- ROOTH, Mats. A theory of focus interpretation. *Natural Language Semantics*, vol. 1, p. 75-116, 1992.
- SANCHEZ-MENDES, L. *A Modificação de Grau em Karitiana*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014a.
- SANCHEZ-MENDES, L. Trabalho de Campo para Análise Linguística em Semântica Formal. *Revista Letras*, vol. 90, p. 277-293, 2014b.
- The British National Corpus*, version 3 (BNC XML Edition). Bodleian Libraries, University of Oxford, 2007. Disponível em: <<http://www.natcorp.ox.ac.uk/>>. Acesso em: 25 Apr. 2018.
- WEDGWOOD, D. *Shifting the Focus: From Static Structures to the Dynamics of Interpretation*. Oxford: Elsevier, 2005.
- WOOLF, Virginia. *Mrs Dalloway*. Tradução: Mário Quintana. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- WOOLF, Virginia. *Mrs Dalloway*. London: Penguin, 2000.

Uma análise semântica do verbo *ser*

Tainã Aparecida Rodrigues Amaro¹

Luciana Sanchez Mendes²

Considerações Iniciais

De acordo com a tradição gramatical, o verbo *ser* é apenas um elemento de ligação, desprovido de significado, sendo, usualmente, chamado de verbo não-significativo. Ele forma o chamado predicado nominal no qual o predicativo do sujeito torna-se núcleo do predicado, pois o verbo não expressa propriamente ação, mas somente um estado do sujeito. A função do predicativo, por sua vez, é de caracterizar o sujeito.

No ambiente escolar, muitas vezes, os alunos não encontraram a relação esperada entre a descrição e o modo que se intui a significação do verbo *ser*. E não é raro encontrar algum estranhamento manifestado em perguntas do tipo: como o verbo *ser* não tem significado? Por que o predicativo do sujeito não pode ser considerado um complemento do verbo? São questões que as gramáticas mais recentes, como de Bechara (2009) e Azeredo (2014), já deram sua contribuição como desconsiderar, por exemplo, a oposição entre predicado verbal e nominal, mas que, infelizmente, ainda não chegou às salas de aula.

Na tentativa de compreender a relação que o verbo *ser* estabelece entre o sujeito e o predicativo, neste trabalho, iremos partir da

1 Mestranda em Estudos da Linguagem (UFF), bolsista da CAPES e orientanda da prof^a. Dra. Luciana Sanchez Mendes.

2 Doutora em Linguística em um programa de cotutela entre a USP e a Université Paris 8 / Vincennes Saint-Denis (2014) e membro do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem (PosLin/UFF), filiada à linha de pesquisa Teoria e Análise Linguística.

tradição gramatical, afinal, os preceitos gramaticais não são dispensáveis. Precisamos tê-los como base para a (des)construção de nossas crenças; entretanto, buscaremos em uma abordagem teórica do significado, a Semântica Formal, os conceitos referentes à teoria dos conjuntos, como forma de ampliar a descrição e a interpretação das sentenças com o verbo *ser*.

Assim sendo, na primeira seção, apresenta-se como as gramáticas de língua portuguesa (a saber: a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Celso Cunha, a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, e a *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos Azeredo) definem e classificam não somente o verbo *ser*, como também o predicativo. Apresenta-se, brevemente, na seção seguinte, um pouco dos estudos da Semântica e, especificamente, da Semântica Formal, área que nos fornecerá os instrumentos metodológicos e teóricos para a compreensão do objetivo central deste trabalho. Já na terceira seção, buscaremos discutir de que forma a teoria dos conjuntos pode auxiliar a pensar as estruturas que estabelecem relação de pertencimento, de inclusão e de igualdade (cf. descrição em Quadros Gomes e Sanchez-Mendes, 2018 para o português). Por fim, na última seção, faremos as últimas considerações a respeito da formação de sentenças declarativas com o verbo *ser*.

O verbo *ser*: uma passagem pelas Gramáticas Tradicionais

O período, segundo a gramática tradicional, é a frase organizada em torno de uma ou mais orações, sendo classificado como simples aquele constituído por só uma oração, e composto, por duas ou mais orações. No período simples, o verbo *ser* é considerado um verbo de ligação e pode ser composto por um sujeito e um predicativo (do sujeito).

Cunha (1980) não define o que chama de verbo de ligação, mas indica o que ele pode expressar: estado permanente, estado transitório, mudança de estado, continuidade de estado e aparência de estado. Além disso, serve para unir duas palavras ou expressões de caráter nominal, funcionando como elo entre o sujeito e o predicativo. O sujeito “não é o agente nem o paciente, mas a sede do processo verbal, o lugar em que ele se desenvolve” (CUNHA 1980, 144). O autor também não define *predicativo*,

mas pontua que ele pode ser representado por substantivo, adjetivo, pronome, numeral ou por uma oração substantiva predicativa.

De acordo com Bechara (2009), o verbo *ser* faz uma referência vaga à realidade comunicada, necessitando, assim, de um complemento que delimite sua extensão semântica, considerando o termo não mais predicativo do sujeito, como Cunha (1980), mas complemento predicativo, ou simplesmente predicativo. Este complemento, segundo o autor, é um argumento tal qual o complemento direto, relativo ou indireto, uma vez que é “intrinsecamente relacionado com o verbo” e “portador de referência a traços essenciais do sujeito” (BECHARA, 2009, p. 425).

Azeredo (2014), por sua vez, classifica tanto os verbos de ligação quanto os verbos transitivos como uma classe dos verbos de predicação incompleta, assim sendo, a relação que se trava entre o núcleo verbal e a propriedade expressa pelo predicativo (qualidade, estado, atributo, identidade) se configura como uma união obrigatória, resultando na informação contida no predicado. Entretanto, ao contrário dos verbos transitivos, o verbo *ser*, constituinte do conjunto dos verbos de ligação, jamais exprime ação e indica “basicamente diferenças aspectuais no sentido de ‘conceptualização do estado de coisas’” (AZEREDO, 2014, p. 213), como em *As águas são turvas*, atributo constante, em contraste com *As águas estão turvas*, atributo adquirido, e com *As águas continuam turvas*, atributo persistente. O complemento predicativo, por sua vez, é constituinte obrigatório do sintagma verbal, muito próximo, sintaticamente, ao complemento dos verbos transitivos, mas se formando, basicamente por um sintagma adjetivo que especifica a referência de sua base na função de adjunto adnominal.

O verbo *ser*, dessa forma, recebe três diferentes definições, a depender da obra consultada:

Quadro 1. Diferentes definições do verbo *ser* em distintas gramáticas.

Gramáticas	Verbo <i>ser</i>
Cunha (1980)	estabelece “a união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal”
Bechara (2009)	faz uma referência vaga à realidade comunicada
Azeredo (2014)	jamais exprime ação e indica “basicamente diferenças aspectuais no sentido de ‘conceptualização do estado de coisas’”

Já em relação à função sintática do predicativo, somente Cunha (1980) classifica como predicativo do sujeito, Bechara (2009) e Azeredo (2014) consideram que a expressão desempenha a função de complemento predicativo.

Pressupostos teórico-metodológicos da Semântica Formal

Ao mesmo tempo em que a palavra *semântica* não é totalmente desconhecida dos alunos de nível básico e superior, tampouco se pode dizer que ela é objeto de estudo por si só nas disciplinas de ensino de língua. Isso se deve ao fato de haver uma redução da semântica, pela tradição gramatical, a uma ferramenta para os estudos da fonologia, da morfologia e da sintaxe.

Essa marginalização dos estudos semânticos fica visível na elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que passou a vigorar por meio da portaria n° 36, de 28 de janeiro de 1959. Ela divide a gramática em três partes: fonética, morfologia e sintaxe, não citando a semântica em nenhum momento do texto. A questão da significação das palavras, restrita aos antônimos, homônimos e sentido figurado, por exemplo, que estaria no campo da semântica, é colocada no Apêndice.

É possível que esse silenciamento da NGB seja pelo caráter recente das pesquisas na área da Semântica, que ganhou força, no campo da Linguística, apenas na segunda metade do século XX e passou a ser considerada um nível de análise linguística, tornando o significado como o seu próprio objeto de estudo.

Embora a reflexão sobre o significado seja antiga, é a partir da década de 70 que ele se torna o objeto de investigação no âmbito da disciplina semântica na ciência linguística. A semântica, por sua vez, no Brasil, não é una, como a princípio pode parecer, mas se apresenta num campo de análise amplo, contendo teorias da Semântica Argumentativa, Cognitiva, Lexical e Formal, que investigam, com seu respectivo aparato teórico-metodológico, a questão do significado linguístico. Assim sendo, é importante reforçar que, diante desse conjunto composto por “semânticas” diversas, este artigo adota a Semântica Formal (SF) como teoria na investigação da contribuição do verbo *ser* para o significado das sentenças declarativas.

A Semântica Formal, por intermédio de Bárbara Partee (1940), a partir da década de 70, constituiu-se como ciência, por meio da filiação de duas abordagens epistemológicas: a Teoria Gerativa e a Filosofia Analítica. A primeira contribuiu com a análise da sentença enquanto objeto e a segunda, por conta da relação com a lógica, especificamente da Filosofia Analítica de Frege (1848-1925) e de Russell (1878-1970). Frege – filósofo, matemático e lógico alemão – formalizou a ideia dos quantificadores e refutou a teoria referencial do significado, dividindo-a entre as noções de sentido e referência, além de elaborar as questões fundamentais em Semântica. Já Russell contribuiu na elaboração de ferramentas lógicas para a análise das línguas naturais. Entretanto, foi Donald Davidson (1917-2003) um dos primeiros a relacionar uma teoria do significado com a Sintaxe Gerativa proposta por Chomsky, cruzando estruturas semânticas com estruturas sintáticas (BASSO, 2019). Vale ressaltar que, para o semanticista, é necessária uma sintaxe, não sendo obrigatória a adoção da Sintaxe Gerativa. Dessa forma, a SF reúne conhecimentos da Matemática, da Lógica e de certas dimensões da Filosofia, buscando uma reflexão sobre o significado pela tradição lógico-formal que pode ser importada para as línguas naturais.

É importante ressaltar que, para a SF, a sentença é a unidade básica de análise e seu significado é definido por suas condições de verdade, que permitem saber quais as condições necessárias para que determinada sentença seja considerada verdadeira. Dessa forma, numa sentença como *Chico Buarque é o vencedor do prêmio Camões 2019*, que será analisada mais detalhadamente na seção seguinte, a condição de verdade é definida se de fato esses dois sentidos (Chico Buarque/ o vencedor do prêmio Camões 2019) tiverem o mesmo referente, ou seja, indicarem o mesmo indivíduo no mundo, relacionando, assim, sistematicamente, a língua a uma realidade extralinguística.

É importante destacar, com isso, que, baseada na proposta de Tarski, a noção de verdade não implica ter que verificar, a partir da sua concordância com as coisas do mundo, se a sentença é ou não verdadeira, ou seja, diante da sentença *A distância da Terra ao Sol é cerca de 150 milhões de quilômetros*, não é necessário pegar uma fita métrica e tentar medir se de fato é essa a distância entre a Terra e o Sol, mas saber discernir quais são as condições no mundo que garantam a interpretação

do significado dessa sentença. Essa interpretação pode ser descrita de forma lógica por meio da metalinguagem de acordo com o esquema T:

(01) **X** é verdadeira se, e somente se, **p**

A linguagem, na proposta de Tarski, é dividida em dois níveis: o primeiro é a língua-objeto, aquela que está sendo estudada, e representada entre as aspas simples, como podemos ver em (2); e o segundo é a metalinguagem, o nível destacado em que se fala da língua objeto, introduzido pelo encadeador lógico *se e somente se*, vejamos:

(02) ‘A distância da Terra ao Sol é cerca de 150 milhões de quilômetros’ é verdadeira se, e somente se, a distância da Terra ao Sol é cerca de 150 milhões de quilômetros.

A Semântica Formal assume, ainda, que a interpretação semântica é composicional ao buscar entender como o encadeamento dessas palavras que formam a sentença pode ser computado para gerar as suas condições de verdade (HEIM; KRATZER, 1998). Cabe, por fim, ao linguista analisar como o sistema semântico produziu determinado significado e como esse sistema permite certos tipos de raciocínios.

Diante desse breve panorama histórico e teórico da Semântica Formal, e como o nosso objetivo é investigar a contribuição do verbo *ser* para o significado das sentenças, adotaremos a formulação matemática da Teoria dos Conjuntos (ou Conjuntística). Assim sendo, se para os estudos linguísticos o verbo *ser* é apenas um, para os matemáticos ele é traduzido por meio de três símbolos diferentes: ‘ \in ’, expressa uma relação de pertinência, entre um indivíduo e um conjunto, ‘ \subset ’, uma relação entre conjuntos, e ‘ $=$ ’, uma relação de igualdade entre indivíduos (ILARI, 2016).

Teoria dos conjuntos: a composição das sentenças com o verbo *ser*

Se considerarmos sentenças como *Paulo é bonito*, *O caminho é perigoso*, *O planeta Terra é azul*, percebemos que a tradição gramatical não erra quando descreve a estrutura sintática do emprego do verbo,

afinal os predicativos *bonito*, *perigoso* e *azul*, de fato, atribuem uma qualidade aos sujeitos *Paulo*, *O caminho* e *O planeta*, respectivamente. Entretanto, o predicativo parece não se comportar dessa maneira em todas as sentenças.

Na sentença *Paulo é professor*, *Paulo* é um indivíduo, um elemento particular, e é considerado, gramaticalmente, o sujeito da oração. Já *professor* informa sobre a profissão exercida por Paulo. Dentro do conjunto maior das profissões existentes, há várias categorias, como: advogado, tatuador, mecânico, entre outras; Paulo pertence à categoria dos professores. Dessa forma, a sentença *Paulo é professor* estabelece uma relação de pertencimento pela passagem de um particular (Paulo) a uma categoria (professor). Vejamos:

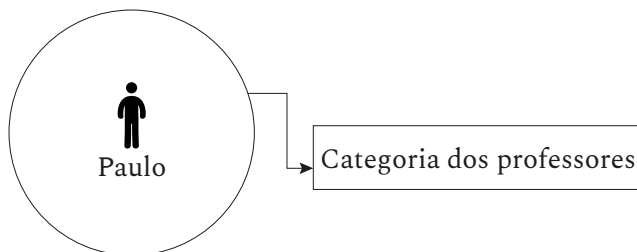


Figura 1 – Relação de pertencimento. Elaboração própria.

Percebemos que em *Paulo é professor*, o verbo *ser* é fundamental para estabelecer a relação de pertencimento. Se ele fosse apenas um suporte de flexão, a troca dele por outro verbo de ligação, que também exerce essa função, não causaria mudança no significado, como *Paulo é professor* e *Paulo parece professor*. Na primeira sentença, podemos dizer que Paulo exerce o magistério, ele dá aula de alguma coisa; já na segunda, não. Dessa forma, a mudança no verbo causa mudança no significado da sentença.

Já na sentença *Cariocas são brasileiros*, temos, na função sintática de sujeito, a categoria dos cariocas e, na função sintática de predicativo, a dos brasileiros, sendo que esta é maior do que aquela, uma vez que pode conter outras categorias como paulistas, mineiros, paraibanos, baianos, entre outros. *Carioca* é apenas uma dentre várias outras categorias existentes, que está contida na categoria maior dos brasileiros. É de

se observar que a ordem entre essas categorias não pode ser aleatória, já que *Cariocas são brasileiros* é uma sentença verdadeira, mas o contrário não é: *Brasileiros são cariocas*, uma vez que nem todo brasileiro é carioca, mas todo carioca é brasileiro. Observemos a sentença na representação do conjunto.

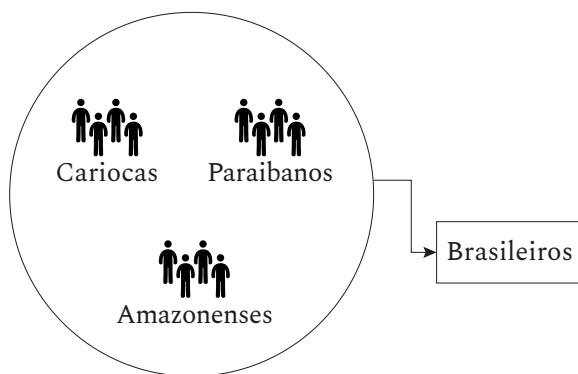


Figura 2 – Relação de inclusão. Elaboração própria.

Já na sentença *Criança é ser humano*, também temos uma proposição formada por duas categorias: *criança* e *ser humano*, sendo a categoria de ser humano maior, mais abrangente, do que a categoria de criança. Entretanto, a inversão da relação de categorias não parece se comportar da mesma forma que na sentença *Cariocas são brasileiros*. Em *Ser humano é criança* parece mudar o significado da sentença, pois *criança* deixa de ter o sentido de uma etapa da vida que vai do nascimento até a pré-adolescência, para significar uma qualidade de ser infantil, inocente. Enfim, o termo passa a ser interpretado mais no sentido conotativo do que no denotativo, talvez isso se compreenda pelo esforço que os interlocutores fazem para compreender a mensagem. Dessa forma, diante da estranheza, acaba por atribuir um significado ao prejuízo lógico que a mudança das categorias acarretaria.

Há ainda sentenças mais complexas que aprofundam a importância, até mesmo social, da formação e compreensão da organização dos elementos na sentença, que não acarreta a falsidade da sentença, nem a estranheza, mas a não compreensão de determinado conceito. Quando se fala, por exemplo, *Direitos humanos são direitos de “bandidos”*, a primeira

categoria, *Direitos Humanos*, pertence a uma categoria maior do que a os direitos “dos bandidos”. Dessa forma, muitos compreendem que, por isso, os Direitos Humanos são negativos. No entanto, os Direitos Humanos abrangem direitos fundamentais à vida de todas as pessoas que vivem na sociedade, como direito à liberdade religiosa (Art. XVIII) à educação (Art. XXVI), não se restringindo apenas na defesa de alguém que [possivelmente] cometeu um crime (Art. IX, X e XI). Então, a ocorrência da troca dos sintagmas já ilustra essa segunda compreensão do que são os Direitos Humanos: Direito “de bandido” são Direitos Humanos, em que aquele é mais específico em relação a este, que comporta muito mais coisas que somente o direito de proteger o humano que cometeu um crime. Vejamos como a Teoria dos conjuntos representaria essas duas sentenças:

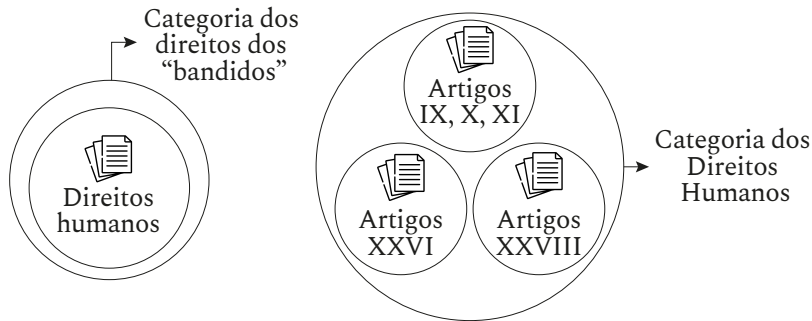


Figura 3 – Relação de inclusão/ Ordem das categorias. Elaboração própria.

Diante das sentenças aqui analisadas, a ordem dos sintagmas parece compor o significado das sentenças com o verbo *ser*. Não é comum, mas pode não soar tão esquisita a troca dos sintagmas em: *Paulo é professor* → *Professor é Paulo*. E mesmo se alguns a considerem estranha, Paulo, na sentença, ainda é identificado como um indivíduo que pertence a um conjunto maior de professores. Já na relação de inclusão parece que não somente o significado pode sofrer alteração (*Criança é ser humano* → *Ser humano é criança*), como pode tornar a sentença falsa (*Cariocas são brasileiros* → *Brasileiros são cariocas*), ou até a definição do conceito socialmente mal compreendido (*Direitos humanos são direito de “bandidos”* → *Direitos de “bandidos” são Direitos Humanos*). Dessa forma, a alteração da ordem dos sintagmas muda a relação de qual categoria

pertence a qual categoria, modificando, assim, o significado da sentença, que estabelece a ideia de inclusão.

Já em sentenças do tipo *Chico Buarque é o vencedor do prêmio Camões 2019*, o verbo *ser* parece envolver outro tipo de relação não ligada ao pertencimento nem à inclusão de conjuntos. Por meio dela, Frege (1892) analisa a igualdade como uma relação entre nomes ou sinais de objeto, mas que, mesmo sendo sintaticamente idênticas (sujeito, verbo de ligação e predicativo), têm valor cognitivo diferentes. Enquanto sentenças do tipo $a = a$ são denominadas analíticas, seguindo influência kantiana, sendo, inclusive, sempre verdadeiras, já que todo objeto é igual a si mesmo, as sentenças do tipo $a = b$ contêm extensões de nosso conhecimento e nos informam alguma coisa.

Quando dizemos *Chico é o vencedor do prêmio Camões de 2019*, estamos estabelecendo uma identidade ao afirmar que tanto *Chico* quanto *o vencedor do prêmio Camões 2019* são a mesma pessoa, sendo, portanto, $a = b$, em que **a** e **b** são sentidos diferentes que representam o mesmo ente. O sentido, pertencente à dimensão linguística do significado, refere-se a cada uma das expressões usadas para se chegar a um referente. A referência, por sua vez, é a contraparte extralinguística da relação entre língua e mundo. A condição de verdade, por sua vez, será composicionalmente calculada a partir do valor de verdade das partes. Numa sentença como *Chico Buarque é o vencedor do prêmio Camões 2019*, a condição de verdade é definida se de fato esses dois sentidos (*Chico Buarque/ o vencedor do prêmio Camões 2019*) tiverem o mesmo referente, ou seja, indicarem o mesmo indivíduo no mundo, relacionando, assim, sistematicamente, a língua a uma realidade extralinguística.

As sentenças do tipo $a = a$, por outro lado, têm valor cognitivo diferentes, afinal, são sempre verdadeiras, uma vez que todo objeto é igual a si mesmo. Um exemplo é a música *Um pente é pente* dos funkeiros Os Hawaianos, em que o refrão é todo construído com sentenças equativas: *Traição é traição,/ romance é romance,/ amor é amor/ e um lance é um lance*. Há cinco sentenças com a mesma construção: o termo que ocupa função sintática de sujeito é o mesmo que ocupa a função de predicativo, tendo, portanto, a seguinte representação matemática: $a = a$. Diante dessa repetição, semanticamente, as sentenças não são informativas, ao dizer algo trivial: uma coisa é igual a ela mesma, sendo, inegavelmente, todas verdadeiras; entretanto, no uso, elas ganham significado.

Grice (1975), ao tratar das implicaturas conversacionais, propõe quatro máximas: **máxima de qualidade**, que tente fazer da sua contribuição uma verdade; **máxima de quantidade**, que busque uma contribuição tão informativa quanto necessária; **máxima de relevância**, que suas contribuições sejam relevantes; e a **máxima de modo**: seja claro, evite ambiguidade, evite obscuridade, seja breve e ordenado.

Partindo do princípio de que, semanticamente, as sentenças *romance é romance* e *um lance é um lance* não são informativas, mas, se, ao escutarmos a música, interpretamos que *romance* requer mais compromisso que o *lance*, por exemplo, e que não devemos misturar essas duas categorias, como: *romance é um lance* ou *um lance é romance*, essa informação não está explícita nos versos, só sendo possível chegar a essa interpretação pragmaticamente, por meio do esforço de cooperação que falantes e ouvinte estabelecem na comunicação. O ouvinte, nessa perspectiva, não é somente o ser que recebe a mensagem, mas é aquele que participa ativamente na construção do significado ao preencher as lacunas que o falante deixa no seu discurso.

Assim sendo, se compreendemos que, pela máxima de quantidade, proposta por Grice, devemos apresentar a quantidade suficiente de informação no ato de comunicação (nem mais nem menos), numa sentença do tipo tautológica (*romance é romance*), em que a coisa é igual a ela mesma ($a = a$), essa máxima é violada, sendo, portanto, menos informativa do que sentenças como *Chico Buarque é o vencedor do prêmio Camões 2019*, em que contêm extensões de nosso conhecimento e nos informam alguma coisa.

A teoria dos conjuntos, como vimos, nos auxilia a pensar o emprego do verbo *ser* em estruturas que estabelece relação de pertencimento ($x \in y$), de inclusão ($C \subset B$) e de igualdade, esta última podendo ser não informativa ($a = a$) ou informativa ($a = b$).

Considerações Finais

Neste artigo, analisamos o verbo *ser* partindo da tradição gramatical, que valoriza a descrição por meio da abordagem sintática, para os conceitos referentes à teoria dos conjuntos da Semântica Formal.

Vimos que a tradição gramatical não erra quando descreve que o predicativo tem a função de qualificar o sujeito, mas, ao mesmo tempo,

ela não explícita de que forma essa qualidade é atribuída ao sujeito. A Semântica Formal, por outro lado, dá conta desses e de outros casos por meio das relações entre conjuntos, em que o emprego do verbo *ser* em estruturas que estabelece não só relação de inclusão, ao qualificar um sujeito, como de pertencimento e de igualdade.

De qualquer forma, conseguimos, no limite deste artigo, analisar a contribuição do verbo *ser* para o significado das sentenças declarativas para além da descrição presente nas gramáticas tradicionais de língua portuguesa, buscando nos conceitos da Semântica Formal este novo olhar sobre as sentenças compostas pelo verbo de cópula *ser*.

Referências

- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 4ª reimpr. 3ª ed. de 2010. São Paulo: Publifolha, 2014.
- BASSO, R. *Semântica Formal*. In: FERRAREZI JUNIOR, Celso; BASSO, Renato (Orgs.). *Semânticas, Semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2019.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Brasileira*. 37ª ed. rev. ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 7.ed. Rio de Janeiro: Fename, 1980.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 02/10/2019.
- GRICE, P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (eds.) *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press, 1975. p. 41- 58.
- ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica – brincando com a gramática*. 8 ed. 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- QUADROS GOMES, A.; SANCHEZ-MENDES, L. *Para conhecer Semântica*. São Paulo: Contexto, 2018.

BLOCO 5

SOCIOLINGUÍSTICA

Colocação pronominal em gêneros escritos

Thaís Leal Rodrigues¹

Introdução

Neste artigo pretendemos apresentar, de forma sintética, alguns resultados de nossa pesquisa de doutorado em Estudos da Linguagem, em curso. O trabalho consiste em uma pesquisa quali-quantitativa, cujo tema é a colocação pronominal no português escrito brasileiro. Os princípios da teoria sociolinguística variacionista são a base de execução da pesquisa.

A escolha do tema deveu-se à escassez de materiais sobre o assunto, apesar de sua relevância. Perini (2009, p. 230), em sua gramática, observou a necessidade de um “levantamento do uso dos clíticos no padrão brasileiro moderno”. Vieira (2007, p. 122) também fez referência a tal carência: “Ademais, não se pode afirmar que já se encontrem registradas as normas de uso referentes à ordem dos clíticos”.

Desse modo, buscamos investigar a norma brasileira de colocação do clítico, por meio da análise de textos escritos de vários gêneros. Sabe-se que, no português do Brasil, a colocação pré-verbal é a preferida, que a pós-verbal também é de uso relevante em textos escritos, e que a mesóclise é pouco usada. Considerando esse fenômeno variável, ambicionamos estabelecer os elementos favorecedores de cada variante.

1 Doutoranda em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Edila Vianna da Silva.

O corpus

O *corpus* da investigação é constituído por textos dos seguintes gêneros: crônica, reportagem de revista, artigo científico e edital de abertura de concurso público. Todos os textos foram publicados no presente século, isto é, a partir dos anos 2000 até a atualidade.

Do gênero crônica, selecionamos, para análise, 27 textos dos seguintes cronistas: Fabrício Carpinejar, Mário Prata e Martha Medeiros. Os autores foram escolhidos por seu prestígio no meio artístico, literário e jornalístico. Todos são ou foram colunistas de renomados periódicos brasileiros, além de serem ganhadores de prêmios de Literatura. Formam o *corpus* 9 crônicas de cada autor.

As crônicas De Fabrício Carpinejar analisadas neste trabalho estão disponíveis em seu blog² e foram publicadas originalmente nos jornais *Zero Hora* e *O Globo*, além do portal UOL. Os títulos das crônicas são os seguintes: *Não existe dia ruim*, *A invisibilidade da limpeza*, *O umbigo no celular*, *O quanto amo minha filha para entender sua implicância*, *O cheiro da mãe*, *O rosto desaparecido*, *O menino dono da bola*, *Beijo diário de despedida* e *A vida não mais nos pertence*.

Os textos de Mário Prata selecionados para esta pesquisa se encontram em seu site³ e foram publicados originalmente em jornais e revistas, como *O Estado de S. Paulo*, *Época* e *Vogue*. Os títulos das crônicas são os seguintes: *Espirrando a crônica*, *Perfume de gardênia*, *O cravo*, *Bêbado: o amador e o profissional*, *A mulher de oitenta*, *A mulher que fuma*, *A mulher de quarenta*, *Chico Buarque em Paris* e *Os corruptos brasileiros ficaram indignados*.

As crônicas de Martha Medeiros analisadas estão em seu livro *Coisas da vida*, lançado pela L&PM, com edição em 2005, mas foram publicadas originalmente nos jornais *Zero Hora* e *O Globo*, entre setembro de 2003 e setembro de 2005. Os títulos das crônicas são os seguintes: *Todo o resto*, *A interferência do tempo*, *Melhorar para pior*, *Apaixonados*, *Prós e contras da ponderação*, *Perder a viagem*, *Os lúcidos*, *Fugir de casa* e *A morte por trás de tudo*.

Do gênero reportagem de revista, foram selecionados 6 textos de revistas de grande circulação nacional, *Época*, *Exame*, *Isto é* e

2 <http://carpinejar.blogspot.com>

3 <https://marioprata.net/cronicas>

Superinteressante, publicados em edições digitais, entre agosto de 2018 e janeiro de 2019. Os títulos das reportagens são os seguintes:

Reportagem 1: *Marina Silva, a candidata invisível: os desafios de uma campanha sem dinheiro, sem tempo de TV e sem alianças* – *Época*, 03/08/2018, por Aline Ribeiro.

Reportagem 2: *Grupo de escolas de elite divulga carta crítica ao ministro da Educação – Exame*, 07/01/2019, por Clara Cerioni.

Reportagem 3: *Até onde vai o choque cultural – Isto é*, 03/01/2019, por Cilene Pereira.

Reportagem 4: *Os riscos da mitificação – Isto é*, 03/01/2019, por Antônio Carlos Prado.

Reportagem 5: *Sonda chinesa faz o primeiro pouso no lado “escuro” da Lua – Superinteressante*, 03/01/2019, por Bruno Vaiano.

Reportagem 6: *A crônica dos últimos dias do Ministério do Trabalho, criado por Vargas há 88 anos e extinto por Bolsonaro – Época*, 06/01/2019, por Natália Portinari.

Do gênero artigo científico, compõem o *corpus* 4 textos, um de cada periódico, os quais são vinculados a programas de pós-graduação nas áreas de Letras, Medicina, Geociências e Contabilidade, da UFRJ. Os textos foram publicados entre 2017 e 2018. A escolha de tal universidade se deve ao fato de ser, no estado do Rio de Janeiro, uma das que mais se destacam, além de ter ficado em sexto lugar no *ranking* das melhores do país, segundo dados do Inep.⁴ Os trabalhos estão listados a seguir:

Artigo 1: *Da solidão do deserto ao caos das trevas exteriores: ascense e invenção em Paulo Leminski*. Autor: Everton de Oliveira Moraes. Revista: *Alea: Estudos Neolatinos* – organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – v. 20, n. 2, 2018.

Artigo 2: *Impacto da estimulação cerebral profunda na qualidade de vida e humor em pacientes com doença de Parkinson*. Autores: Gabriel Kledeglau Jahchan Alves, Lorena Broseghini Barcelos, Vanderci Borges, Ricardo Silva Centeno, Henrique Ballalai Ferraz e Murilo Martinez Marinho. Revista: *Revista Brasileira de Neurologia* – do Instituto

4 Informação retirada do site da revista *Exame* (18/12/2018), disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/as-melhores-faculdades-e-universidades-do-brasil-segundo-o-mec-2/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

de Neurologia (INDC-UFRJ) em associação com a Associação de Neurologia do Rio de Janeiro (ANERJ) – v. 54, n. 1, 2018.

Artigo 3: *Identificação e descrição das primeiras ferramentas de controle contábil através da Ciberarqueologia*. Autores: Paulo Schmidt e José Luiz dos Santos. Revista: Sociedade, Contabilidade e Gestão, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – v. 13, n. 1, 2018.

Artigo 4: *Avaliação dos Modelos HEC-RAS e GRASS na Identificação de Áreas Vulneráveis a Inundações em Áreas Urbanas*. Autores: Patrícia Antunes dos Reis e Marcio Augusto Reolon Schmidt. Revista: Anuário do Instituto de Geociências - v. 40, n. 1, 2017.

Do gênero edital de abertura de concursos, analisamos 5 editais publicados entre 2017 e 2018: **Edital 1:** Instituto Federal Fluminense – Edital n.º 235, de 28 de dezembro de 2017 – Concurso Público para Provimento de Cargos da Carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; **Edital 2:** Câmara Municipal de Goiânia - Edital n.º 01/2018 – Concurso Público para o provimento do quadro permanente e a formação de Cadastro de Reserva; **Edital 3:** Prefeitura Municipal de Blumenau – Edital n.º 001/2018 – Concurso Público para preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação; **Edital 4:** Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB – Edital n.º 38/2018 - Concurso Público para provimento de cargo do Quadro Permanente de Pessoal Técnico Administrativo; **Edital 5:** Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Amazonas – ADAF – Edital de abertura n.º 01/2018 – Concurso Público para compor o quadro de pessoal permanente da agência.

Análise do corpus

A seguir apresentamos uma tabela com o quantitativo de ocorrências de pronomes oblíquos átonos em todos os gêneros estudados.

Tabela 1 – Ocorrências de pronomes oblíquos átonos nos gêneros pesquisados

Gênero	Ocorrências com formas simples	Ocorrências com locuções verbais	Total de ocorrências
Artigo científico	136	13	149
Crônica	180	27	207
Edital	228	63	291
Reportagem de revista	73	15	88

Portanto, em todos os gêneros pesquisados, há uma predominância geral das formas verbais simples sobre as locuções verbais. O primeiro grupo com 83% das ocorrências e o segundo, com 17%, em todos os gêneros.

No que diz respeito à posição do pronome em relação ao verbo, constata-se uma tendência generalizada à próclise (67%), com lexias verbais simples, e um uso significativo da ênclise (31%). A mesóclise, como previsto, é de uso escasso (2%), aparecendo apenas no gênero edital de concurso público, como se pode ver no gráfico 1.

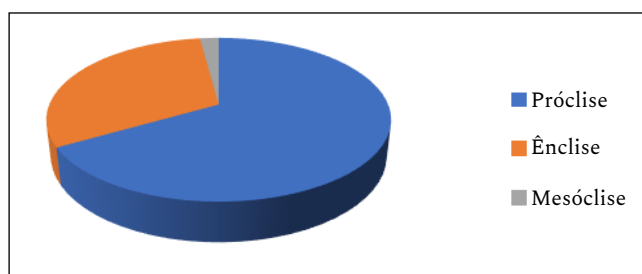


Gráfico 1 - Posição do pronome em todos os gêneros - formas simples

As porcentagens por gênero são as seguintes:

Crônica: próclise (88%), ênclise (12%);

Reportagem: próclise (77%), ênclise (23%);

Artigo: próclise (60%), ênclise (40%);

Edital: próclise (61%), ênclise (35%), mesóclise (4%).

Como vemos, nos primeiros gêneros, mais informais, a próclise é de uso categórico. Já nos gêneros mais formais, edital e artigo, a ênclise apresenta uma porcentagem relevante. A mesóclise só foi encontrada nos editais. O gráfico seguinte permite uma melhor compreensão do fato.

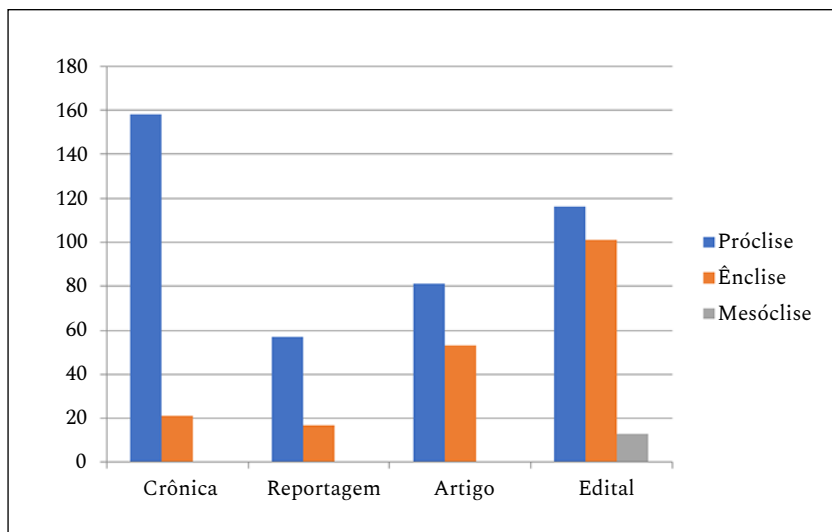


Gráfico 2 - Posição do pronome em formas simples por gênero

Ainda sobre a posição do pronome em relação ao verbo, agora com locuções verbais, constatou-se uma preferência pela ênclise ao verbo principal (44%). O segundo uso mais relevante foi da próclise ao verbo principal (38%), seguido da próclise ao auxiliar (16%) e, por último, ênclise ao auxiliar (2%). Este último caso, ocorreu apenas com estruturas com o auxiliar *poder* seguido de infinitivo, no gênero artigo científico. Os resultados estão expostos no seguinte gráfico:

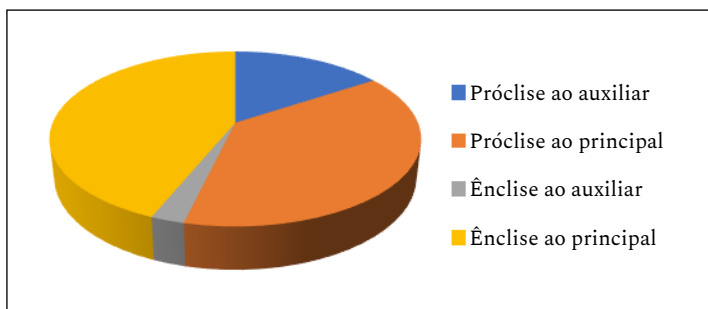


Gráfico 3 - Posição do pronome em locuções verbais em todos os gêneros

A posição do pronome em relação ao verbo, nas lexias verbais complexas, mostrou-se bastante variável, segundo o gênero textual analisado. No gênero crônica, mais informal, há uma preferência contundente pela próclise ao principal (83%), seguida de ênclise ao principal (10%) e próclise ao auxiliar (7%). Não há ocorrência de ênclise ao auxiliar. No gênero reportagem, também prevalece a próclise ao principal (86%), seguida de ênclise ao principal e próclise ao auxiliar (7% cada). Igualmente, não há ocorrência de ênclise ao auxiliar. Nos artigos, a próclise ao principal também predomina (44%), seguida de próclise ao auxiliar (31%), ênclise ao auxiliar (19%) e ênclise ao principal (6%). Por último, no gênero edital, de cunho bem mais formal, há uma predominância da ênclise ao principal (76%). A próclise ao auxiliar aparece em 19% das ocorrências e a próclise ao principal, variante mais informal, é a menos usada (5%). Não há ocorrência de ênclise ao auxiliar.

Com relação à pessoa gramatical do pronome, em todos os gêneros, aparece mais a terceira pessoa singular (69%), seguida da terceira plural (16%) e da primeira pessoa do singular (9%). A segunda pessoa singular quase não ocorre (1%), assim como a primeira pessoa do plural (5%).

Ainda assim, o uso de cada pessoa gramatical dos pronomes é bastante variável, de acordo com o gênero. No gênero mais informal, a crônica, aparecem todas as pessoas, com um equilíbrio entre a primeira e a terceira singular: 1ps (33%); 2ps (2%); 3ps (39%); 1pp (14%); 3pp (12%). Na reportagem, um pouco mais formal, a primeira pessoa singular aparece apenas nas falas dos entrevistados (1%) e não há ocorrência de segunda pessoa. A terceira pessoa singular é a mais utilizada (78%), seguida da primeira e terceira pessoas do plural (10% cada uma). Nos gêneros mais formais, o cenário é praticamente o mesmo, só aparece a terceira pessoa, em ambos:

Artigo: 3ps (80%), 3pp (20%).

Edital: 3ps (81%), 3pp (19%).

O gráfico seguinte apresenta um comparativo da escolha da pessoa gramatical por gênero:

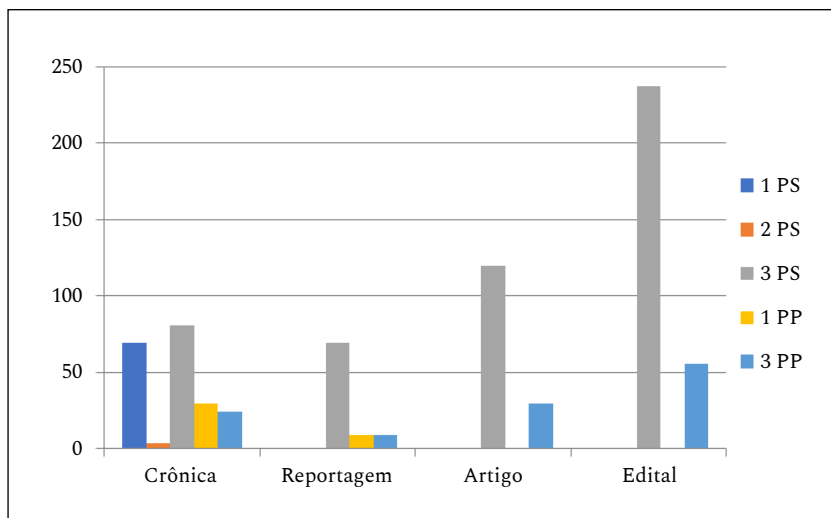


Gráfico 4 – Pessoa gramatical por gênero

Também fizemos a análise por contexto morfossintático, começando pelos casos de próclise a formas simples. Desse modo, buscamos verificar a influência dos elementos ditos “atratores” do pronome oblíquo átono, isto é, elementos que favoreceriam a próclise. Tal análise revelou que há uma ocorrência maior desta posição, em orações subordinadas desenvolvidas (44%), sobretudo orações adjetivas, como se vê a seguir:

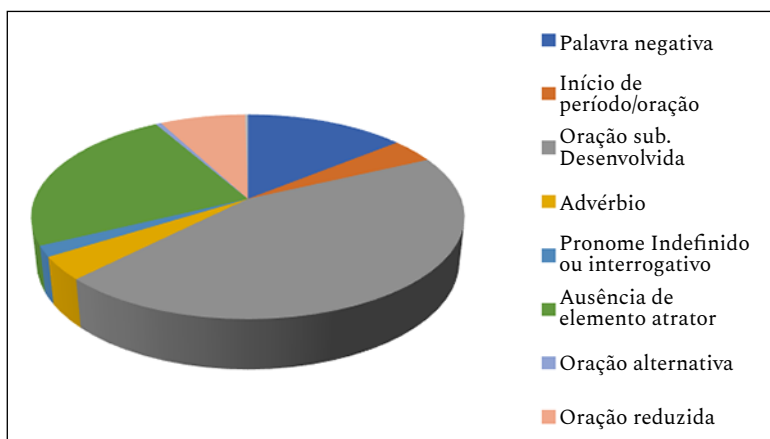


Gráfico 5 – Próclise em formas simples – contexto morfossintático em todos os gêneros

Os outros elementos atratores aparecem com as seguintes porcentagens: palavra negativa (14%), advérbio (4%) e pronome indefinido ou interrogativo (2%). As ocorrências de próclise com gerúndio precedido de preposição “em” e em orações alternativas são ínfimas. Por outro lado, observamos que há muitos casos de próclise em que não se verifica nenhum elemento atrator (24%) e também algumas ocorrências em início de oração ou período (4%), uso condenado pelos gramáticos mais tradicionais, em se tratando de gêneros escritos, além de casos de próclise em orações reduzidas (8%).

No concernente aos casos de ênclise, a análise por contexto morfossintático demonstrou uma conformação com as normas do português padrão. Observou-se um uso categórico da ênclise em orações reduzidas, 25% nas reduzidas de gerúndio e 22% nas reduzidas de infinitivo. Também, notou-se um uso relevante em início de oração dentro do período (18%) e em início absoluto de período (13%). Por fim, houve ocorrências de ênclise, em que seu uso é opcional, considerando as prescrições da gramática tradicional, majoritariamente casos em que o verbo segue a um sujeito explícito e nominal. No gênero edital, aparecem muitos usos de ênclise com orações desenvolvidas, em que os verbos se encontram conjugados no futuro do subjuntivo, em orações seguidas e na forma de itens (13%), como o exemplo a seguir, extraído do edital 235/2017, do Instituto Federal Fluminense:

Exemplo 1: 5.2.4.5. O candidato não será considerado enquadrado na condição de preto ou pardo, quando:

- a) se recusar a assinar o documento previsto no item 5.2.4.1.;
- b) se recusar seguir as orientações da comissão;
- c) se recusar a ser filmado; (...) (INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, 2017, p. 9).

Vejam os dados sistematizados no gráfico seguinte:

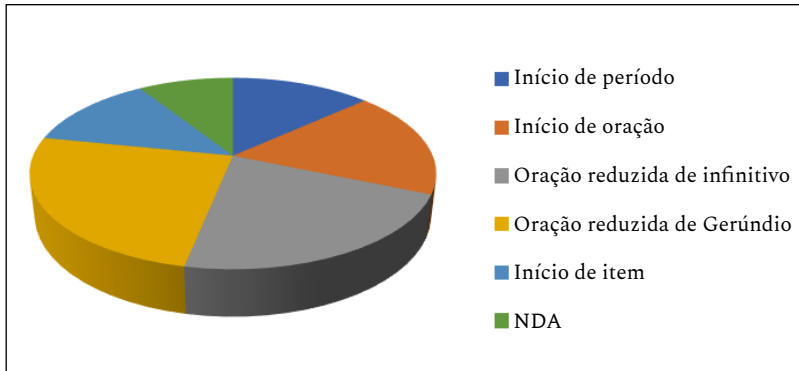


Gráfico 6 – Ênclise em formas simples – contexto morfossintático em todos os gêneros

Considerações finais

De acordo com os números apresentados nos gráficos anteriores, percebemos que há considerável variação no que concerne à colocação pronominal nos gêneros escritos analisados. Nos mais formais, como editais e artigos acadêmicos, é obedecida, de modo geral, a norma canônica de colocação pronominal e, nos gêneros escritos mais informais, a reportagem de revista e a crônica, a norma de colocação se aproxima mais da modalidade falada.

Os dados também comprovam que a próclise é a posição preferida, em todos os gêneros, no que diz respeito às ocorrências com formas verbais simples. Porém, constatou-se um uso mais expressivo nas crônicas. A ênclise, por sua vez, foi mais usada nos editais e a mesóclise só foi utilizada também nos editais.

Com locuções verbais, a pesquisa revelou uma preferência pela ênclise ao verbo seguida de próclise ao verbo principal e próclise ao auxiliar. A ênclise ao auxiliar ocorreu apenas no gênero artigo científico.

A verificação da influência dos elementos ditos “atratores” do pronome oblíquo átono, nos casos de próclise em formas verbais simples, mostrou que essa posição foi mais encontrada em orações subordinadas desenvolvidas. Todavia, a próclise é bastante utilizada mesmo quando não ocorre nenhum atrator. Além disso, encontramos usos de próclise em início de oração. Por outro lado, nos casos de ênclise, a análise demonstrou uma conformação com as normas do português padrão.

Referências

- PERINI, Mario A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2009.
- VIEIRA, Sílvia Rodrigues. Colocação pronominal. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. (orgs.) *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007, p.121-146.

Referências do *corpus*

I) Reportagem:

- CERIONI, Clara. Grupo de escolas de elite divulga carta crítica ao ministro da Educação. In: *Revista Exame* [on-line], São Paulo, 07 jan. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/grupo-de-escolas-de-elite-escreve-carta-com-criticas-ao-ministro-da-educacao/>. Acesso em: 08 jan. 2019.
- PEREIRA, Cilene. Até onde vai o choque cultural. In: *Revista Isto é*, São Paulo, nº 2558, 03 jan. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/ate-onde-vai-o-choque-cultural/>. Acesso em: 04 jan. 2019.
- PORTINARI, Natália. A crônica dos últimos dias do Ministério do Trabalho, criado por Vargas há 88 anos e extinto por Bolsonaro. In: *Revista Época* [on-line], 06 jan. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/a-chronica-dos-ultimos-dias-do-ministerio-do-trabalho-criado-por-vargas-ha-88-anos-extinto-por-bolsonaro-23349294>. Acesso em: 08 jan. 2019.
- PRADO, Antônio Carlos. Os riscos da mitificação. In: *Revista Isto é*, São Paulo, nº 2558, 03 jan. 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/os-riscos-da-mitificacao/>. Acesso em: 04 jan. 2019.
- RIBEIRO, Aline. Marina Silva, a candidata invisível: os desafios de uma campanha sem dinheiro, sem tempo de TV e sem alianças. In: *Revista Época* [on-line], Rio de Janeiro, 03 ago. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/marina-silva-candidata-invisivel-os-desafios-de-uma-campanha-sem-dinheiro-sem-tempo-de-tv-sem-aliancas-22942713>. Acesso em: 17 ago. 2018.

VAIANO, Bruno. Sonda chinesa faz o primeiro pouso no lado “escuro” da Lua. In: *Revista Superinteressante* [on-line], São Paulo, 03 jan. 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/sonda-chinesa-faz-o-primeiro-pouso-no-lado-escuro-da-lua/>. Acesso em: 04 jan. 2019.

II) Artigo

BEZERRA, Valéria Cristina. Ao correr dos olhos: presença de fatores nacionais e estrangeiros nas crônicas de José de Alencar. In: *MOARA* (UFPA), n. 48, p. 12-22, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/4712>. Acesso em: 23 jan. 2019.

GERÔNIMO, Valéria Vicente; DIAS, Alexandra Pereira. O sincretismo semiótico do gênero charge sobre as manifestações políticas no Brasil. In: *Prolíngua* (UFPB), v. 12, n. 2, p. 36-49, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/38230>. Acesso em: 23 jan. 2019.

MORAES, Everton de Oliveira. Da solidão do deserto ao caos das trevas exteriores: ascese e invenção em Paulo Leminski. In: *ALEA* (UFRJ), v. 20, n. 2. p. 74-91, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/alea/article/view/18665>. Acesso em: 23 jan. 2019.

TRAJANO, Raphael de Moraes. A materialidade significante da musicalidade: uma proposta discursiva de teorização, metodologia e análise. In: *Cadernos do IL* (UFRGS), n. 55, p. 148-163, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/67742>. Acesso em: 23 jan. 2019.

III) Edital

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal Fluminense. Edital n.º 235/2017. Disponível em: <<https://concursos.iff.edu.br/>> Acesso em: 01 fev. 2018.

GOIÂNIA (GO). Câmara Municipal. Edital n.º 01/2018. Disponível em: <https://centrodeselecao.ufg.br/2018/concurso_camara_goiania/editais/114-edital-n-01-2018.html>. Acesso em: 22 jul. 2018.

- BLUMENAU (SC). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Administração. Edital n.º 001/2018. Disponível em: <http://www.furb.br/concurso/lista_concurso.php?tipo=1>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. Edital n.º 38/2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/36863772/do3-2018-08-15-edital-n-38-de-14-de-agosto-de-2018-concurso-publico-36863759>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- AMAZONAS. Governo do Estado. Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Amazonas – ADAF . Edital n.º 01/2018. Disponível em: <<http://www.adaf.am.gov.br/concurso-adaf/>>. Acesso em: 02 out. 2018.

IV) Crônica

- CARPINEJAR, Fabrício. *Não existe dia ruim; A invisibilidade da limpeza; O umbigo no celular; O quanto amo minha filha para entender sua implicância; O cheiro da mãe; O rosto desaparecido; O menino dono da bola; Beijo diário de despedida; A vida não mais nos pertence*. Disponível em: <http://carpinejar.blogspot.com>. Acesso em: 01 set. 2018.
- MEDEIROS, Martha. *Todo o resto; A interferência do tempo; Melhorar para pior; Apaixonados; Prós e contras da ponderação; Perder a viagem; Os lúcidos; Fugir de casa; A morte por trás de tudo*. In: *Coisas da vida*. Porto Alegre: L&PM, 2005. p. 8-22.
- PRATA, Mário. *Espirrando a crônica; Perfume de gardênia; O cravo; Bêbado: o amador e o profissional; A mulher de oitenta; A mulher que fuma; A mulher de quarenta; Chico Buarque em Paris; e Os corruptos brasileiros ficaram indignados*. Disponível em: <https://marioprata.net/cronicas>. Acesso em: 01 set. 2018.

Variação regencial dos verbos “assistir e implicar”: uma interface entre teorias do uso linguístico

Débora de Freitas Dias¹

Considerações iniciais

O presente trabalho se baseia na corrente teórica denominada Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]; WEINREICH; LABOV; HERZOG (2006 [1968])), que concebe a variação linguística como inerente e motivada, isto é, ela está presente em todas as línguas, sendo motivada por fatores estruturais – linguísticos – e extralinguísticos, tais como faixa etária, área geográfica, classe social, dentre outros. Assim, considerando a língua como reflexo da sociedade, tem-se a heterogeneidade como fato indiscutível.

Nesse sentido, inserindo-se no âmbito da sintaxe, esta reflexão trata da temática da Regência Verbal, em especial a análise da variação regencial do verbo “implicar”. Essa escolha reflete o desejo de que os cidadãos sejam conscientes da variabilidade linguística inerente a qualquer língua natural, refletindo sobre a diversidade e riqueza linguísticas.

Tendo esse cenário em vista, observou-se ser muito produtivo e enriquecedor a interface entre a Sociolinguística laboviana e outras teorias do uso linguístico, como a teoria cognitiva, nos pressupostos de Lakoff e Johnson (2003) e Langacker (2008). Tal conjugação visa ao aprofundamento de algumas questões, especificamente daquelas que tratam

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (Teoria e Análise Linguística), sob orientação da Prof^a. Dra. Edila Vianna da Silva. Bolsista CNPQ.

do processo de variação e da semântica das preposições. O casamento entre a Sociolinguística Variacionista e a Linguística Cognitiva se mostra relevante para o presente estudo, uma vez que ambas as correntes, ao considerarem o uso linguístico fundamental, apresentam o contexto social como marca significativa.

A Linguística Cognitiva busca explorar o significado, e, para que esse seja contemplado efetivamente, é preciso considerar a existência da variação sociolinguística. Conforme Soares (2008), deve-se considerar que a variação linguística constitui uma forma específica de significado.

Dessa forma, tendo em vista os aspectos motivadores deste trabalho, tem-se os seguintes objetivos gerais e específicos:

Objetivos gerais: contribuir para a descrição da regência verbal no português no Brasil.

Objetivos específicos: analisar a variação de regência do verbo “implicar”, através da interface entre a Sociolinguística e a teoria cognitivista.

Sociolinguística e teoria cognitiva: uma relação produtiva

Não há nenhuma corrente linguística melhor ou pior que outra. Cada uma possui sua teoria e objeto próprios. Assim, separá-las em “caixas” só tende a mascarar possíveis contribuições para a compreensão dos fenômenos linguísticos. Baseado em tal fato, o estudo da variação regencial permitiu a realização da interface entre teorias do uso, dentre elas a teoria cognitiva.

A relação entre a teoria laboviana e a cognitiva se mostra relevante, visto que esta última aponta que grande parte do conhecimento linguístico é baseado em noções espaciais, como a trajetória (LAKOFF; JOHNSON, 2003). Sabe-se, também, que a espacialidade é a característica primordial das preposições (CASTILHO, 2003). Nesse sentido, numa análise em que se intenta averiguar a variação regencial do verbo supracitado, é fundamental que se atente à semântica das preposições. Dessa forma, esta pesquisa chama a atenção para a semântica da preposição “em”, no caso do verbo “implicar”.

Com foco na variação e mudança linguísticas, a Sociolinguística Variacionista se preocupa em entender o funcionamento dinâmico

das línguas. No caso do presente trabalho, intenta-se analisar o comportamento variável de regência do verbo “implicar”, atentando para a co-ocorrência das variantes presentes em cada estrutura. Tomando como base essa corrente teórica, a teoria cognitiva vem complementar e fortalecer os estudos sociolinguísticos contribuindo para explicar como o sentido das preposições interfere no sistema de transitividade do verbo.

Antes de estabelecer uma relação entre as duas teorias, é importante realizar um levantamento dos principais pressupostos da teoria cognitiva que servirão de base para o entrelaçamento entre as duas correntes.

A Linguística Cognitiva

A Linguística Cognitiva considera que a estrutura linguística é forjada na experiência, tanto histórica quanto cotidiana, derivando de processos cognitivos de domínio geral (OLIVEIRA; ROSÁRIO, 2016). Para essa corrente teórica, entende-se que a língua denota um conjunto de construções, que configuram um pareamento simbólico e convencional de forma e significado (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001). Como unidade fundamental da língua, a construção atesta a integração entre propriedades da forma (fonológicos e morfossintáticos) e do significado (semânticos, pragmáticos e discursivo-funcionais).

A Linguística Cognitiva, doravante LC, compreende o comportamento linguístico como fruto de atividades cotidianas, ligadas ao meio ao qual pertence o sujeito. Isso significa dizer que as experiências com o meio físico servem como base para a formação de processos mais abstratos. Johnson (1987) dá o exemplo de um bebê que engatinha, realizando um percurso; tal fato serve de base para uma situação em que o sujeito precise atingir uma meta.

Na LC, essa abstração está presente no conceito de “esquemas imagéticos” (LANGACKER, 2008), definidas, grosso modo, como estruturas cognitivas responsáveis pela capacidade de abstração do indivíduo, que, a partir de suas experiências com o meio ambiente, dão-lhe a possibilidade de desenvolvimento de formas mais abstratas para a efetivação da comunicação. Observam-se, assim, vários esquemas como os seguintes: *conten-tor* (container) ou *recipiente*, *origem-percurso-destino*, *percurso* (ou caminho),

força, equilíbrio, centro-periferia, dentre outros. Tais esquemas possibilitam, então, o entendimento de situações mais abstratas.

Cognitive linguists incline more to imagistic accounts. The best-known proposal posits a set of **image schemas**, described as schematized patterns of activity abstracted from everyday bodily experience, especially pertaining to vision, space, motion, and force. Image schemas are seen as basic, “preconceptual” structures that give rise to more elaborate and more abstract conceptions (or at least provide their skeletal organization) through combination and metaphorical projection (LANGACKER, 2008, p. 32)².

Levando em consideração esse panorama, neste artigo, é focalizado apenas o esquema de trajetória (JOHNSON, 1987), aplicado à estrutura [implicar em algo]. Na próxima seção, esse esquema é detalhado, a fim de que se possa compreender como tal esquema é útil para a análise da semântica da preposição “em”.

O esquema imagético de trajetória (JOHNSON, 1987)

Conforme se comentou anteriormente, as preposições possuem, prototipicamente, o sentido referente à espacialidade. Dessa forma, quando se observa a estrutura [implicar em algo], percebe-se que a semântica da preposição “em” adquire valores cada vez mais abstratos, indo da noção de trajetória aos valores de meta/resultado. Essa abstratização semântica diz respeito ao que a Linguística Cognitiva denomina de extensão metafórica (LANGACKER, 2008). Assim, há uma sobreposição de sentidos, mas o sentido inicial de trajetória não é “apagado”.

2 Linguistas cognitivos se inclinam mais a esquemas imagéticos. A proposta mais conhecida propõe um conjunto de esquemas imagéticos, descritos como padrões esquematizados de atividade abstraídos da experiência corporal cotidiana, especialmente relacionados à visão, ao espaço, ao movimento e à força. Os esquemas de imagem são vistos como estruturas básicas “pré-conceituais” que dão origem a concepções mais elaboradas e abstratas (ou pelo menos fornecem sua organização esquemática) por meio de combinação e projeção metafórica.

Pelo contrário, como se observa na Figura 1 a seguir, verifica-se a noção de trajetória nessa estrutura.



Figura 1 – A noção de trajetória da preposição “em”.

Como se observa na Figura 1, ainda é possível resgatar a noção de percurso/trajetória na estrutura [implicar em algo]. Tal noção está presente em algumas características, tais como:

- A presença de uma fonte, representada pela estrutura “a falta de preparo”.
- A presença de um percurso, identificado pela seta, que traça um sentido unidirecional; isto é, há uma causa e uma consequência. A inversão torna a sentença incoerente.
- A presença de um destino, representado pela estrutura “eliminação do candidato”.

Dessa maneira, da noção de trajetória, tem-se o sentido de meta/resultado. Em termos da Linguística Cognitiva, pode-se dizer que houve uma extensão metafórica, isto é, houve uma extensão semântica a nível lexical (SOARES, 1997). Com isso, há uma projeção da estrutura de um domínio-origem numa estrutura correspondente de um domínio-alvo.

A situação referida acima diz respeito ao que Lakoff e Johnson (2003) denominaram de metáfora conceptual. A expressão não se refere ao conceito de metáfora tal qual entendido nas tradicionais figuras de linguagem. Diferentemente do viés tradicional, que entende a metáfora como a utilização de uma palavra com sentido de outra, a LC entende a metáfora conceptual como um processo que permite a transferência de um domínio concreto para um mais abstrato, na qual as atividades comuns do dia a dia são elevadas a um nível maior de abstração, provocando a compreensão de situações mais complexas.

A conjugação das correntes: algumas aplicações

Depois de examinar o panorama da Linguística Cognitiva, pode-se realizar uma análise conjunta de ambas as teorias, a fim de sistematizar como a LC pode contribuir para o estudo da variação regencial. Esta seção se destina justamente a realizar a ponte entre as correntes, esclarecendo como a teoria cognitiva pode auxiliar um estudo de natureza sociolinguística.

Os apontamentos descritos nas seções anteriores levam a crer que a “forma inovadora” [implicar em algo] é uma variante decorrente de um processo cotidiano, relacionado ao poder de abstração do indivíduo. Desde seu nascimento, o bebê é exposto à orientação espacial e realiza “percursos” diariamente. Portanto, é comum que utilize esse conhecimento e o expanda para as outras atividades, com a obtenção de um resultado, característico do verbo “implicar”. Assim, a semântica da preposição “em”, já abstratizada, indica o valor de meta/resultado, indo ao encontro do sentido da estrutura [implicar em algo], isto é, “acarretar”.

Num estudo sociolinguístico que aborda a temática da variação de regência verbal, o viés cognitivo vem para contribuir com a semântica das preposições, já que esse é um tema caro ao cognitivismo. Há discussões em torno da semântica das preposições, uma vez que seu caráter relacional faz com que muitos autores afirmem que tal classe não possui sentido. No entanto, autores como Bechara (2009), Borba (1971), Castilho (2003) e Cunha e Cintra (2017) atestam que as preposições possuem sentido e destacam o fato de que há um sentido mais prototípico e que outros são atualizados pelo contexto.

Nesse sentido, a explicação do processo de abstratização da preposição “em” esclarece e reforça seu valor na estrutura em pauta. Com isso, tendo em mente o porquê da ocorrência de tal estrutura, não se julga mais tal variante como corrupção ou desvio, numa mentalidade tipicamente preconceituosa, frequente em muitos discursos rotineiros.

Pressupostos metodológicos

Esta seção se destina a uma breve exposição da metodologia do presente trabalho. Tratando-se de uma pesquisa variacionista,

a metodologia tem um papel fundamental na análise. O *corpus* da pesquisa compõe-se de teses e dissertações do curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense³. Esse *corpus* representa um estilo de alto monitoramento, justificando-se por ser um curso da área de Humanas, no qual se pressupõe que haja maior monitoramento na escrita, ainda mais se tratando de gêneros acadêmicos, característicos de maior formalidade.

O curso de História foi escolhido por dois motivos: o primeiro, pelo fato de que se acredita haver bastantes relatos que expressem causas e consequências, o que atrai o uso de verbos como “implicar”; segundo, pelo fato de que o curso apresenta seus dados organizados por datas até o ano de 1971, data de formação do curso de Pós-Graduação, contribuindo para a facilidade de manuseio de número significativo de dados, exigidos pela Sociolinguística Variacionista. Cabe ressaltar ainda que a presença da variante [implicar em algo] é observada, inclusive, em palestras de estilo mais formal, o que chamou a atenção e causou interesse para a realização da pesquisa.

Tendo em vista esses pressupostos, a seguir, elencam-se alguns dados coletados do *corpus* de teses e dissertações, para que, posteriormente, seja apresentado o gráfico que sintetiza o que foi salientado nesta reflexão.

Exemplário:

VERBO IMPLICAR

• ACEPÇÃO DE ACARRETAR – TRANSITIVO DIRETO

(01) “A possibilidade de vigilância, ampliada para outras relações sociais, **implicaria a internalização da submissão por parte dos indivíduos**, o que, como buscaremos mostrar na pesquisa, não se implementa por completo, visto que o homem comum resiste, burla, subverte poderes, busca artifícios diante dos mecanismos e instituições que tentam controlá-lo e domesticá-lo”. (Fonte: FARIAS, J. A. *Pavilhão Sete: experiências dos militantes de esquerda nos cárceres cearenses (1971-79)*. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2018).

3 Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/tesesonline.php>.

(02) “Todavia, é preciso atentarmo-nos para o fato de que a apropriação de determinados conceitos modernos (bem como de determinadas práticas, valores e artes, como o cinema) **implicava a necessidade do esvaziamento de seus significados fundamentais**, de modo que tais elementos se tonassem inofensivos ao projeto de civilização católica (ou seja, de reestabelecimento da cristandade não apenas em seu aspecto político, mas igualmente cultural, de monopólio da produção, reprodução e legitimação de sentidos e valores pessoais e coletivos)”. (Fonte: GOMES, R. R. *Os missionários redentoristas alemães e as expectativas de progresso e modernização em goiás (Brasil, 1894-1930)*. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2018).

• **ACEPÇÃO DE ACARRETAR – TRANSITIVO RELATIVO**

(03) “Isso ocasionou, prosseguiam, um vazio de direção para o proletariado, ou para “as massas”, pois destituídos da existência de uma “direção marxista” os trabalhadores haviam se integrado ao nacionalismo; para a burguesia **implicou também no fracasso daquele setor** que até então, através do nacionalismo, intentou um desenvolvimento capitalista independente”. (Fonte: OLIVEIRA, T. *Entre a crítica das armas e as armas da crítica: trotskistas na ditadura militar (1968-1973) uma contribuição à História do Trotskismo no Brasil*. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2018).

(04) “As diretrizes pautam-se em uma visão de que as ações de prevenção podem criar outras normas, e, quem sabe, instaurar outros modos de viver. Isso porque pensar a questão da aids **implica em questionar uma série de valores e estigmas**, como a lógica do certo e errado nas condutas sexuais, ou das relações de submissão entre homens e mulheres”. (Fonte: FERREIRA, T. S. *Pastores de desejos: discursos e disputas na luta contra a aids em Angola (1987 – 2017)*. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2018).

- **ACEPÇÃO DE TER IMPLICÂNCIA – TRANSITIVO RELATIVO**

(05) “Os entrevistados William Montenegro e Mário Albuquerque, por exemplo, acusaram o diretor de segurança, coronel Marcondes, de ser por “demais rígido” e **implicar com os militantes** de esquerda”. (Fonte: FARIAS, José Airton de. *Pavilhão Sete: experiências dos militantes de esquerda nos cárceres cearenses (1971-79)*. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2018).

Observação: Até o presente momento da pesquisa, só foi encontrado um exemplo com essa acepção, provavelmente por se tratar de um gênero mais monitorado.

- **ACEPÇÃO DE ENVOLVER-SE/ENVEREDAR-SE (VTDI)**

(06) “É contraditório porque a perspectiva que busca libertar as mulheres dos trabalhos associados ao cuidado dos filhos e da família é a mesma que, de alguma forma, mantém a mulher no lugar de “mãe”. É inclusive em decorrência desta “função social” que **a sociedade deve se implicar** coletivamente e garantir as políticas para a maternidade”. (Fonte: SILVA, D. J. *Avanços e limites da contribuição soviética para a libertação das mulheres: apontamentos a partir do pensamento de Alexandra Kollontai*. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2018).

(07) “No entremeio desses vários cálculos da economia escravocrata do passado colonial e o das **práticas letradas implicadas naquela contemporaneidade**, mobilizaram-se os suportes para que os pensamentos impressos da lavra de Sérgio Buarque de Holanda pudessem circular, serem lidos e apropriados. Num só tempo, era-lhe cingido uma identidade de ares acadêmicos e lapidada com os já legítimos traços de historiador, provenientes de um radicalismo intelectual”. (Fonte: FURTADO, A. C. *Das fortunas críticas e apropriações ou Sérgio Buarque de Holanda*,

historiador desterrado. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2018).

A análise dos dados ressalta a variação de regência do verbo “implicar”, fato analisado na pesquisa que originou este artigo. O verbo “implicar” possui três acepções – “acarretar”, “implicar” e “envolver-se” – e três regências – transitividade direta, indireta e direta e indireta. Porém, cabe salientar que [implicar em algo], na acepção de “acarretar” é, na verdade, um verbo transitivo relativo, uma vez que seu complemento é um complemento relativo⁴. Assim, pode-se afirmar que se trata de um verbo produtivo para uma análise sociolinguística.

A acepção de “acarretar” resultou no maior índice de variação, apresentando ora transitividade direta, ora relativa. Na amostra analisada, a predominância recaiu sobre a transitividade relativa, pelo uso inovador, hipótese que foi mostrada no início da pesquisa.

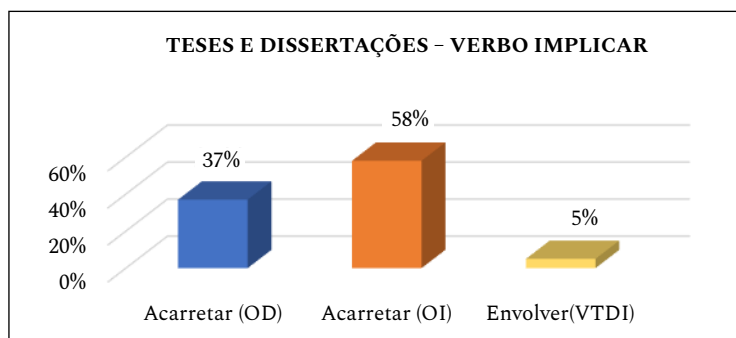


Gráfico 1 – Teses e dissertações – verbo “implicar”

4 Lima (2001) define o complemento relativo como o “complemento que, ligado ao verbo por uma preposição determinada (a, com, de, em, etc.), integra, com o valor de objeto direto, a predicação de um verbo de significação relativa” (LIMA, 200, p. 251). Ele o distingue do objeto indireto pelas seguintes características: a) não representa a pessoa ou coisa a que se destina a ação, ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza. Antes denota, como o objeto direto, o ser sobre o qual recai a ação; e b) não corresponde, na 3ª pessoa, às formas pronominais átonas *lhe, lhes*, mas as formas tônicas *ele, ela, eles, elas*, precedidas de preposição.

A análise do gráfico exposto anteriormente comprova uma das hipóteses principais desta pesquisa: a de que a estrutura [implicar em algo] tem ganhado espaço significativo mesmo em estilos mais monitorados, como teses e dissertações. Nesse sentido, procurou-se observar a variação regencial apresentada por esse verbo, destacando suas peculiaridades.

Em uma amostra com 491 dados, 285 se apresentaram com transitividade relativa, revelando a produtividade da forma inovadora; 180 se destinaram à transitividade direta, como preconizam as Gramáticas Tradicionais. Vale salientar ainda a presença de 25 dados para a aceção de “envolver-se”.

Por fim, a aceção de “ter implicância” não era esperada por se tratar de um gênero mais monitorado. Mesmo assim, ainda foi encontrada uma ocorrência, representando um caso atípico desta pesquisa.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, buscou-se analisar a variação de regência do verbo “implicar”, na aceção de “acarretar”, com base na interface entre a Sociolinguística e a teoria cognitiva no que diz respeito, principalmente, à semântica das preposições. Dessa forma, essa conjugação se mostra produtiva para um estudo do fenômeno de variação regencial.

No presente trabalho, o enfoque foi dado, então, à preposição “em” da variante inovadora [implicar em algo], na aceção referida, sentido que apresentou maior índice de variabilidade.

Destacou-se também que a preposição assumiu valores cada vez mais abstratos, partindo da noção de trajetória à noção de meta/resultado. Com isso, foi fundamental o conceito de “esquemas imagéticos” (LANGACKER, 2008), para aprofundar a semântica da preposição, além de compreender algumas motivações de seu uso.

Portanto, constatou-se que essa variante tem ganhado espaço significativo mesmo em estilos mais monitorados como teses e dissertações. Assim, salienta-se a heterogeneidade linguística, também na modalidade escrita da língua portuguesa em uso no Brasil.

Referências

- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BORBA, Francisco da Silva. *Sistema de preposições em Português*. São Paulo, Pontifícia Universidade de São Paulo, 1971. Tese de livre docência inedita.
- CROFT, Willian. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CASTILHO, Ataliba de. *Análise multissistêmica das preposições do eixo transversal no Português Brasileiro*. São Paulo, USP, 2003. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/ATCastilho_preposições.pdf.
- CUNHA, Celso.; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- LABOV, William (1972). *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press. [Padrões Sociolinguísticos. Trad. Marcos Bagno; Marta Scherre e Caroline Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008].
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.
- LANGACKER, Ronald W. *Cognitive Grammar: a basic introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- ROSARIO, Ivo da Costa; OLIVEIRA, Mariângela Rios de. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. *Alfa: Revista de Linguística* [Online], v. 60, p. 233-259, 2016.
- SILVA, Augusto Soares da. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 1, n. 1-2, p. 59-101, 1997.

BLOCO 6

ENSINO DE L2, TRADUÇÃO E BILINGUISMO

A estrutura informativa foco no conto *dia dos namorados* de Rubem Fonseca e nas suas traduções ao espanhol

Keren Betsabe González Rodríguez¹

Introdução

Neste artigo, visamos a expor uma previa do nosso estudo, o qual vem sendo desenvolvido no doutorado em Estudos da Linguagem, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Antonio Pinheiro Correa², vinculado à linha 1: Teoria e a Análise Linguística. Mediante essa pesquisa, pretendemos examinar o funcionamento das estruturas informativas no Português Brasileiro (doravante, PB) e no Espanhol (doravante, E). Dessa forma, lançamos mão dos pressupostos teóricos do Funcionalismo e da Pragmática.

Como as investigações ainda estão em uma fase inicial, optamos por apresentar parte das análises de um dos estudos que estamos realizando. Nesse sentido, tentaremos mostrar como se configura a função pragmática de foco contrativo, por meio das construções clivadas, no PB e no E. Considerando que o tema proposto para a pesquisa é pouco

1 Professora Assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Brasil). Mestre em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (Niterói - Rio de Janeiro, Brasil). Professora de espanhol no Programa de Línguas Estrangeiras Modernas da Universidade Federal Fluminense (Niterói - Rio de Janeiro, Brasil). Doutoranda em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (Niterói - Rio de Janeiro, Brasil). Tutora de espanhol instrumental do CEDERJ; revisora de textos, tradutora e intérprete de espanhol ao português e de português ao espanhol. E-mail: betsabe32@hotmail.com

2 Doutor em Linguística. Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF).

difundido e conhecido, escolhemos expor, primeiramente, um histórico das investigações realizadas no Brasil. Em seguida, discorreremos acerca das teorias sobre estruturas informativas que fundamentam as análises deste trabalho, mais especificamente, as relativas ao foco. Por último, mostraremos algumas análises relacionadas às construções clivadas, pseudo clivadas e clivadas invertidas, com o intuito de entender de que maneira essas construções estabelecem relações pragmáticas de foco contrastivo.

Para elaborar as análises comparativas entre o PB e o E, escolhemos trabalhar com o conto *Dia dos namorados*, de Rubem Fonseca, e suas traduções ao espanhol, já que o texto literário apresenta uma diversidade de possibilidades expressivas. Além disso, permite que trabalheemos por meio de *corpus* paralelo, visto que podemos alinhar o texto utilizando o *software* gratuito YouAlign (Terminotix Inc., 2009-2018).

Histórico das pesquisas

Nos últimos anos, no Brasil, vem se realizando análises acerca da topicalização e focalização. Entre os especialistas nesses assuntos, encontra-se Pinheiro Correa, quem vem desenvolvendo um projeto de pesquisa, na Universidade Federal Fluminense, intitulado “Ordem de constituintes e construções de foco comparadas em português e espanhol” o qual se insere no Grupo de pesquisa “Linguística Comparativa Português-Espanhol / Estudo da conexão pragmática/sintaxe”. A ideia fundamental dessas pesquisas é desconstruir a tradicional associação da ordem de palavras a questões de estilística ou ênfase. Nesse sentido, Pinheiro Correa se alinha ao entendimento de Greenberg (1963), o qual defende que a ordem de palavras resulta das relações pragmáticas estabelecidas mediante a interação entre os referentes textuais em um enunciado dado em um contexto específico.

Nessa perspectiva, Pinheiro Correa (2015) disserta acerca da focalização e examina, no PB, as características das sentenças téticas, denominadas também de foco sentencial, por meio de um *corpus* paralelo constituído por diálogos originais e da respectiva dublagem de dois filmes argentinos da década de 2010. Para fundamentar sua análise, o autor utiliza o conceito de teticidade proposto por Sasse (1987),

assim como os aportes teóricos de Lambrecht (2000), Sasse (2006) e Smit (2010), os quais orientaram a identificação de sentenças téticas. Nesse estudo, Pinheiro Correa salienta que a seleção do *corpus* ocorreu em virtude do E ser considerado, na literatura pertinente, como uma língua que marca a teticidade no nível sintático e, no PB, tal identificação é mais obscura.

Efetivamente, consideramos que a análise realizada por Pinheiro Correa nesse artigo e os aportes teóricos que ele apresenta – Sasse (1987, 2006), Lambrecht (2000) e Smit (2010) – são essenciais para fundamentar e orientar metodologicamente as pesquisas sobre funções pragmáticas e as estruturas informativas. Também são relevantes para as análises os estudos realizados por Dik (1989, 1997) e Hengeveld e Mackenzie (2008), posto que a perspectiva discursivo-funcional auxilia a compreender de que modo se configura a topicalização e a focalização no PB e no E.

Outros trabalhos importantes elaborados por Pinheiro Correa foram “Las decisiones del traductor y la expresión de foco en dos traducciones al español de un cuento brasileño” (PINHEIRO CORREA, 2017); “A função pragmática Tópico na legendagem brasileira de um filme argentino em um estudo de corpus paralelo” (DIB, PINHEIRO CORREA, 2014) e “Hendidias y otras construcciones focalizadoras en español argentino y portugués brasileño: un estudio de producciones audiovisuales” (MOURA, PINHEIRO CORREA, 2014). Em todos eles, procurou-se analisar comparativamente, à luz das teorias discursivo-funcionais (HENGEVELD MACKENZIE, 2008) acerca da topicalização e focalização e como as estruturas sintáticas se constituem tanto no PB quanto no E, por meio de intervenções pragmáticas. Sendo assim, os estudos promovidos por esse investigador coadunam com a perspectiva funcionalista a qual entende que as estruturas sintáticas refletem as interações linguísticas ocorridas em um momento determinado. Portanto, elas surgem por meio de processos de mudanças inerentes às línguas, das relações pragmáticas que os referentes textuais estabelecem enunciados específicos, das diversas pressões discursivas - oriundas de outras situações de interações linguísticas - e de fatores cognitivos próprios do processamento linguístico humano.

Aporte teórico

Dik (1989, 1997), o precursor do funcionalismo holandês, em seu modelo de gramática funcional, define as funções pragmáticas como funções que determinado constituinte assume em um dado enunciado e que especificam seu status informativo dentro dessa situação comunicativa. Segundo esse estudioso, da mesma forma que os elementos sintáticos são vinculados ao nível sintático e as categorias semânticas ao nível semântico, no âmbito pragmático, também há estruturas as quais podem ser analisadas no nível discursivo-pragmático. Tais funções pragmáticas – tópico/comentário; tema/rema; foco/pressuposição – permitem compreender a interação das estruturas sintáticas em uma situação linguística concretizada em um momento determinado.

Em Lambrecht (1994), o autor desenvolve uma análise acerca da estrutura informativa. Com relação à natureza desse componente da linguagem, o estudioso afirma que há muitas controvérsias geradas em virtude dos estudos gramaticais os quais se centram na relação entre a forma linguística e o estado mental dos falantes e dos ouvintes. Na opinião de Lambrecht (1994), este fenômeno é vinculado à estrutura informativa a qual deve se relacionar com aspectos formais e comunicativos da linguagem.

Lambrecht (1994) assinala que há dificuldades enfrentadas pelos linguistas no que tange à análise da estrutura informativa como componente gramatical. Essa problemática estaria vinculada a questões terminológicas indefinidas. Dessa forma, esse pesquisador cita várias linhas de estudo, tais como a relação entre a gramática e a psicologia (a partir da qual tentava-se examinar questões de ordem de palavras e entonação), desenvolvida por Paul (1909); a Perspectiva Funcional da sentença (*Functional Sentence Perspective*), seguida pelos linguistas da Escola de Praga (*Prague School of linguistics*); Estrutura informativa ou tema (*Information Structure or Theme*), estudada por Halliday (1967); “Empacotamento” da informação (*Information Packaging*), investigada por Chafe (1976); Pragmática do discurso (*Discourse Pragmatics*) e Informática (*Informatics*), análise elaborada por Vallduví (1990). Para Lambrecht (1994), independentemente da linha de pesquisa escolhida, o linguista deve se atentar para o fato de que as propriedades formais de uma sentença não podem ser desvinculadas dos contextos

linguísticos e extralinguísticos nos quais estão inseridas. Portanto, os estudos relacionados com linhas de investigação citadas terão uma preocupação em considerar a pragmática, já que objetivam examinar a sentença mediante a seu uso concreto, com o intuito de verificar a sua funcionalidade e efetividade comunicativa.

Segundo Lambrecht (1994), a Estrutura Informativa constitui um componente gramatical de uma sentença, mediante o qual proposições são concebidas a partir de representações do estado de coisas associadas a estruturas léxico-gramaticais que condizem com o estado mental dos interlocutores os quais utilizam e interpretam ditas estruturas como unidades informativas em um determinado contexto. Nesse sentido, Lambrecht (1994) entende que a estrutura informativa de uma sentença se configura como uma expressão formal da estrutura pragmática de uma proposição no discurso. Sendo assim, tal estrutura pode ser denominada como uma proposição pragmaticamente estruturada (*Pragmatically Structured Proposition*).

Principais categorias da estrutura da informação: Pressuposição e Asserção (*Presupposition and Assertion*). Consistem na estruturação de proposições que o falante supõe que interlocutor já conhece ou ainda não conhece.

- I. Identificabilidade e ativação (*Identifiability and Activation*): trata-se das suposições que o falante tem acerca do estado mental das representações dos referentes discursivos na mente do interlocutor no momento da enunciação.
- II. Tópico e Foco (*Topic and Focus*): está relacionado com as avaliações que o falante faz sobre a previsibilidade relativa versus a imprevisibilidade das relações entre as proposições e seus elementos em uma determinada situação discursiva.

Para Lambrecht (1994), a estrutura informativa intervém em qualquer nível de significados do sistema gramatical. Nesse sentido, a análise dessa estrutura se concentra em comparações de equivalentes semânticos, mas em pares de sentenças formal e pragmaticamente divergentes, como ativa vs. passiva, canônica vs. topicalizada, canônica vs. clivadas, sentenças de sujeito acentuado vs. sentença predicado acentuado, entre outras.

No seu livro, Lambrecht (1994) dedica um capítulo específico às relações pragmáticas denominadas foco. Na concepção do teórico,

essa estrutura informativa se refere ao status de certos constituintes da sentença que difere do tópico tanto na função pragmática quanto na expressão formal. O estudioso cita a Chafe (1976) o qual vincula o foco ao tópico através do caráter de complementação, ou seja, o foco de uma sentença seria uma nova informação acerca do tópico. No entanto, Lambrecht (1994) discorda desse entendimento, pois ele considera foco uma proposição que está sobreposta e que inclui a pressuposição pragmática na qual está incluída o tópico sem se confundir com a mesma, assim como o foco constitui a asserção sem coincidir com ela. Sendo assim, esse estudioso compreende o foco sentencial, ou o foco da proposição expressa pela sentença em um contexto de enunciação, como o elemento da informação através do qual a pressuposição e a asserção diferem uma da outra. Assim, o foco é a parte de uma proposição que não pode ser considerada como certa ou conhecida em um dado momento do discurso. Portanto, ofoco é o elemento imprevisível e não recuperável de um enunciado (LAMBRECHT, 1994).

O foco nas sentenças clivadas

Analisando os estudos de Braga e Barbosa (2009), bem como os de Guitart (2013), Gutiérrez Ordóñez (1997), Moura e Pinheiro-Correa (2014) e Villalba (2010), percebemos que esses linguistas concordam no que se refere à correlação das construções clivadas com a estrutura informativa de foco. Nesse sentido, Braga e Barbosa (2009) assinalam que, frequentemente, o constituinte clivado – o constituinte adjacente ao verbo copular ou ao focalizador *que*, nas Construções *QUE* – seria o foco de uma sentença. Assim, a oração relativa / subordinada / encaixada seria a informação pressuposta, aquela compartilhada pelos participantes. No entanto, as estudiosas salientam:

Hedberg (1988) e Choi (2006) destoam desta posição: para a primeira, a distinção entre as duas partes da construção clivada é um reflexo da distinção funcional entre tópico e comentário, enquanto que para o segundo a partícula *de*, uma das formadoras de sentenças clivadas em

chinês, reflete a certeza do falante com respeito à proposição que está sendo veiculada (BRAGA; BARBOSA, 2009, p. 179).

Braga e Barbosa (2009, p. 179-180) observam que essas controvérsias derivam do fato de que as clivadas são construções que reúnem diferentes grupos de construções as quais partilham algumas propriedades formais e funcionais. As estudiosas destacam que o PB apresenta essa dificuldade de determinar quais seriam as clivadas que estabeleceriam relações pragmáticas mediante o foco. De acordo com as linguistas, dentro das clivadas, estariam as Clivadas (propriamente ditas), as quais correspondem às *It-clefts* do inglês, e as Pseudoclivadas, referentes às *Wh-clefts*. Além disso, assinalam as Construções *É que* e as Construções *Que*, vinculadas ao primeiro grupo de clivadas, e as Pseudo Clivadas Invertidas, as Pseudo Clivadas Extrapostas e as Construções Foco Ser, relacionadas ao segundo grupo. Por último, Braga e Barbosa (2009) afirmam que o estatuto das palavras *Que* e/ou verbo *Ser* estaria associado a essas distinções.

Outro aspecto relevante acerca da clivagem está relacionado com a possibilidade de destacar “um elemento particular de uma sentença, dirigindo a atenção para ele e colocando esse elemento em foco o qual indica uma relação de contraste” (JESPERSEN, 1949, p. 147 apud LAMBRECHT, 2001, p. 3). No caso, Braga e Barbosa (2009, p. 188) e Villalba (2010, p. 57) concordam ao afirmar que o foco que se efetuaría em construções clivadas seria o foco contrastivo. Por vez, essa relação pragmática seria efetuada através do constituinte clivado.

A seguir apresentamos alguns exemplos retirados do *Dia dos namorados*, de Rubem Fonseca. Também expomos os mesmos fragmentos retirados das traduções ao espanhol desse conto, com o intuito de observar se há diferenças entre o PB e o ES, no que diz respeito à clivagem e à relação pragmática estabelecida pela estrutura informacional foco.

a. CLIVADAS: *Verbo copular + XP + que*

No.	ORIGINAL - PB	TRADUÇÃO CHILENA - EC	TRADUÇÃO MEXICANA - EM	TRADUÇÃO ESPANHOLA - EE
1	Peguei meu carro e fui para o Itanhangá, onde os grã-finos jogam polo. Gosto de ver os ricos se mexendo. Foi lá que encontrei a loura.	Agarré el auto y me fui a Itanhangá, donde los cuicos juegan polo. Me gusta ver a los ricos moviéndose. Fue allá que encontré a la rubia.	Tomé mi auto y maneje hasta Itanhangá, donde los elegantes juegan polo. Me gusta ver a los ricos mezclándose. Fue allí donde encontré a la rubia.	Cogí mi coche y fui para el Itanhangá, donde la gente fina juega al polo. Me gusta ver a los ricos meneándose. Fue allí donde encontré a la rubia.
2	Era essa loura que estava no meu apartamento quando o advogado Medeiros ligou.	Esa era la rubia que estaba en mi departamento cuando el abogado Medeiros llamó.	Ésa era la rubia que estaba en mi departamento cuando llamó el abogado Medeiros.	Esa era la rubia que estaba en mi apartamento cuando el abogado Medeiros telefoné.
3	Eu disse, o que vai acontecer aqui, entre nós dois, será diferente de tudo que já aconteceu contigo, minha princesa.	Ya te dije que lo que va a pasar aquí entre los dos será diferente de todo lo que me ha pasado, mi princesa.	Le dije, lo que va a pasar aquí, entre nosotros dos, será diferente de todo lo que te ha pasado antes, princesa mía.	Dije, lo que va a ocurrir aquí, entre nosotros dos, será diferente de todo lo que ocurrió antes, princesa mía.
4	Os cabelos saíram na minha mão e quatro notas de quinhentos voaram pelo ar e foram cair no chão. Foi esse dinheiro que ele roubou do meu cliente, eu disse, aliviado.	El pelo salió de mi mano y cuatro billetes de quinientos volaron por el aire y fueron a dar al suelo. Esa es la plata que le robó a mi cliente, dije aliviado.	Me quedé con mechones de pelo en la mano y cuatro billetes de quinientos volaron por el aire y fueron a caer al suelo. Ése es el dinero que le robó a mi cliente, dije, aliviado.	Salió el pelo en mi mano y cuatro billetes de quinientos volaron por el aire y fueron a caer al suelo. Fue ese el dinero que robó a mi cliente, dije, aliviado.
5	Ele me deu, foi ele que me deu, eu juro, disse Viveca, sem muita convicção.	Él me la dio, él me la dio , se lo juro, dijo Viveca, sin mucha convicción.	Él me lo dio, fue él quien me lo dio, lo juro, dijo Viveca, sin mucha convicción.	El me lo dio, fue él quien me lo dio, lo juro, dijo Viveca, sin mucha convicción.

b. PSEUDO CLIVADAS: *Oração WH + Verbo copular + XP*

No.	ORIGINAL - PB	TRADUÇÃO CHILENA - EC	TRADUÇÃO MEXICANA - EM	TRADUÇÃO ESPANHOLA - EE
1	Se há uma coisa que eu não engulo é o chantagista .	Si hay algo que no soporto es a un chantajista .	Si hay algo que no tolero es el chantaje .	Si hay una cosa que no trago es a los chantajistas .
2	Você tem que me perguntar, afinal, quem é você?	Tienes que preguntarme a fin de cuentas, ¿quién eres tú?	Tienes que preguntarme, finalmente, ¿quién eres tú?	Tienes que preguntarme, finalmente, ¿quién eres tú?

c. PSEUDO CLIVADAS INVERTIDAS: *XP + Verbo copular + que*

No.	ORIGINAL - PB	TRADUÇÃO CHILENA - EC	TRADUÇÃO MEXICANA - EM	TRADUÇÃO ESPANHOLA - EE
1	Eu sei, eu sei, disse Medeiros, <u>dinheiro é o que</u> não falta.	Sí, ya lo sé, dijo Medeiros, <u>plata no es lo que</u> falta.	Lo sé, lo sé, dijo Medeiros, <u>dinero no falta</u> .	Lo sé, lo sé, dijo Medeiros, <u>dinero no falta</u> .

A partir dos exemplos apresentados, no que tange à construção das clivadas, notamos que tanto no PB como no ES não há muitas diferenças. Contudo, nas traduções do conto, nos exemplos em (a.2), o verbo copular *Ser* é antecipado por um determinante *essa*. O mesmo acontece nos exemplos em (a.4), porém, na tradução espanhola, o determinante antecede o constituinte clivado *el dinero*, como ocorre no texto original em PB. Já nos exemplos em (a.3), o termo *que* é antecipado por um artigo neutro *lo* e, nos exemplos em (a.5), na tradução chilena não apreça a construção clivada, mas a sentença *él me la dio*. O mesmo acontece nos exemplos (c.1), pois nas traduções mexicana e espanhola, os tradutores optam por colocar a sentença *dinero na falta*, em vez da Pseudo Clivada Invertida. Por último, nos exemplos em (b.1), percebemos que há poucas mudanças no que se refere ao constituinte clivado, já que nas tradução chilena o substantivo *chantajista* é antecipado por uma preposição *a* + um artigo indeterminado *un* e, na tradução espanhola, além do substantivo estar no plural *chantajistas*, o determinante que o antecede é um artigo determinado *los*. No caso da tradução mexicana, o tradutor preferiu substituir o substantivo que alude a uma pessoa pelo substantivo referente a uma ação - *el chantaje*.

Conclusões

A partir das análises apresentadas, foi possível compreender como o PB e o E são línguas cujo funcionamento pragmático e sintático é similar, principalmente, no que tange à estrutura informativa de foco contrativo constituído em construções clivadas (JESPERSEN, 1949, p. 147 apud LAMBRECHT, 2001, p. 3; BRAGA e BARBOSA, 2009, p. 188 e VILLALBA, 2010, p. 57).

Mediante os exemplos apresentados, percebemos a relação de contraste estabelecida pela função pragmática do foco. Notamos que, nessa interação linguística, o constituinte clivado funciona como o elemento através do qual se articula a função de foco contrativo. Observamos, por exemplo, que ao afirmar ***Era essa loira que estava no meu apartamento quando o advogado Medeiros ligou*** (exemplo a.2), o enunciador assinala uma dêixis por meio do determinante “essa”. Portanto, quem enuncia está indicando que a loira também é conhecida pelo co-enunciador. Dessa forma, é possível estabelecer um contraste, posto que o enunciador não se refere a outra loira ou a qualquer loira, senão àquela que faz parte do conhecimento compartilhado pelos interlocutores.

Como já foi mencionado anteriormente, este trabalho integra uma pesquisa muito mais ampla a qual está em andamento. Sendo assim, as conclusões apresentadas não são definitivas, já que faltam ser analisados alguns dados do *corpus* selecionado.

Referências

- BRAGA, M. L.; BARBOSA, E. M. *Construções clivadas no português do Brasil sob uma abordagem funcionalista*. Matruga, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan/jun. 2009.
- DIB, A. V.; PINHEIRO-CORREA, P. A função pragmática Tópico na legendagem brasileira de um filme argentino em um estudo de corpus paralelo. *Letras & Letras* (Online), v. 30, p. 139-155, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/viewFile/27952/15807>>. Acesso em: 04 ago. 2017.
- DIK, S. C. *The theory of functional Grammar*. Part 1: The structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.
- DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Complex and Derived Constructions. Berlin and New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- FONSECA, R. Día de los enamorados. In: FONSECA, R. *Feliz Año Nuevo*. Tradução: Pablo del Barco. Madrid: Ediciones Alfaguara, 1977.
- FONSECA, R. Dia dos namorados. In: FONSECA, Rubem. *Feliz Ano Novo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- FONSECA, R. Día de los enamorados. In: FONSECA, R. *Feliz Año Nuevo*. Tradução: María González. México D.F.: Cal y RENA, 2012.

- FONSECA, R. Día de los enamorados. In: FONSECA, R. *Feliz Año Nuevo*. Tradução: John O’Kuinghttons. Santiago: Tajamar Editores, 2014.
- GUITART, J. M. Del uso de las oraciones hendidas en el español actual. In: *Revista Internacional d’Humanitats*, n. 27, Barcelona, CEMOrOc-Feusp / Univ. Autònoma de Barcelona, jan/abr. 2013.
- GIVÓN, T. *Topic Continuity in Discourse*. A quantitative cross-language study. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- GREENBERG, Joseph. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In GREENBERG, Joseph H. (ed.) *Universals of Language*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1963.
- GUTIÉRREZ ORDÓÑEZ, S. *Temas, remas, focos, tópicos y comentarios*. Madrid: Arco Libros, 1997.
- LAMBRECHT, K. *Information Structure and Sentence Form*. Cambridge: CUP, 1994.
- LAMBRECHT, K. A framework for the analysis of cleft constructions. *Linguistics*, vol. 39, n. 3, p. 463-516, 2001.
- MOURA, F. S; PINHEIRO-CORREA, P. Hendidas y otras construcciones focalizadoras en español argentino y portugués brasileño: Un estudio de producciones audiovisuales. *Signo y seña*, Buenos Aires, n. 26, p. 93-105, dic. 2014.
- PINHEIRO-CORREA, P. *Las decisiones del traductor y la expresión de foco en dos traducciones al español de un cuento brasileño*. Revista Caracol 14, USP, n. 14, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/131692>>. Acesso em: 01 de ago. de 2018.
- PINHEIRO-CORREA, P. Características das construções de foco sentencial no português, em um estudo de corpus paralelo. *ReVEL*, edição especial n. 10, 2015. Disponível em: <<http://revel.inf.br/files/dd41a848c2c35d35acbfa20aa99b5765.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2018.
- SASSE, Hans-Jürgen. The thematic/categorical distinction revisited. *Linguistics*, vol. 25, 1987.
- VILLALBA, X. *El orden de las palabras en español*. Madrid: Castalia, 2010.

Software

- YouAlign*. Desenvolvido por Terminotix Inc. 2009-2018. Disponível em: <www.youalign.com>. Acesso em: 06 ago. 2018.

Entre a norma e o uso: aspectos do português brasileiro e o ensino de PLE

Patrícia Mariano Marcos¹

Considerações iniciais

Observando a realidade linguística do Brasil, percebe-se o quão heterogênea nossa fala é, apresentando variantes de diversas naturezas e, muitas vezes, distanciando-se da forma prescrita. Muitos estudiosos se atentaram para este fato e passaram a observar os aspectos do português falado pelos brasileiros no dia a dia e, assim, descrevê-lo.

A partir da análise dos estudos descritivos do idioma, é notável a diferença com o que é prescrito nas gramáticas tradicionais e nos livros didáticos utilizados nas escolas. Ao lançar um olhar sobre o ensino e o material direcionados ao português como língua estrangeira (PLE), vemos que não há muita diferença. Ambos são baseados na tradição gramatical, ou seja, seguem um padrão normativo de ensino do idioma. Porém, é importante lembrar que, no ensino de língua materna, a intenção é apresentar ao aluno, que já domina o idioma, uma versão mais formal e estrutural da língua. No ensino de língua estrangeira, o aluno não traz consigo um conhecimento prévio do idioma e, então, passará pelo processo de aquisição da língua falada e escrita, simultaneamente. E, ao interagir com falantes nativos, perceberá que, em muitas situações, a maneira de falar que lhe foi ensinada difere da praticada pelos usuários nas ocasiões reais de comunicação.

1 Mestranda em Estudos da Linguagem. Universidade Federal Fluminense. Agência de fomento: CAPES. Orientador: Professor Doutor Paulo Antonio Correa Pinheiro

Os modelos comunicativos de ensino de idioma se propõem ensiná-lo de forma didática, apresentando-o da maneira como ele é falado pelos nativos, oferecendo contato com o idioma como ele é. Deste modo, esta pesquisa tem como objetivo analisar um livro didático de português como língua estrangeira, a fim de observar o idioma apresentado nos diálogos impressos. Além disso, após a leitura de alguns estudiosos do português brasileiro contemporâneo, selecionamos alguns aspectos que o caracterizam, para, assim, verificar como esses pontos são abordados nos diálogos.

Tendo em vista o diálogo como um protótipo da interação real, verificaremos se eles representam a fala praticada no dia a dia, ou se são baseados na normatividade característica da escrita formal. Em nossa análise, observaremos o uso das formas imperativas e o uso dos pronomes oblíquos e sua colocação.

O uso e a norma no ensino de língua estrangeira

A prescrição do “bom uso” do português está associada à noção de norma, que segundo Coriseu “é um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade” (LEITE, 1999, p. 180). Porém, nas situações de uso, ou seja, quando os falantes fazem escolhas ao utilizar a língua nas mais diversas ocasiões, nem sempre esse uso corresponderá ao que é prescrito pela norma. Leite (1999) diferencia uso e norma, levando em consideração as escolhas lexicais e sintáticas que o falante faz ao formular um enunciado, e essa escolha está relacionada à natureza da interação.

Diante dessa divergência entre uso e norma, o que se deve ensinar aos aprendizes de português como língua estrangeira?

O ensino de língua estrangeira tem como objetivo desenvolver as habilidades de linguagem, sendo elas a compreensão oral, a fala, a leitura e a escrita. Porém, para se dizer que uma pessoa domina um idioma estrangeiro, é necessário que ela conheça maneiras de utilizar essas habilidades para construir um efeito comunicativo (WIDDOWSON, 2005). Ao separar forma e uso, Widdowson (2005) relaciona a primeira ao conhecimento das normas linguísticas, e o segundo ao manejo dessas regras para a produção de uma comunicação eficaz. E evidencia que,

por vezes, ao se concentrar na forma no ensino de idiomas, o resultado pode ser o uso inadequado da língua, na medida em que faz do processo comunicativo oral algo mecânico em virtude da repetição de estruturas. Por outro lado, ao basear o ensino e aprendizagem no uso, é possível desenvolver as habilidades de “selecionar que forma de frase é apropriada para um determinado contexto linguístico [e] reconhecer que função é preenchida por uma oração numa determinada situação comunicativa” (WIDDOWSON, 2005, p. 20).

Diante do exposto, salientamos que, no ensino de língua estrangeira, é importante que o aluno conheça a estrutura e as normas do idioma, mas também tenha instrumentos para manejar esse conhecimento nas diversas situações de comunicação em que estará exposto. E, para isto, ter contato com a língua em uso nas suas muitas variantes é essencial para ter o entendimento do dinamismo da fala em contextos de interação cotidiana.

Aspectos do português brasileiro em uso

Colocação pronominal e uso dos clíticos

O uso dos pronomes átonos *me, te, se, o, a, lhe, os, as, lhes, nos* e *vos* vinculados a um verbo podem aparecer na posição enclítica (após o verbo) ou proclítica (antes do verbo). A colocação pronominal, neste caso, difere no português brasileiro falado e escrito. Há as regras de uso dos pronomes como a que prescreve que não se deve iniciar orações com os átonos ou a que recomenda respeitar as palavras atrativas. Porém, as línguas desenvolvem particularidades, e, deste modo, percebemos que no português do Brasil há a predominância da próclise, ou seja, há uma maior ocorrência dos pronomes em posição anterior ao verbo.

Contrariando o que diz a gramática normativa sobre o uso dos pronomes átonos no início de orações, no linguajar coloquial essa prática é comumente praticada na fala cotidiana, nas canções populares e até mesmo em poemas que se valem da licença poética, evidenciando esse uso. Como exemplo, temos o poema *Pronominais*, de Oswald de Andrade:

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro.
 (ANDRADE, 1974)

No caso dos clíticos, embora a gramática conte com os pronomes *o*, *os*, *a*, *as* como pronomes oblíquos, sendo o *ele* permitido no caso oblíquo apenas quando precedido de preposição (Ex.: Nós estivemos com ele no parque), o uso do pronome *ele/ela* como acusativo, ou seja, como complemento objeto direto, é muito comum na oralidade do português brasileiro como uma das estratégias de pronominalização.

As chamadas estratégias de pronominalização se referem ao uso anafórico de objeto direto. Este recurso é usado no português do Brasil ao retomar um objeto direto de 3ª pessoa por meio de um pronome. São três estratégias: a primeira, que é a única aceita pela norma gramatical tradicional, vale-se dos pronomes oblíquos (*o/a*, *os/as*, *lo/la*, *los/las*, *no/na*, *nos/nas*), a segunda estratégia é a substituição por um pronome reto (*ele/ela*, *eles/elas*) que, apesar de observada na fala, não é vista como um “bom uso” pelos normativistas, a terceira é o objeto nulo, sem o preenchimento do pronome, a chamada categoria vazia. Vejamos os seguintes exemplos:

- (01) Faz tempo que não **o** vejo.
- (02) Faz tempo que não vejo **ele**.
- (03) Faz tempo que não vejo \emptyset .

Segundo Bagno (2001), o uso da segunda estratégia “é atestado na língua há muitos séculos, aparecendo em obras literárias do período arcaico do português. O objeto nulo surge em fase mais recente da

língua” (BAGNO, 2001, p. 102), já o uso dos clíticos de 3ª pessoa, tido como padrão da língua, é pouco realizado no português falado, mas persiste na escrita ou em situações de fala mais monitorada.

Estruturas imperativas

O modo imperativo é descrito na Gramática Tradicional como uma forma utilizada para dar uma ordem. Também observamos nas descrições do modo verbal, uma tendência a explicar as diferentes maneiras de seu uso como uma escolha entre o interlocutor *tu* ou *você*. Deste modo, ao optar pelo uso de *tu*, o falante diria: *fala mais devagar*; já ao escolher *você*, diria: *fale mais devagar*. No entanto, Bagno (2011) questiona essas regras e declara que não há correspondência entre elas e o português brasileiro, uma vez que, na prática, ocorre o inverso ou até mesmo o uso das duas formas de maneira intercambiada em um mesmo enunciado. Para o linguista, o uso do imperativo está relacionado à modalidade que se usa, fala ou escrita, ao contexto de fala mais ou menos monitorado e até mesmo à região do falante.

Vale ressaltar que cada uma dessas variantes é utilizada majoritariamente em diferentes regiões do Brasil, por exemplo, em alguns estados do Nordeste, usa-se a forma *fale*, já no Sudeste prefere-se a forma *fala*. Porém, na escrita, há a predileção pela forma *fale*, uma vez que o formato imperativo é mais facilmente percebido por meio da forma derivada do subjuntivo.

Arelados ao uso do imperativo, temos os atos de fala de pedidos e ordens. Nem sempre o falante faz o uso do imperativo para dar ordens ou fazer pedidos. Neste caso, fará uso dos atos de fala de pedidos e ordens. Para elaborá-los, o falante está diante de inúmeras possibilidades de formulações, podendo optar por uma forma mais direta ou indireta. É possível utilizar as estruturas performativas (*ordeno que.../ exijo que.../ peço que...*), o modo verbal imperativo (*faça/ fale/ venha...*), que são mais diretas, ou também recorrer à indiretividade, fazendo o uso de uma forma mais “suavizadora”, que seria uma pergunta ou sugestão (*você pode...?/ Você poderia...?/ Eu queria...*).

No dizer de Kerbrat-Orecchioni (2005), embora as formas imperativas sejam mais econômicas, há a preferência pelas estruturas

suavizadoras na fala, e isso se explica pelo papel das faces na construção da interação interpessoal e na força das pressões que ela exerce sobre a formulação no enunciado. Em virtude disso, o falante vai optar pela forma imperativa ou “suavizada” de acordo com a natureza da interlocução e da relação que nutre com o seu interlocutor.

Objeto de análise

Observando os fatos típicos do falar brasileiro contemporâneo, percebemos algumas contradições em relação ao que é exposto nas gramáticas e livros didáticos e o que é descrito pelos estudiosos do idioma falado, que, embora divergindo da norma, reflete a maneira como falamos e ouvimos o português na nossa interação diária. Como nosso foco nesta pesquisa está no ensino de português como língua estrangeira, vimos a necessidade de verificar como os livros didáticos direcionados aos estudantes estrangeiros se relacionam com esses fatos linguísticos, qual abordagem gramatical é priorizada, normativa ou descritiva, e como se referem às variantes formais e coloquiais.

Bem sabemos da importância do livro didático no ensino de idiomas, já que é por meio deste que o estudante pode ter acesso aos conteúdos que vai aprender, às atividades para a prática e interação comunicativa, como também contato com textos e áudios que revelam como a língua é manuseada pelos falantes. Diante disso, torna-se fundamental conhecer os objetivos que o estudante quer alcançar com o aprendizado do idioma.

Para nossa análise selecionamos o livro *Bem-Vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação*, da editora SBS. Em sua edição de 2011, o livro traz uma proposta comunicativa, conta com textos, tópicos gramaticais com atividades de prática e interação com os colegas e o professor e atividades de áudio, compreensão e produção escrita. Na introdução, as autoras apresentam o livro, afirmando que nele vamos encontrar “as expressões coloquiais mais usadas, dialetos regionais e muito vocabulário útil a situações diversas: no trabalho, em casa, na rua, em restaurantes e etc” (PONCE, 2011). O conteúdo é dividido por temáticas (Eu e você, O Brasil e sua língua, A sociedade e sua organização, O trabalho e suas características e Diversão e cultura) e cada uma

delas conta com 4 unidades, totalizando 20 unidades, que cobrem desde o nível iniciante até o mais avançado.

A seguir vamos observar como os fatos característicos da fala brasileira, mencionados no tópico anterior, são abordados no livro didático selecionado.

O livro *Bem-Vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação* conta com um número bem variado de diálogos nas mais diversas situações de interação. A seguir selecionamos o diálogo que ocorre no hotel e analisamos o uso do pronome e sua colocação em posição de ênclise:

<p>B: Poderia mostrar-me também algum documento de identidade, por favor? [...]</p> <p>C: Aqui estamos. Onde quer que coloque sua bagagem?</p> <p>A: Pode deixá-la no chão, que eu mesmo me encarrego.</p> <p>C: Pois não. Vou abrir as cortinas e mostrar-lhe o quarto.</p>	<p>Na recepção do hotel, p. 51</p>
---	------------------------------------

O diálogo acima acontece em uma situação profissional, o funcionário interage com um cliente do hotel onde trabalha. Percebemos, com isso, um grau de formalidade em virtude da natureza da conversação. Porém, apesar do tom formal, sabe-se que, na linguagem falada, há uma maior flexibilidade quanto às regras gramaticais no tocante à colocação pronominal. No próprio livro *Bem-Vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação*, há, no apêndice final, algumas considerações no que se refere às normas gramaticais. No tópico em que mencionam a colocação pronominal, as autoras salientam que

o pronome oblíquo é facultativo e pode vir antes, depois e no meio do verbo. Há regras para sua colocação, que, na linguagem escrita, devem ser seguidas de acordo com a norma padrão. De um modo geral, especialmente na linguagem falada, no português do Brasil são usados antes do verbo. (PONCE, 2011, p. 209).

Entretanto, nos diálogos observamos a predominância da variante referente à língua escrita, ou seja, a posição de ênclise. No diálogo “Na recepção do hotel”, se tivéssemos uma representação mais próxima da fala brasileira, no lugar de *poderia mostrar-me* teríamos *poderia me*

mostrar; e, ao falar *vou mostrar-lhe o quarto*, seria mais usual *vou te mostrar o quarto* ou *vou mostrar o quarto para você/ o senhor*. Já na construção *pode deixá-la no chão*, seria mais comum ver *pode deixar no chão*; certamente, neste caso, o falante optaria pela chamada categoria vazia em vez de preenchê-la com o clítico.

Outros exemplos retirados do livro corroboram nossa hipótese de que as construções dos diálogos se aproximam mais da escrita formal do que da fala:

REP: Prazer em conhecê-la . BENE: O prazer é meu.	Vamos conhecer Benedita Costa, p.5.
---	--

No contexto da entrevista, poderíamos ver *prazer em conhecer você/ a senhora* em uma linguagem mais coloquial no lugar de *prazer em conhecê-la*, que caracteriza uma fala de maior grau de formalidade.

O diálogo seguinte é uma situação de comunicação entre uma dona de casa e o encanador que vai reparar a máquina de lavar:

João: Foi a mangueira, dona Claudete... Vou ter que voltar outro dia para trazer uma nova. Claudete: Não posso ficar sem usá-la ... quando o senhor volta?	Diálogo D, p. 86
--	------------------

Notamos a presença das formas do imperativo informal, dando um tom mais coloquial à interação, porém, ao mesmo tempo, há a insistência no uso do clítico *não posso ficar sem usá-la*, em que, como foi mencionado, caberia o uso do objeto nulo (categoria vazia) como estratégia de pronominalização referente à fala de menor grau de formalidade.

Observando o uso dos pronomes, percebemos que no caso dos oblíquos, há a preferência pelas formas *lo, la, los, las* como objeto direto, e não as formas *ele/ela* ou o objeto nulo verificados na fala. Já para o objeto indireto, a forma mais observada nos diálogos foi com o pronome *lhe*, em detrimento das formas *para ele/ ela/ você*, que seriam mais usuais na oralidade. E, por fim, os pronomes átonos foram apresentados na posição de ênclise, ao passo que, no português cotidiano, o que se realiza é a próclise.

Analisando as formas imperativas nos diálogos do livro *Bem-Vindo*, podemos retirar alguns exemplos como:

<p>— Senhoras e senhores, apertem os cintos pois vamos aterrissar em alguns minutos. Esperamos que tenham feito uma ótima viagem. Agrademos a preferência e esperamos vê-los em breve. Tenham todos um bom dia. Não esqueçam sua bagagem de mão.</p>	No avião, p. 63.
--	------------------

<p>A: Por favor, quanto custa esta caixa de chocolates? B: R\$19,50. Gostaria de levá-la? A: Sim, dê-me duas caixas, por favor.</p>	No duty-free, p. 63
--	---------------------

<p>A: Táxi! B: Pra onde, senhor? A: Leve-me pra Avenida Paulista. Dirija devagar, não tenho pressa.</p>	Ao sair do aeroporto, p. 64.
---	------------------------------

Os diálogos selecionados mostram situações de pedidos e ordens. Sabe-se que, no PB, esses atos de fala são muitas vezes indiretos, fato que não é muito explorado ao contextualizar as situações de uso. No diálogo “No avião”, as construções imperativas na fala da aeromoça são corriqueiras, dada a formalidade do discurso. Já nos diálogos que se seguem, “No táxi” e “No duty-free”, os atos de pedido e ordem soam inadequados, pois não há a tentativa de atenuar a ordem com uso dos suavizadores. Ao chegar ao duty-free, o cliente se direciona ao vendedor, e, nesse contexto, o esperado seria: *me dá duas caixas?/ gostaria de duas caixas/ eu queria duas caixas/ me vê duas caixas, por favor*. Observamos também a colocação pronominal, claramente vinculada à escrita formal.

O diálogo “Na recepção do hotel” traz uma amostra da formulação suavizadora, evidenciando uma alternativa ao uso das construções com o verbo no imperativo:

<p>B: Poderia mostrar-me também algum documento de identidade, por favor? [...]</p> <p>C: Aqui estamos. Onde quer que coloque sua bagagem?</p> <p>A: Pode deixá-la no chão, que eu mesmo me encarrego.</p> <p>C: pois não. Vou abrir as cortinas e mostrar-lhe o quarto.</p>	<p>Na recepção do hotel, p. 51</p>
--	------------------------------------

Outra estratégia de formulação de pedido/ordem é o uso do imperativo derivado do indicativo, dito informal. No diálogo D, da página 86, o uso da forma derivada do indicativo indica informalidade, mas, por outro lado, temos o uso do clítico, que não seria esperado neste contexto de uso:

<p>Claudete: Corre, Maria, Corre que está saindo água por baixo, corre e desliga que eu vou pegar um pano...</p> <p>João: Foi a mangueira, dona Claudete... Vou ter que voltar outro dia para trazer uma nova.</p> <p>Claudete: Não posso ficar sem usá-la... quando o senhor volta?</p>	<p>Diálogo D, p. 86.</p>
---	--------------------------

Para Bagno (2011), o uso do imperativo derivado do subjuntivo (formal) está relacionado à modalidade que se usa, falada ou escrita, ao contexto mais ou menos monitorado e até mesmo a origem do falante, já que essa também é uma variante regional. Em determinadas partes do Brasil há a preferência pelo uso formal do imperativo e em outras partes mantem-se o uso derivado do indicativo como uma variante típica da fala.

Observando dois contextos de conversação em ambiente de trabalho, selecionamos:

<p>Paula: [...] Por favor, diga ao chefe que estamos levando conosco muito material interessante. Um beijo. Vou passar pro Jorge.</p>	<p>(conversa de colegas de trabalho ao telefone), p. 27.</p>
<p>A: Por favor, tire uma hora a mais de almoço hoje e compre algum presente para o bebê e entregue a Alexandre por mim. Diga-lhe que ele pode tirar uma semana de licença-paternidade.</p> <p>B: Sim, senhor.</p>	<p>(Conversa entre o chefe e a secretária), p. 146.</p>

No diálogo da p. 27, temos uma conversação entre colegas de trabalho, mas, apesar de se passar no ambiente profissional, há um tom

menos formal. Porém, a variante do imperativo formal, derivada do subjuntivo, foi mantida. O diálogo da p. 146 também ocorre no ambiente de trabalho; o chefe dá as diretrizes à secretária e, também, faz o uso da forma imperativa formal, mas neste caso a relação entre os interlocutores admite essa escolha.

As amostras retiradas do livro apresentam uma tendência a utilizar a forma imperativa derivada do subjuntivo, nos diversos contextos analisados, independente do grau de formalidade e/ou monitoramento de fala, o que nos leva a crer que a abordagem predominante é a estrutural baseada na escrita formal, ao passo que a fala espontânea e coloquial é menos evidenciada e recebe pouco espaço de representação nos diálogos.

Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar diálogos impressos no livro didático *Bem-Vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação* direcionado ao ensino de português para estrangeiros, a fim de verificar como aspectos característicos da fala são mencionados nesse manual. Deste modo, selecionamos alguns dos traços específicos da fala com o objetivo de trazer uma breve explanação sobre cada um deles e observar como esses fatos diferem do que é proposto na norma gramatical, que é priorizada e ensinada nas escolas e cursos de idiomas.

E, por fim, fizemos uma análise do livro *Bem-Vindo* para observar quais traços selecionados por nós são abordados nos diálogos do livro e como é feita essa representação da fala, quais falares são priorizados e se há uma tentativa de oferecer ao estudante estrangeiro um contato maior com a totalidade de falares presentes no português do Brasil.

Como resultado da pesquisa, observamos que há a necessidade da elaboração de mais materiais que ofereçam uma concepção mais realista de língua no seu cotidiano de fala. Os diálogos precisam refletir como o ouvinte vai captar os falantes ao seu redor a fim de torná-lo apto a entender e se comunicar efetivamente no idioma que se propôs a aprender.

Referências

- ANDRADE, Oswald. *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2001.
- _____. *Objeto língua*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.
- FARACO, Carlos Alberto. *História do Português*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Os atos de linguagem no discurso*. Niterói: EdUFF, 2005.
- LEITE, Marli Quadros. Língua falada: uso e norma. In: PRETI, Dino (org.). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, FFLHC/USP, 1999.
- PONCE, Maria Harumi de; BURIM, Sílvia R.B. Andrade; FLORISSI, Susana *Bem-vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação*. 8. ed. São Paulo: SBS, 2011.
- WIDDOWSON, Henry G. *O ensino de línguas para a comunicação*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

Bilinguismo

Carla Mota Regis de Carvalho¹

Introdução

Ao longo das últimas décadas, a quantidade de pessoas que possuem uma segunda língua (L2) cresceu consideravelmente, resultando em inúmeras áreas de pesquisa interessadas na investigação de fenômenos relacionados ao bilinguismo (FINGER, 2015). Entretanto, a tarefa de caracterizar o indivíduo bilíngue mostrou-se bastante complexa e diversificada de acordo com as diferentes áreas científicas que buscam estabelecer as relações entre a língua materna (L1) e a L2 (BENETT, 2016; ZIMMER; FINGER; SCHERER, 2008).

A dificuldade em definir o bilinguismo advém das inúmeras perspectivas, dos vários critérios estabelecidos e dos diferentes contextos nos quais há possibilidade de encontrar este fenômeno. Em outras palavras, o nível de proficiência, o uso da L2, as condições individuais do bilíngue, bem como o contexto no qual ele está inserido, constituem alguns dos aspectos relacionados às diversas definições desse termo.

Saer no ano de 1922 foi um dos primeiros estudiosos a propor uma definição para o bilinguismo a partir da *Hipótese do Duplo Monolíngue*, tendo sido duramente criticado em pesquisas posteriores (GROSJEAN, 1985, 1987). Sendo assim, surgiram novas definições sobre o que significa ser bilíngue, possibilitando respeitáveis contribuições para os estudos sobre L2, tais como as noções de bilinguismo coordenado, composto

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Kenedy e bolsista CAPES.

e subordinado (ROBERT, 1939; WEIRINCH, 1953). No entanto, somente após os anos 1960, com as pesquisas de Peal e Lambert, o bilinguismo mudou de fase e passou a integrar os estudos das ciências cognitivas, tornando-se um importante componente para compreender a relação existente entre a linguagem e a cognição humana (ZIMMER; FINGER; SCHERER, 2008).

A virada nos estudos relacionados ao funcionamento da mente bilíngue possibilitou grandes descobertas acerca dos processos envolvidos na produção, na compreensão e na memória dos falantes de duas línguas (GROSJEAN, 1994). E tais descobertas suscitaram o surgimento de alguns modelos que pudessem fornecer evidências sobre os mecanismos cognitivos relacionados às duas línguas existentes na mente do indivíduo bilíngue (TOASSI; MOTA, 2015; TRAXLER, 2012).

No Brasil, as pesquisas psicolinguísticas envolvendo fenômenos relativos ao processamento da linguagem na mente de bilíngues ainda são bastante recentes, embora represente uma já consolidada área na Europa e nos Estados Unidos. Por este motivo, essa é uma área que ainda carece de mais pesquisas relacionadas ao Português Brasileiro (PB) como L1 e como L2.

Partindo do cenário acima descrito, o presente artigo apresenta as principais concepções de bilinguismo, traçando um breve panorama histórico a fim de situar os estudos desse fenômeno no escopo das ciências cognitivas. Além disso, aborda algumas das principais descobertas sobre o funcionamento da mente bilíngue relacionadas aos estudos psicolinguísticos e, por fim, propõe uma reflexão acerca dos falantes de L2 existentes no Brasil e a importância de investigar o PB a partir das perspectivas do bilinguismo.

Bilinguismo

O conceito de bilinguismo encontra algumas divergências na literatura e pode ser classificado a partir de distintos pontos de vista relacionados às variadas dimensões linguísticas, cognitivas e sociais (ZIMMER; FINGER; SCHERER, 2008). Para Grosjean (1994), esta ainda é uma das poucas áreas da linguística que apresenta muitos conceitos inadequados. Neste sentido, as muitas definições de bilíngue

compreendem desde a visão *maximalista*, para a qual o indivíduo possui controle nativo das duas línguas, até a visão *minimalista*, que se baseia na habilidade de usar algumas expressões em L2 (DÖRNYEI, 2009 *apud* LIMBERGER; BUCHWEITZ, 2012, p. 4).

Na tentativa de responder a algumas questões, tais como “o que significa ser bilíngue?” ou “o que significa conhecer duas ou mais línguas?”, foi formulada a *Hipótese do Duplo Monolíngue* (SAER, 1922), a qual descrevia o bilíngue como a junção de dois indivíduos monolíngues em uma única pessoa, com desempenho igual nas duas línguas (*apud* ZIMMER; FINGER; SCHERER, 2008, p. 3). Entretanto, tal hipótese deixou de ser válida por representar uma visão monolíngue do bilinguismo, já que o conhecimento linguístico das duas línguas nem sempre será o mesmo, justamente porque os contextos de interação e os propósitos comunicativos serão distintos ao usar cada uma das duas línguas (GROSJEAN, 1985, 1987). Assim, segundo Grosjean, o bilinguismo representa um fenômeno heterogêneo que implica diferentes níveis de proficiência relacionados às quatro habilidades linguísticas (compreensão auditiva e leitora; produção oral e escrita) e a cada um dos subcomponentes linguísticos de cada língua (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática e discurso), todavia não se refere à proficiência total em duas ou mais línguas relacionadas a estes aspectos.

A partir da teoria de Saer, surgiram muitas definições relacionadas aos estudos sobre aquisição de segunda língua, como por exemplo, distinção entre bilinguismo subordinado e coordenado (ROBERTS, 1939) que, posteriormente, foi retomada por Weirinch (1953), recebendo mais uma distinção, além das duas inicialmente propostas por Roberts, chamada bilinguismo composto. Para Weirinch, portanto, existem três tipos de bilíngue:

os bilíngues coordenados são aqueles que têm dois conjuntos de unidades significativas e dois modos de expressão para cada língua (isto significa que as palavras das duas línguas são entidades totalmente separadas); os bilíngues compostos são aqueles que têm um conjunto de unidades significativas e dois modos de expressão (palavras “equivalentes” nas diferentes línguas têm o mesmo significado) e os bilíngues subordinados são aqueles

que têm as unidades significativas da primeira língua e dois modos de expressão – o da primeira língua e o da segunda – este último aprendido por meio da primeira (neste modo, o bilíngue interpreta as palavras da língua “mais fraca” através das palavras da língua “mais forte”) (WEIRINCH, 1953 *apud* GROSJEAN, 1994, p. 5).

Assim, segundo Weirinch (1953), se o indivíduo conseguir usar as duas línguas de maneira alternada, considerando-se as condições, os objetivos e o contexto social, já pode ser considerado um bilíngue. Complementarmente a esta ideia, Macnamara (1969 *apud* RODRIGUES, 2016, p. 101) propõe que bilíngues apresentam proficiência em apenas uma das quatro habilidades linguísticas (leitura, escrita, fala e audição).

Com efeito, as concepções sobre o bilinguismo tornaram-se mais robustas a partir da década de 1960, “quando Peal e Lambert (1962) realizaram um estudo que causou grande impacto e que hoje é visto como ‘divisor de águas’” (ZIMMER; FINGER; SCHERER, 2008, p. 7). A partir deste momento, o bilinguismo passou a compor os estudos das ciências cognitivas constituindo uma significativa variável para ajudar a compreender a linguagem e sua relação com a cognição humana. Alguns anos mais tarde, Grosjean (1994) apresenta a noção de bilinguismo relacionado aos modos de ativação e processamento das línguas, assumindo a existência de um *continuum* que, segundo ele, abarca um modo monolíngue em uma extremidade, pontos intermediários ao longo de todo o *continuum* e outra extremidade na qual se encontra o modo bilíngue. Grosjean (1994) salienta que é um equívoco considerar como bilíngues apenas os indivíduos que se passam por monolíngues em cada uma de suas línguas, porque, neste caso, teremos de desconsiderar todas as pessoas que usam duas línguas regularmente, mesmo sem possuir a fluência semelhante à de um nativo.

Finger (2015) argumenta que as características dos bilíngues em termos de conhecimento e uso de linguagem não existem nos monolíngues, da mesma maneira que é virtualmente improvável um bilíngue se tornar monolíngue. Traxler (2012), por sua vez, retoma a ideia de que um bilíngue não pode representar a união de dois monolíngues ao afirmar que

as pessoas não dividem seus cérebros da mesma forma que podemos particionar um disco rígido no computador, armazenando uma língua em um local e outra em outro. As pessoas não criam um conjunto totalmente separado de processos de *input* e *output* para cada um dos idiomas que eles conhecem. Como resultado, não podemos supor que as teorias que usamos para entender os monolíngues funcionem tão bem para os bilíngues (TRAXLER, 2012, p. 415).

Em virtude de ser um fenômeno tão complexo, o bilinguismo comporta diversas definições pautadas em diferentes perspectivas de investigação. Por este motivo, é importante destacar que este artigo observa o bilinguismo a partir de questões relacionadas ao processamento da linguagem, desde o modo bilíngue até o monolíngue – nos termos de Grosjean – sob o viés da psicolinguística.

Principais descobertas

Até a década de 1960, acreditava-se que ser bilíngue representava ter uma grande desvantagem em relação ao monolíngue, mas, como dito anteriormente, após os estudos de Peal e Lambert (1962), o bilinguismo passou a ser visto a partir dos benefícios mentais resultantes do aprendizado de uma L2, transformando-se em um fenômeno capaz de promover o aumento de reservas cognitivas (RODRIGUES, 2016). Isso suscitou muitas pesquisas interessadas nos aspectos cognitivos do bilíngue, principalmente no que tange ao processamento da linguagem, isto é, aos processos envolvidos na compreensão, na produção e na memória dos indivíduos bilíngues e monolíngues (GROSJEAN, 1994).

De acordo com Traxler (2012),

grande parte da pesquisa em processamento de linguagem bilíngue nas duas últimas décadas focalizou o grau em que duas línguas compartilham recursos mentais, como espaço de armazenamento em memória de longo prazo e processos de produção da fala, como as duas línguas estão associadas umas às outras na memória de longo prazo e como a

competição entre as duas línguas é gerenciada quando são ativadas ao mesmo tempo (TRAXLER, 2012, p. 416).

Para Finger (2015), as pesquisas em psicolinguística das últimas décadas possibilitaram algumas descobertas surpreendentes sobre o bilinguismo, como por exemplo, a ativação simultânea das duas línguas em um contexto comunicacional que exija apenas o uso da língua alvo (FINGER, 2015, p. 55). Dessa maneira, os estudos mais recentes reconhecem como uma das premissas básicas do bilinguismo a competição existente entre as duas línguas na mente de um falante de L2 (TRAXLER, 2012, p. 419).

No momento da produção, os itens lexicais das duas línguas competem pelo controle dos mecanismos de *output*, do mesmo modo que a competição pela ativação e pela seleção das entradas lexicais e suas representações acontece durante a compreensão (TRAXLER, 2012). Tal competição pode fazer com que a língua não alvo, isto é, a língua que o falante não tem intenção de usar, interfira no desempenho da língua alvo ocasionando algum tipo de interferência (FINGER, 2015). No entanto, algumas pesquisas sugerem que essa competição raramente afeta bilíngues altamente proficientes, fazendo-os selecionar uma palavra “errada” por engano. Outros estudos apontam que os enganos são mais comuns em falantes menos proficientes (POULISSE; BONGAERTS, 1994 *apud* TRAXLER, 2012, p. 420) e há ainda evidências mostrando que essa ativação simultânea pode ser minimizada em casos nos quais o bilíngue é igualmente proficiente em ambas as línguas ou quando as duas línguas são altamente semelhantes (COSTA; CARAMAZZA, 1999; COSTA; MIOZZO; CARAMAZZA, 1999; COSTA; SANTESTEBAN, 2004 *apud* TRAXLER, 2012, p. 425). Nas palavras de Kroll e Bialystok (2013),

a descoberta de que as informações sobre as duas línguas estão disponíveis sempre que os bilíngues ouvem a fala, lêem e planejam enunciados falados em apenas um idioma, levou a um exame intensivo do escopo das interações entre as línguas. Em cada contexto do processamento da linguagem, há evidências de que as duas línguas se tornam ativas em paralelo e competem entre si, produzindo benefícios

quando há convergência entre as duas e custos quando as línguas divergem (KROLL; BIALYSTOK, 2013, p. 9).

Isso nos faz supor que a ativação simultânea das duas línguas implica a existência de um mecanismo capaz de selecionar apropriadamente as propriedades linguísticas da língua alvo para que o processamento aconteça com mínimo de interferência possível (KROLL; BIALYSTOK, 2013).

Assim, a busca por explicações sobre os processos cognitivos relacionados à coexistência da L1 e da L2 na mente de bilíngues e quais são as suas fontes de competição direcionou as pesquisas experimentais para a organização e o processamento do léxico mental a partir de diversos modelos, como por exemplo, o *modelo hierárquico revisado* (RHM) e o *modelo de ativação interativa bilíngue* (BIA+)². Dessa maneira, os modelos de acesso lexical têm sido extensivamente explorados na literatura a fim de que seja possível compreender diversos mecanismos relacionados ao funcionamento da mente bilíngue a partir de tarefas de nomeação de figuras, tradução, leitura de sentenças, decisão lexical, dentre outras, aplicadas majoritariamente a falantes bilíngues de L1 inglês e de L2 espanhol ou francês. Tais pesquisas fornecem importantes contribuições para os estudos cognitivos sobre o bilinguismo, no entanto, esta é uma área que ainda carece de muitas investigações.

Por que estudar o bilinguismo no Brasil

O bilinguismo, segundo Grosjean (1994), não está presente apenas nos países oficialmente bilíngues, mas em praticamente todos os países do mundo, em todas as faixas etárias e em todas as classes sociais. Calcula-se, inclusive, que metade da população mundial, ou até mais, fala mais de uma língua. Nos Estados Unidos e no Canadá, aproximadamente 60% da população utiliza uma L2 em áreas urbanas e na Europa cerca de 56% da população é bilíngue (BIALYSTOK, 2012).

O Brasil é oficialmente um país monolíngue falante de PB, mas também possui muitos falantes de línguas indígenas, de línguas de imigração e falantes de espanhol que vivem nas áreas fronteiriças

2 Ver Toassi e Mota (2015) e Traxler (2012), para uma síntese de estudos.

constituindo, portanto, um país falante de PB como L1 e diversas línguas como L2 - em determinadas regiões (BENETT, 2016). Por este motivo, mostra-se um campo fértil para pesquisas interessadas em fenômenos relacionados ao bilinguismo. Entretanto, os estudos com falantes bilíngues no Brasil são bastante recentes na área da psicolinguística, ao contrário do que acontece nos Estados Unidos e no Canadá onde essa área de pesquisa possui uma tradição bastante consolidada (FINGER, 2015).

Esse país de enorme extensão territorial apresenta distintos grupos de bilíngues falantes de português brasileiro L2 como os indígenas e os descendentes de imigrantes, além dos falantes de PB L1 que aprendem uma segunda língua em contextos de escolas bilíngues e em cursos de idiomas durante a infância ou na fase adulta (BENETT, 2016). Mesmo assim, o atual cenário de pesquisas envolvendo bilíngues brasileiros ainda se mostra bastante raro (ZIMMER; FINGER; SCHERER, 2008). Nesta perspectiva, este artigo evidencia a necessidade de investigações psicolinguísticas relacionadas ao processamento de L2 nos diversos grupos bilíngues existentes no país.

As pesquisas em psicolinguística do bilinguismo podem oferecer para o Brasil importantes contribuições acerca do processamento linguístico bilíngue de crianças e de adultos, bem como sobre as consequências da interação linguística da L1 com a L2 em tarefas de produção e compreensão que envolvem o processamento de sons, de palavras, de frases e até do texto/discurso (FINGER, 2015).

Considerações finais

O bilinguismo se apresenta como um fenômeno cada vez mais relevante para as pesquisas relacionadas à linguagem e à cognição humana. E apesar de possuir inúmeras divergências, os estudos nesta área se mostram bastante consistentes, permitindo diversas abordagens de investigação a partir de diferentes perspectivas (GROSJEAN, 1994).

O presente estudo teve como objetivo situar os estudos sobre o bilinguismo no campo das ciências cognitivas, principalmente da psicolinguística, a fim de que fosse possível compreender o quão recentes são estas áreas nos estudos relacionados aos falantes de duas línguas. Para tanto, foi traçado um panorama explicitando as diferentes concepções existentes nas

últimas décadas a respeito do que significa ser bilíngue, desde a Hipótese do Duplo Monolíngue (SAER, 1922) até a existência de um *continuum* constituído por dois pontos extremos, um no modo monolíngue e outro no modo bilíngue, além de pontos intermediários de processamento e ativação das línguas ao longo de todo o *continuum* (GROSJEAN, 1994).

Além disso, foram abordadas algumas contribuições importantes acerca do bilinguismo, dentre as quais encontramos o fenômeno conhecido na literatura como ativação simultânea/paralela ou interação interlinguística que, para Finger (2015), representa uma das mais impactantes descobertas nas pesquisas sobre o bilinguismo. Tal fenômeno suscitou pesquisas com falantes bilíngues de L1 inglês e de L2 espanhol ou francês, sob o viés psicolinguístico, a fim de investigar quais são as fontes de competição entre as L1 e L2 na mente do bilíngue a partir de modelos de acesso lexical (TRAXLER, 2012; TOASSI; MOTA, 2015). Isso possibilitou muitas contribuições para os estudos em psicolinguística do bilinguismo.

Na sequência, discorreu-se sobre as diversas comunidades bilíngues existentes no Brasil, chamando atenção para a escassez de estudos relacionados aos indivíduos bilíngues brasileiros tanto os que possuem o português brasileiro L1, como aqueles cuja L2 é o PB. Neste sentido, este artigo ressalta a importância de que mais pesquisas sobre o bilinguismo sejam feitas no Brasil, acreditando que as abordagens experimentais da psicolinguística podem contribuir para a investigação do processamento linguístico de bilíngues brasileiros, bem como para a consolidação dos estudos sobre esse fenômeno tão complexo relacionado ao PB.

Referências

- BENETT, A. C. *Os efeitos do bilinguismo na memória de trabalho de jovens adultos sul-brasileiros*, 2016, (Dissertação de Mestrado em Letras) – Centro Universitário Ritter dos Reis, Faculdade de Letras, Porto Alegre, RS.
- FINGER, I. *Psicolinguística do Bilinguismo*. In: REBELLO, L. S.; FLORES, V. N. (orgs.). *Caminhos da Letras: uma experiência de integração*. Porto Alegre: Ed. Instituto de Letras/UFRGS, p. 47-60, 2015.

- GROSJEAN, F. The bilingual as a competent but specific speaker-hearer. In: *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, v. 6, p. 467-477, 1985.
- _____. Neurolinguists, beware: the bilingual is not two monolinguals in one person. In: *Brain and Language*, 36, p. 3-15, 1989.
- _____. Individual Bilingualism. Tradução por Heloísa Augusta Brito de Melo; Dilys Karen Rees. In: *Revista UFG*, n. 5, dez. [1994] 2008.
- KROLL, J. F.; BIALYSTOK, E. Understanding the consequences of bilingualism for language processing and cognition. In: *Journal of Cognitive Psychology*, v. 25, p. 497-514, 2013.
- LIMBERGER, B.; BUCHWEITZ, A. Estudos sobre a relação entre bilinguismo e cognição: o controle inibitório e a memória de trabalho. In: *Revista Letrônica*, v. 5, n. 3, p. 67-87, 2012.
- RODRIGUES, L. R. Percorso histórico dos estudos sobre bilinguismo: de causador de ‘confusão mental’ a promotor de reserva cognitiva. In: *Via Litterae*, v. 8, p. 99-116, 2016.
- SAER, D. J. The Effects of bilingualism on intelligence. In: *British Journal of Psychology*, v. 14, p. 25-38, 1992.
- TOASSI, P. F. P.; MOTA, M. B. Acesso lexical de bilíngues e multilíngues. *Acta Scientiarum*. In: *Language and Culture (Online)*, v. 37, p. 393-404, 2015.
- TRAXLER, M. Bilingual Language Processing. In: *Introduction to Psycholinguistics: Understanding Language Science*, First Edition. Boston, MA: Wiley-Blackwell, p. 415-446, 2012.
- ZIMMER, M.; FINGER, I.; SCHERER, L. Do bilingüismo ao multilingüismo: intersecções entre a psicolingüística e a neurolingüística. In: *ReVEL*, vol. 6, n. 11, p. 1-28, 2008.

BLOCO 7

PSICOLINGUÍSTICA

Aspecto cognitivo da familiaridade em metáforas

Gladiston Alves da Silva¹

Introdução

Relegada ao papel de mera coadjuvante pelos acadêmicos que estudam o processamento de metáforas, a familiaridade é resgatada nesta pesquisa e colocada no seu devido lugar de importância, afinal, nem só de convencionalidade e “aptness” vive uma expressão metafórica. Na verdade, nenhuma área da cognição ou mesmo de um organismo é capaz de se sustentar por um único e exclusivo meio. Daí a necessidade de reconhecer o equilíbrio realizado pela familiaridade no modo de processar uma metáfora.

Para resolver algumas questões preliminares, ainda dentro de um plano mais geral, é necessário fazer a seguinte indagação: as metáforas são mais aceitáveis no modelo gramatical de comparação ou no modelo gramatical de declaração? Alguns advogados são como tubarões ou alguns advogados são tubarões? O que parece mais natural para o falante do português brasileiro?

Bowdle e Gentner, em diversos estudos (BOWDLE; GENTNER, 2005; GENTNER; BOWDLE, 2001; BOWDLE; GENTNER, 1999), desenvolveram a teoria da carreira da metáfora, encontrando evidências, através de pesquisa experimental, de que, quando as metáforas surgem na linguagem, sendo, portanto, novas ou de baixa convencionalidade, são processadas, exclusivamente, através do modelo gramatical

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, GEPEX/UFF, Universidade Federal Fluminense, Orientador: Eduardo Kenedy, Linha de Pesquisa Teoria e análise linguística.

de comparação, enquanto metáforas altamente convencionalizadas são processadas, opcionalmente, por declaração ou comparação.

Nesse aspecto, notamos que quase todos os estudos realizados para explicar o fenômeno psicolinguístico de processamento de metáfora, até então, tiveram seu olhar voltado para a convencionalidade do veículo metafórico. Nesse sentido, foi com base na convencionalidade que Janus e Bever (1985) defenderam o processamento indireto de metáforas através do Modelo Pragmático Padrão, mencionado por Searle (1979). Por outro lado, outros estudiosos também se ampararam na convencionalidade do veículo para sustentarem que as metáforas são interpretadas diretamente, como, por exemplo, Ortony et al. (1978) e Glucksberg et al. (1982).

O presente trabalho, para aferir a interferência da familiaridade no processamento de metáforas, buscou avaliar se o alto grau de familiaridade em metáforas pouco convencionalizadas e o baixo grau de familiaridade em metáforas altamente convencionalizadas poderia interferir nesse processamento, mudando o modo de aceitabilidade do modelo gramatical de comparação ou declaração.

Algumas teorias sobre o processamento de metáforas

Inicialmente, é importante destacar que há várias pesquisas sobre o processamento de metáforas e, nesta seção, abordaremos dois estudos especificamente. Porém, antes disso, é necessário destacar que as metáforas violam as máximas da interação formuladas por Grice (1975), uma vez que, literalmente, são consideradas declarações falsas. Nessa linha de raciocínio, pode-se indicar como exemplo a expressão “Alguns advogados são tubarões”², que viola a máxima de qualidade ao afirmar fato sabidamente inverídico. Nesse sentido, as metáforas, a princípio, precisariam ser processadas, na mente humana, de modo indireto, observando-se os 3 estágios previstos no chamado Modelo Pragmático Padrão – SPM (SEARLE, 1979). Tal modelo assume, como primeiro estágio de processamento, a interpretação literal da expressão metafórica e, como esse processo resulta numa análise anômala em

2 O exemplo é uma adaptação de Ricci (2016), em PB, de *My lawyer is a shark*, que se encontra em Glucksberg (1998) e em Dulcinati (2014).

face do conteúdo, busca-se uma segunda opção de interpretação não literal que seja adequada.

Glucksberg (2003) – A psicolinguística da metáfora

Glucksberg (2003) esclarece que metáforas bem convencionalizadas criam categorias que possibilitam o empréstimo do nome de um exemplar específico para uso de uma nova categoria decorrente da utilização de uma característica restrita desse nome. Assim, na metáfora “Meu advogado é um tubarão”, o termo “tubarão” pode ser utilizado no sentido metafórico para qualquer ser vicioso e predatório.

Deste modo, Glucksberg (2003) questiona o modelo pragmático padrão que vem dominando esse tema desde Aristóteles, chamando a atenção para o fato de que uma das regras da conversação é que o que está sendo dito deve ser verdadeiro e, por isso, precisa fazer um sentido coerente. Uma das maneiras de fazer a correção da expressão metafórica seria transformar tais expressões em literalmente verdadeiras através do modelo gramatical de comparação, como “Alguns advogados são como tubarões”.

Glucksberg (2003) afirma que as pessoas não podem ignorar as metáforas, mesmo que significados literais façam sentido dentro do contexto discursivo em que essas se encontrem. Para sustentar essa hipótese, Glucksberg modelou seu experimento, levando em consideração a demonstração clássica do *efeito Stroop*, a fim de indicar que as pessoas não podem ignorar significados metafóricos. Conforme ficou evidenciado no conhecido teste de Stroop (1935), em que se apresentavam palavras impressas em várias cores e se pedia aos participantes da tarefa experimental para nomear a cor da tinta em que uma palavra era impressa – mas não ler as próprias palavras, as pessoas não puderam inibir a leitura das palavras que foram apresentadas.

Desta feita, Glucksberg (2003) desenvolveu um modelo de experimento em que se criaram sentenças literalmente falsas, mas metaforicamente verdadeiras, como “algumas estradas são serpentes” e “alguns escritórios são icebergs”. Aos participantes foram mostradas sentenças, uma de cada vez, que deveriam ser julgadas como literalmente verdadeiras ou falsas. Nos testes foram utilizados quatro tipos de frases: (i)

literalmente verdadeiras, p. ex. “Algumas frutas são maçãs”; (ii) literalmente falsas, p. ex. “Algumas frutas são tabelas”; (iii) metáforas, p. ex. “Alguns trabalhos são cadeias” e “alguns cirurgiões são açougueiros”; (iv) metáforas misturadas, p. ex. “alguns trabalhos são açougueiros” e “algumas estradas são cadeias”. Como se vê, as metáforas eram literalmente falsas afirmações, mas eram facilmente interpretáveis se tomadas de forma não literal. As metáforas misturadas também eram literalmente falsas, mas não prontamente interpretáveis.

Os resultados foram claros para o autor: as pessoas tinham dificuldade de aceitar metáforas como expressões literalmente falsas, em razão do efeito do veículo metafórico, da mesma maneira que Stroop interpretou seu efeito de interferência cor/palavra. De toda a pesquisa, restaram evidências concretas de que o efeito de interferência da metáfora reflete a compreensão da metáfora e não qualquer outra situação advinda da relação entre o tópico e o veículo metafórico.

Bowdle e Gentner (2005) – A carreira da metáfora

É a partir de Bowdle e Gentner (2005) que se construirá a metodologia desta pesquisa, na forma dos desenhos experimentais, adaptados ao PB. É importante frisar que essa teoria já vinha sendo costurada há tempos, por exemplo, por Gentner e Bowdle (2001). A hipótese da carreira da metáfora prediz que as categorias metafóricas podem ser criadas durante o curso da compreensão da metáfora sob a forma de esquemas relacionais abstratos. Porém, essa hipótese difere do modelo de categorização de Glucksberg de duas maneiras principais: (i) as categorias metafóricas são derivadas da estrutura relacional comum dos conceitos de tópico e veículo e não apenas do conceito do veículo; (ii) as categorias metafóricas são criadas como um subproduto das comparações figurativas e, assim, não afetam a interpretação dessas comparações.

Bowdle e Gentner (2005) explicam que as metáforas convencionais (altamente convencionalizadas) envolvem os veículos que se referem a um conceito literal e a uma categoria metafórica associada. Por exemplo, em “Algumas sogras são cobras”, o veículo “cobra” tem dois sentidos intimamente relacionados, quais sejam: “um réptil de corpo alongado que pode possuir ou não veneno” e “qualquer pessoa

astuciosa e falsa”. Por serem polissêmicas e altamente convencionalizadas, essas metáforas podem ser interpretadas como comparações, combinando o conceito do tópico com o significado literal do veículo, ou como declaração, ao considerar o conceito do tópico como um membro da categoria metafórica superordenada pelo veículo. Assim, a carreira da metáfora afirma que as metáforas novas (ou de baixa convencionalidade) são interpretadas prioritariamente por comparação, enquanto metáforas convencionais (altamente convencionalizadas) são interpretadas, opcionalmente, por comparação ou por declaração.

Para sedimentar a hipótese da Carreira da Metáfora, Bowdle e Gentner (2005) idealizaram uma série de experimentos baseados nas evidências principais já indicadas. Desta forma, após a aplicação dos experimentos, que é quase um espelhamento do que será transcrito mais a frente, os resultados mostraram que as metáforas novas (de baixa convencionalidade) obtiveram a média de 2,81 pontos (numa escala de 1 a 10, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor a aceitação como comparação), enquanto as metáforas convencionalizadas (altamente convencionalizadas) obtiveram 4,35 pontos (quanto mais próximo de 10, melhor a aceitação como declaração e quanto mais próximo de 5, a aceitação seria opcional).

Descortinando a familiaridade no tripé metafórico

Com os estudos de Glucksberg (2003), bem como com a hipótese da carreira da metáfora (BOWDLE; GENTER, 2005; GENTER; BOWDLE, 2001; BOWDLE; GENTER, 1999) e ainda com Ricci (2016), que ranqueou um conjunto de metáforas em convencionalidade, familiaridade e *aptness*, foi possível estudar a interferência da familiaridade no processamento das metáforas.

Para testar nossa hipótese de que a familiaridade tem relevância no modo de processamento de uma expressão metafórica, foram criados quatro experimentos, tendo como base os testes produzidos em Bowdle e Gentner (2005). Entretanto, é importante frisar que os resultados de todos eles possuem certa semelhança e, por essa razão, neste artigo vamos nos reportar apenas ao Experimento 3, por julgarmos mais amplo.

Experimento e materiais

Esse experimento de preferência pela forma gramatical é similar ao que se encontra descrito em Bowdle e Gentner (2005, Experiment 1: *Gramatical Form Preferences*, p. 200-202). As expressões metafóricas utilizadas como estímulos foram selecionadas com base em 2 *norming studies* de metáforas nominais do PB, metáforas que obedecem à forma “alguns X são Y” (p. ex.: “algumas mulheres são furacões”), que se acha disponível em Ricci (2016, Apêndices A e B). Deste ranqueamento, foram selecionadas, para esta pesquisa, metáforas altamente convencionalizadas, mas com baixa familiaridade, bem como metáforas com baixo grau de convencionalidade, mas altamente familiares, conforme tabela abaixo:

Excerto de tabela com os 8 estímulos do Experimento 3 e as médias de familiaridade e convencionalidade.

Expressões	Convencionalidade	Familiaridade
Alguns carros são abacaxis.	98,75%	40,74%
Alguns jóqueis são palitos.	96,20%	53,09%
Algumas estradas são serpentes.	92,41%	58,02%
Alguns vizinhos são sapos.	90,51%	41,98%
Algumas frases são pérolas.	46,84%	96,30%
Alguns cérebros são computadores.	48,73%	96,30%
Algumas despesas são facadas.	66,46%	97,53%
Algumas notícias são bombas.	73,42%	96,30%

Fonte: Ricci (2016, Apêndices A e B - Tabela B)

As 8 metáforas em questão foram também reescritas na forma de comparação, restando assim 16 expressões metafóricas para serem avaliadas pelos participantes. Foram adicionadas mais 32 expressões literais, dispostas da seguinte maneira: 8 na forma de comparação e mais 8 do mesmo modelo em declaração, p. ex.: “morcego é como pássaro” vs. “morcego é pássaro”; 8 na forma de declaração e mais 8 do seu próprio modelo em comparação, p. ex.: “poltronas são móveis” vs. “poltronas são como móveis”. É importante frisar que, no modelo de

comparação de frase literal, esta deve ser julgada preferível, ou seja, “morcego é como pássaro”. Já no modelo de declaração de frase literal, a própria declaração é que deve ser julgada preferível, ou seja, “poltronas são móveis”.

Participantes e procedimentos

A pesquisa geral contou com a participação de 120 falantes/leitores nativos do PB, cooptados voluntariamente dentre os estudantes de diversas graduações da Universidade Federal Fluminense. As sessões foram realizadas em uma sala do Instituto de Letras da UFF, adequadamente iluminada e refrigerada para garantir um ambiente silencioso e propício à realização da tarefa proposta. Cada sessão reuniu apenas 1 participante por vez, que ficou devidamente acomodado de modo a não ter sua atenção voltada para qualquer outro evento. O participante recebeu um bloco do qual constava: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Ficha de Identificação, Formulário de Aquecimento e Formulário do Experimento, parcialmente indicado abaixo:

QUESTIONÁRIO DE PSICOLINGUÍSTICA EXPERIMENTAL – BANCA 1

Instrução: Observe os pares de expressões e assinale na escala, UMA nota para cada expressão, conforme sua **PREFERÊNCIA PELA FORMA GRAMATICAL**.

Todos os legumes são vegetais.	⑤④③②①①_①②③④⑤	Todos os legumes são como vegetais.
Algumas estradas são como serpentes.	⑤④③②①①_①②③④⑤	Algumas estradas são serpentes.
Todos os morcegos são pássaros.	⑤④③②①①_①②③④⑤	Todos os morcegos são como pássaros.
Algumas notícias são bombas.	⑤④③②①①_①②③④⑤	Algumas notícias são como bombas.

Hipótese

Hipótese nula: as preferências pela forma gramatical das expressões não correspondem à familiaridade ou convencionalidade das

expressões e dos veículos metafóricos, mas à variabilidade randômica das decisões dos participantes.

Hipótese de pesquisa: o resultado deverá ser diferente do esperado pela hipótese da carreira da metáfora, *The career of metaphor* (BOWDLE; GENTER, 2005; GENTER; BOWDLE, 2001; BOWDLE; GENTER, 1999), pois haverá a interferência da familiaridade tanto nas metáforas altamente convencionalizadas quanto nas de baixa convencionalidade. Desta feita, poderá ocorrer uma mudança no modo de processamento das metáforas, porém esta mudança tenderá a se refletir na familiaridade da expressão e não na convencionalidade do veículo, ou seja: comparação, nas metáforas de alta convencionalidade e baixa familiaridade para, opcionalmente, categorização ou comparação, em metáforas de baixa convencionalidade e alta familiaridade.

Resultados

Seguindo a mesma metodologia dos experimentos realizados anteriormente, este experimento comportou uma avaliação das expressões que variavam numa escala de “0” a “5”, sendo que, neste quesito, especificamente, é importante salientar que um mesmo participante deveria dar nota para ambas as formas das expressões metafóricas.

Da análise dos dados referentes às expressões tidas como distratoras, verificou-se que os participantes entenderam bem o modelo gramatical de declaração e comparação e, desta feita, os resultados foram bastante positivos, demonstrando o grau de comprometimento com a pesquisa. Uma síntese desse resultado está estampada na tabela a seguir³.

3 Em todas as análises estatísticas apresentadas neste capítulo, utilizou-se o teste proporcional denominado “Qui-quadrado de Pearson” (X^2), com correção de continuidade. O nível de significância, como convencional na área da psicolinguística experimental, foi fixado em 0,95. Todos dados quantitativos desta pesquisa foram tratados no Software ActionStat (www.portaction.com.br), que é uma adaptação de interface para o Microsoft Excel do robusto pacote estatístico R (www.rstudio.com). Nas referências ao teste X^2 , usou-se a abreviatura “dif. sig.” (diferença significativa) para indicar p-valor igual ou inferior 0,05.

Experimento 3 – Tabela de Resultados 5

CATEGORIZAÇÃO	SIMILARIDADE
MÉDIAS DECLARAÇÃO LITERAL Consistente (esperado): 4,7937	MÉDIAS COMPARAÇÃO LITERAL Consistente (esperado): 3,44375
COMPARAÇÃO LITERAL Inconsistente: 1,2625	DECLARAÇÃO LITERAL Inconsistente: 1,275
Tabela das expressões literais (declaração e comparação). Escala de 5 pontos. Categorização: declaração x comparação: dif. sig. $X^2 = 5216$, $p < .05$. Similaridade: comparação x declaração: dif. sig. $X^2 = 1884$, $p < .05$. Categorização x similaridade consistente: dif. sig. $X^2 = 1252$, $p < .05$. *Categorização x similaridade inconsistente: dif. não sig. $X^2 = 0,076$, $p > .05$.	

Os resultados das expressões metafóricas são bastante expressivos e, aqui, se amoldam perfeitamente à hipótese levantada, pois as metáforas de alta convencionalidade e baixa familiaridade foram mais bem avaliadas na forma de comparação do que na forma de declaração, havendo uma diferença substancial de 2,1 pontos, enquanto as metáforas de baixa convencionalidade e alta familiaridade tiveram notas quase que semelhantes, com uma pequena diferença (0,063) a favor da forma de declaração. Uma síntese desse resultado está estampada na tabela abaixo.

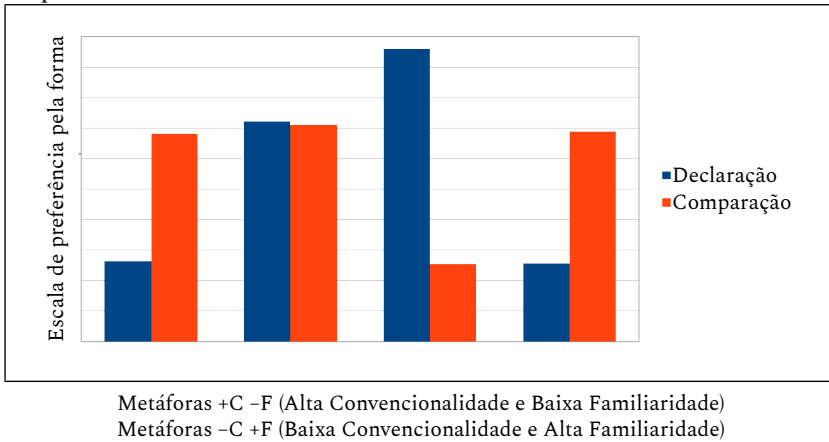
Experimento 3 – Tabela de Resultados 6

Metáforas de Alta Convencionalidade e Baixa Familiaridade	Metáforas de Baixa Convencionalidade e Alta Familiaridade
MÉDIAS DECLARAÇÃO: 1,313 COMPARAÇÃO: 3,413 Diferença: 2,1	MÉDIAS DECLARAÇÃO: 3,613 COMPARAÇÃO: 3,55 Diferença: 0,063
Tabela das expressões metafóricas (declaração e comparação). Escala de 5 pontos. Alta conv. e baixa fam. declaração x comparação: dif. sig. $X^2 = 1797$, $p < .05$. * Baixa conv. e alta fam. declaração x comparação: dif. não sig. $X^2 = 91,89$, $p > .05$. Alta. conv. e alta fam. x baixa conv. e alta fam. declaração: dif. sig. $X^2 = 2114$, $p < .05$. Alta. conv. e alta fam. x baixa conv. e alta fam. comparação: dif. sig. $X^2 = 8,74$, $p < .05$.	

Os dados coletados possuem grande robustez para sinalizar que as metáforas de alta convencionalidade e baixa familiaridade são processadas por um modelo de alinhamento em que se busca características do tópico e do veículo para interpretar a expressão, ao passo que as metáforas de baixa convencionalidade e alta familiaridade são processadas por um modelo de categorização em que se domina a categoria relacionada

ao veículo e faz-se a inclusão do tópico nessa categoria, sem precisar de comparação para isso. O gráfico abaixo traz essa representação.

Experimento 3 – Gráfico dos Resultados 3



Conclusão

Os resultados obtidos em relação às metáforas do grupo de alta convencionalidade e baixa familiaridade se adequaram perfeitamente à hipótese levantada neste trabalho, tendo em vista que houve uma preferência expressiva pela forma de comparação dessas expressões. Já em relação às metáforas de baixa convencionalidade do veículo e alta familiaridade da expressão, os participantes demonstraram uma opcionalidade na escolha dos modelos gramaticais, tanto que as notas no modelo de declaração são compatíveis com relação às notas no modelo de comparação.

Além dessas evidências, outras surgiram e parecem dar sustentação à metodologia que foi utilizada nesta pesquisa. Tais evidências se referem às expressões que foram usadas como distratoras para aferir o domínio dos participantes em relação ao uso das declarações literais e comparações literais. Nos testes realizados por Bowdle e Gentner (2005), as declarações literais tiveram expressiva avaliação por parte dos participantes, o que também ocorreu no experimento realizado em que os participantes avaliaram de forma altamente produtiva as expressões

categorías literais. Por outro lado, Bowdle e Gentner (2005) também observaram que as comparações literais não tiveram avaliação tão expressiva quanto as declarações e, inclusive, suas notas avaliativas se assemelhavam bastante às notas das expressões metafóricas novas (ou de baixa convencionalidade). No caso do nosso experimento, os participantes avaliaram estas comparações literais quase que da mesma forma que as metáforas de alta convencionalidade e baixa familiaridade, o que vem trazer mais evidências à hipótese de interferência da familiaridade nesse processo, robustecendo ainda mais as análises que foram produzidas, conforme pode ser visto no gráfico acima do Experimento 3.

Finalmente, com base nas pesquisas realizadas e na comparação dos resultados e das análises do conjunto dos experimentos, encontraram-se evidências de que a familiaridade da expressão metafórica tem muita relevância no processamento psicolinguístico, causando interferência no modo de compreensão, podendo, inclusive, levar o ouvinte/falante a preferir, exclusivamente, o modelo de comparação, ou, opcionalmente, declaração ou comparação, a depender do índice de familiaridade da expressão.

Referências

- BOWDLE, B.; GENTNER, D. *Metaphor comprehension: From comparison to categorization*. Proceedings of the twenty-first annual conference of the cognitive science society. 1999. p. 90-95.
- BOWDLE, B. F.; GENTNER, D. The career of metaphor. *Psychological Review*, vol. 112, No. 1, American Psychological Association, p. 193-216, 2005.
- GENTNER, D.; BOWDLE, B. F. Convention, Form, and Figurative Language Processing. *Metaphor & Symbol*, 16 (3&4). Lawrence Erlbaum Associates, Inc., p. 223-247, 2001.
- GLUCKSBERG, S. How metaphors create categories – quickly. In: GIBBS, R. W. *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Cambridge University Press, p. 67-83, 2008.
- GLUCKSBERG, S. et al. On understanding nonliteral speech: can people ignore metaphors? *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 21, p. 85-98, 1982.

- GRICE, H.P. Logic and Conversation. In: COLE, P. & MORGAN, J.L. (eds.). *Syntax and Semantics, Vol. 3, Speech Acts*. New York: Academic Press, p. 41-58, 1975.
- JANUS, R.; BEVER, T. Processing of metaphoric language: an investigation of the three-stage model of metaphor comprehension. *Journal of Psycholinguistic Research*, v. 14, n. 5, p. 473-487, 1985.
- ORTONY, A.; SCHALLERT, D.; REYNOLDS, R.; ANTOS, S. Interpreting metaphors and idioms: Some effects of context on comprehension. *Journal of verbal learning and verbal behavior*, v. 17, n. 4, p. 465-477, 1978.
- RICCI, A. *O processamento psicolinguístico da metáfora: um estudo experimental no PB*. Dissertação defendida no Mestrado de Estudo da Linguagem. Niterói: UFF, 2016.
- SEARLE, J. Metaphor. In: ORTONY, A. *Metaphor and thought*. 2nd edition. New York. Cambridge University Press, p. 83-111, 1993 [1979].
- STROOP, J. R. Studies of interference in serial verbal reactions. *Journal of Experimental Psychology*, v. 18, p. 643-662, 1935.

BLOCO 8

PROSÓDIA

O que é a prosódia? Uma visão diacrônica

Helicéa Paiva Nascimento da Silva

O que é a prosódia?

Visão diacrônica

Etimologicamente, *prosódia* é um termo que vem do grego, formado por *pros*, junto, e *odé*, canto. Essa concepção atribui à prosódia a significação de melodia que acompanha o discurso e, na língua grega, o acento melódico que a caracteriza. Pesquisas levam a crer que o termo prosódia tenha sido empregado pela primeira vez na República de Platão, em 399 a.C., opondo o conteúdo segmental (fonema) a variações melódicas (suprasegmentais), presentes em formas de narrativas por imitação. “[...] Essas variações melódicas são comparadas a narrativas por imitações semelhantes ao canto ou em sintonia com o canto.” (LIDDEL; SCOTT; JONES, 1996).

Barros (1540, p. 60), em sua *Grammatica da lingua portugueza*, menciona que os latinos “partem a sua gramática em quatro partes: Ortografia, que trata da letra; Prosódia, que trata da sílaba; Etimologia, que trata da dicção e Sintaxe, que responde pela construção”.

Meldola (1735) escreve uma obra em forma de perguntas e respostas entre um mestre e seu discípulo, na qual se encontra o seguinte trecho:

- Que coisa é a prosódia?
- A prosódia vem a ser a medida do tom ou bem dos acentos, ensinam sobre quais sílabas devemos pousar, levantar ou fixar a voz, atentando por ali quais sílabas são longas e quais são curtas ou breves. (MELDOLA, 1735)

Nota-se, nessa resposta, a percepção do autor para o fato de as sílabas serem longas ou breves em consequência da incidência de dois traços prosódicos (o tom e o acento) atuando sobre elas. Mas estes não são os únicos traços prosódicos reconhecidos na Antiguidade. Também a quantidade, ou modo como as sílabas devem ser pronunciadas, é reconhecida como um traço prosódico por Barbosa (1821), em sua *Grammatica philosophica da lingua portugueza*, na qual o título de um dos capítulos dedicados à prosódia é: “*Das modificações prosódicas acrescentadas aos vocábulos; e primeiro, das que nascem da quantidade*”. Barbosa considera, ainda, a prosódia como uma orientação para uma boa pronúncia, e faz um estudo descritivo de algumas características do som:

[...] a Orthoepia [...] compreende não só o conhecimento dos sons fundamentais, que fazem o corpo dos vocábulos, mas também, as modificações musicais a que os mesmos são suscetíveis, relativas ao canto ou melodia, chamadas acentos, ou ao compasso e ritmo nascidos da quantidade de sílabas. Esta parte musical da Orthoepia, ou boa pronúncia, tem o nome de Prosódia, da qual o maior número de gramáticos fez uma das quatro partes da gramática. (BARBOSA, 1821, p. 55)

Seguindo a linha temporal, encontramos referência à prosódia em Azevedo (1880, p. 85), em sua *Grammatica Nacional*, na qual a prosódia é descrita como “a parte da gramática que trata dos diferentes sons com que se pronunciam as palavras, e assim trata a pronúncia das vogais, das consoantes e dos ditongos, da sílaba predominante e das regras ortográficas”.

Em David e Mendes (1891), o tema da aproximação entre a prosódia e as regras ortográficas é retomado, o que faz supor que a pronúncia correta, em relação à língua escrita, fosse o principal objetivo dos estudos gramaticais consagrados à prosódia. Em seu *Curso de Grammatica portugueza*, os autores tratam do alfabeto, analisam os ditongos e as sílabas, no capítulo dedicado à prosódia.

Voltamos a encontrar a prosódia em Bechara (1969, p. 37), para quem a mesma está incluída na parte dedicada à fonética, definindo-a como “a parte da fonética que trata da correta acentuação e entoação

dos fonemas, sendo a sua preocupação maior o conhecimento da sílaba predominante, chamada tônica”.

Para Cunha (1970, p. 86), assim como para Cunha e Cintra (1984, p. 122), a palavra prosódia é utilizada apenas como sinônimo de pronúncia correta.

Deixando as gramáticas um pouco de lado e procurando o verbete em dicionários de linguística, encontramos no *Dicionário de Linguística e Gramática*, de Câmara Jr. (1977, p. 202), a seguinte definição de prosódia: “Parte da fonologia referente aos caracteres da emissão vogal que se acrescentam à articulação propriamente lida dos sons da fala, como em português o acento e a entoação”.

Mateus (1982, p. 211), em seu *Dicionário de Termos Linguísticos*, define-a como “o estudo da natureza e funcionamento das variações de tom, intensidade, e duração na cadeia da fala”.

Crystal (1994), no *Dictionary of Linguistics and Phonetics*, define prosódia como sendo “a term used in suprasegmental phonetics and phonology to refer collectively to variations in pitch, loudness, time and rhythm”¹; estávamos então sendo apresentados a outros traços prosódicos: o tom, a intensidade, o eixo das oposições entre graves e agudos ou *pitch*, o volume, ou *loudness*, o tempo e o ritmo.

Mateus (2003, p. 26), refere-se à prosódia como “um ramo da linguística que investiga as propriedades fônicas da cadeia da fala que contribuem para a interpretação do significado e determinam o ritmo da frase”.

Dubois *et al.* define prosódia como sendo o que:

[...] estuda os traços fônicos que nas diferentes línguas, afetam as sequências cujos limites não correspondem ao desmembramento da cadeia da fala em fonemas, sejam eles inferiores, como as moras, ou superiores como a sílaba ou partes diferentes da palavra ou da frase. A prosódia é, pois, uma parte da fonologia, tal qual a fonemática, que estuda unicamente as unidades fonemáticas. Tradicionalmente, limita-se a prosódia ao estudo de três elementos, tais como o acento dinâmico (ou acento de energia, ligado à maior ou menor força com a qual o ar é expelido dos pulmões),

1 Um termo usado na fonologia e fonética suprasegmentais para se referir coletivamente a variações em *pitch*, *loudness*, tempo e ritmo. (tradução livre)

o acento de entonação (ou acento de altura, ligado à maior ou menor frequência do som fundamental), e a duração (ou quantidade, ligada à sustentação maior ou menor do fonema). (DUBOIS, 2006, p. 492)

No nível prosódico, analisam-se os fenômenos fonéticos e fonológicos que envolvem unidades mais vastas do que os fonemas, como a sílaba, a palavra ou a frase. É no nível prosódico que se estudam os processos entoacionais, rítmicos ou o acento, que muitas vezes se manifestam através de variações de tom, duração e intensidade.

A intensidade está relacionada com o acento tônico da palavra e marca uma sílaba que é pronunciada com mais força, tornando-se proeminente na sequência de sílabas que constituem a palavra.

Em português, todas as palavras possuem acento, sendo possível distinguir duas palavras com as mesmas vogais, mas que tenham acento em sílabas diferentes, por exemplo, **dúvida** e **duvida**, em que o diacrítico (´) marca o lugar do acento na palavra esdrúxula **dúvida**, que assim se distingue de **duvida**. Mateus (2006), discorrendo sobre esse assunto, esclarece que:

[...] Os sons da língua não possuem apenas as propriedades articulatórias que diferenciam um /a/ de um /i/ ou de um /o/. Eles têm também propriedades prosódicas, como a intensidade (a vogal pronunciada com maior intensidade é a que contém o acento da palavra), a duração (em certas línguas, as vogais podem contrastar pelo tempo de pronúncia, sendo umas breves e outras longas, e a altura ou tom (a sequência de tons das vogais de uma palavra ou frase constitui a entonação).

Porém, no português, o tom e a duração não permitem distinguir significados, ao contrário do que acontece em outras línguas, como o mandarim, em que a mesma sequência de sons, por exemplo 'ma' pode ter significados diferentes se a vogal /a/ tiver um tom baixo ou um tom alto; ou como no latim, em que a duração da vogal numa mesma sequência pode indicar a função sintática da palavra rosa,

com vogal final breve, é nominativo (tem função de sujeito), e com vogal final longa, rosã, é ablativo (tem uma função complementar). (MATEUS, 2006, p. 59-60)

No âmbito da prosódia, estudam-se, ainda, fenômenos como a coarticulação de sons em fronteiras de palavras (como na queda da vogal final de “bela” na sequência “bela artista”) ou o comportamento de palavras sem o acento próprio como os pronomes átonos.

Interfaces da prosódia

Como relacionar o *pitch* (altura), o *loudness* (volume), o tempo e o ritmo com a fala propriamente lida?

Dentro de um contexto de dúvidas e ampliação dos horizontes dos conceitos de prosódia, Nespore e Vogel (1986) lançam *Prosodic Phonology*, uma teoria que se propõe a explicar o modo como o fluxo da fala é organizado em um conjunto de unidades fonológicas, além de ser uma teoria das interações de interface entre a fonologia e os outros componentes da gramática, mediadas pela prosódia. Sobre essa obra, Mateus (2003, p. 27) diz:

Marina Nespore e Irene Vogel vieram esclarecer e organizar os problemas decorrentes da importância que assumem os traços prosódicos no funcionamento das línguas. Reconhecendo que esses traços agrupam os segmentos nos níveis fonológico, morfológico, sintático e semântico com referência às características rítmicas e de significado das línguas. (MATEUS, 2003, p. 1937)

A prosódia foi, num primeiro momento, definida pelos estruturalistas e funcionalistas pelo que “não” era, ou seja, um elemento que não poderia ser classificado nem de uma forma nem de outra: “[...] todos os fatos da fala que não entram no quadro fonemático, isto é, aqueles que não concernem, de uma forma ou outra à segunda articulação.” (MARTINET, 1991, p. 83).

Atualmente, a prosódia é muito mais do que aquele conceito sugeria. Ela está associada a fatores linguísticos como acentuação, entoação, ênfase e ritmo, bem como a fatores para- e extralinguísticos, tais como marcadores discursivos (“tá”, “né”, “an-han”), atitudes e emoções, combinados a fatores sociais ou biológicos, como gênero, faixa etária, classe social, entre outros. O foco dos estudos prosódicos pode variar e, dependendo do que se pretende observar, podemos identificar a prosódia da fala (*speech prosody*), a musical (*musical prosody*) e a poética (*poetic prosody*).

Mas o que seriam atitudes e emoções? Fónagy (1993) dá a sua versão para os conceitos de atitudes e emoções, às quais ele ainda acrescenta a de modalidade e, a partir deste texto, compreendemos que a flutuação semântica que caracteriza o uso dos termos modalidade, atitude e emoção, explica-se provavelmente pelas relações íntimas que unem os fenômenos designados. A existência independente dos três termos sugere, entretanto, que os três vocábulos se referem a fenômenos que, embora aparentados, são distintos. Nos estudos psicológicos e fonéticos, usam-se, indiferentemente, os termos ‘emoções’ e ‘atitudes emotivas’. O simples fato de julgar-se útil acrescentar um qualitativo à palavra ‘atitude’ mostra claramente que a esfera semântica das atitudes ultrapassa a das emoções. Compreendendo igualmente atitudes não emotivas, Fónagy (1993, p. 25-65) explica que o termo ‘atitudes’ designava originalmente uma:

[...] posição do corpo; depois, por extensão, uma posição moral, uma maneira determinada de se comportar em diferentes situações. Poder-se-ia, portanto, sem violentar o sentido corrente do termo, utilizar a palavra atitude para designar um comportamento determinado, consciente, controlado, tendo um componente moral, intelectual, opondo-a às emoções, enquanto descargas espontâneas de uma tensão psíquica. Deveríamos considerar então a cólera, a alegria, a tristeza, a angústia como emoções, por outro lado, a ironia, a circunspeção, a reprovação, a justificação, seriam atitudes. (FÓNAGY, 1993, p. 25-65)

A análise prosódica pode ser realizada tanto do ponto de vista fonético quanto do fonológico, e ela se dá nos eixos linguísticos tradicionais: os eixos sintagmático e paradigmático.

As questões relacionadas com a fonética preocupam-se com o tratamento acústico mensurável: altura, intensidade e quantidade, correlatos perceptuais de frequência, volume e duração. Nesta área de estudos prosódicos, a atenção tem sido voltada não só para o estudo dos parâmetros individuais em si e sua relação com os demais fenômenos fônicos segmentais, somados a considerações sobre velocidade da fala e qualidades da voz, como também aos correlatos acústicos dos sistemas de acento, ritmo e entoação nas línguas. Como o parâmetro fonético-acústico que controla diretamente a sensação do *pitch* é a frequência fundamental, ou o correlato acústico da frequência de vibração das pregas vocais, os estudos fonéticos da entoação privilegiam a análise da curva de frequência, fundamental ao longo dos enunciados.

As questões prosódicas relacionadas com a fonologia estudam as representações dos sistemas de acento, ritmo e entoação nas línguas e suas interfaces com os demais componentes linguísticos: “A análise prosódica se torna relevante para o avanço do conhecimento da comunicação humana quando as funções da prosódia são avaliadas e inseridas no cerne do trabalho científico.” (BARBOSA, 2006, p. 195).

É ainda Barbosa quem explica que é possível identificar funções prosódicas tanto no plano linguístico quanto no plano expressivo. No plano linguístico (e paralinguístico), destacam-se as funções: discursiva, demarcativa e de proeminência; no plano expressivo, distinguem-se as funções: atitudinais, afetivas e identificadoras. Barbosa (2012, p. 140) descreve essas funções da seguinte forma:

[...] (1) as funções discursivas dialógicas como os marcadores de turno, e os backchannels (e.g., um-hum, entendo) e não dialógicas como a modalidade de um enunciado de um trecho lido ou de um monólogo, (2) as funções demarcativas que assinalam limites de constituintes prosódicos como sílabas, palavras fonológicas e grupos acentuais, (3) bem como as funções de marcação de proeminência que assinalam a saliência de um constituinte prosódico em relação a outro.

A título de ilustração, vejamos alguns exemplos das funções prosódicas no plano linguístico e paralinguístico; como exemplo de função discursiva, podemos exemplificar o enunciado assertivo “Maria é sua amiga.”

e o enunciado interrogativo “Maria é sua amiga?”. Na percepção desses enunciados, a prosódia realiza sozinha a distinção entre eles, destacando-se a forte subida da frequência de vibração das pregas vocais na última sílaba tônica (aqui, em “-mi”) no enunciado interrogativo, em relação a uma queda lenta no enunciado assertivo.

Como exemplo de função demarcativa ou de segmentação (*phrasing*), pode-se apontar o papel da pausa (silenciosa ou preenchida) para assinalar uma fronteira prosódica, como nos exemplos: “Rodrigo|ajuda Henrique.||”, e “Rodrigo ajuda| Henrique.||”, em que o número de barras verticais assinala pausas de maior duração.

A razão da diferença na extensão dos constituintes e do deslocamento da fronteira após “Rodrigo”, no primeiro enunciado, para a fronteira após “ajuda”, no segundo, é a necessidade de dividir o enunciado em unidades de tamanho semelhante em número de sílabas, o que muda a interpretação semântica das mesmas estruturas sintáticas. Podemos concluir com isso que “a produção da prosódia é autônoma em relação à sintaxe, pois ela é regida por outros princípios”, como nos explica Barbosa (2006, p. 198).

Para exemplificarmos a função de proeminência, podemos imaginar que um determinado falante empregue mais energia, maiores valores de frequência de vibração das pregas vocais e maior duração em um determinado elemento de um enunciado linguístico do que nos elementos que se avizinham dele. Isso mudaria a interpretação de um mesmo enunciado sintático. Por exemplo:

(01) “Camile foi ao mercado comprar TOMATES.” (Ela não foi comprar qualquer outro produto.)

(02) “Camile foi ao MERCADO comprar tomates.” (Ela não foi à feira.)

(03) “CAMILE foi ao mercado comprar tomates.” (Foi ela e nenhuma outra pessoa.)

Novamente percebemos o funcionamento integrado da prosódia em relação à sintaxe, direcionando a escolha do ouvinte ao dar foco a um dado elemento e, assim, direcionando sua interpretação.

A prosódia, como vimos, exerce papéis importantes dentro de uma comunicação oral, e esses papéis são definidos como sendo funções que ela exerce. As funções da prosódia são muitas e alguns autores discutem a validade de algumas delas, a maioria, no entanto, é bem aceita pelos pesquisadores da área e falaremos um pouco sobre elas a seguir.

Funções da prosódia

Barbosa (2012) distingue três tipos de funções prosódicas, as atitudinais, as afetivas e as indiciais, da seguinte forma:

[...] as funções atitudinais referem-se à atitude, a postura interpessoal e ao estilo de elocução, as afetivas dizem respeito às emoções como alegria, tristeza e raiva e afetos como o humor e as indiciais referem-se às marcas de gênero e sexo, origem social e dialetal entre outras. Exemplos dessas funções são encontrados em todo enunciado, tendo em vista que uma atitude, uma emoção e marcas indiciais são traços dificilmente disfarçáveis na enunciação. Afinal, não reconhecemos, mesmo na fala de desconhecidos, se são homens ou mulheres, qual a sua faixa etária e seu estado afetivo, entre outros aspectos? (BARBOSA, 2012)

Fónagy (2006, p. 19-46) apresentou e discutiu 15 funções prosódicas em seu artigo “Funções da entoação: tentativa de síntese”. Dentre elas destacamos:

- demarcar as unidades discursivas;
- segmentar a mensagem em partes;
- atrair a atenção do ouvinte para um ponto específico da mensagem;
- mostrar qual o tipo gramatical do enunciado proferido;
- retirar a ambiguidade de sentenças com dois (ou mais) sentidos;
- distinguir asserções de questões (entre outros atos de fala);
- preparar o que trará a frase seguinte;
- expressar a atitude, a emoção e/ou a intenção do locutor; e

- auxiliar na identificação de quem fala e contribuir para o reconhecimento de gêneros discursivos diferentes.

Essas funções ou “tarefas” exercidas pela prosódia em uma elocução as caracterizam como habilitadas a desempenhar seu papel dentro de uma perspectiva modal (ou gramatical) ou de uma perspectiva atitudinal.

A dicotomia entre a função modal (também conhecida por gramatical ou linguística) e a função atitudinal (também conhecida por emocional, expressiva ou afetiva) tem motivado estudos e pesquisas. Moraes (1984) propõe uma organização para as diversas funções da prosódia em três planos – o sintático, o semântico e o pragmático –, apresentando um quadro com distinções entre as funções modais e atitudinais da entoação, considerando que tais funções não se anulam ou antagonizam, ao contrário, sobrepõem-se e dialogam, mas não se confundem. Por exemplo, o caráter arbitrário da entoação modal/gramatical, o caráter natural da entoação expressiva/atitudinal, principalmente no que se refere às emoções, ou o caráter contínuo da entoação expressiva/atitudinal nas emoções e discreto da entoação gramatical não se anulam: se complementam. O quadro que Moraes (1984, p. 45) apresenta resume essas ideias:

Tabela 1 – Entonação Expressiva x Entonação Gramatical

Entonação Expressiva		Entonação Gramatical
Emoções	Atitudes	Modalidades linguísticas
Signo natural	–	Signo convencional motivado
Unidades contínuas	Unidades discretas	Unidades discretas

Fonte: MORAES, 1984, p. 45.

Morlec, Bailly e Aubergé (1997, p. 219-222) também abordam a questão das múltiplas funções da prosódia, mostrando que há uma superposição entre o atitudinal e o linguístico na entoação:

In our theoretical framework prosody can be described as the superposition of independent multiparametric prosodic contours belonging to diverse linguistic levels: sentence, clause, subgroup... These prototypical movements are progressively stored in a prosodic lexicon and dynamically used by the speaker to mark, enlight and enrich

the linguistic structuration of his discourse. (MORLEC; BAILLY; AUBERGÉ, 1997)²

Aubergé (2002, p. 152) apresenta um esquema das relações e sobreposições entre as funções expressivas e gramaticais:

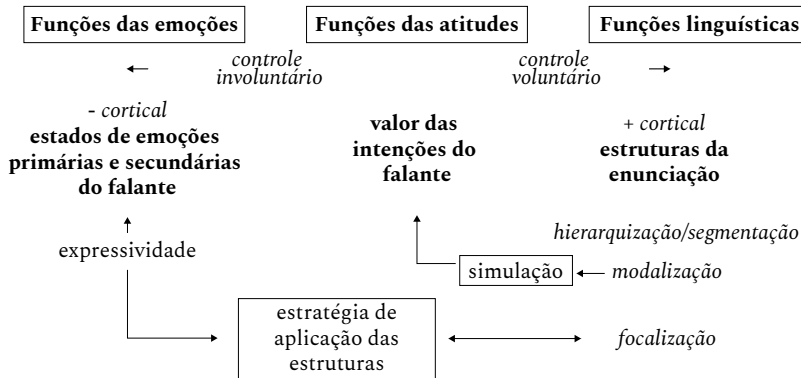


Figura 1 – Esquema das relações e sobreposições entre as funções expressivas e gramaticais (Fonte: AUBERGÉ, 2002, p. 152)

Esse esquema proposto por Aubergé mostra que a autora pensa haver um contínuo entre as funções expressivas e gramaticais, e não uma oposição, conforme observamos no uso dos sinais mais (+) e menos (-) para a característica cortical (junto das flechas, indicando continuidade); e que há relação entre uma função e outras, vista através das setas que relacionam os níveis, mostrando que na modalização podemos incluir intenções do falante. Nas estratégias de aplicação das estruturas temos tanto o linguístico quanto o expressivo sendo aplicados.

2 Em nosso quadro teórico, a prosódia pode ser descrita como a superposição de contornos prosódicos multiparamétricos independentes pertencentes a diversos níveis linguísticos: sentença, oração, subgrupo... Esses movimentos prototípicos são progressivamente armazenados em um léxico prosódico e dinamicamente utilizados pelo falante para marcar, destacar e enriquecer a estruturação linguística de seu discurso. (MORLEC; BAILLY; AUBERGÉ, 1997, tradução nossa)

Referências

- BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados à nossa linguagem*. 5. ed. Lisboa: Typographia da Real Academia das Ciências, 1821-1871.
- BARROS, J. de. *Grammatica da língua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja*. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540. Reprodução fac-similada e introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.
- BECHARA, E. 1969. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CÂMARA JR., J. M. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes., 1978.
- CRYSTAL, D. *Dictionary of linguistics and phonetics*. 3. ed. Cambridge, Mass.: Blackwell, 1994.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. L. (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 8. ed. Lisboa: João Sá da Costa, 1991.
- DAVID, A.; MENDES, F. *Curso de grammatica portugueza*. Lisboa: Empreza Editora J. J. Nunes & C.^ª, 1891.
- FÓNAGY, I. As funções modais da entoação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: Unicamp, jul.-dez., p. 25-65, 1993.
- LIDDEL, H. G.; SCOTT, R.; JONES, H. S. *A Greek-English lexicon*. Oxford: Claredon, 1996.
- MATEUS, M. H. M. O acento de palavra em português: uma nova proposta. *Boletim de Filologia*, Lisboa, v. XXVIII, p. 211-229, 1992.
- MARTINET, A. *Éléments de linguistique générale*. 3e. ed. Paris: Armand Collin, 1991.
- MELDOLA, A. *Nova grammatica portugueza*, dividida em seis partes, a saber: 1^ª Orthographia. 2^ª Etymologia. 3^ª Syntaxe. 4^ª Prosódia. 5^ª Lavores da língua. 6^ª Miscellanea. Hamburgo: M. C. Bock, 1735.
- MORAES, J. *Recherches sur l'Intonation Modale du Portugais Brésilien Parlé à Rio de Janeiro*. Thèse de Doctorat de Troisième Cycle. Université de La Sorbonne Nouvelle, Paris III, 1984.
- NESPOR, M.; VOGEL, I. *Prosodic phonology*. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1986.
- RAMUS, F.; NESPOR, M.; MEHLER, J. Correlates of linguistic rhythm in the speech signal. *Cognition*. 73. 1999.

 Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem